



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM – PPGCL
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

CAMILA DE BARROS LINS

***IMPEACHMENT DE 2016: UMA ANÁLISE CRÍTICA DISCURSIVA
DOS JORNAIS DE PERNAMBUCO***

RECIFE, 2017

CAMILA DE BARROS LINS

***IMPEACHMENT DE 2016: UMA ANÁLISE CRÍTICA DISCURSIVA
DOS JORNAIS DE PERNAMBUCO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências da Linguagem, sob orientação da Prof.^a. Dr.^a. Nelly Medeiros de Carvalho.

RECIFE, 2017

CAMILA DE BARROS LINS

***IMPEACHMENT DE 2016: UMA ANÁLISE CRÍTICA DISCURSIVA
DOS JORNAIS DE PERNAMBUCO***

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Nelly Medeiros de Carvalho (Orientadora)

Prof. Dr. Karl-Heinz Efken (Examinador interno)

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Examinador externo - UFPE)

L759i Lins, Camila de Barros
 Impeachment de 2016 : uma análise crítica
discursiva dos jornais de Pernambuco / Camila de
Barros Lins ; orientador Nelly Medeiros de
Carvalho, 2017.
 162 f. : il.

 Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica
de Pernambuco. Pró-Reitoria Acadêmica. Coordenação
Geral de Pós-Graduação. Mestrado em Ciências da
Linguagem, 2017.

 1. Análise crítica do discurso. 2. Golpes de estado -
Brasil. 3. Imprensa - Pernambuco. 4. Jornalismo - aspectos
políticos - Pernambuco. 5. Linguística I. Título.

CDU 801

RECIFE, 2017

AGRADECIMENTOS

Devo, primeiramente, essa e todas as minhas conquistas acadêmicas e profissionais a minha mãe, Fatima Maria de Barros, cujo apoio incondicional é a força motriz do empenho que dedico a todos os âmbitos da minha vida.

O desenvolvimento desta pesquisa não teria sido possível, entretanto, sem a criteriosa e diligente orientação da Prof.^a Dr.^a. Nelly Medeiros de Carvalho, a quem recorri para norteamento de cada parte deste estudo, da concepção à lapidação.

Também de essencial importância foram as contribuições do Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha, grande referência acadêmica e cuja presença na banca avaliadora é, para mim, uma imensa honra.

Outro pilar fundamental da construção desta pesquisa foi erguido, desde o início do mestrado até a formação da banca, por meio dos ensinamentos do Prof. Dr. Karl-Heinz Efken, do qual tive o privilégio de ser aluna.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo custeamento do curso, e aos Professores Doutores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), meus sinceros agradecimentos.

É necessário, ainda, reconhecer a fundamental influência dos professores do curso de Jornalismo, da mesma Universidade, nessa trajetória que percorro desde a Graduação, sobretudo do Prof. Dr. Juliano Mendonça Domingues da Silva, orientador da minha monografia, a partir da qual me descobri pesquisadora, e coordenador do Estágio em Docência, etapa vital da minha formação enquanto Mestre.

Agradeço, por fim, a meu irmão, Felipe de Barros Lins, pelas constantes colaborações a meu olhar crítico perante o mundo; a minha querida prima, Cristiane Maria Pereira Conde, a quem me espelho e busco suporte; a meus amigos, especialmente Ana Carolina de Araújo Nogueira, parceira inseparável desde o primeiro período de Jornalismo, e Thomas Ewerton de Moraes Lima, companheiro de todos os momentos há mais de uma década; aos colegas de Mestrado, principalmente Anamaria Melo do Nascimento e Alexandre Antônio de Amorim Filho, e a todas as pessoas que contribuíram indiretamente para a conclusão desse desafio.

A tragédia de nossa história, que se repete de tempos em tempos, é a negação de direitos ao povo e aos pobres; é a difamação dos movimentos sociais e de seus líderes carismáticos. Sempre irrompem no cenário político as velhas elites, herdeiras da casa-grande, para conspirar contra eles, criminalizar seus movimentos, empurrar os pobres para as periferias de onde nunca deveriam ter saído.

Leonardo Boff (2017).

RESUMO

A presente pesquisa tem como foco de estudo o discurso da mídia e busca compreender como foi construído o discurso midiático na cobertura sobre os acontecimentos relacionados ao *impeachment* da Presidenta da República democraticamente eleita, Dilma Rousseff, e ao governo provisório, exercido pelo então vice-presidente, Michel Temer, nos jornais de Pernambuco, além de identificar padrões e indícios que apontem uma heterogeneidade ou homogeneidade discursiva da mídia, comparar a elaboração do discurso político entre os veículos analisados e refletir sobre o posicionamento da mídia diante da maior crise política da história recente do Brasil. As matérias analisadas foram publicadas nos cadernos de política dos três principais veículos impressos do Estado: Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio e referem-se à cobertura de fatos políticos relevantes que aconteceram no período de duração do governo provisório, entre 12 de maio e 31 de agosto de 2016. A primeira data corresponde ao afastamento de Rousseff, e a segunda ao término do processo de *impeachment*, que culminou na destituição definitiva da presidenta eleita. A base teórica-conceitual deste estudo articula conceitos da Análise Crítica do Discurso (ACD) – a partir, sobretudo, de Fairclough (2008 [1992]; 1995) e Van Dijk (1998a; 1998b; 2009 [2008]), além de contribuições da corrente de linha francesa, a partir de Charaudeau (2005) – e da Teoria do Enquadramento – com base, por exemplo, em Entman (1993), Gitlin (1980) e o Porto (*In: RUBIM (org.), 2004*). As matérias foram analisadas de acordo com os critérios de identificação, interpretação, descrição e classificação dos enquadramentos presentes no discurso, conforme indicações de Hertog e McLeod (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed.)*), Entman (1993), Porto (*In: RUBIM (org.), 2004*) e Pan e Kosicki (1993), a partir dos recursos da Análise Discursiva Crítica apontados por Fairclough (2001 [1992]). Observou-se, na maioria das matérias analisadas, a predominância de enquadramentos favoráveis ao discurso *pró-impeachment* e/ou *pró-Temer*, o que pode ser interpretado como reflexo do posicionamento principal adotado pelos três jornais pernambucanos durante o processo de *impeachment*.

Palavras-chave: Discurso Jornalístico, Análise Crítica do Discurso, Teoria do Enquadramento, *Impeachment* de 2016, Golpe de Estado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – [Primeira votação no Senado – DP]	77
Figura 2 – [Primeira votação no Senado – FP]	79
Figura 3 – [Primeira votação no Senado – JC]	80
Figura 4 – [Pronunciamento de Rousseff – DP]	82
Figura 5 – [Pronunciamento de Rousseff – FP]	83
Figura 6 – [Pronunciamento de Rousseff – JC]	85
Figura 7 – [Pronunciamento de Temer – DP]	86
Figura 8 – [Pronunciamento de Temer – FP]	88
Figura 9 – [Pronunciamento de Temer – JC]	90
Figura 10 – [Corte de cargos – DP]	92
Figura 11 – [Corte de cargos – FP]	94
Figura 12 – [Corte de cargos – JC]	95
Figura 13 – [Queda: Romero Jucá – DP]	97
Figura 14 – [Queda: Romero Jucá – FP]	98
Figura 15 – [Queda: Romero Jucá – JC]	100
Figura 16 – [Queda: Fabiano Silveira - DP]	102
Figura 17 – [Queda: Fabiano Silveira – FP]	104
Figura 18 – [Queda: Fabiano Silveira – JC]	105
Figura 19 – [Delação sobre Temer – DP]	107
Figura 20 – [Delação sobre Temer – FP]	109
Figura 21 – [Delação sobre Temer – JC]	110
Figura 22 – [PEC: corte de gastos – DP]	112
Figura 23 – [Queda: Henrique Alves – DP]	114
Figura 24 – [Queda: Henrique Alves – FP]	116
Figura 25 – [Queda: Henrique Alves – JC]	117
Figura 26 – [Laudo do Senado – DP]	119
Figura 27 – [Laudo do Senado – FP]	121

Figura 28 – [Laudo do Senado – JC]	122
Figura 29 – [Posicionamento do MPF – DP]	124
Figura 30 – [Posicionamento do MPF – FP]	125
Figura 31 – [Posicionamento do MPF – JC]	127
Figura 32 – [Aprovação da continuidade do processo no Senado – DP]	128
Figura 33 – [Aprovação da continuidade do processo no Senado – FP]	130
Figura 34 – [Aprovação da continuidade do processo no Senado – JC]	132
Figura 35 – [Defesa de Rousseff – DP]	134
Figura 36 – [Defesa de Rousseff – FP]	136
Figura 37 – [Defesa de Rousseff – JC]	138
Figura 38 – [Votação final no Senado – DP]	141
Figura 39 – [Votação final no Senado – FP]	143
Figura 40 – [Votação final no Senado – JC]	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação geral dos enquadramentos.....	147
Gráfico 2 – Classificação dos enquadramentos do Diario de Pernambuco.....	149
Gráfico 3 – Classificação dos enquadramentos da Folha de Pernambuco.....	150
Gráfico 4 – Classificação dos enquadramentos do Jornal do Commercio.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Referência para seleção do corpus de pesquisa.....	70
--	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ANÁLISE DISCURSIVA.....	16
2.1 CONCEITO DE DISCURSO.....	16
2.2 DISCURSO E IDEOLOGIA.....	21
2.3 DISCURSO JORNALÍSTICO.....	27
2.4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ENQUANTO PARÂMETRO DE PESQUISA....	32
3 TEORIA DO ENQUADRAMENTO.....	40
3.1 CONCEITO DE ENQUADRAMENTO.....	40
3.2 ENQUADRAMENTO NA MÍDIA.....	43
3.3 ENQUADRAMENTO E IDEOLOGIA.....	49
3.4 ENQUADRAMENTO ENQUANTO PARÂMETRO DE PESQUISA.....	52
4 CONTEXTO HISTÓRICO.....	59
4.1 <i>IMPEACHMENT</i> NO BRASIL.....	59
4.2 TRÂMITES OFICIAIS DO <i>IMPEACHMENT</i> DE 2016.....	62
4.3 <i>IMPEACHMENT</i> DE 2016 SOB A ÓTICA DO GOLPE DE ESTADO.....	64
4.4 GOVERNO PROVISÓRIO DE 2016.....	67
5 METODOLOGIA.....	69
5.1 PARÂMETROS DISCURSIVOS E DE ENQUADRAMENTO.....	71
5.2 APLICAÇÕES METODOLÓGICAS.....	73
6 ANÁLISE DE DADOS.....	76
6.1 ANÁLISE INDIVIDUAL POR MATÉRIA.....	76
6.1.1 Primeira votação no Senado.....	76

6.1.2 Pronunciamento de Rousseff.....	81
6.1.3 Discurso de posse de Temer.....	86
6.1.4 Medida Provisória: cortes nos ministérios.....	91
6.1.5 Corte de cargos.....	91
6.1.6 Queda: Romero Jucá.....	96
6.1.7 Queda: Fabiano Silveira.....	101
6.1.8 Delação sobre Temer.....	107
6.1.9 PEC: corte de gastos.....	111
6.1.10 Queda: Henrique Alves.....	113
6.1.11 Laudo do Senado.....	118
6.1.12 Posicionamento do MPF.....	123
6.1.13 Reforma trabalhista.....	127
6.1.14 Aprovação da continuidade do processo no Senado.....	128
6.1.15 Venda do Pré-sal.....	133
6.1.16 Defesa de Rousseff.....	133
6.1.17 Votação final no Senado.....	140
6.2 ANÁLISE GERAL.....	146
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS.....	155

1 INTRODUÇÃO

A continuidade do mandato da presidenta da República, Dilma Rousseff, democraticamente eleita em 2014, foi submetida ao julgamento político pela primeira vez na Câmara dos Deputados, em abril de 2016, como parte do rito do processo de *impeachment*, instaurado oficialmente em dezembro do ano anterior, após o acolhimento do pedido pelo então presidente da Casa. As duas votações seguintes ficaram por conta do Senado Federal: a primeira, realizada maio, culminou na destituição temporária da presidenta, tornando-se definitiva na segunda, três meses depois. No período entre as duas votações, o País ficou sob o comando do então vice-presidente, Michel Temer, que não tardou em fazer alterações estruturais e tomar medidas incompatíveis com o plano de governo pelo qual foi eleito e com a razoabilidade esperada de um mandato provisório.

Como esperado, os jornais da grande imprensa brasileira se ocuparam da cobertura sobre as etapas do processo e os movimentos políticos de Temer. Nesse momento extremo da situação política do País, a expectativa é de que esses veículos cumpram um papel de questionadores e denunciadores dos acontecimentos, possibilitando uma discussão crítica nos relatos, a partir de investigações cuidadosas, acrescidas da apresentação de pontos de vistas diferenciados e contemplação de fontes e dados que representem satisfatoriamente as principais divergências acerca de cada aspecto relevante. Esses procedimentos fazem parte de um processo informativo honesto, considerando que as mídias de massa se comunicam com um público heterogêneo, no que diz respeito à classe social, ao posicionamento e ao conhecimento político, que, busca, nesses veículos, um canal para se instruir sobre os fatos, e, conseqüentemente, formar uma opinião.

O que se observa, entretanto, na grande mídia do País, é um jornalismo tendencioso que, ao atuar como vetor ideológico, presta serviço a determinados partidos políticos que estejam em concordância com seus próprios interesses, os quais, não por acaso, são os mesmos da elite conservadora brasileira. Nesta pesquisa, partimos da hipótese, portanto, de que a mídia, na cobertura do processo de *impeachment* de Rousseff, adotou um discurso condizente ao posicionamento da elite, ou seja, favorável ao *impeachment* e/ou a Temer. Nesse sentido, faz-se necessário compreender, de forma crítica, como essa cobertura foi constituída discursivamente pelos jornais, uma vez que a mídia impressa ainda é uma fonte de informação de larga escala. Em Pernambuco, essa plataforma é representada por três

principais jornais, cujas matérias constituem o corpus desta pesquisa: Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como foi construído o discurso midiático sobre os acontecimentos relacionados ao *impeachment* e ao governo provisório. A partir desse norte investigativo, desenvolvem-se os objetivos específicos: identificar padrões e indícios que apontem uma heterogeneidade ou homogeneidade discursiva da mídia, comparar a elaboração do discurso político entre os veículos analisados e refletir sobre o posicionamento da mídia diante da maior crise política da história recente do Brasil. A investigação conta como base teórica-conceitual a Análise Crítica do Discurso (ACD) e, especificamente aplicável ao discurso jornalístico, a Teoria do Enquadramento. A articulação entre os dois campos se dá por meio do diálogo entre os conceitos formulados por autores como Fairclough (2008 [1992]; 1995) e Van Dijk (1998a; 1998b; 2009 [2008]), ambos aderentes à ACD, com contribuições da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, a partir de Charaudeau (2007 [2005]) e teóricos importantes da Teoria do Enquadramento, como Entman (1993), Gitlin (1980) e o brasileiro Porto (*In: RUBIM (org.), 2004*).

A essência da ACD é constituída, segundo Fairclough (2001 [1992], p. 31–32), pela motivação crítica, que se materializa por meio da investigação e acusação da presença velada de ideologia nas práticas discursivas, que atua como instrumento de dominação social. Nesse sentido, Fairclough (*ibid.*, p. 94) e Van Dijk (2009 [2008], p. 30–31) têm pensamentos convergentes: para ambos, a ideologia representa a classe social dominante que utiliza o discurso, uma vez que monopoliza o acesso, enquanto plataforma para construção, naturalização e afirmação ideológica. No discurso midiático, esse processo é descrito por Charaudeau (*ibid.*, p. 16) como “lógica simbólica”, na qual são formados sentidos, por meio de manipulação de signos. Dessa forma, a ACD se mostra particularmente importante na análise de matérias jornalísticas referentes a acontecimentos políticos.

A forma como a ideologia se faz presente no discurso midiático é a preocupação central da Teoria do Enquadramento, especialmente no que se refere, segundo Reese (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 7*), à organização e à significação discursiva. Nesse processo, Entman (1993, p. 52) e Gitlin (1980, p. 7) destacam os dois principais recursos utilizados na mídia: ênfase e ocultação de determinados pontos referentes a um acontecimento. Enquadrar, portanto, de forma resumida, é se posicionar ao escolher, no

contexto do relato, entre salientar ou omitir determinados aspectos e/ou fatos, de acordo com o interesse do detentor do discurso. Tais práticas podem ser observadas ao identificar recursos como repetição e associação de termos específicos (ENTMAN, 1993, p. 53). A Teoria do Enquadramento, portanto, acrescenta à investigação crítica da ACD parâmetros objetivos para análise da construção do discurso.

O processo de *impeachment* de 2016 é um assunto latente na pauta atual da academia, especialmente nas áreas de Ciência Social e Comunicação. Gutemberg e Oliveira (2016) analisaram o discurso do jornalismo digital em relação aos protestos contra o *impeachment*, e concluíram que a mídia divide-se em dois discursos: atribuição dos protestos à defesa do Partido dos Trabalhadores (PT) ou à democracia. No mesmo sentido, Silva e Silva (2016) estudaram os temas “golpe” e “*impeachment*” nas matérias sobre as manifestações pró e contra o governo de Rousseff. Neste caso, foi verificado que o uso dos termos varia de acordo com o interesse político do veículo.

A análise desta pesquisa compreende as matérias publicadas nos cadernos de política nos três jornais de Pernambuco, entre 12 de maio e 31 de agosto de 2016, período de duração do governo provisório durante o processo de *impeachment*. As matérias analisadas correspondem à cobertura de acontecimentos políticos relevantes previamente selecionados. A metodologia segue os parâmetros de identificação, interpretação, descrição e classificação dos enquadramentos presentes no discurso, conforme indicações de Hertog e McLeod (*In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.)), Entman (1993), Porto (*In*: RUBIM (org.), 2004) e Pan e Kosicki (1993), a partir dos recursos de análise discursiva crítica apontados por Fairclough (2001 [1992]).

O resultado geral da pesquisa indica um posicionamento central adotado pelos três jornais de Pernambuco durante o processo de *impeachment*: na maioria das matérias analisadas, foram identificados enquadramentos favoráveis ao discurso pró-*impeachment* e/ou pró-Temer. O jornal que mais enfatizou esse discurso foi o Jornal do Commercio: quase 77% das matérias foram classificadas nesse tipo de enquadramento. O discurso mais diversificado foi analisado na Folha de Pernambuco, único jornal no qual foram identificadas todas as seis classificações de enquadramento adotadas nesta pesquisa. Embora o enfoque majoritário (58%) tenha sido o citado acima, a classificação primária dos enquadramentos da grande maioria (86%) das matérias foi interpretada como plural, o que reforça o conceito de que o discurso da mídia é essencialmente heterogêneo.

Todos os pontos acima apresentados são discutidos com maior profundidade ao decorrer dos cinco principais capítulos dispostos nesta pesquisa. Os dois primeiros, subsecutivos a este, são dedicados às referências teóricas. O Capítulo 2 (“Análise Discursiva”) apresenta o conceito de discurso e trata sobre a relação entre discurso e ideologia, assim como o discurso jornalístico, sob a perspectiva crítica da Análise do Discurso. No Capítulo 3 (“Teoria do Enquadramento”), é introduzida a noção de enquadramento enquanto conceito advindo da Sociologia e seu posterior emprego aos estudos jornalísticos. Mais uma vez, a teoria é articulada com questões de ideologia. Ao fim de ambos os capítulos, há uma discussão sobre as teorias e suas aplicações enquanto parâmetros de pesquisa.

O Capítulo 4 (“Contexto Histórico”) é dedicado aos fatos contextuais referentes a esta pesquisa. Inicialmente, há um resgate acerca do *impeachment* no Brasil e seus principais pontos técnicos e legais, os quais são, em seguida, detalhados no que se refere ao episódio de 2016, que, ainda nesse capítulo, é colocado sob o prisma crítico, adotado na pesquisa, do golpe de estado. Por fim, são retomadas as medidas tomadas durante o governo provisório – período de situação do corpus de pesquisa – as quais corroboram a leitura desse *impeachment* enquanto processo ilegítimo.

No Capítulo 5 (“Metodologia”), são delineados os procedimentos de construção da pesquisa, incluindo a especificação do corpus e de cada etapa da análise, além do detalhamento dos parâmetros metodológicos da ACD e da Teoria do Enquadramento e suas respectivas aplicações, postas em prática no capítulo seguinte (“Análise de Dados”). Essa seção é iniciada pelas análises individualizadas das matérias referentes a acontecimentos específicos – apresentados no Capítulo 4 e pré-selecionados no Capítulo 5. Posteriormente, os resultados obtidos são postos e interpretados de forma globalizada.

Nas “Considerações Finais” (Capítulo 7), são retomados os principais pontos teóricos em articulação com os dados centrais fornecidos pela análise. Em sequência, são levantadas as contribuições dadas pela pesquisa à sociedade civil e à academia. Por fim, nas “Referências”, estão reunidos todos os livros, capítulos, artigos e matérias (do corpus e de consulta) utilizados nesta pesquisa.

2 ANÁLISE DISCURSIVA

Neste capítulo, iniciamos o ancoramento teórico desta pesquisa a partir da concepção de discurso e seus desdobramentos em relação à ideologia e – em diálogo ainda mais próximo a esta pesquisa – ao jornalismo. Essa introdução ao discurso de uma forma geral é necessária para embasar a discussão sobre análise discursiva, particularmente a Análise Crítica do Discurso (ACD), que norteia este estudo. Nesse caminho de discussão conceitual, percorremos as teorias de base de duas referências principais: os linguistas Teun Van Dijk e Norman Fairclough, ambos alinhados aos preceitos da ACD.

A ACD se mostra essencialmente importante no estudo da linguagem, mais especificamente, como explicado a seguir, do discurso midiático, principalmente quando esse se relaciona ao discurso político e ideológico, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa. A ACD fornece parâmetros metodológicos e embasamentos teóricos claros para interpretação textual, sobretudo de textos jornalísticos. Dessa forma, a ACD dialoga, neste estudo, com outro parâmetro interpretativo, cujos métodos são relativamente mais rígidos: a Teoria do Enquadramento, assunto do capítulo seguinte.

2.1 CONCEITO DE DISCURSO

Antes de iniciar qualquer avanço nesta pesquisa, é necessário entender do que se trata o termo “discurso” no âmbito deste trabalho. Van Dijk (1988b, p. 8, tradução nossa) explica que se deve entendê-lo numa perspectiva dinâmica da comunicação, enquanto “grupo complexo de forma, significado e ação linguística”, distante, porém, do próprio conceito do objeto de estudo tradicional da Linguística, uma vez que esse enfoque vai além “do texto ou do diálogo em si”. Numa definição mais clara, “o discurso se analisa não apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação que se dá em uma situação social, cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2009 [2008], p. 22, tradução nossa). Nessa mesma concepção social, Fairclough (1995, p. 74, tradução nossa) define o discurso como “um complexo de três elementos: prática social, prática discursiva (produção de texto, distribuição e consumo) e

texto”. A partir dessa visão, Fairclough desenvolve o modelo tridimensional do discurso, sobre o qual discutimos em linhas adiantes, assim como sobre a ideologia, que, para Fairclough (1995, p. 73), materializa-se na linguagem, representando, dessa forma, a ideia principal de conceito de discurso.

A linguagem e seus desdobramentos – fala, escrita, comunicação de uma forma geral – têm a capacidade de construir, na sociedade, de acordo com Fairclough (2001 [1992], 91) desigualdades e repressão, mas, simultaneamente, de desconstruir tais realidades e tornar as relações sociais mais humanas e democráticas. Dessa forma, autor defende que o discurso seja entendido enquanto interação social, construída coletivamente, porque se trata de um processo dinâmico que consegue, ao mesmo tempo, ser constituído e construtor da realidade a qual se refere. Fairclough (*ibid.*, p. 90) descarta a leitura estruturalista da linguagem, mas também não concorda integralmente com a contraposição pragmática de argumentos unicamente sociais. Ele propõe uma concepção dialética, na qual o contexto social e a linguagem são igualmente interdependentes.

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...]. Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. [...]. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 90–91).

Socialmente, segundo Fairclough (2001 [1992], 91–92), o discurso se faz presente ao ajudar a construir a identidade, o relacionamento e os saberes dos indivíduos. Ele nomeia cada aspecto como, respectivamente, funções “‘identitária’, ‘relacional’ e ‘ideacional’”. Tais funções, tal como ele explica, são reproduções sociais e fazem parte, assim como as funções de transformação social, do que ele denomina como “prática discursiva”. Essa prática, para o autor (*ibid.*, p. 94) é volúvel e pode se materializar de maneira concreta, palpável, e, também, de maneira subjetiva, imaterial, que está inserida nos mais diversos campos da sociedade, pois se alinha com “várias orientações - econômica, política, cultural, ideológica”. Essa é a base de entendimento do modelo tridimensional do discurso proposto pelo autor. O modelo se sustenta na afirmação de que a prática discursiva se constitui em três níveis de atuação, em ordem decrescente de abrangência: “o texto linguístico, falado ou escrito” (“situação imediata”), “produção” e “interpretação de texto” (“instituição e organização mais ampla”) e “prática sociocultural” (nível societário) (FAIRCLOUGH, 1995, p. 97, traduções nossas). Ou seja, trata-se de um modelo no qual o plano principal é a prática social, na qual ocorre a prática discursiva em si. Nessa última, desenvolve-se, finalmente, o texto.

[...] ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos. Assim, seus procedimentos e suas práticas podem ser investidos política e ideologicamente, podendo ser posicionados por eles como sujeitos (e ‘membros’). [...] a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, dos quais outra vez eles geralmente não têm consciência. E, finalmente, [...] os próprios procedimentos que os membros usam são heterogêneos e contraditórios e contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva. A parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada ‘descrição’, e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas ‘interpretação’. (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 100–101).

De acordo com análise de Acioli e Azevedo, (*In: BARROS et al. (org.), 2014, p. 164*), tal modelo configura uma alternativa para entender questões de dominação social presentes nos variados tipos de discurso, nos quais se inclui o jornalístico – conforme abordaremos posteriormente. De acordo com o modelo, conforme os autores, o texto é um produto material que depende dos outros níveis nos quais está inserido (práticas sociais e discursivas). Acioli e Azevedo (*ibid.*, p. 165) interpretam o conceito de tridimensionalidade do discurso – assim

como admitido por Fairclough (2001 [1992], p 100) – como uma proposta de sintetização dos conceitos principais da Linguística tradicional, do filósofo Michel Foucault e da Macrossociologia. Esses vieses, segundo os autores, compreendem áreas diferentes do estudo da linguagem. Podemos entender, portanto, que eles se completam ao convergir no modelo de Fairclough.

A noção de prática discursiva adotada por Fairclough é, ainda de acordo com Acioli e Azevedo, (*In: BARROS et al. (org.)*, 2014, p. 169) derivada da conceituação desenvolvida inicialmente por Foucault para explicar como as relações discursivas seguem um padrão normativo, construído, mantido e variável de acordo com diversas situações sociais. “Em outras palavras, existe uma determinada organização discursiva, fundamentada em um plano sociocultural e histórico, coletivo, que é determinante sobre o que pode e não pode ser, o que deve e o que não deve ser dito em contextos sociais específicos” (ACIOLI; AZEVEDO, *ibid.*, p. 170)

Os três níveis da prática discursiva abordados acima se relacionam com outras três dimensões, definidas por Fairclough (2001 [1992], p. 106) como “processos de produção, distribuição e consumo textual”. Cada processo se relaciona, por sua vez, com tipos particulares de situação social, e, conseqüentemente, discurso (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p 107). Em relação ao último nível da prática discursiva, o texto, Fairclough (*ibid.*, p. 108) destaca seu caráter multifacetado: pode ser durável ou temporário, “de natureza extradiscursiva, como também discursiva”, além de ser processado e distribuído de formas diferentes e ter poder influenciador variável. O texto também possui dois níveis: de produção e interpretação, os quais Fairclough (*ibid.*, p 109) categoriza como “dimensões ‘sociocognitivas’”, que dependem unicamente da ação dos indivíduos, mas que está relacionada às suas possibilidades discursivas.

Este [o texto] é considerado como um conjunto de ‘traços’ do processo de produção, ou um conjunto de ‘pistas’ para o processo de interpretação. Tais processos geralmente procedem de maneira não-consciente e automática, o que é um importante fator na determinação de sua eficácia ideológica [...], embora certos aspectos sejam mais facilmente trazidos à consciência do que outros. Os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela

natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre. Um aspecto fundamental do quadro tridimensional para a análise de discurso é a tentativa de exploração dessas restrições, especialmente a segunda - fazer conexões explanatórias entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 109).

De uma forma geral, o modelo tridimensional discursivo de Fairclough, conforme sintetizam Acioli e Azevedo (*In: BARROS et al. (org.), 2014, p. 176*), abre caminho para uma discussão que ultrapassa o próprio paradigma funcionalista, ao dialogar mais a fundo com questões socioculturais, sociopolíticas e ideológicas, num “imbricamento entre uma perspectiva micro com uma perspectiva macrosociológica”. Ainda de acordo com os autores, por um lado, o primeiro ponto de vista envolve questões relativas à prática discursiva, conforme pensamento de Foucault descrita acima. A última perspectiva, por outro lado, amplia-se aos âmbitos político-econômico e midiático, que estão relacionados a “uma dominação através de uma prática simbólica de hegemonia”. Por meio dessa dominação, “passam a serem exercidas formas coercitivas através do aparelho jurídico-policial, quando este domínio falha. Esses problemas e outros: preconceito, opressão das mulheres, [...] mídia, [...] são temas relevantes para um estudo da Análise Crítica do Discurso”. Tais problemas apontados pelos autores, assim como diversos outros de cunho social, são frutos da ideologia, tema da próxima seção.

A problematização do discurso enquanto “modo de prática política e ideológica” é o ponto central de preocupação de Fairclough (*ibid.*, p. 94), uma vez que o discurso, nessa perspectiva, “mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder”. O autor entende que a política e a ideologia são indissociáveis, uma vez que a ideologia é o resultado das lutas de poder, nas quais o discurso atua como agente que auxilia na naturalização de tal resultado e dos aspectos que o permeia. Essa questão mais ideológica do discurso, segundo Fairclough (*ibid.*, p. 116), alinha-se com a dimensão de prática social do modelo tridimensional, na qual o discurso converge com “uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica”.

2.2 DISCURSO E IDEOLOGIA

No modelo tridimensional do discurso Fairclough abordado acima, o conceito de ideologia e, mais especificamente, para esse caso, o conceito de hegemonia, conforme entenderemos melhor a seguir, são importantes para entender o elo entre a prática social e a prática discursiva e, especificamente, “os aspectos sociocognitivos de sua produção e interpretação” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 126). Fairclough (id.) argumenta que a hegemonia funciona como uma “matriz” ou “modelo” para compreender o discurso a partir de uma ótica que leve em consideração as “relações de poder” e ideologia, pois “as hegemonias têm dimensões ideológicas”. Faz-se necessário, portanto, discutir primeiramente o conceito de ideologia. Fairclough (1995, p. 44) define o conceito de ideologia a partir da ideia de representação que se desenvolve no discurso, em outras palavras: entre a realidade e a frase, existe uma interferência provocada pelos interesses referentes ao sujeito detentor do discurso. O autor (2001 [1992], p. 117) explica que essas interferências estão diretamente ligadas à manutenção do poder na sociedade. De uma forma mais ampla, Fairclough define a ideologia do modo abaixo:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. [...]. As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 117).

Na mesma linha de pensamento, Van Dijk (2009 [2008], p. 25, tradução nossa) denomina essa relação descrita por Fairclough como “reprodução discursiva da dominação”, que pode estar relacionada a qualquer tipo de repressão e domínio social, a exemplo do – no

caso específico dos estudos de Van Dijk – racismo. Um ponto interessante a destacar, entretanto, é o fato de que Fairclough (1995, p. 117) faz questão de enfatizar o poder de transformação da sociedade em relação ao caráter ideológico do discurso. Ou seja, embora a ideologia tenha a possibilidade inerente de fazer com que a dominação e os interesses das classes de poder adquiram uma aparência “natural”, não se trata de uma realidade absoluta, imutável, uma vez que a consciência ideológica, em forma de “luta ideológica”, tem a capacidade de desconstruir essa lógica predominante.

De todo modo, o fato é que todo discurso é, essencialmente, constituído por determinada(s) ideologia(s). Por isso, Fairclough (1995, p. 45) chama atenção, também, à importância de um posicionamento consciente por parte do analista do discurso para que o próprio não aja, assim como o discurso analisado, como um vetor ideológico. É por esse motivo que, ainda segundo ele, é tão necessário o estudo teórico sobre a ideologia para que se possa, de fato, investigar qualquer tipo de discurso. O autor enxerga esse posicionamento como uma alternativa mais completa, em comparação com outros tipos de análise puramente descritivos. Para tanto, é necessário, também, uma “referência fora da situação imediata para a instituição social e a formação social nas quais as ideologias são por definição representações geradas por forças sociais nesses níveis” (FAIRCLOUGH, id., tradução nossa). Ou seja, faz-se indispensável uma consciência acerca do contexto social relacionado ao discurso em análise.

O imbricamento entre ideologia e discurso foi apresentado em termos gerais, porém, existem discussões de dimensão mais técnica referentes a tal relação, a exemplo da teorização sobre o posicionamento da ideologia na linguagem. Fairclough (2001 [1992], p. 118–119) inicia essa discussão a partir da crítica de duas principais perspectivas: a de que a ideologia está presente apenas nas estruturas do discurso e a de que é apenas parte dos textos. Em relação à primeira perspectiva, o autor argumenta que se trata de uma concepção que considera a localização da ideologia a partir de aspectos estruturais e não de uso da língua. Essa análise revela uma afirmação sobre a qual Fairclough (*ibid.*, p. 118) concorda: “os eventos são restringidos por convenções sociais”, entretanto, implica aceitar que “eventos são meras reproduções de estruturas, privilegiando a perspectiva da reprodução ideológica e não a da transformação”. Mais uma vez, o autor reforça sua posição de relativização da dominância das convenções sociais sobre o discurso. A crítica à segunda perspectiva, segundo Fairclough (*ibid.*, p. 119), reside no fato de que a ideologia não está limitada apenas ao texto, já que “processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos – são

processos entre as pessoas – não apenas aos textos que são momentos de tais eventos”. Além disso, conforme argumenta o autor, deve-se considerar o fator interpretativo que varia em relação à identificação da ideologia no texto.

Em contraposição às duas correntes de pensamento, Fairclough (2001 [1992], p. 118) defende uma junção de ambas as perspectivas. Ou seja, de acordo com ele, a ideologia é um fator onipresente no discurso: está localizada tanto nas suas estruturas quanto nos eventos que embasam os textos, uma vez que, em suas palavras, “a ideologia investe a linguagem de várias maneiras, em vários níveis”. Entretanto, conforme se pode observar em outra citação abaixo, Fairclough assume uma posição não determinista para tratar do posicionamento ideológico no discurso. Segundo ele, nenhuma análise que considere as partes do texto como propriedades separadas pode ser válida.

É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos. Outra questão importante sobre a ideologia diz respeito aos aspectos ou níveis do texto e do discurso que podem ser investidos ideologicamente. Uma alegação comum é de que são os ‘sentidos’, e especialmente os sentidos das palavras (algumas vezes especificados como ‘conteúdo’, em oposição à forma), que são ideológicos [...]. Os sentidos das palavras são importantes, naturalmente, mas também o são outros aspectos semânticos [...]. Uma oposição rígida entre ‘conteúdo’ ou ‘sentido’ e ‘forma’ é equivocada porque os sentidos dos textos são estreitamente interligados com as formas dos textos, e os aspectos formais dos textos em vários níveis podem ser investidos ideologicamente. (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 119)

A formulação do conceito de ideologia como ponto de partida para a análise do discurso proposta por Fairclough se referencia em dois teóricos principais: os filósofos Louis Althusser (considerado por ele como autor da mais notória teoria moderna sobre ideologia) e Antonio Gramsci (deste último, Fairclough toma emprestada a ideia de hegemonia e a relaciona com as questões de ideologia e discurso, conforme explicado adiante), ambos vinculados à tradição marxista (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 116). A alusão de Fairclough (*ibid.*, p. 116–122) sobre Althusser parte de referências seguidas de crítica, o que leva a entender que a teoria ideológica de Fairclough é uma tentativa de avanço em relação à teoria althusseriana.

A concepção de ideologia de Althusser é justificada em duas teses. A primeira tese diz respeito ao elo entre a mente humana e o mundo real: "de uma maneira geral, diz-se da

ideologia religiosa, da ideologia moral, da ideologia jurídica, da ideologia política, etc., que são 'concepções do mundo'" (ALTHUSSER, 1980 [1970], p. 77). Tais concepções de mundo, segundo ele, geralmente, não são reais, apenas frutos da imaginação dos indivíduos. “Contudo, embora admitindo que elas não correspondem à realidade [...], admite-se que fazem alusão à realidade, e que basta 'interpretá-las' para reencontrar, sob a sua representação imaginária do mundo, a própria realidade desse mundo" (*ibid.*, p. 78). A segunda tese se refere à materialidade da ideologia: “a tese presuntiva da existência [...] material das ‘ideias’ ou outras ‘representações’, é-nos de facto necessária para avançar na análise da natureza da ideologia”. Ou seja: “uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material” (*ibid.*, p. 84). O aparelho ao qual se refere Althusser são os que ele chama de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs). Os AIEs são entidades que podem ser, por exemplo, do âmbito jurídico, político e de informação (mídia) (*ibid.*, p. 44), que na iniciativa privada são representadas pelas “Igrejas, os Partidos, os sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais” (*ibid.*, p. 45). Sobre tais contribuições de Althusser, Fairclough comenta:

As bases teóricas que tenho em mente são três importantes asserções sobre ideologia. Primeiro, [...] ela tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, [...] a ideologia ‘interpela os sujeitos’, que conduz à concepção de que um dos mais significativos ‘efeitos ideológicos’ que os lingüistas (*sic*) ignoram no discurso (segundo Althusser, 1971: 16, n. 16), é a constituição dos sujeitos. Terceiro, [...] os ‘aparelhos ideológicos de estado’ (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente. Se o debate sobre a ideologia e o discurso tem sido fortemente influenciado por essas posições, também tem sido prejudicado pelas limitações amplamente reconhecidas da teoria de Althusser (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 116–117).

A crítica de Fairclough a Althusser está centralizada na questão da “interpelação dos sujeitos”, definida por Fairclough (*ibid.*, p. 121) como a forma pela qual a ideologia penetra a consciência dos sujeitos, fazendo com que internalizem automaticamente “a ação e os efeitos desta”. Entretanto, para ele (*id.*), trata-se de uma concepção que desconsidera “a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas”. Ainda segundo Fairclough (*ibid.*, p. 120),

a perspectiva de dominação ideológica de Althusser induziria a uma naturalização desta, ou seja, embora ele concorde que a ideologia esteja enraizada camufladamente nos diversos âmbitos da sociedade, nem sempre os sujeitos inseridos nessa ideologia tem conhecimento disso, o que pode ser modificado por meio do que ele chama de “educação lingüística (*sic*)”. A perspectiva de Fairclough (2001 [1992], p. 121–122), denominada por ele como “dialética”, considera a autonomia e força de desconstrução do indivíduo perante a ideologia.

Sugeri que as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. Em princípio, as relações de poder podem ser afetadas pelas práticas discursivas de qualquer tipo, mesmo as científicas e as teóricas. Mas daí nem todo discurso é irremediavelmente ideológico. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia. Portanto, não aceito a concepção de Althusser (1971) de ‘ideologia em geral’ como forma de cimento social que é inseparável da própria sociedade. Além disso, o fato de que todos os tipos de discurso são abertos em princípio, e sem dúvida de certo modo concretamente, ao investimento ideológico em nossa sociedade não significa que todos os tipos de discurso são investidos ideologicamente no mesmo grau (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 121–122).

Em relação a Gramsci, Fairclough (*ibid.*, p. 122) defende a articulação do conceito de hegemonia, especialmente tal qual desenvolvido pelo filósofo marxista, com sua própria teoria sobre ideologia, contribuindo especificamente na questão sobre “mudança discursiva” por meio da “evolução das relações de poder”. A partir de Gramsci, Fairclough (*id.*) define hegemonia como sinônimo de “dominação” e “poder”, presentes em diversos âmbitos da sociedade e incidindo, inclusive, na própria ideologia: “hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento”. Ou seja, é por meio da ideologia que a hegemonia se faz presente “para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação” (FAIRCLOUGH, *id.*). Assim como Althusser, Gramsci destaca a capacidade naturalizadora da ideologia e enxerga os sujeitos enquanto “estruturados por diversas ideologias implícitas em sua prática” (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 123). No que se refere ao discurso, Fairclough (*ibid.*, p. 123–124) elucida que as dimensões da prática discursiva, discutidas anteriormente, fazem parte da “luta hegemônica”, ao reforçar (ou desconstruir) as regras discursivas e as desigualdades sociais.

Van Dijk (2009 [2008], p. 30) trabalha a questão da ideologia a partir o conceito de poder, especificamente enquanto sinônimo de controle. O controle é instrumento de dominação entre classes. Trata-se da dominação do e pelo discurso, que pode ser praticada como censura ou controle mental. “Essa ação controlada pode ser [...] discursiva, de tal modo que o discurso dos poderosos termine por influenciar, indiretamente, outros discursos que levem água para o moinho de quem está no poder” (VAN DIJK, *ibid.*, p. 31, tradução nossa). O controle discursivo, segundo ele (*id.*), depende do controle do contexto (ou “evento comunicativo”). Nesse ponto, Van Dijk (*id.*, tradução nossa) chama atenção a quem controla as mídias de massa, uma vez que “os que estão no poder regulam o acesso ao discurso”. As questões abaixo representam uma preocupação central nos estudos de Van Dijk:

Quem tem acesso às (produção de) notícias da imprensa e aos programas de televisão e quem controla esse acesso? Quem pode organizar conferências de imprensa as quais assistirão muitos jornalistas? Quais comunicados de imprensa estão se lendo e publicando? A quem se está entrevistando e citando com frequência? As ações de quem se definem como notícias? A quem pertencem os artigos de opinião e as cartas dos leitores que se estão publicando? Quem pode participar de um programa de televisão? E, de maneira mais geral, a quem corresponde a definição da situação política e social aceita e levada a sério? Em todos esses casos estamos falando do acesso ativo, ou seja, de uma participação no controle dos conteúdos e das formas das mídias [...] (VAN DYJK, *ibid.*, p. 31, tradução nossa).

O poder, para Van Dijk (*ibid.*, p. 34, traduções nossas) está nas mãos “dos governos, dos Parlamentos, dos organismos estatais, da polícia, da mídia, dos militares e das grandes corporações”, por exemplo. No caso específico da imprensa, ele explica que não se trata de um poder individual dos jornalistas, mas sim do “poder de uma organização”. Isso implica a necessidade, segundo ele, de uma análise social anterior à análise do discurso em si. O poder exercido pelas mídias de massa é, em suas palavras, um “poder simbólico”, praticado por uma “elite simbólica” que detêm “um acesso especial ao discurso público” (VAN DIJK, *ibid.*, p. 36, traduções nossas). É por meio da mídia, segundo Fairclough (1995, p. 119, traduções nossas), enquanto “mais importante instituição social”, no que se refere à disseminação, que ideologia, consenso “e práticas, significados, valores e identidades são ensinadas e aprendidas”. Dessa forma, introduzimos o assunto da próxima seção, na qual discutiremos mais a fundo sobre o discurso jornalístico.

2.3 DISCURSO JORNALÍSTICO

Após o controle do contexto, anteriormente abordado, aclara Van Dijk (2009 [2008], p. 64) as etapas para o controle social – e “reprodução ideológica” (*ibid.*, p. 71) – são: o controle produtivo do discurso e, conseqüentemente, do discurso em si. Voltamos, assim, à questão do acesso ao discurso, na qual envolve todas as perguntas do autor postas no término da seção acima. A regra geral, nesse caso, ainda segundo ele (id), é que a condição (individual ou coletiva) de acesso ao discurso, principalmente ao das mídias de massa, é diretamente proporcional à dimensão do poder (referente ao indivíduo ou ao grupo). Podemos interpretar o sentido de “poder” nesse âmbito como econômico, institucional, político, entre outros tipos de poderes de influência social. Para Van Dijk (*ibid.*, p. 64, tradução nossa), esse controle se dá por meio das “formas de (re)produção do discurso, a saber, as formas de produção material, a articulação, a distribuição e a influência”.

Existe, ainda segundo Van Dijk (*ibid.*, p. 70), uma relação direta entre controle social e controle do discurso por conta da possibilidade desse último de moldar a opinião pública. Como esse controle é feito, sobretudo, pelos poderosos, o autor (id., tradução nossa) explica que “a elite simbólica e seu discurso sempre controlam os tipos de discursos, os temas tratados, a classe e a quantidade de informação, a seleção e a censura dos argumentos e da naturalidade das operações retóricas”. Van Dijk (*ibid.*, p. 74, tradução nossa) enxerga esse processo como distorção da comunicação “mediante a difusão seletiva da informação que é favorável às elites de poder ou limitando a informação que os é desfavorável”. Van Dijk (*ibid.*, p. 97) abre uma exceção a alguns jornalistas que se negam a participar do ciclo de reprodução ideológica. Entretanto, segundo ele (id., tradução nossa), trata-se de um sistema que predominantemente reforça “explicitamente as normas, os valores e as disposições fundamentais do poder”. Sobre como a mídia se configura para reforçar as relações de poder, Van Dijk explicita:

Nada pode negar que, de todas as formas de texto impresso, os das mídias de comunicação em massa são os mais penetrantes, se não os mais influentes, se os julgarmos com os critérios do poder que exercem sobre a amplitude de seus receptores. [...]. Temos visto que muitas pessoas que têm poder [...] obtêm uma cobertura de rotina por parte das mídias massificadas de notícias, com o qual esse poder se confirma e se legitima ainda mais. [...]. Através do uso seletivo das fontes, a rotina do ritmo das notícias e a seleção de temas

das reportagens, as mídias de notícia decidem quais atores estarão representados publicamente, o que se dirá deles e, especialmente, como se dirá. Grande parte do trabalho recente sobre a produção de notícias tem mostrado que esses processos não são arbitrários e que não estão determinados simplesmente pelas noções intuitivas do interesse jornalístico. [...]. Em suma, a inserção corporativa da maioria das mídias ocidentais, especialmente os jornais, assim como a organização da rotina de produção das notícias, a tendência a recorrer a fontes facilmente disponíveis e credíveis e os aspectos profissionais e ideológicos gerais do que merece ser notícia, são todos elementos que concorrem para inculcar cognições sociais e produzir textos que favorecem os relatos sobre as pessoas, os grupos e as instituições mais poderosos da sociedade (van Dijk, 1987b). De tal modo que, ao invés de ser simplesmente um porta-voz da elite, as mídias também mostram que são uma parte inerente da estrutura de poder da sociedade cuja dimensão simbólica controlam (VAN DIJK, 2009 [2008], p. 95–96, tradução nossa).

O linguista Patrick Charaudeau, embora seja alinhado principalmente à corrente francesa da Análise do Discurso, dialoga com a concepção de Van Dijk no que se refere ao discurso midiático, que faz parte do que Charaudeau (2007 [2005], p. 16) classifica como “lógica simbólica”, a partir da qual as pessoas, entre outros processos, “constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido”. Em relação à questão do poder, Charaudeau (*ibid.*, p. 18) parte para uma análise diferenciada, na qual afirma que “as mídias não são uma instância de poder”. Essa negação se justifica no argumento do autor de que a mídia, por si só, não regula nenhum âmbito da sociedade. A mídia, entretanto, está inserida em uma instância maior de poder e age de acordo com seus preceitos. Ou seja, “as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas” (CHARAUDEAU, *id.*). Essa manipulação, para o autor (*ibid.*, p. 19–20), resume-se ao uso da linguagem enquanto meio controlável de representação da realidade.

Charaudeau (*ibid.*, p. 34–35) problematiza a concepção tradicional de fluxo linear de comunicação, na qual o transmissor (no caso específico do estudo do autor e dessa pesquisa, a mídia) media a relação entre a informação e o receptor. Esse fluxo, segundo a crítica do autor (*ibid.*, p. 35), “elimina todo efeito perverso da intersubjetividade constitutiva das trocas humanas e identifica a comunicação com a informação e esta com um simples procedimento de transmissão de sinais”. A informação, para Charaudeau (*ibid.*, p. 36), é, por si só, oca, pois depende do tratamento subjetivo dos indivíduos, assim como do contexto e da plataforma na qual é exposta, para que possa existir e significar. Em outras palavras: “a informação é pura

enunciação” (CHARAUDEAU, 2007 [2005], p. 36). Por esse motivo, Charaudeau (*ibid.*, p. 151) afirma que a “informação midiática” não é um espelho, mas, sim, uma construtora da realidade. Isso porque, para ele (id.), fatores como “seleção dos fatos e dos atores”, categorização e escolha de “modos de visibilidade” estão envolvidos no processo de transmissão da informação.

O “espaço social”, diz Charaudeau (*ibid.*, p. 131), existe independentemente do discurso da mídia, mas necessita da nomeação deste e de outros discursos para obter significação. Ele (id.) exemplifica: “mortos são mortos, mas para que signifiquem ‘genocídio’ [...] é preciso que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais”. Apesar de forjar uma naturalização, explica o autor (*ibid.*, p. 151), “a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada”. Esse processo, ainda segundo Charaudeau (*ibid.*, p. 38–39) acontece, entre outros meios, pelas formas de “tratamento da informação”, que seria a maneira como a informação é trabalhada para ser noticiada. No tratamento, estão presentes ações como seleção de informação e “escolhas discursivas”. Charaudeau (id.) explica que tais ações estão relacionadas à produção de efeito desejado, por meio de inclusão e exclusão de dados. Tais recursos são abordados com mais especificidade pela Teoria do Enquadramento, conforme aplicada nos estudos de comunicação, sobre a qual discutimos no capítulo seguinte.

Charaudeau (*ibid.*, p. 37) mostra especial preocupação com a forma a partir da qual ocorre a seleção de informação, especificamente no que se refere aos critérios (e o que os envolvem) utilizados nessa prática. Embora considerado por ele (id.) como necessária para comunicar um acontecimento textualmente, as possíveis vantagens, por parte do veículo midiático, que estejam vinculadas e escondidas por trás desse recurso colocam em questionamento a credibilidade e isenção de interesse da informação. A seleção, conforme análise do autor (id.), relaciona-se com a fonte de notícia, que diz respeito à questão da “validade” e da “natureza da informação”. A tentativa de validade, por parte da mídia, se dá, segundo Charaudeau (*ibid.*, p. 87), por meio de “descrição-narração” (reprodução do acontecimento) e “explicação” (argumentação sobre as partes do acontecimento). Charaudeau (*ibid.*, p. 88) propõe uma análise linguística sobre a validade, ou o que seria verdade no âmbito discursivo. Em suas palavras (id.), “o verdadeiro”, em contraposição ao “falso”, “seria dizer o que é exato”, “o que aconteceu”, “a intenção oculta”, “fornecer a prova das explicações”.

A discussão sobre o que é verdadeiro e o falso no discurso da mídia suscita outro debate: qual a dimensão e como se dá a manipulação por parte dos meios de comunicação. Charaudeau (2007 [2005], p. 252) define a manipulação como processo no qual estão envolvidos dois pólos de interação, definidos como “alguém (ou uma instância)”: o primeiro é beneficiado pela indução do pensamento ou ação do segundo. Entretanto, continua ele (id.), no caso da mídia, esse modelo não se aplica nesses simples termos, pois os receptores têm capacidade de racionalização crítica, além do fato da mídia – assim como já dito – em alguns casos, ser uma transmissora manipulada da manipulação. Charaudeau (id.) se posiciona de forma favorável à atuação da mídia, enquanto pilar da democracia e do fundamental compartilhamento de informação a nível mundial.

Quanto à afirmação banal de que “as mídias se dirigem às massas”, constata-se que cada vez menos pode-se dizê-lo, pois não se manipulam as massas com facilidade. Ninguém está capacitado para dizer o que as massas representam exatamente, a não ser opiniões diversas, múltiplas e fragmentadas que só se apreendem através de instrumentos de análise (sondagens, pesquisas, experimentações), que, na verdade, constroem entidades díspares, cada uma de acordo com o método de investigação. [...]. É claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos. Não é, como dizem, porque elas tornem visível o invisível, mas porque só tornam visível aquele visível que decidiram nos exibir, e esse visível não é necessariamente igual àquele que o cidadão espera ou deseja: agenda midiática, agenda política e agenda cidadã não são sempre as mesmas. É preciso ter em mente que as mídias informam deformando, mas é preciso destacar, para evitar fazer do jornalista um bode expiatório, que essa deformação não é necessariamente proposital. Mais uma vez, é a máquina de informar que está em causa, por ser ao mesmo tempo poderosa e frágil, agente manipulador e paciente manipulado (CHARAUDEAU, *ibid.*, p. 252–253).

Por tal pluralidade de atuação, intenção e de efeitos que a mídia provoca, Charaudeau (*ibid.*, p. 252) destaca que o estudo sobre esses aspectos deve levar em consideração algumas particularidades inerentes a cada segmento da mídia: o veículo midiático, o material de análise, as “regras de funcionamento”, os “tipos de efeitos” e público-alvo inerentes ao segmento em questão. No caso desta pesquisa, serão trabalhados especificamente os três primeiros tópicos, a saber: as matérias do caderno de política (material) dos jornais impressos (veículo), a partir da análise discursiva com foco no texto e, conseqüentemente, nas técnicas de produção textual (regras de funcionamento).

Nesse mesmo sentido, Van Dijk (1988b, p. 13–14, traduções nossas) propõe que a análise discursiva seja posta em prática com base inicial no que ele define como “macroestruturas” e “superestruturas”. O primeiro conceito diz respeito ao tema, ou, mais especificamente, à abordagem geral do texto, que vai além das palavras e frases, embora seja produzido a partir desses elementos, num processo de “seleção, generalização e construção” (VAN DIJK, *ibid.*, p. 13, tradução nossa) que se faz entendido graças aos conceitos pré-estabelecidos pelos leitores. O autor (*ibid.*, p. 14, traduções nossas) exemplifica pela interpretação da frase “Os aviões dos EUA voaram até a Líbia. Eles bombardearam o porto de Bengasi” como “Os EUA atacam a Líbia’ porque nós sabemos que os ataques militares podem envolver aviões, que aviões geralmente podem voar e jogar bombas, e que jogar bombas é uma forma de ataque”. Essa última frase interpretativa é definida por Van Dijk (*id.*, traduções nossas) como “coerência global”, que permite a “compreensão, armazenamento, memorização, e posterior reprodução pelos usuários da mídia”. Em relação às “superestruturas”, Van Dijk (*id.*, tradução nossa) as conceitua como “forma sintática de expressar e organizar os sentidos de uma frase”. Ou seja, trata-se do arranjo estrutural da macroestrutura. Esse arranjo é composto por “um conjunto de regras ou estratégias” de organização textual (VAN DIJK, *id.*, tradução nossa).

As estruturas apresentadas acima fazem parte do que Van Dijk (*ibid.*, p. 15) chama de “estruturas globais”, necessárias na rotina jornalística, na interpretação por parte dos leitores e na análise científica. Em relação à produção textual, o autor (*id.*, traduções nossas) elucida que tais estruturas definem as configurações das partes dos textos, a saber: título e *lead*¹ – no sumário, primeira parte da notícia – e, no corpo, última parte, os “fatos principais”, “contextos”, “história”, “reações verbais” e “comentários”. Essas configurações, segundo Van Dijk (*id.*), são categorias pré-estabelecidas nas quais os jornalistas, automaticamente, procuram encaixar os acontecimentos. Tais categorias se organizam da seguinte forma:

O topo da macroestrutura de uma reportagem noticiosa geralmente tende a ser expresso primeiro; ou seja, primeiro o título (a maior macro proposição), então o *lead* (o topo da macroestrutura) e subsequentemente as menores macro proposições da reportagem, com os detalhes do conteúdo e as categorias esquemáticas menos proeminentes (ex.: história e comentários) em direção o fim (VAN DIJK, *id.*).

¹ Primeiro parágrafo do texto jornalístico, contem as principais informações da notícia, em formato resumido.

Concluímos, assim, uma introdução sobre as propostas de etapas de análise do discurso midiático, sobre as quais discutiremos com mais detalhamento na seção abaixo, assim como sobre a conceituação da Análise do Discurso e, especificamente, a Análise Crítica do Discurso. Ambas as discussões, metodológica e conceitual, baseiam-se novamente nos pontos de vista de Fairclough e Van Dijk.

2.4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ENQUANTO PARÂMETRO DE PESQUISA

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um desdobramento da Análise do Discurso (AD) de origem francesa, que, conforme Fairclough (2001 [1992], p. 31–32), enquadra-se no viés de motivação crítica dos estudos sociais discursivos e tem Pêcheux como precursor. Tal motivação se justifica, ainda segundo ele (*ibid.*, p. 31), na “descrição das práticas discursivas” e por levar em consideração aspectos ocultos ideológicos e de dominação, culturais e a influência do discurso nas “identidades sociais”. A perspectiva crítica relatada por Fairclough pode ser identificada como fruto do Funcionalismo. Como relatam Acioli e Azevedo (*In: BARROS et al. (org.)*, 2014, p. 159) a corrente linguística funcionalista, em oposição ao Formalismo, é fundamentada nos “usos reais” da língua e aplicada nos estudos “através de textos completos e não fragmentos, para serem submetidos a olhares comparativos entre diversos corpus”. Em alinhamento a tal perspectiva, a AD, segundo os autores (*ibid.*, p. 161), propõe a compreensão da linguagem enquanto plataforma de prática ideológica e subjetividade humana, que carrega consigo, além das mensagens aparentes, diversas outras significações tácitas.

A análise discursiva, de modo geral, conforme Van Dijk (1988a, p. 17), é uma convergência de diversas áreas de investigação, como a Linguística, Semiótica, Sociologia e Antropologia, que começou a se tornar notória entre 1960 e 1970 e que, com o passar dos anos, acumula outras contribuições que a faz se projetar como “nova disciplina independente”. De modo específico, a AD, como explica Fairclough (*ibid.*, p. 51), é desenhada inicialmente pelos conceitos de ideologia de Althusser trabalhados por Pêcheux. O ponto principal da teoria de Althusser, nesse contexto, é a ideia de interpelação do sujeito. Nesse processo, constituem-se – de forma oculta, dentro das AIEs (vistas anteriormente) – sujeitos posicionados socialmente por meio da ideologia (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 52).

Pêcheux acrescenta, ainda segundo Fairclough (2001 [1992], p. 52), o fator da linguagem, particularmente o discurso, enquanto “material da ideologia fundamentalmente importante” e a noção de Foucault de Formação Discursiva (FD) como regras linguísticas presentes numa “posição de classe” de uma formação ideológica dentro de uma AIE. Ou seja, “os sujeitos sociais são constituídos em relação a FDs particulares e seus sentidos” (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 52–53). Na perspectiva de Pêcheux, o interdiscurso é um conjunto de FDs, que conversam entre si e se influenciam, determinado pelos conflitos ideológicos da AIE a qual pertence, os quais independem dos sujeitos inseridos: “os sujeitos tendem a perceber a si mesmos equivocadamente como a fonte dos sentidos de uma FD, quando na verdade são seus efeitos” (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 53). Sobre esse posicionamento, Fairclough critica:

A força da abordagem de Pêcheux, e a razão para considerá-la como crítica, é que ela casa uma teoria marxista do discurso com métodos lingüísticos (*sic*) de análise textual. Entretanto, o tratamento dos textos é insatisfatório. [...] eles são homogeneizados antes da análise pela maneira como o corpus é constituído (Courtine e Marandin, 1981: 22-23), e o efeito da aplicação de procedimentos transformacionais à análise de textos em orações separadas é eliminar aspectos distintivos da organização textual. Além disso, tais procedimentos possibilitam um foco seletivo sobre partes dos textos, o que significa que os objetos de análise são efetivamente as orações e não os textos completos. Os textos também são tratados como produtos, exatamente como na lingüística (*sic*) crítica, e os processos discursivos de produção e interpretação textual recebem pouca atenção. [...]. Em suma, os textos são tratados como evidências para hipóteses sobre as FDs formuladas a priori, contrariam ente à tentativa pelos analistas de estudo cuidadoso daquilo que é distintivo no texto e no evento discursivo. [...]. Conseqüentemente (*sic*), há uma visão unilateral da posição do sujeito como um efeito; é negligenciada a capacidade dos sujeitos de agirem como agentes, e mesmo de transformarem eles próprios as bases da sujeição. A teoria de “desidentificação” como mudança gerada exteriormente por uma prática política particular é uma alternativa implausível para construir a possibilidade de transformação em nossa visão do discurso e do sujeito (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 55–56).

O foco da AD no efeito, segundo Walsh (2011, p. 13) é o ponto principal que a diferencia da ACD, na qual o foco reside na ação, o que significa que o indivíduo tem a capacidade política de transcender e modificar as regras do contexto o qual pertence. Semelhante à crítica de Fairclough sobre a perspectiva de efeito, Walsh (id.) comenta que ela “demonstra claramente a impossibilidade de qualquer controle do sujeito. Ele é determinado historicamente”. Embora, segundo a autora (*ibid.*, p. 14), exista na AD a capacidade de autonomia dos sujeitos dentro da FD, esta está relacionada apenas às “dinâmicas simbólicas”

e relações de classe, enquanto na ACD, é resultado de uma força política que determina o “poder reflexivo” dos sujeitos nessa perspectiva. Outra diferenciação fundamental diz respeito à concepção de discurso: a ACD vai além da relação “entre o social e o linguístico”, uma vez que “não se aborda o discurso como englobando o histórico e o linguístico, mas como mediador” (WALSH, 2011, p. 15). Além disso, se, por um lado, a análise da AD é bidimensional (teoria/análise), por outro, a ACD é, como visto anteriormente, na teoria de Fairclough, tridimensional (WALSH, *ibid.*, p. 17). Sobre a ACD, Acioli e Azevedo (*In: BARROS et al. (org.)*, 2014, p. 163) destacam que a tridimensionalidade é estudada socioantropológica e sociopoliticamente, num esforço de analisar como se dá o uso do discurso nos “processo de dominação hegemônica, presentes nos grupos políticos, religiosos, econômicos, pedagógicos, acadêmicos, midiáticos” para “um desvelamento das sutilezas do processo de dominação social” (ACIOLI; AZEVEDO, *ibid.*, p. 169).

Van Dijk (2009 [2008], p. 21, tradução nossa), um dos principais expoentes da ACD, propõe o termo Estudo Crítico do Discurso (ECD) para desvincular da concepção errônea estabelecida de que a ACD se trata de um parâmetro metodológico de análise, quando, na verdade, é uma área interdisciplinar de estudo que agrega variados métodos, conforme as necessidades de cada pesquisa, geralmente relacionados à “observação, descrição ou análise das suas aplicações [teóricas]”. Na ECD, segundo o autor (*ibid.*, p. 24, tradução nossa), estudam-se aspectos discursivos que divulgam e reforçam questões relativas ao poder dominante, por meio da análise das “estruturas sintáticas [...], passando pela seleção do léxico, a semântica e as pressuposições ou descrições das pessoas, das figuras retóricas e das estruturas argumentativas”. Para unificar a discussão, uma vez que ACD e ECD essencialmente têm o mesmo significado, utilizamos, nesta pesquisa, o primeiro termo, mas com a pressuposição inerente ao segundo (de que não se trata, por si só, de um método).

Fairclough (2001 [1992], p. 102–104) divide o campo de análise em duas áreas: textual e prática discursiva, que compreendem as três etapas do texto: produção, interpretação e “propriedades formais” (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 104). A primeira se preocupa com aspectos lexicais, gramaticais, coesivos e estruturais do texto, enquanto a segunda se atém aos atos de fala, a coerência e a intertextualidade (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 103–104). Segundo o autor (*ibid.*, p. 104), os textos são definidos a partir das “escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença”. Discutiremos mais afundo a lexicalização, a coerência, a coesão, a estrutura e a intertextualidade.

A lexicalização, na definição de Fairclough (2001 [1992], p. 105), compreende a significação histórica e cultural das palavras, e, especificamente no contexto da ACD, de “significância política e ideológica”; aspectos que podem ser identificados em três dimensões das palavras: “relexicalização”, “sentido da palavra” e metáfora. A primeira dimensão se refere a como as palavras adquirem significados diferentes de acordo com o poder (e sua alternância) político-social e como a lexicalização se faz mais presente em determinados contextos (FAIRCLOUGH, id.). A segunda está relacionada ao reflexo hegemônico na significação das palavras e nas conexões entre elas, ou seja, “como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas” (FAIRCLOUGH, id.). A terceira diz respeito à materialização político-ideológica nas metáforas (FAIRCLOUGH, id.), como nos exemplos:

A primeira oração (a manchete) ["Podemos Seriamente Atender nossas Demandas de Energia sem a Energia Nuclear?"] pode ser considerada como uma metáfora gramatical: é transitiva e parece uma oração de ação dirigida (“nós” como agente, “nossas demandas de energia” como objeto), mas pode ser considerada como uma construção metafórica de, por exemplo, “podemos produzir seriamente tanta energia como queremos usar sem a energia nuclear?”. Na versão metafórica, temos uma nominalização (“nossas demandas de energia”) como objeto, o que trata como uma entidade pressuposta o que seria uma asserção questionável (como “nós continuamos a querer mais energia”). Enquanto a asserção está aberta ao debate, a pressuposição não. Coisas semelhantes acontecem nos dois períodos seguintes, exceto que aqui as entidades pressupostas são também temas (“o consumo de energia em todo o mundo”, “a demanda de energia nas nações industriais” [...]), o que reforça sua posição de “informação dada”, informação que pode ser tomada como tácita. Assim, a metáfora gramatical, nominalização e o tema conspiram para pôr em segundo plano a questão principal que é se realmente necessitamos de tanta energia (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 229–230).

A nominalização, explica Fairclough (*ibid.*, p. 227), por meio de recursos como a voz passiva, possibilita a abstratização de fatos reais e “a conversão de processos em nomes, que tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano - o tempo e a modalidade não são indicados - além de usualmente não especificar os participantes” (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 223). O tema, ainda segundo o autor (id.), “é a parte inicial da oração” que revela as funções e a organização informativa do texto, além dos “pressupostos do senso comum a respeito da ordem social e das estratégias retóricas”, uma vez que o tema normalmente indica conceitos implícitos previamente postos na relação entre jornalista e leitor, no caso da mídia. De uma forma geral, Fairclough define a metáfora:

As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de discurso [...]. Além disso, as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais do discurso. Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental. Um dos marcos definidores no interior e além das práticas discursivas é a forma como um domínio particular da experiência é metaforizado. [...]. E um aspecto da mudança discursiva com implicações culturais e sociais significativas é a mudança na metaforização da realidade. [...]. Algumas metáforas são tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura particular que as pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas no seu discurso, pensamento ou ação, mesmo quando se chama sua atenção para isso (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 241).

A coerência, segundo Fairclough (*ibid.*, p. 113), pertence aos âmbitos interpretativo e de organização semântica entre os componentes do texto. Pode-se entender que a interpretação se dá por meio de um ponto de vista externo ao texto e a organização de sentido está inserida em sua própria configuração, mas, como coloca o autor (*id.*), ambos os aspectos têm uma relação de dependência mútua que pode indicar “pressupostos de tipo ideológico”, uma vez que “princípios interpretativos particulares associam-se de maneira naturalizada a tipos de discurso particulares”, ou, em outras palavras, “os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ [...] de fazer as conexões e as inferências [...] necessários para gerar leituras coerentes”. A coesão, por sua vez, está inserida dentro do conceito de coerência (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 220) e pode ser definida como a conexão, de forma ascendente, entre orações, frases e estruturas textuais, estabelecida, por exemplo, pelo “uso de vocabulário de um campo semântico comum, a repetição de palavras, o uso de sinônimos próximos”, por meio de “pronomes, artigos definidos, demonstrativos, elipse de palavras repetidas” e conjunções (FAIRCLOUGH, *ibid.*, 105–106). A coesão está presente em estruturas como o tema e revela “esquemas retóricos”, que indicam “significação cultural ou ideológica” (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 217).

Num sentido mais amplo, a estrutura textual, explica Fairclough (*ibid.*, p. 106), se refere à formação construtiva do texto, mais especificamente, como as variadas partes do texto são projetadas de acordo com o gênero e a plataforma textual. No caso das reportagens impressas, essa organização pode ser identificada no que Van Dijk define como “estruturas globais”, conforme abordado anteriormente. Numa ótica social, Fairclough (*id.*) explica que “tais convenções de estruturação podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e

crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidos nas convenções dos tipos de texto”.

A intertextualidade, finalmente, significa o intercâmbio textual de informação e discurso, ou até mesmo de regras referentes a tipos específicos de “gêneros, discursos, estilos” (intertextualidade constitutiva), podendo estar presente de forma explícita (intertextualidade manifesta) ou implícita (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 136). Segundo Fairclough (*ibid.*, p. 114), esse aspecto pode ser identificado em três diferentes âmbitos do texto: produção, distribuição e consumo. No primeiro âmbito, encontra-se o caráter histórico da intertextualidade, no qual o texto remete a outros anteriores a ele (FAIRCLOUGH, *id.*). Na distribuição, ocorre a “exploração de redes [...] em que os textos se movimentam”, a exemplo, como coloca o autor (*id.*), da passagem entre o discurso político e a reportagem. O consumo, por sua vez, revela a intertextualidade receptiva: o receptor interpreta o texto de acordo com outros que absorveu anteriormente – além do próprio texto em questão (FAIRCLOUGH, *id.*). O autor também destaca implicações hegemônicas nesse contexto, uma vez que a “produtividade” intertextual “é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder” (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 135).

Fairclough indica os recursos dentro do processo intertextual: representação do discurso, pressuposição, metadiscurso e ironia. A “representação do discurso” é o termo utilizado pelo autor (*ibid.*, p. 153) para designar o ato de representar um discurso (em detrimento de outro) no texto; nesse sentido “os tipos de discurso diferem não somente no modo como eles representam o discurso, mas também nos tipos de discurso que eles representam e nas funções do discurso no texto representador”, o que implica “diferenças no que é citado, quando, como e por quê”. Essas diferenças, explica Fairclough (*ibid.*, p. 153–154), podem ser percebidas pelo grau de explicitação ou implicação (discurso “traduzido na voz do discurso representador) do discurso representado. O primeiro caso, de discurso direto (identificado pelas aspas), geralmente reproduz “as palavras exatas usadas no discurso representado”, enquanto no segundo, discurso indireto, “não se pode ter certeza de que as palavras do original são reproduzidas ou não” (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 154).

Já o recurso da pressuposição indica afirmações no texto que supõe uma concordância ou entendimento por parte do receptor – que, intertextualmente, explica-se no fato de que tal afirmação já foi posta por outros textos – por meio do uso de conjunções, artigos definidos (“por exemplo, exemplo, ‘a ameaça soviética’ pressupõe que há uma ameaça soviética”)

(FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 155). Vale destacar que, segundo o autor (*ibid.*, p. 156) os textos que embasam a pressuposição no nível interpretativo não necessariamente podem ser identificados, já que muitas pressuposições partem do que ele chama de “experiência textual acumulada”, que seria uma espécie de senso comum intertextual. Nesse contexto, estão classificadas também as “frases negativas”, que usam do recurso da pressuposição para refutar informações intertextuais, por exemplo, “‘a ameaça soviética é um mito’ funciona [...] é semanticamente negativa, como é mostrado por uma paráfrase como ‘a ameaça soviética não é uma realidade’” (FAIRCLOUGH, *ibid.*, p. 157).

O metadiscorso, por sua vez, conforme explica Fairclough (*ibid.*, p. 157) é um recurso de distanciamento para mascarar a autoria de partes do texto, ao induzir a atribuição de tais partes para outros textos, por meio de “expressões ‘evasivas’” (exemplo: “‘espécie de’”), metáfora, paráfrase ou atribuição explícita a outra voz autoral. O autor (*id.*) resume o conceito: “o metadiscorso implica que o(a) falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo”. Nesse sentido, também se encontra a ironia, que Fairclough (*ibid.*, p. 159) descreve como significação oposta a que está explícita no enunciado, o que intertextualmente quer dizer que tal enunciado faz referência a outro externo ao texto no qual está inserido.

Numa abordagem especificamente voltada para o discurso jornalístico, Van Dijk (1988b, p. 19–20, tradução nossa) propõe uma análise sóciocognitiva da produção de notícias, capaz de oferecer um compreensão sobre a relação entre o texto e seu referente contexto e processos de “entendimento, atribuição de significado, transferência de informação, persuasão, reprodução simbólica”, a partir do pressuposto de que jornalistas e público são “atores sociais e membros de grupos” e não indivíduos isolados. Esses processos, explica o autor (*ibid.*, p. 21, traduções nossas), são construídos por meio de “representações”, possibilitadas pelos “*scripts*” cognitivos – roteiros mentais das regras existentes de cada âmbito da vida social, “para que as pessoas possam interagir entre elas ou se comunicar baseado nesse conhecimento compartilhado” – e “representações de enquadramentos” – definição mental sobre “objetos ou pessoas [...] categorias ou regras de linguagem, discurso e comunicação”. Esses tipos de representação são estabelecidos e compartilhados socialmente e definem o senso comum; em outras palavras: “esses vários tipos de conhecimento social e crenças incluindo códigos de linguagem, enquadramentos, *scripts* e atitudes formam as representações gerais usadas para interpretar informações concretas recebidas, tais como situações, eventos, ações e discurso” (VAN DIJK, *id.*, tradução nossa).

Segundo Van Dijk (1988b, p. 22, tradução nossa), tais representações (ou “modelos mentais”) são utilizadas na compreensão dos textos, sobretudo textos jornalísticos. Além dos modelos mentais, há os “modelos de contexto”: *scripts* específicos sobre eventos comunicativos, necessários para que as pessoas possam interagir comunicativamente a partir deles e que também possibilitam um tipo de modelo de “reprodução”, pelo qual os participantes do evento conseguem narrá-los posteriormente, com a ressalva de que, passado um determinado tempo desde o evento, o que resta na memória são as informações macroestruturais (VAN DIJK, *ibid.*, p. 23, traduções nossas). Como visto anteriormente, as notícias da imprensa são construídas a partir da mesma lógica: as macroestruturas (título e *lead*) são priorizadas e evidenciadas na estrutura do texto. A mídia também faz uso, segundo Van Dijk (*ibid.*, p. 27, tradução nossa), das representações sociais porque os interlocutores do processo noticioso fazem parte da sociedade que as cria e reproduz: “esses modelos contribuem em cada etapa da produção de notícia, tais como apuração, [...], compreensão e resumo das fontes do texto, e finalmente a própria escrita e edição da reportagem”.

Nós usamos conjuntos de tais modelos para fazer generalizações e abstrações e eventualmente pode reconstruir o tipo dos enquadramentos, *scripts*, ou atitudes que formam nossos conhecimento social e crenças gerais. Isso significa que entre modelos únicos por um lado e *scripts* abstratos em outro, nós também devemos ter modelos generalizados (mas também pessoais) das nossas experiências rotineiras com eventos ou situações recorrentes – por exemplo de ir trabalhar, jantar diário ou de ir ao shopping todo sábado de manhã. Modelos são representações centrais de todos os nossos processo de entendimento. O mesmo se aplica para produção de texto, entendimento e comunicação: o primeiro objetivo desses processos é produzir entendimento, ou seja, reconstruir ou atualizar um modelo ou transmitir um modelo para o destinatário. As representações episódicas das estruturas dos textos e significados parecem ser instrumentais para o estabelecimento desses modelos. Em outras palavras, nós entendemos um texto apenas se nós entendemos sobre qual situação ele trata, ou seja, se nós temos um modelo de (e para) o texto. Isso também é verdade para reportagens de notícia (VAN DIJK, *ibid.*, p. 22, tradução nossa).

O ponto de vista sóciocognitivo sobre representações ou modelos de Van Dijk, conforme discutido acima, tem aderência ao conceito sobre enquadramento, tal qual originada no campo da Sociologia. No capítulo seguinte, apresentaremos essa concepção, assim como sua posterior reformulação e aplicação nos estudos sobre o discurso midiático, perspectiva teórica que norteia, em alinhamento com a ACD, esta pesquisa.

3 TEORIA DO ENQUADRAMENTO

A Teoria do Enquadramento – do inglês *Framing Theory* – tal qual aplicada aos estudos de Comunicação, sobretudo referentes ao Jornalismo, deriva do conceito de enquadramento – ou *framing* – primeiramente empregado no campo da Sociologia. Há um consenso entre os teóricos da área sobre o pioneirismo do sociólogo estadunidense Erving Goffman em sistematizar o conceito e, assim, transformá-lo em um válido parâmetro científico de análise social interacional.

Na sociologia, o enquadramento, enquanto conceito proposto por Goffman, está relacionado à microsociologia, na qual a significação e as macroestruturas que regem o enquadramento, enquanto processo social, são, consciente e propositalmente, desconsideradas (BERGER, *In*: GOFFMAN, 2012 [1974]). No entanto, ao ser posicionado no campo do jornalismo, o conceito passa a receber um tratamento de cunho discursivo e ideológico, embora haja linhas de análise que o limita aos aspectos puramente técnicos da produção jornalística.

A seguir, discutimos tais aspectos da Teoria do Enquadramento, a começar pelos princípios de definição e aplicação, propostos por Goffman (2012 [1974]), até sua adaptação ao Jornalismo, área aqui referenciada por teóricos como Robert M. Entman, Todd Gitlin e o jornalista brasileiro Mauro Porto, amplamente citado nos estudos nacionais sobre enquadramento jornalístico.

3.1 CONCEITO DE ENQUADRAMENTO

Principal referência nos estudos na área sociológica, Goffman (2012 [1974], p. 675) define o enquadramento como modelos pré-estabelecidos de interações cotidianas, a partir das quais interações reais da mesma natureza são reproduzidas. Esses modelos são construídos com base em conceitos enraizados culturalmente e definem as atitudes e os papéis desenvolvidos nas relações sociais. “Assim, a vida cotidiana, em si mesma bastante real, parece muitas vezes ser um esboço laminado de um padrão ou modelo [...]”. Porto (*In*: RUBIM (org.), 2004, p. 78), ao sintetizar a definição de Goffman, explica que

enquadramentos são modos de organizar as interações entre pessoas, que as possibilitam a percepção e decodificação dos eventos sociais. De acordo com essa perspectiva, Porto (*In: RUBIM (org.), 2004, p. 78*) os classifica como “marcos interpretativos” de construção social, “que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais”.

O termo “quadro”, ao qual se refere Goffman (2012 [1974]), origina-se da definição estabelecida pelo antropólogo inglês Gregory Bateson e, para Berger (*In: GOFFMAN, *ibid.*, p. 17*), compreende os significados implícitos em todas as interações sociais. Nas palavras de Goffman (*ibid.*, p. 34), esses significados se tratam de “[...] princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles [...]”. Ainda segundo Berger (*ibid.*, p. 30), Tais princípios são a resposta para a seguinte pergunta: “o que é que está acontecendo aqui?”, feita, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, sempre que há uma interação entre indivíduos. Os participantes se portam nessa interação a partir da resposta a essa pergunta. Os quadros, portanto, definem o tipo de situação que ocorre em determinado momento (GOFFMAN, *ibid.*, p. 23).

Presumivelmente deve-se quase sempre buscar uma “definição da situação”, mas normalmente os que estão envolvidos na situação não *criam* esta definição, embora frequentemente se possa dizer que a sociedade a que pertencem o faz; ordinariamente, tudo o que eles fazem é avaliar corretamente o que a situação deveria ser para eles e então agir de acordo. É verdade que negociamos pessoalmente certos aspectos de todos os arranjos nos quais vivemos, mas frequentemente, uma vez negociados esses aspectos, prosseguimos mecanicamente como se a situação estivesse resolvida desde sempre (GOFFMAN, *id.*, grifo do autor).

Ou seja, o conceito de enquadramento, na sociologia, está ligado à análise interacional, que envolve a observação de negociação e estratégias adotadas, por vezes, intencionalmente com o intuito de manipulação de significados. Apesar de assumir que as interações tendem à desordem, ao embate, Goffman não aprofunda sua análise aos aspectos macrossociológicos, além da interação em si, que podem exercer influência na configuração dos quadros, como as estruturas sociais e suas relações com o poder (BERGER, *ibid.*, p. 19–21). Entretanto, Goffman (*ibid.*, p. 37) reconhece que seu estudo está inserido num contexto social maior e primário, mas opta, deliberadamente, por se ater apenas à “estrutura da experiência” e não à “estrutura da vida social”. O intuito principal de Goffman (*ibid.*, p. 33) é reconhecer padrões

de entendimento (quadros) e, conseqüentemente, entender como se dão as percepções e relações entre indivíduos.

Há, portanto, uma necessidade social em reconhecer acontecimentos antes de realizar alguma ação (GOFFMAN, 2012 [1974], p. 45). Esse reconhecimento é feito por meio de esquemas de interpretação, definidos culturalmente (GOFFMAN, *ibid.*, p. 51), cuja maioria não é exata, mas, sim, um parâmetro de entendimento que “permite a seu usuário localizar, perceber, identificar e etiquetar” tais acontecimentos (GOFFMAN, *ibid.*, p. 45). Esses esquemas são estruturas gerais que regem interações relacionadas, independente da dimensão (GOFFMAN, *ibid.*, p. 680). Goffman (*ibid.*, p. 681) exemplifica essa relação a partir do jogo de xadrez: independente de como seja organizado ou representado, a essência do jogo não se altera. Além disso, subentende-se que haverá sempre uma resposta do outro lado da interação. Segundo Pan e Kosicki (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed), 2001, p. 37*) o intuito de Goffman é demonstrar que a vida social é “atuada” com base no senso comum. Essa atuação manifesta-se simbolicamente, tendo a linguagem como uma das formas dessa manifestação.

Após Goffman, de acordo com Pan e Kosicki (1993, p. 56), o sociólogo William Gamson lapida o conceito de enquadramento numa perspectiva construtivista e cognitiva, com a ideia de que ideia central que organiza e significa uma história. Nesse sentido, o primeiro campo a tomar emprestado o conceito de enquadramento da Sociologia foi a Psicologia Cognitiva (PORTO, *In: RUBIM (org.), 2004, p. 78*). Nessa área, foi realizado o amplamente conhecido estudo de Kahneman e Tversky (1984, *apud* PORTO, *op. cit.*; ENTMAN, 1993, p. 53; REESE, *In: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 12*), no qual formulações diferentes, embora logicamente idênticas, de uma pergunta influenciaram consideravelmente a resposta por parte dos entrevistados. Ou seja, nesse caso, os enquadramentos são as formas como a pergunta foi linguisticamente elaborada, ora ao evidenciar um aspecto positivo, ora, um negativo. O fato dos enquadramentos induzirem a percepção do receptor, nesse exemplo específico e de uma forma geral, para Porto (*ibid.*, p. 79), configura-os como “importantes instrumentos de poder”. É nesse contexto que o caráter discursivo e ideológico do enquadramento passa a ser considerado.

Sobre o mesmo estudo, Entman (1993, p. 53) explica que se trata de uma demonstração de que o enquadramento funciona, basicamente, por meio de três etapas: seleção, ênfase e omissão de fatos. O efeito desse funcionamento, para o autor (*id.*), é o que configura o poder do mecanismo de enquadrar a realidade. Poder esse que, para Entman

(1993, p. 54), embora possa influenciar grande parte da audiência, não possui um “efeito universal”. Portanto, para ele, faz-se necessário observar, primeiramente, como o enquadramento é construído: “(...) quadros selecionam e chamam a atenção para aspectos particulares da realidade descrita, o que logicamente significa que quadros simultaneamente tiram a atenção de outros aspectos” (ENTMAN, id., tradução nossa).

É nesse sentido que os estudos de Comunicação adotam a noção de enquadramento, ou seja, enquanto mecanismo de recorte textual e imagético de uma realidade mais ampla. Em outras palavras, o enquadramento deixa de ser analisado enquanto fenômeno social inconsciente e passa a ser considerado como recurso ou estratégia consciente utilizada pelas grandes mídias. Nesse contexto, conforme define Gitlin (1980, p. 6, tradução nossa), é possível relembrar as primeiras definições de Goffman, nas quais o enquadramento é entendido como uma maneira de “negociar, administrar e compreender” a realidade. um enquadramento envolve “princípios de seleção, ênfase e apresentação” que sintetizam conceitos “sobre o que existe, que acontece, o que importa”.

De modo geral, de acordo com Reese (*In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 7), o enquadramento no sentido sociopsicológico refere-se à expectativas criadas por indivíduos para conferir sentido às interações rotineiras. Ao ser levado para o campo da comunicação, de acordo com Pan e Kosicki (1993, p. 57), o enquadramento revela um faceta versátil, que engloba aspectos cognitivos e discursivos, relacionados à rotina e regras jornalísticas. "Enquadramento, portanto, pode ser estudado como uma estratégia de construção e processamento do discurso noticioso ou como uma característica do próprio discurso". A seguir, ampliamos a discussão sobre o estudo do enquadramento no Jornalismo.

3.2 ENQUADRAMENTO NA MÍDIA

Para entender o conceito de enquadramento na mídia – perspectiva adotada nesta pesquisa – tomaremos como ponto de partida a definição de Reese (*In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 7, tradução nossa): “enquadramento refere-se à forma como eventos e questões são organizadas e conferidas sentido, especialmente pela mídia, profissionais da mídia e suas audiências”. O ponto de vista do autor considera o fato de que esse conceito vem sendo amplamente utilizado nas pesquisas sobre mídia e áreas relacionadas, como a

comunicação, de uma forma mais ampla, ciência política e a própria sociologia. Reese (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 11, tradução nossa*), explica que os "enquadramentos são princípios de organização compartilhados socialmente e persistente durante o tempo que funciona simbolicamente para estruturar significativamente o mundo social". Estudar enquadramento significa estudar "como interesses, comunicadores, fontes e cultura combinam para produzir meios coerentes de entender o mundo, os quais são desenvolvidos usando todo tipo disponível de instrumentos simbólicos verbais e visuais".

Embora o conceito tenha sido originado a partir de uma concepção sociológica, o termo "enquadramento" já era utilizado no jornalismo, conforme McCombs e Ghanem (*REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 70*), para designar ângulos fotográficos. Tal uso do termo cabe como uma metáfora para o conceito aqui analisado. Enquadrar, de acordo com Gitlin (1980, p. 6), é naturalizar, aparentemente, uma experiência não vivenciada pela audiência. Essa afirmação parte do pressuposto de que os fatos sempre vão mais além do que é possível descrever.

Como define Entman (1993, p. 52), ao "selecionar" aspectos da realidade no texto, a mídia é capaz de determinar as definições e causas de um dado problema, além de avaliá-lo "moralmente". Numa definição mais ampla, além de "ênfatisar" e "ocultar", os enquadramentos são, sobretudo, segundo McCombs e Ghanem (*ibid.*, p. 78, tradução nossa) "macro atributos, contendo geralmente um misto de elementos cognitivos e afetivos". Podem também ser considerados, mais especificamente, "[...] como atributos que descrevem aspectos de um objeto, ou como atributos que caracterizam traços dominantes de um objeto e que são tema central de uma mensagem específica".

A ideia de enquadramento enquanto "tema central de uma mensagem" é exemplificada por Entman (*ibid.*, p. 52) pelo que ele denomina de enquadramento "guerra fria", que predominou, nos anos 90, os noticiários dos Estados Unidos sobre os conflitos em outros países. A partir desse exemplo, podem-se identificar os quatro estágios possíveis de atuação do enquadramento: 1) definição do problema ("normalmente medida em termos de valores culturais comuns", nesse caso, rotulando-o como "guerra civil"); 2) diagnóstico da causa (o que causa o problema, no exemplo, eram os "rebeldes comunistas"); 3) julgamento moral (avaliação dos participantes e dos efeitos, exemplificado por "agressão ateísta") e 4) sugestão de solução (oferece saídas e "prevê seus possíveis efeitos", no caso, "apoio dos EUA para o lado oposto") (ENTMAN, *id.*, tradução nossa).

Em outros termos, o enquadramento envolve “o comunicador, o texto, o receptor e a cultura” e pode ser identificado na “presença ou ausência de certas palavras-chaves, frases feitas, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que reforçam agrupamentos temáticos de fatos ou julgamentos” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa). Em todos os casos, o objetivo é impor uma colocação ou um ponto de vista sobre determinado assunto. “Enquadramento em todas as quatro localizações inclui funções similares: seleção e ênfase, e o uso de elementos enfatizados para construir um argumento sobre problemas e sua causa, avaliação e/ou solução” (ENTMAN, *ibid.*, p. 53, tradução nossa). O enquadramento, nesse contexto, “define os limites do discurso referente a uma questão [...]” (PAN; KOSICKI, *In: REESE; GANDY; GRANT* (ed), 2001, p. 41, tradução nossa).

Segundo Porto (*In: RUBIM* (org.), 2004, p. 80), o sociólogo estadunidense Todd Gitlin foi pioneiro em definir, de forma mais exata, o enquadramento na perspectiva jornalística. Gitlin (1980, p. 7) afirma que se trata de modos de organização do mundo que servem tanto para quem produz as notícias quanto para quem as consome. Essa organização é constituída por “padrões de cognição, ênfase e exclusão” que organizam o discurso (GITLIN, *id.*, tradução nossa). O termo “ênfase”, no âmbito do enquadramento, é definido por Entman (*ibid.*, p. 53, tradução nossa) como o ato de tornar partes de um acontecimento maior mais “noticiável, significativa ou memorável para as audiências”. Isso pode ser feito por meio de “colocação ou repetição, ou por associá-las a símbolos culturais familiares”.

Conforme resgata Porto (*ibid.*, p. 79–80), os estudos sobre enquadramento jornalístico iniciaram, de forma mais relevante, embora inicialmente limitado, pela socióloga Gaye Tuchman, ao analisar como as formas práticas de enquadramento funcionam na rotina produtiva jornalística. Posteriormente, Gitlin apresenta seu estudo sobre enquadramentos relacionados à Guerra do Vietnã, no qual foi observado que, por meio de padrões de enquadramento, a mídia, por exemplo, reforçou a ideia de “celebrização” dos líderes estadunidenses.

Ainda segundo resgate de Porto (*ibid.*, p. 87), no Brasil, os estudos foram inaugurados por Afonso de Albuquerque, ao analisar o enquadramento do Jornal Nacional sobre Fernando Henrique Cardoso e Lula nas eleições de 1994. Porto (*ibid.*, p. 88) explica que, na eleição presidencial seguinte, os estudos na área começaram a surgir e a desenvolver-se no país, seguindo a linha traçada pela pesquisa pioneira de quatro anos antes. Os resultados foram similares: a mídia continuava a favorecer o candidato tucano. “O conceito de enquadramento

permitiu [...] ressaltar a clara ressonância que havia entre a estratégia de campanha de Cardoso e o cenário construído pela mídia”.

Pelo fato de ter sido inserido nos estudos de comunicação a partir da Psicologia Cognitiva, o enquadramento, nessa área, possui uma base de referência cognitiva e, portanto, é tradicionalmente associado às pesquisas sobre os efeitos da mídia (PAN; KOSICKI, *In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 38; MAHER, *In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 83). Essa perspectiva está alinhada ao principal problema estudado no início da comunicação massificada: a influência dos veículos nas “atitudes e opiniões” (MCCOMBS; GHANEM, *In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 77, tradução nossa). Segundo Entman (1993, p. 51–52, tradução nossa), independente da abordagem, o conceito de enquadramento sempre estará relacionado ao poder do conteúdo da mídia. No caso específico do paradigma dos efeitos, o que está em jogo é a forma como “a influência sobre a consciência humana é exercida pela transferência (ou comunicação) de informação de uma localidade – como o discurso, noticiário, ou novela – para essa consciência”. Essa perspectiva pode estar relacionada ao estudo, mencionado anteriormente, de Kahneman e Tversky (1984, *apud* PORTO, *op. cit.*; ENTMAN, *op. cit.*, p. 53; REESE, *In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 12), ou seja, parte da hipótese que a forma como um acontecimento social é retratado modifica a interpretação da realidade por parte do receptor (ENTMAN, *ibid.* p. 8).

Para Entman (*ibid.*, p. 53–55), evidenciar ou obscurecer a realidade pode influenciar a reação do público em relação a determinado assunto. Entretanto, trata-se de um processo dialógico: enquadrar não é garantia de persuasão; a mensagem precisa ser reconhecida pelos esquemas culturais e ideológicos do receptor. Pan e Kosicki (*ibid.*, 2001, p. 38–39) corroboram essa afirmação. Para eles, as pessoas processam informações a partir das suas próprias fontes simbólicas. Apesar de existir elementos cognitivos no processo de enquadramento, uma análise restrita a esse aspecto não é suficiente.

A noção de enquadramento pode ser encontrada em relação como a Teoria do Agendamento (ou *Agenda Setting*). McCombs e Ghanem (*ibid.*, 67–68, tradução nossa), defendem a convergência dos conceitos, devido à aderência ao paradigma dos efeitos. Na definição dos autores, a Teoria do Agendamento refere-se à “transferência da saliência das imagens de mundo [fornecidas] pelas mídias de massa para aquelas nas nossas mentes.” Metaforicamente, “a agenda da mídia define a agenda do público”. Os autores acreditam que as correntes se complementam, pois o agendamento, a contrário do enquadramento, preocupa-

se muito com a influência da mídia na agenda pública e pouco com as influências externas na agenda da mídia. Maher (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed), 2001, p. 84–85*) critica diretamente esse posicionamento e afirma que essa junção de conceitos parte de um equívoco na definição do que é enquadramento por parte dos autores. Enquadramento na visão de McCombs e Ghanem seria apenas um atributo de um objeto. Nessa relação, os atributos (dentre os quais estão, de fato, os enquadramentos) são subordinados aos objetos ou personagens e são identificados a partir das definições do pesquisador e não do jornalista.

A sistematização de Entman (1993), mencionada anteriormente, toma como ponto principal duas práticas jornalísticas de construção do texto: “seleção” e “ênfase”. Ao “selecionar” uma parte de um acontecimento, entende-se que outra parte será omitida. Apesar de chamar atenção para esse fato, o autor relativiza ao afirmar que comunicadores podem manter essa prática de forma inconsciente e que, em alguns textos, pode não haver enquadramento específico (ENTMAN, *ibid.*, p. 52). Segundo Reese (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 19*), notícias sobre assuntos polarizados tendem a ter “metaestruturas”, ou seja, comportar tipos de enquadramentos opostos num mesmo texto.

Hertog e McLeod (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 147–148*, tradução nossa) definem enquadramento como "estruturas culturais relativamente estáveis". É uma área, entretanto, que permite a entrada de novas estruturas, assim como modificações das existentes. Essas atualizações decorrem de mudanças na própria sociedade e cultura, que possuem uma ligação direta com os enquadramentos já estabelecidos. Para Gitlin (1980, p. 7), enquadrar é, primeiramente, um processo técnico, indispensável para a produção de massa e pelo qual jornalistas conseguem sintetizar grande volume de conteúdo informacional. Entretanto, ao estudar o discurso da mídia, é necessário prestar atenção em elementos que fogem da simples mecanização de produção.

Qualquer visão analítica sobre o jornalismo – certamente, sobre qualquer produção de conteúdo midiático de massa – precisa questionar: qual é o enquadramento aqui? Por que esse enquadramento e não outro? Quais padrões são compartilhados pelos enquadramentos em mídias diferentes, em lugares diferentes e em momentos diferentes? E então: qual diferença os enquadramentos fazem para o mundo de modo mais amplo? (GITLIN, *id.*, tradução nossa).

Reese (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 11–17*) propõe questões que podem ser investigadas nas pesquisas sobre enquadramento, partindo do pressuposto de que esse termo significa princípios de organização que, simbolicamente, conferem significado para o meio social. Consideramos que tais questões dividem-se nas categorias de estudo relacionadas ao efeito da mídia e ao discurso. Esta pesquisa se alinha à perspectiva discursiva e, por esse motivo, serão abordadas as questões, de acordo com Reese, relativas a essa área, a saber: da "persistência" – a importância de um enquadramento, no contexto histórico, depende, além da ligação a um acontecimento significativo, da sua persistência em existir ao longo do tempo – da "estrutura", de "princípios" e "simbólica". As três últimas questões, abaixo detalhadas, são especialmente importantes para este estudo.

As estruturas são padrões simbólicos impostos pelos enquadramentos. Nesses padrões, estão diferentes símbolos que, por meio da ênfase, são inseridos em conceitos culturais já estabelecidos. A questão dos princípios demonstra que os enquadramentos vão além do texto em que estão presentes. Princípios de organização e interpretação, presentes na sociedade e na cultura, que são refletivos no discurso da mídia. Jornalistas procuram informações e acontecimentos que estão de acordo com seus princípios. Ou seja, "enquadramentos são inevitavelmente parte de um conjunto de estruturas muito maior, ou ideologia societária, que encontra sua manifestação no texto". A última questão diz respeito à forma como os diversos elementos simbólicos são articulados para constituir um enquadramento. A linha de pesquisa que se ocupa desse aspecto é dominante e se baseia em fundamentos, por exemplo, de Van Dijk. Cada história ou acontecimento permite uma gama de possibilidades, dentre as quais são escolhidas as que combinam com perspectivas específicas. Nesse processo, informações são excluídas ou enfatizadas de forma simbólica (REESE, *ibid.*, p. 15–17).

Esse último processo descrito por Reese (*ibid.*, p. 18–19, tradução nossa) implica que o enquadramento funciona de duas principais formas para se comunicar: seguindo conceitos ideológicos superficiais ou profundos. Essa última é mais facilmente rastreada pelas informações que foram excluídas ou selecionadas. Mas a análise deve ir além dessa evidência, pois por trás dessa prática há relações mais complexas: “temos que perguntar como essa omissão é naturalizada, feita parecer como uma exclusão lógica ou uma irrelevância do senso comum. No nível mais básico, a estrutura do enquadramento chama atenção às organizações internas dentro das notícias”. Esse questionamento se alinha com a análise ideológica, sobre a qual discutimos a seguir, que procura entender quais e como as influências se fazem presentes no discurso midiático.

3.3 ENQUADRAMENTO E IDEOLOGIA

Para Gitlin (1980, p. 1–4), a relação entre mídia – enquanto disseminadora – e ideologia começa na dependência moderna de orientação no mundo por meio das mídias de massa, resultado da falta de tradição e conhecimento em determinadas áreas e de distribuição de poder político. A comodidade informativa proporcionada pela mídia faz com que as pessoas a procurem para referências importantes, como de valores sociais e, inclusive, de linguagem. Dessa forma, a mídia dita a consciência social ao “produzir campos de definição e associação, simbólicos e retóricos, pelos quais a ideologia se manifesta e é concretizada” (p. 2, tradução nossa). Esse poder midiático está relacionado à interligação da produção jornalística com interesses políticos, econômicos e organizacionais e pode ser observado nos enquadramentos: acontecimentos recebem uma determinada significação ou, simplesmente, são ignorados, assim como partes de tais fatos são selecionadas em detrimento de outras.

Ainda segundo com Gitlin (*ibid.*, p. 8–9), posição ativa da mídia na ordem do dia, especificamente sobre discurso político, reflete seu poder de dominação cultural, derivado da monopolização das mídias de comunicação de massa. Essa característica faz com que sejam grandes formadoras de ideologia – que passa por pressupostos sociais até atitudes individuais. As práticas inerentes ao enquadramento (seleção, ocultação, ênfase, dentre outras) são as ferramentas para que as mídias exerçam esse poder. Gitlin (*ibid.*, p. 11–12) afirma que pressões populares e movimentos sociais contrários ao poder dominante têm vez na mídia por meio da realização de eventos noticiáveis (manifestações, por exemplo). Entretanto, a tendência da mídia é reproduzir concepções política e economicamente hegemônicas. Essa predominância se dá, segundo o autor, pelo fato de que a produção jornalística é submissa aos critérios de noticiabilidade e abordagem definidos por editores, ritmo institucional e fontes oficiais e realizada automaticamente – com exceção de casos extremos de ruptura política – pelos jornalistas.

Para discutir esse assunto, Gitlin (*ibid.*, p. 9–10, tradução nossa) segue o conceito do Gramsci de hegemonia: “dominação da classe governante pela ideologia, por meio da moldagem do consentimento popular”. Essa definição – que, para o autor, independe dos pressupostos marxistas adotados por Gramsci – é fundamental para entender a sociedade capitalista. O importante, de acordo com Gitlin (1980, p. 9–10, tradução nossa), é entender a lógica principal: a hegemonia parte da classe dominante e, por se infiltrar na sociedade de

forma que aparenta ser natural ou senso comum, tem aceitação pela classe dominada. Influências hegemônicas estão inseridas na ideologia, que reflete nas interações sociais e no funcionamento das instituições. Em outras palavras, “aqueles que regulam as instituições dominantes asseguram seu poder em larga escala, direta e indiretamente, pressionando suas definições da situação sob aqueles que eles dominam”.

Essa última definição sobre o conceito de hegemonia é especialmente importante para entender o enquadramento enquanto mecanismo midiático afirmador de, sobretudo, discursos oriundos de classes e poderes dominantes. A imposição interpretativa sobre a realidade passa, necessariamente, pela mídia, uma vez que sua capacidade de disseminação ideológica cumpre parte importante desse objetivo. O próprio Gitlin, conforme relatado anteriormente, explica essa intrínseca relação entre o alcance das mídias de massa, os poderes hegemônicos e as estratégias de enquadramento.

Numa perspectiva política, Pan e Kosicki (*In*: REESE; GANDY; GRANT (ed), 2001, p. 47–48), o enquadramento é considerado uma parte essencial e estratégica da deliberação pública – enquanto processo de discussão sobre políticas públicas (PAN; KOSICKI, *ibid.*, p. 36). Nessa questão, encontram-se narrativas diversas e opostas, correspondentes a determinados grupos sociais, que precisam ser conhecidas para adquirirem significância política. Um caminho eficaz é a dominância em enquadramentos midiáticos, conquistada pelos atores políticos correspondentes a cada narrativa, o que não necessariamente se restringe às elites. A eficácia dos enquadramentos na afirmação dessas narrativas se dá pelo ato de “ligar seus enquadramentos a algum valor sólido e aos valores noticiosos na sociedade [...]” (PAN; KOSICKI, *ibid.*, p. 47–48, tradução nossa).

Apesar do conceito de enquadramento ter sido importado para a comunicação juntamente com suas raízes cognitivas, nessa perspectiva ideológica predomina o estudo dos aspectos culturais. É esse o posicionamento adotado por Hertog e McLeod (*In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 142–143, traduções nossas), que definem enquadramento enquanto “estruturas culturais com ideias centrais e conceitos mais periféricos”. Exemplos dessas ideias centrais são “mitos, narrativas e metáforas”, que dialogam socialmente por meios culturais. Nesse diálogo, assim como demonstrado por Gitlin, prevalece a narrativa dos grupos de poder dominantes. As fontes de poder do enquadramento surgem de três principais formas: 1) seu poder simbólico (reprodução de mitos e morais de uma cultura provoca identificação de seus membros); 2) sua pluralidade de significados (ideias centrais remetem a

outras ideias relacionadas) e 3) seu alcance de identificação (afirmação de significados enraizados em determinada cultura garante a eficácia da comunicação). Em relação a essa última questão, os autores detalham:

Enquadramentos, enquanto parte da profunda estrutura de uma cultura, fornecem porções significantes de significados compartilhados dentre os membros da sociedade. Enquadramentos fornecem um conhecimento não expressado, mas compartilhado de comunicadores que permitem cada um a se engajarem na discussão que presume uma gama de pressupostos compartilhada. [...]. Uma das tarefas mais significantes da socialização é ensinar novos membros da sociedade os enquadramentos significativos empregados dentro da cultura para construção da realidade social. Althusser (1971) identificou um número de “aparelhos ideológicos do estado” que mantêm e reforçam uma gama de crenças críticas para a manutenção da sociedade. Enquadramentos são parte dessa gama maior de crenças (HERTOG; MCLEOD, *In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 143, tradução nossa).

Outra questão importante entre ideologia e enquadramento é levantada por Hertog e McLeod (*ibid.*, p. 145–146, tradução nossa): a dificuldade em diferenciar os dois conceitos. A razão se dá pela própria natureza não exata da ideologia, que compromete sua definição e a sua identificação prática. Por conta disso, pesquisas tendem a identificar posições individuais ao invés de ideologias de forma mais ampla. Os autores propõe, então, uma definição de ideologia, como formas compartilhadas de compreensão do mundo que predominam numa determinada sociedade, e que, ao mesmo tempo em que são naturalizadas e aceitas passivamente, também são contestadas. Os enquadramentos irão se adequar a essas ideologias, principalmente àquelas que dizem respeito a relações sociais. Essa adequação se faz ao unir conteúdo a questões definidas culturalmente, como política e religião, nas quais está presente a ideologia. Os autores afirmam que, embora tipos diferentes de enquadramentos se adequem a ideologias específicas, a aderência é definida, sobretudo, de acordo com grupos sociais, pois “grupos sociais podem exibir diferentes ideologias e mesmo assim usar o mesmo tipo de enquadramento para um tópico particular”.

Entman (1993, p. 55) reforça o papel do enquadramento no contexto jornalístico: posicionar o poder político no texto informativo. Entretanto, Hertog e McLeod (*In: ibid.*, p. 144) deixam claro que os enquadramentos também estão presentes em diversos campos, além da notícia, como no próprio discurso político, nos programas de entretenimento, nas

conversas, propaganda e música, ou seja, nas manifestações culturais de forma geral. Mais além, Reese (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 9*), apesar de concordar que os enquadramentos são frutos de interesses sociais e institucionais, destaca que não se deve limitar o estudo ao conteúdo e aos efeitos, porque a informação não está apenas relacionada ao poder. O enquadramento pode ajudar a entender questões mais amplas, como as estruturas do conhecimento e sua relação com a sociedade.

Nesse sentido, Reese (*id.*, traduções nossas) afirma que o estudo sobre enquadramento deve servir como uma ponte entre diferentes perspectivas (“críticas, qualitativas e ideológicas”), levando em consideração questões de poder (“fontes e patrocínios, práticas sociais e interesses”). Para Entman (1993, p. 56), assim como as relações de poder e o próprio discurso, os enquadramentos são instáveis e diversificados. Por isso, níveis de análise diferentes sobre o mesmo assunto podem revelar enquadramentos diferentes: ora convergentes, ora contraditórios. A seguir, discutimos tais perspectivas, assim como os principais métodos de análise de enquadramento.

3.4 ENQUADRAMENTO ENQUANTO PARÂMETRO DE PESQUISA

Há, segundo Entman (*ibid.*, p. 56–57, tradução nossa), quatro discussões no estudo de comunicação às quais a noção de enquadramento pode contribuir. A primeira refere-se à interpretação da audiência, na qual o conceito auxilia no entendimento de que significados (enquadramentos) dominantes são aqueles que possuem maior grau de noticiabilidade e compatibilidade com valores culturais de determinada audiência. Ao serem evidenciados, influenciam na interpretação com mais facilidade. A segunda está relacionada à “objetividade jornalística”: a ignorância de jornalistas sobre a existência de enquadramentos dominantes pode facilitar manipulações externas que comprometem a construção de uma notícia “igualmente saliente”. A terceira é de cunho semântico: a análise do conteúdo do texto deve depender da “identificação e descrição dos enquadramentos”. Na última discussão, detalhada abaixo pelo autor, o conceito mostra-se fundamental para compreender como os enquadramentos são importantes instrumentos de poder, podendo definir a opinião pública e colocar em dúvida a democracia.

A maior tarefa para determinação do sentido textual deveria ser identificar e descrever enquadramentos; análise de conteúdo informada por uma teoria de enquadramento evitaria tratar todos os termos ou discursos negativos ou positivos como igualmente salientes ou influentes. Frequentemente, codificadores simplesmente determinam a soma de todas as mensagens que eles julgam positivas ou negativas e traçam conclusões sobre os significados dominantes. Eles negligenciam a medição da saliência dos elementos no texto, e falham em medir as relações dos grupos de mensagens mais salientes – os enquadramentos – para a *schemata* [esquema cultural de valores e de interpretação] da audiência. Sem ser guiada por um paradigma de enquadramento, a análise de conteúdo pode muitas vezes produzir dados que não representam as mensagens da mídia que a maior parte dos membros da audiência realmente está captando (ENTMAN, 1993, p. 57, tradução nossa).

Esse último campo de discussão proposto por Entman também expõe uma fragilidade do próprio método utilizado tradicionalmente nas pesquisas sobre mídia. Segundo Pan e Kosicki (1993, p. 58, tradução nossa), apesar de ter grande influência da Análise de Conteúdo, a análise de enquadramento está alinhada a uma abordagem mais simbólica e menos psicológica. Os textos jornalísticos não são estímulos psicológicos objetivos, mas, sim, "dispositivos simbólicos organizados que irão interagir com a memória dos agentes individuais para construção de significado". Ou seja, trata-se de um processo dialógico, subjetivo e, sobretudo, cultural, tal qual identificado por Hertog e McLeod (*In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001). Gitlin (1980, p. 9) afirma que os estudos da área passam a não aderir à perspectiva positivista de análise pela própria configuração de alcance massificado das mídias. Para Pan e Kosicki (*id.*, tradução nossa), entretanto, isso não significa que a análise discursiva de enquadramento desconsidera o conteúdo; a abordagem se referencia nas ideias de texto midiático tanto enquanto natureza regrada e sistemática, de Van Dijk (1988a), quanto como possibilitadores de “atalhos cognitivos” na “produção e consumo das notícias”. Segundo os autores, a análise de enquadramento não se limita à leitura do pesquisador, mas inclui a identificação de tais elementos dialógicos, pois o enquadramento está obrigatoriamente relacionado aos receptores da informação.

A abordagem de Análise do Discurso proposta por Pan e Kosicki (*ibid.*, p. 58–59) parte do pressuposto de enquadramento enquanto tema (ideia central que organiza e unifica o texto e as informações periféricas). Para identificar o tema, é preciso entender o sentido do texto. O sentido é compreendido como possível resultado da percepção do leitor sobre significados que dialogam com sua cultura. Apesar de não ser uma relação inseparável, pode ser utilizada como recurso para aumentar a eficácia de entendimento ou aceitação de um

determinado sentido. Os autores citam van Dijk (1988a) para deixar claro que a relação sentido pretendido/compreensão pretendida nunca é garantida. Porém, como citado acima, os elementos significativos possibilitam atalhos cognitivos para compreensão de uma informação. Esses elementos são lexical e culturalmente constituídos, com influência no discurso e na cognição, e fazem com que o enquadramento seja reconhecido e entendido. A partir dessa introdução, os autores definem quatro classificações estruturais para o discurso.

As quatro estruturas são: sintática, de roteiro, temática e retórica. A primeira diz respeito à forma como as frases são lexicalmente organizadas e padronizadas nas notícias, a exemplo da pirâmide invertida, na qual os enquadramentos variam de importância em ordem decrescente dentro de um texto. A estrutura seguinte confere à notícia a falsa aparência de que o relato se fecha no texto: as informações são organizadas de forma roteirizada, com começo, clímax e fim. Esse aspecto do discurso acontece porque a mídia descreve acontecimentos noticiáveis, que são parte de um contexto, como um todo. Além disso, a notícia tem a obrigação implícita de conectar o público a um evento não presenciado. A estrutura temática não se refere ao relato de um evento específico, mas a uma série de eventos e informações relacionadas a um único tema. Todas essas informações são dispostas a fim de formar uma lógica que prova uma hipótese, o que também acontece na estrutura anterior. Explicitamente, termos como “porque”, “desde que”, “se”, “então”, “a menos que”, adjetivos ou citações podem ser indicativos dessa prática; implicitamente, há estratégias como a falsa contextualização dos eventos. A análise macrossintática de Van Dijk pode ser um caminho para a identificação dessa estrutura, que é dividida em “resumo” (título, *lead*, ou conclusão) e “corpo principal” (onde está a defesa da hipótese: citações, contextualização, acontecimentos relacionados). Por fim, a estrutura retórica revela que a estética da linguagem – por parte dos jornalistas ou influenciados pela fonte – são utilizadas para enfatizar informações e, portanto, estão relacionados com os efeitos esperados. Numa perspectiva vandijkiana, a retórica jornalística está relacionada à suposta imparcialidade noticiosa: jornalistas apresentarem suas interpretações (consequentemente, persuasões) como se fossem fatos (concepção de “espelho da realidade”) (PAN; KOSICKI, 1993, p. 59–62).

Porto (*In*: RUBIM (org.), 2004, p. 90–94) sugere três etapas metodológicas fundamentais para a aplicação do conceito de enquadramento. As etapas referem-se, respectivamente, ao conceito, ao conteúdo e à metodologia. Primeiramente, deve-se determinar quais os parâmetros conceituais de análise de enquadramento mais adequados para a pesquisa em questão. O segundo passo, então, é esclarecer quais as controvérsias

relacionadas a determinado acontecimento e quais são os enquadramentos referentes. A terceira etapa, por fim, diz respeito à construção de uma análise menos subjetiva, a partir da adoção de métodos bem definidos, com o objetivo de evitar o comprometimento dos resultados da pesquisa.

A primeira etapa faz-se necessária devido a uma fragilidade nas pesquisas dessa natureza, a saber, a falta da adoção de um conceito claro, uma vez que “os usos da noção de enquadramento são tão numerosos e variados, que surgem dúvidas quanto à possibilidade de construção de um marco teórico claro, sistemático e coerente, a partir do conceito”. O autor sugere, como solução, a sistematização dos tipos de enquadramento e cita parâmetros de autores – que serão abordados a seguir – como o de Maher (enquadramentos da mídia/cultural), Hertog e McLeod (enquadramentos de formato/conteúdo) e Nelson e Willey (enquadramentos noticioso/temático) (PORTO, *In*: RUBIM (org.), 2004, p. 90). A segunda etapa é especialmente importante para entender processos políticos, enquanto “[...] uma disputa sobre qual interpretação prevalecerá na formação, desenvolvimento e resolução de controvérsias políticas”. Nesse caso, os enquadramentos podem ser percebidos na interpretação dada ao acontecimento (PORTO, *ibid.*, p. 93). Nesse sentido, o autor também chama atenção para influências externas que podem moldar o enquadramento, sobretudo as fontes oficiais do governo (PORTO, *ibid.*, p. 94). Em relação especificamente à metodologia, a terceira etapa realça um problema estrutural dos estudos de enquadramento, a “ausência de métodos sistemáticos para a análise de conteúdo da mídia. Sem este tipo de método, pesquisadores tendem a encontrar os enquadramentos que procuram ou que comprovam suas hipóteses”. Como alternativa, o Porto (*ibid.*, p. 95) destaca a metodologia de análise do discurso proposta por Pan e Kosicki (1993), conforme abordado anteriormente.

Maher (*In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 88–89) distingue os enquadramentos construídos por jornalistas (“*communicator’s frames*”) e aqueles construídos previamente pela cultura (“*textual or cultural frames*”). Essa diferenciação demonstra o mau uso do termo enquadramento em algumas perspectivas da Teoria do Agendamento, que o aplicam enquanto característica ou atributo, estabelecido pelo pesquisador, de um dado objeto. Os estudos específicos de enquadramento, no entanto, compreendem o termo como enfoque construído pelo jornalista, o que caracteriza o “enquadramento da mídia”. Nesse sentido, “um enquadramento dificilmente seria um atributo de um objeto, pois isso implicaria que a criação (notícia) organiza o criador (jornalista)”. Entretanto, há, também, outro tipo de enquadramento, preestabelecido culturalmente, definidos como “enquadramentos culturais”,

os quais são apenas reproduzidos pelos jornalistas. Vale salientar, apesar do autor não deixar clara essa questão, que os enquadramentos culturais, mesmo sendo fruto de processos além da redação, são utilizados a partir de uma escolha do jornalista, certamente em meio a outras opções de enquadramento dessa natureza.

Hertog e McLeod (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 145, tradução e itálico nossos*) distinguem duas concepções principais sobre a definição de enquadramento. Há uma corrente de pesquisa na área que o define enquanto estrutura de narrativa (enquadramento de formato), a exemplo da pirâmide invertida². Os autores criticam essa perspectiva e afirmam que os formatos narrativos não são enquadramentos, apenas regras que os moldam. A outra corrente de pesquisa, defendida por Hertog e McLeod e adotada nesta pesquisa, considera aspectos ideológicos (enquadramento de conteúdo). De forma resumida, “escrever uma história sobre política exterior num formato *hard news*³ não é ‘enquadrar’ um tópico daquela história. Posicioná-la dentro de uma constelação de fenômenos enquadrados como ‘conflito de primeiro mundo-terceiro mundo’ seria um ato de enquadramento”.

A diferenciação entre enquadramentos noticiosos (“*news frames*”) e enquadramentos temáticos (“*issue frames*”) é proposta por Nelson e Willey (*In: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 247, tradução nossa*). O primeiro tipo seria um recurso comercial, desenvolvido a partir de interesses de mercado. Nesse caso, a ênfase sensacionalista é utilizada com o intuito de atrair público (consumidores). O segundo, entretanto, é arquitetado (por políticos, marqueteiros, editorialistas, etc.) para influenciar a opinião pública e pode ser veiculado pela mídia direta (por exemplo, em anúncios ou nas cartas para o editor) ou indiretamente (em citações e referências a determinadas fontes). É a partir desse tipo de enquadramento que as questões sociais são descritas e “moldam o entendimento do público sobre como o problema aconteceu e o critério importante pelo qual soluções políticas devem ser avaliadas”.

Porto (*In: RUBIM (org.), 2004, p. 91–92*), por sua vez, propõe duas categorias básicas de enquadramento: noticiosos e interpretativos. Os “enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”, ou seja, dizem respeito à estruturação da reportagem a partir da ótica do jornalista e não de influências externas. Essa estruturação pode ser “episódica”, cujo foco é o evento em si, ou “de interesse humano”, quando a perspectiva volta-se aos personagens. Os enquadramentos

² Formato jornalístico tradicional de construção das notícias, no qual as informações principais e resumidas são posicionadas no início do texto, seguidas pelas complementares e detalhadas.

³ Narrativa noticiosa “rígida”, densa, descritiva e urgente.

interpretativos, entretanto, partem de interpretações estabelecidas por fontes externas diversas e reproduzidas pela mídia.

Uma característica importante dos enquadramentos noticiosos é o fato de que eles são resultado de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, escolhas estas que têm como consequência (*sic*) a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida. Já os enquadramentos interpretativos operam em um nível mais específico e possuem uma independência relativa em relação aos jornalistas que os relatam. Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc. Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais. Embora os jornalistas também contribuam com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística. Trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia (PORTO, *In*: RUBIM (org.), 2004, p. 92).

Apesar de se tratarem de “padrões de interpretação” previamente estabelecidos, os enquadramentos interpretativos refletem uma escolha – e, portanto, um posicionamento ideológico – por parte do jornalista ou do veículo. Porto (*ibid.*, p. 92) afirma que a atuação dos jornalistas difere de acordo com a categorização do enquadramento. Ao contrário do que acontece em relação aos enquadramentos noticiosos, nos enquadramentos interpretativos o papel do jornalista “tem um caráter mais sutil e indireto”. De uma forma geral, essas duas categorias servem como ponto de partida para qualquer estudo: é preciso definir qual (ou quais) enquadramento está em análise (PORTO, *ibid.*, p. 93).

Para Porto (*ibid.*, p. 96–97), é importante compreender que o discurso jornalístico é plural e, por vezes, contraditório. Se, por um lado, reproduz interpretações diversificadas, por outro, reforça posicionamentos dominantes. Isso reflete nos enquadramentos e, por isso, deve ser considerado nas análises. Um caminho seria identificar a quantidade de enquadramentos para cada tipo de conteúdo e classificá-lo como “episódico” (nenhum enquadramento identificado, notícia aparentemente descritiva), “restrito” (apenas um enquadramento) ou “plural” (mais de um enquadramento). Essa última classificação subdivide-se em “plural-fechado” (há destaque para determinado enquadramento) e “plural-aberto” (não há destaque).

Segundo o autor, deve-se definir categorias e protocolos para classificação e interpretação do conteúdo de forma integrada com parâmetros qualitativos e quantitativos, que são capazes de oferecer uma análise mais completa.

Hertog e McLeod (*In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), 2001, p. 153–154) concordam no uso combinado de métodos qualitativos e quantitativos, uma vez que o caráter variado dos enquadramentos permite mais de uma única interpretação. A quantificação de dados é válida para identificar a frequência da presença de categorias, termos específicos de um enquadramento, fontes – e o espaço disponibilizado a elas. Embora um grande número possa revelar a ênfase dada a determinado conceito, não é sinônimo de impacto. Por isso, de acordo com os autores (*ibid.*, p. 150), essa análise é mais eficiente na identificação de repetições lexicais que correspondem a um enquadramento. A percepção das palavras utilizadas conduz ao entendimento sobre as relações entre os enquadramentos.

A análise de enquadramento deve seguir um percurso, conforme Hertog e McLeod (*ibid.*, p. 149–153, traduções nossas), que começa na identificação dos conceitos principais e da narrativa. Esses dois aspectos do texto estão relacionados, respectivamente, à escolha de “informações, ideias, posições”, fontes e à organização desses elementos. Essa identificação deve estar embasada numa pesquisa prévia que irá apontar o método mais apropriado para o contexto cultural e ideológico e possibilitar a construção, por parte do pesquisador, de modelos de enquadramento que servirão como guia de análise. A etapa seguinte é elaborar “hipóteses básicas sobre a relação entre enquadramentos, acontecimentos, ideologia e estruturas narrativas”. O estudo sobre as oposições ideológicas possibilita o reconhecimento dos enquadramentos possíveis sobre determinado assunto. Dessa forma, no próximo capítulo, abordamos o contexto histórico e político que permeia esta pesquisa.

4 CONTEXTO HISTÓRICO

Esta pesquisa está situada no espaço de tempo que compreende a duração do governo provisório de Michel Temer, durante o processo de *impeachment* de 2016. Esse período inicia na data de afastamento da presidenta eleita da República, Dilma Rousseff, a partir da abertura do processo, no Senado Federal, em 12 de maio de 2016⁴, e termina com a votação final, em 31 de agosto do mesmo ano, pela qual Rousseff é destituída do cargo, empossado imediatamente pelo seu então vice⁵. O pedido de *impeachment* foi embasado, oficialmente, por duas acusações principais: retardamento nos pagamentos (prática conhecida no meio econômico como “pedalada fiscal”) para o Plano Safra e edição, não autorizada pelo Legislativo, de decretos suplementares⁶.

Após o início do governo provisório, Rousseff e Temer passaram a representar uma oposição política, sobretudo após as medidas, tomadas pelo interino, contrárias ao governo do qual foi vice-presidente, como os cortes na saúde, na educação e na Previdência Social⁷. Nos tópicos seguintes, iremos conceitualizar o *impeachment*, compreender seu histórico e funcionamento no Brasil. Posteriormente, abordaremos a situação específica analisada nesta pesquisa: como se deu o *impeachment* de Rousseff em 2016 e sua interpretação pelo viés do golpe de estado, além do resgate sobre a atuação do governo interino antes da destituição oficial da presidenta eleita.

4.1 IMPEACHMENT NO BRASIL

Antes de iniciarmos a discussão sobre o resgate histórico do *impeachment* no Brasil, faz-se necessário compreender conceitos etimológicos e lexicais básicos acerca do termo, importado para o léxico brasileiro e amplamente utilizado – popularmente, na imprensa, no meio acadêmico e nas áreas jurídicas e políticas – para designar a destituição, após julgamento, do Presidente da República. O equivalente literal, em português, do termo,

⁴ SENADO NOTÍCIAS, 13 maio 2016.

⁵ SENADO NOTÍCIAS, 31 ago. 2016.

⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 abr. 2016.

⁷ BARROCAL, 14 jun. 2016.

pertencente à língua inglesa, seria a palavra “impedimento” (IMPEACHMENT, 2017), que também pode ser considerada a como tradução substantivada de “empêcher”, em francês, verbo do qual deriva a palavra inglesa (CARDOSO, 2016). Embora seja aceitável a utilização de “impedimento”, Cardoso (2016) defende a preferência por “*impeachment*”, para evitar ambiguidade, uma vez que o primeiro termo já é utilizado para designar outros processos jurídicos e políticos.

De acordo com relatos de Nogueira (2017, p. 245) e Coelho e Viechinesk (2016, p. 275), o recurso de julgar criminalmente e destituir – dentre outras punições – ocupantes de cargos políticos surgiu a partir do século XIII na Inglaterra. Segundo Nogueira (*ibid.*) os princípios políticos do processo de origem inglesa foram adotados, mais tarde, na Constituição dos EUA e, em 1891, na Constituição do Brasil “com a adoção do sistema presidencialista, evoluindo com variações pelas sucessivas constituições: a de 1934, a de 1937, a de 1946, a de 1967 a Emenda Constitucional de 1969 e 1988”. O relato histórico de Coelho e Viechinesk (*ibid.*, p. 284) mostra que, no Brasil, o primeiro processo de *impeachment* – posteriormente negado pelos deputados – data de 1953, contra o presidente Getúlio Vargas, e denuncia suposto direcionamento de dinheiro público para compra de apoio do jornal Última Hora. Em 1994, segundo Lourenço e Jungmann (2012), o *impeachment* foi aprovado pela primeira vez na recém-reinstaurada democracia, contra o presidente Fernando Collor, acusado de corrupção. Segundo as autoras, o *impeachment* de Collor foi aprovado sob pressão midiática e popular.

As denúncias de corrupção, associadas ao desgaste do então presidente em função da implementação de planos de estabilização da economia, levaram mais tarde à mobilização popular e à aprovação do pedido de *impeachment*. Os planos econômicos, chamados de Collor I e Collor II, consistiam basicamente em tentar controlar a inflação, que já vinha alta desde o governo anterior de José Sarney. No primeiro momento os planos surtiram efeito, mas o confisco do dinheiro da população nos bancos e a volta da alta da inflação começaram a provocar insatisfação do povo com o presidente. Muitas empresas e até pessoas físicas faliram quando o governo determinou que todas as contas bancárias poderiam ter saldo máximo de Cr\$ 50 mil (cinquenta mil cruzeiros, a moeda da época). Impedidos de arcar com os compromissos financeiros, os empresários foram os primeiros a abandonar o apoio a Collor. Além disso, denúncias como as de desvio de dinheiro público para a construção dos jardins na residência oficial, chamada de Casa da Dinda, e o pagamento de vultosas despesas do casal presidencial, com dinheiro das empresas de PC Farias, levaram o povo às ruas pedindo a saída do presidente (LOURENÇO; JUNGSMANN, 2012, *itálico nosso*).

Segundo Lourenço e Jungman (*ibid.*), após o processo de *impeachment* ter sido aprovado pelos deputados, Collor é afastado do cargo, assumido pelo vice Itamar Franco. Exatos três meses depois, o processo é votado pelos senadores, que acabam por aprovar o *impeachment* e a cassação dos direitos políticos do então presidente por oito anos. Desta última sentença, Collor tentou escapar, sem sucesso, anunciando sua renúncia antes da votação. Dois anos depois, ainda segundo as autoras, o Supremo Tribunal Federal absolveu Collor, pela não comprovação de atos corruptivos. Atualmente, Collor é filiado ao Partido Trabalhista Cristão de Alagoas (PTC-AL), é senador da República, denunciado na Operação Lava-Jato e votou a favor do *impeachment* em 2016⁸. No seu discurso de votação, Collor criticou o presidencialismo, citou a crise política e economia e disse ter alertado a presidenta eleita sobre o risco de *impeachment* por motivos de “excessiva intervenção estatal, da falta de diálogo com o parlamento”⁹.

Em relação às formalidades do *impeachment* no Brasil, Glasenapp e Farias (2016, p. 81) esclarecem que cabe ao Senado Federal julgar se houve, por parte do Presidente da República, prática de crime de responsabilidade. Dentre atos que se configuram nessa prática, estão a infração da Constituição Federal, do “exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do País; a probidade na administração; a lei orçamentária; e o cumprimento das leis e das decisões judiciais” (MENDES; BRANCO, 2016 apud GLASENAPP; FARIAS, *ibid.*, p. 83). Glasenapp e Farias (*ibid.*, p. 81) chamam atenção para questões que abrem espaço para julgamentos abusivos e citam Brossard (1992) no que diz respeito à possibilidade de votação imparcial, por razões de interesses partidários.

Segundo Villas-Bôas (2016, *italico nosso*), “o *impeachment* é um processo jurídico, mas dirigido por um órgão político, o que lhe dá característica política devido ao sujeito”. Embora não se possa desvincular o cunho político do processo, explica o autor (2016), é imprescindível que haja a comprovação de crime de responsabilidade por parte do acusado. Ele defende que a posição, por parte do sujeito político, deve ser embasada juridicamente.

A tomada de decisão dos deputados e senadores deve ser, portanto, jurídica. Eles são políticos, têm interesses políticos, podem até levar em consideração subconscientemente a crise política atual como um vetor na sua tomada de decisão, mas não podem, de forma alguma, decidir pelo *impeachment* se não houver claro crime de responsabilidade. Aliás, devido à presunção de

⁸ MACEDO; AFFONSO; COUTINHO, 12 maio 2016.

⁹ UOL, 12 maio 2016.

inocência que rege o Processo Penal, é preciso tomar extremo cuidado para não se condenar à sanção de *impeachment* um presidente da República simplesmente porque há interesses políticos por trás dessa decisão. Diz-se que apenas há *impeachment* de um presidente com perda da base política, mas não estamos falando de um requisito jurídico. Mesmo que a maioria maciça do Congresso Nacional estivesse apoiando um presidente, para serem fieis à Constituição que prometeram guardar, deveriam fazer o seu impedimento, caso tivesse cometido um claro crime de responsabilidade. [...]. Se a Constituição determina que apenas seja sancionado o presidente que cometeu crime de responsabilidade, não há que se analisar clima político; erros técnicos do presidente, como na condução da economia; questões criminais envolvendo terceiros, ainda que membros do governo; ou quaisquer outros aspectos que não digam respeito aos ilícitos prescritos na lei. Se crime de responsabilidade pelo presidente, então *impeachment*. O art. 68 da Lei 1.079/1950 deixa isso ainda mais claro. Ele prescreve a forma de tomada de decisão, impondo que o voto pelos senadores será “sim” ou “não” em relação à pergunta sobre o acusado ter cometido o crime que lhe é imputado (VILLAS-BÔAS, 2016, *itálicos nossos*).

Essa concepção coloca em dúvida diversos pontos centrais do processo de *impeachment* de 2016. Especificamente em relação ao crime de responsabilidade, Nogueira (2016, p. 248) afirma que as “pedaladas” não configuram crime de responsabilidade e sim infração à lei de responsabilidade fiscal. Segundo o autor (*ibid.*), houve um “alargamento do conceito do que seja crime de responsabilidade que ao fim e a cabo apenas nos trará insegurança jurídica”. Nos tópicos seguintes, abordaremos o percurso oficial pelo qual percorreu o processo de *impeachment* de Rousseff e discutiremos mais a fundo as controvérsias e ilegitimidades que caracterizaram o *impeachment* de Rousseff enquanto golpe de estado.

4.2 TRÂMITES OFICIAIS DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE 2016

Pode-se considerar como início do percurso do *impeachment* da presidenta eleita do Brasil, Dilma Rousseff, a protocolamento do documento final do pedido, no dia 17 de setembro de 2015¹⁰. O documento aceito por Cunha, no dia 2 de dezembro do mesmo ano – dentre outros 50 encaminhados ao então presidente da Câmara¹¹ - foi assinado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior e apresentado oficialmente a partir da

¹⁰ CARAM; CARVALHO, 17 set. 2015.

¹¹ BARIFOUSE, 17 abr. 2016.

sua leitura no Plenário, no dia 03 de dezembro de 2015¹². A etapa seguinte, iniciada no dia 15 de abril do ano seguinte e finalizada dois dias depois, foi a de votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, na qual foi aprovado por 367 dos 511 deputados federais presentes¹³.

A partir da decisão dos deputados, o processo de *impeachment* seguiu para o Senado Federal. Na primeira votação, realizada no dia 11 de maio de 2016, 55 dos 77 senadores presentes aprovaram a abertura do processo na casa¹⁴. O resultado provocou o afastamento de Rousseff, substituída pelo seu então vice Michel Temer, que governou o País em caráter provisório¹⁵ até o dia 31 de agosto do mesmo ano, data da votação final, na qual os 61 dos 81 senadores optaram pelo *impeachment* definitivo. Em outra votação, no mesmo dia, senadores pró-*impeachment* não alcançaram a maioria absoluta, o que garantiu os direitos políticos de Rousseff¹⁶.

Entre a primeira e a segunda votação, a Comissão Especial do *Impeachment*, liderada pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB), promoveu 31 reuniões com 44 testemunhas, gerando um relatório, assinado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), de indicação ao julgamento de Rousseff, posteriormente aceito por Lewandowski no dia 10 de agosto de 2016. Após 19 dias, no Plenário, a então presidenta afastada pôde se defender e responder aos senadores diretamente. No dia seguinte, véspera da votação final, foram ouvidos os advogados de defesa (José Eduardo Cardozo) e acusação (Paschoal e Reale)¹⁷. O processo foi presidido, até a primeira votação, pelo então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e, posteriormente, pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski¹⁸.

O relatório aceito denuncia duas práticas, ocorridas em 2015, que justificariam o *impeachment* da presidenta eleita: as pedaladas fiscais e a edição de decretos suplementares. Dentre as duas acusações de pedaladas, apenas uma foi aceita (a primeira foi praticada durante o primeiro mandato, e, por isso, desconsiderada), que se refere ao pagamento retardado de dinheiro do Tesouro Nacional ao banco financiador do Plano Safra, programa do Governo¹⁹. A irregularidade da pedalada estaria na interpretação de que ela se configura como

¹² CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 dez. 2015.

¹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 abr. 2016.

¹⁴ SENADO NOTÍCIAS, 13 maio 2016.

¹⁵ PORTAL BRASIL, 12 jan. 2016.

¹⁶ SENADO NOTÍCIAS, 31 ago. 2016.

¹⁷ SENADO NOTÍCIAS, 31 ago. 2016.

¹⁸ SENADO NOTÍCIAS, 13 maio 2016.

¹⁹ LIMA, 28 jun. 2016.

uma espécie de empréstimo forçado do banco para a União²⁰ e como forma de não contabilizar o valor no orçamento de 2015 para evitar a ultrapassagem do limite de gastos²¹. A segunda acusação, que caracterizaria crime de responsabilidade, está na edição não autorizada pelo Congresso de seis decretos suplementares, para suprir gastos além do programado²², que não estaria de acordo com a meta fiscal, contrariando Lei Orçamentária do ano vigente²³.

Além das acusações acima descritas, o pedido de *impeachment* também leva à tona, em seu texto, críticas relacionadas à condução política do País por parte da presidenta eleita, que teria provocado a instauração de crise econômica – sem levar em consideração aspectos importantes, como a crise internacional e a atuação dos partidos contrários ao Governo – e a corrupção, especificamente ao que se refere à delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral, na Operação Lava-Jato, que acusa Rousseff de aceitar investimento ilegal na campanha eleitoral, embora a acusação não estivesse sendo investigada no Congresso e não fosse embasada por provas concretas²⁴.

As fragilidades estruturais, presentes em tais argumentos, também se estendem às duas principais acusações do relatório e ao processo como um todo, indicando motivação, justificação e articulação política-ideológica por trás do *impeachment*, o que o caracteriza como golpe de estado. No tópico seguinte, abordaremos as contradições e inconsistências jurídicas que alicerçaram a destituição da presidenta eleita em 2016.

4.3 IMPEACHMENT DE 2016 SOB A ÓTICA DO GOLPE DE ESTADO

Inicialmente, as circunstâncias nas quais o processo de *impeachment* de 2016 foi aceito por Eduardo Cunha indicam que sua decisão foi um ato de retaliação ao Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que foi tomada no mesmo dia em que deputados da legenda declararam voto favorável às investigações relativas a Cunha no Conselho de Ética da Câmara²⁵, situação amplamente prevista pelos meios de comunicação. Segundo reportagem

²⁰ MATOUKA, 28 ago. 2016.

²¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 dez. 2015.

²² PORTAL BRASIL, 12 jan. 2016.

²³ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 abr. 2016.

²⁴ IANNINI, 28 abr. 2016.

²⁵ BRAGA; FERNANDES, 02 dez. 2016.

da Folha de S.Paulo²⁶, na véspera dos acontecimentos, a chantagem chegou a ser levantada por Cunha num encontro com Temer, o que teria provocado uma reavaliação (não concretizada, como mostram os fatos posteriores) da posição contrária a Cunha por parte do PT. O próprio Reale, um dos autores do pedido de *impeachment*, reconheceu o que chamou de “chantagem explícita” por parte de Cunha²⁷.

Uma vez colocado para votação dos deputados, o processo de *impeachment* recebe nova marca de motivação política e ideológica: a inconformidade, em grande parte das justificativas alegadas, com os princípios do relatório. Ou seja, ao invés de votarem com base nas alegações do pedido, os deputados se embasaram em diversos outros aspectos que em nada se relacionam com as pedaladas ou decretos suplementares. Dentre os 511 deputados federais que votaram na Câmara, apenas 45 citaram questões presentes no relatório; o restante argumentou com termos como “Deus” (mencionado 76 vezes) e “família” (mencionada 156 vezes), números que destoam de quantas vezes a palavra “pedalada” foi mencionada (apenas 16 vezes)²⁸. Conforme reportagem de Cristaldo e Verdélio (2016), a votação expôs a ausência de seriedade e a precariedade da Câmara dos Deputados:

Cientistas políticos criticaram a argumentação de deputados na sessão do plenário da Câmara que votou a admissibilidade do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Os parlamentares dedicaram os votos às suas famílias, a Deus, aos evangélicos, aos cristãos, aos prefeitos de suas cidades e correligionários. A sessão foi marcada pela presença de cartazes, bandeiras, hino e gritos de guerra. [...]. “Acho estarrecedor, em um país republicano, que tem princípios de laicidade do Estado, levantar argumentos religiosos e a família. Pouquíssimos levantaram os motivos reais que são julgados no processo. É entristecedor ver a qualidade de argumentos, todos arregimentados para seu entorno, em questões de seu interesse”, disse a professora do Departamento de Ciência Política e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Marlise Matos. [...]. “[...] fica muito claro que o problema não é a presidenta Dilma Rousseff, o PT. Temos um problema muito mais sério, mais grave. Ficou explícita a falência do sistema representativo brasileiro”, argumentou Marlise (CRISTALDO; VERDÉLIO, 2016, *itálico* nosso).

Antes de seguir para votação no Senado Federal, peritos da Casa elaboraram um laudo, sobre os pontos levantados pelo relatório de *impeachment*, que supostamente serviria

²⁶ DIAS et al., 01 dez. 2016

²⁷ VENCESLAU; FILHO, 03 dez. 2015.

²⁸ NALON, 19 abr. 2016.

de embasamento para a votação dos senadores. Entretanto, o laudo aponta questões favoráveis a Rousseff, o que, logicamente, não se alinhou aos interesses políticos dos seus opositores no Senado. Sobre as pedaladas, o relatório confirma o retardamento dos pagamentos, porém isenta Rousseff de autoria proposital desse acontecimento. Já a autoria dos decretos foi confirmada, embora com as ressalvas de que a secretaria responsável pelo orçamento federal não informou a presidenta eleita sobre a questão da meta fiscal e, ainda assim, a meta válida (PLN 5/2015) para o governo no momento do decreto havia sido aprovada pelo Congresso.²⁹

A defesa de Rousseff aponta que o Ministério Público Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em parecer, não consideram o atraso no repasse de pagamento como operação de crédito³⁰ e que, portanto, a interpretação de que um atraso configura-se como empréstimo é errônea³¹. Em relação aos decretos, a defesa argumenta que não houve aumento, mas sim remanejamento de gastos³² e que o parâmetro de julgamento que vincula os créditos suplementares com a meta fiscal só foi implementada depois da edição no governo Rousseff³³.

Antes da concretização do *impeachment*, em maio de 2016, um áudio vazado da conversa entre o então senador Romero Jucá (PMDB-RR), e Sergio Machado, empresário da Transpetro, revela outro sórdido interesse por trás do impedimento de Rousseff, na qual ambos concordam que o *impeachment* era imprescindível para que as investigações da Lava-Jato fossem cessadas. Dentre as falas no diálogo, destaca-se a de Machado: “Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer]... É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional”.³⁴

Antes da concretização do *impeachment*, Temer já era envolvido em investigações da Lava-Jato, tendo seu nome citado mais de vinte vezes em documentos, datados da época em que ele ocupava o cargo de deputado, que provam esquemas de corrupção que beneficiava empreiteira em licitações públicas³⁵.

²⁹ LIMA, 28 jun. 2016.

³⁰ CARTA CAPITAL, 27 ago. 2016.

³¹ MATOUKA, 28 ago. 2016.

³² MATOUKA, 28 ago. 2016.

³³ CARTA CAPITAL, 27 ago. 2016.

³⁴ EL PAÍS, 24 maio 2016.

³⁵ CARTA CAPITAL, 18 abr. 2016.

Como o desenrolar dos fatos confirmou, o “acordo nacional” concretizou-se e Temer assumiu a Presidência, primeiro de forma interina e, depois, definitivamente. As medidas tomadas pelo governo provisório, contrárias ao programa de governo pelo qual Temer foi eleito, juntamente com Rousseff, comprovou que o então vice era, na realidade, um opositor da presidenta eleita e grande interessado na sua destituição, conforme abordaremos a seguir.

4.4 GOVERNO PROVISÓRIO DURANTE PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE 2016

O governo provisório de Michel Temer compreende o período entre 11 de maio e 31 de agosto de 2016. Durante dois meses e 20 dias, Temer comandou interinamente o País, até o julgamento final no Senado Federal. Durante esse tempo, no qual nenhuma mudança estrutural ou ideológica deveria ser feita, uma vez que o julgamento de Rousseff ainda estava em curso, Temer aproveitou para trocar ministros, abolir ministérios, modificar leis e lançar projetos contrários ao programa da chapa pela qual foi eleito como vice-presidente³⁶.

O governo provisório iniciou com a Medida Provisória – aprovada posteriormente no Senado – para desmontar as pastas criadas por Rousseff, a exemplo da Secretaria de Comunicação Social, dos ministérios de Cultura, de Comunicações, do Desenvolvimento Agrário e das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos³⁷. Outra medida imediata de Temer foi trocar os ministros, dos quais quase metade apoiou publicamente o principal oponente da chapa Dilma-Temer nas eleições de 2014, Aécio Neves³⁸, o que se explica no fato de que Temer teria articulado cargos em troca de apoio para assumir o poder³⁹.

No novo quadro ministerial, negros e mulheres (excluídas pela primeira vez desde a restauração da democracia no Brasil) não tiveram vez⁴⁰. Dentre os 24 ministros, sete, além do próprio Temer, foram citados nas delações da Lava-Jato, por crimes de corrupção e tráfico de influência⁴¹. Quatro ministros envolvidos em escândalos e denúncias deixaram o cargo⁴².

³⁶ INTERVOZES, 25 maio 2016.

³⁷ SENADO NOTÍCIAS, 16 maio 2016.

³⁸ CARTA CAPITAL, 13 maio 2016.

³⁹ AMARAL, 18 maio 2016.

⁴⁰ NUNES, 13 jun. 2016.

⁴¹ CARTA CAPITAL, 12 maio 2016.

⁴² ABRANTES, 25 nov. 2016.

A Petrobras, empresa estratégica para o desenvolvimento econômico do País, foi rapidamente atacada pelo governo provisório. O primeiro campo de pré-sal foi vendido para uma empresa norueguesa a preço muito abaixo do mercado. Além disso, a maior distribuidora de combustíveis, subsidiária da Petrobras, foi colocada à venda.⁴³ Num cenário favorável às elites e catastrófico para as classes economicamente mais baixas, Temer propõe, por meio de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) congelamento gastos em áreas como educação e saúde por vinte anos⁴⁴ e lança Medida Provisória para facilitar privatizações em empresas estatais de infraestrutura, agilizar quitação das dívidas públicas e aumentar o salário dos servidores públicos⁴⁵, além de ter aumentado substancialmente os gastos com publicidade⁴⁶.

Foi também no governo provisório que a reforma trabalhista começou a ser desenhada, anunciando impactos como a regulamentação da terceirização e outros prejuízos para a classe trabalhadora⁴⁷. Já a prática da corrupção, principal motivo que levou o público pró-*impeachment* às ruas em 2016, foi beneficiada pelo interino, que suspendeu o caráter urgente de três projetos, de autoria de Rousseff, contra a corrupção⁴⁸. Medidas de austeridade também foram tomadas, como a interrupção dos acordos com a União Europeia (EU), iniciados no governo legítimo, fechando as portas do Brasil aos refugiados sírios⁴⁹. Além disso, Temer agiu com o objetivo de enfraquecer a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa de comunicação pública criada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), exonerando ilegalmente os diretores, alterando conteúdo jornalístico e demitindo cargos comissionados⁵⁰.

O período do governo provisório foi marcado por controvérsias e polêmicas relacionadas às medidas ilegítimas, autoritárias e impopulares, as quais foram noticiadas, de diversas formas e pontos de vistas, pela mídia brasileira. Em Pernambuco, tais notícias – corpus desta pesquisa – foram estampadas nas páginas dos três principais jornais: Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio. No capítulo seguinte, abordaremos as estratégias metodológicas por meio das quais nosso corpus será analisado.

⁴³ DRUMMOND, 25 ago. 2016.

⁴⁴ MARTELLO; MATOSO, 15 jun. 2016.

⁴⁵ BARROCAL, 14 jun. 2016.

⁴⁶ MONTEIRO, 21 jul. 2016.

⁴⁷ MARTINS; MARTINS, 22 jul. 2016.

⁴⁸ LINDNER; DECAT, 5 jul. 2016.

⁴⁹ FELLET, 17 jun. 2016.

⁵⁰ INTERVOZES, 25 maio 2016.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa se propõe a analisar discursivamente as matérias relativas aos acontecimentos políticos ocorridos durante o processo de *impeachment* em 2016, especificamente no período do governo provisório, entre 12 de maio (dia no qual Michel Temer tomou posse como presidente interino) e 31 de agosto (data do término do processo de *impeachment*), publicadas nos cadernos de política dos três principais jornais de Pernambuco – de acordo com a tiragem de exemplares diários, em média, em 2016: Jornal do Commercio (32,1 mil⁵¹), Folha de Pernambuco (27,1 mil⁵²) e Diário de Pernambuco (22,5 mil⁵³).

Nesse contexto, o poder da mídia enquanto organização, assim como chama atenção Van Dijk (2009 [2008], p. 34), reside no domínio do jornalismo impresso pernambucano por parte dessas empresas, que representam os fortes interesses dos seus grupos detentores. O Diário de Pernambuco faz parte do Grupo R2⁵⁴, assim como outras cinco plataformas de comunicação, incluindo duas rádios, cujo dono, o empresário Alexandre Rands, é presidente do jornal – e da Datamétrica, empresa de *call center*, pesquisa e consultoria – tendo seu irmão, o político Maurício Rands, como vice⁵⁵. Já o Grupo EQM, detentor de usinas produtoras de açúcar e álcool em três regiões do Brasil⁵⁶, é dono da Folha de Pernambuco e outras duas plataformas de comunicação. O Jornal do Commercio e outras três plataformas, incluindo emissora de TV, pertence ao Grupo JCPM⁵⁷, juntamente com 13 *shoppings* e sete empreendimentos imobiliários espalhados por cinco estados do Brasil. Torna-se, portanto, relevante investigar o discurso desses três jornais – enquanto empresas inseridas em contextos políticos e econômicos próprios – sobre uma situação de grande impacto nesses âmbitos.

Na Tabela 1, exposta abaixo, encontra-se a referência para escolha do corpus de pesquisa: foram escolhidos 16 eventos de grande relevância, conforme relatados no capítulo anterior, ocorridos durante o período do processo de *impeachment*. Dentre tais eventos, metade é diretamente relacionada ao processo (votações e aprovação no Senado, discurso e defesa de Rousseff, pronunciamento de Temer, laudo do Senado e posicionamento do

⁵¹ JORNAL DO COMMERCIO, 2016.

⁵² FTPI, 2015.

⁵³ D.A PRESS, [ca. 2010].

⁵⁴ DIARIO DE PERNAMBUCO, 03 jun. 2016.

⁵⁵ DIARIO DE PERNAMBUCO, s.d.

⁵⁶ FOLHAPE, s.d.

⁵⁷ GRUPO JCPM, s.d.

Ministério Público Federal) e as outras oito se referem ao governo interino (Medidas Provisórias, quedas de ministros, anúncio da reforma trabalhista, venda do Pré-sal e delação de Temer). Com exceção das matérias sobre a aprovação da continuação do processo e a votação final no Senado, que tiveram a possibilidade de publicação no mesmo dia do acontecimento, todas as demais têm como referência de publicação a data seguinte à realização do fato. Os acontecimentos se distribuem em 14 datas entre maio e agosto.

Todas as matérias veiculadas durante o período do processo de *impeachment*, conforme descrito acima, nos cadernos de política, foram salvas a partir da versão digital dos três jornais em questão (com exceção da matéria do dia 12 de maio de 2016 da Folha de Pernambuco, salva por meio fotográfico na Biblioteca Pública de Pernambuco, por motivo de indisponibilidade digital). As matérias publicadas nas datas referentes a cada fato serão catalogadas para posterior análise e consulta. A consulta pública pode ser feita por meio de link aberto na plataforma de armazenamento Google Drive⁵⁸.

Tabela 1 – Referência para seleção do corpus de pesquisa

Data	Acontecimento
12/05/2016	Primeira votação no Senado
13/05/2016	Pronunciamento de Rousseff / Discurso de posse de Temer
14/05/2016	Medida Provisória: cortes nos ministérios (anúncio)
24/05/2016	Queda: Romero Jucá
31/05/2016	Queda: Fabiano Silveira
16/06/2016	Delação de Temer / PEC: corte de gastos
17/06/2016	Queda: Henrique Alves
28/06/2016	Laudo do Senado
15/07/2016	Posicionamento do MPF
21/07/2016	Reforma trabalhista (anúncio)
10/08/2016	Aprovação da continuidade do processo no Senado
29/08/2016	Venda do Pré-sal
30/08/2016	Defesa de Rousseff
31/08/2016	Votação final no Senado

Fonte: dados da pesquisa (maio – ago. 2016).

⁵⁸ LINS, s.d.

Nos três jornais, a análise, conforme descrita abaixo, será aplicada apenas à matéria principal referente a cada evento acima listado, abrangendo, portanto: título, subtítulo⁵⁹, texto completo e intertítulo. Ou seja, não serão considerados outros aspectos, como diagramação, fotografias (e relativas legendas), matérias vinculadas⁶⁰, boxes⁶¹, olhos⁶², infográficos e outros recursos visuais e textuais, mesmo que sejam vinculados à matéria principal. A seguir, indicaremos quais recursos metodológicos, dentre todos que foram discutidos mais detalhadamente no referencial teórico desta pesquisa, serão utilizados no capítulo de análise de dados.

5.1 PARÂMETROS DISCURSIVOS E DE ENQUADRAMENTO

A Teoria do Enquadramento, a partir dos parâmetros escolhidos para esta pesquisa, detalhados adiante, desenvolvidos por Entman (1993), Porto (*In*: RUBIM (org.), 2004) e Pan e Kosicki (1992), servem para identificar estruturas textuais do discurso jornalístico relacionados à afirmação ou negação de determinados conceitos e posicionamentos, sob o ponto de vista de que as matérias são construídas de acordo com um interesse pré-definido, o que torna a teoria especialmente útil no estudo articulado com a Análise Crítica do Discurso (ACD), que, conforme Van Dijk (2009 [2008], p. 24), preocupa-se com a imposição de poder no discurso, cuja análise, também de acordo com Fairclough (2001 [1992], p. 220–254), pode ser feita por meio da observação de componentes específicos do texto, conforme abordaremos a seguir. Ou seja, a combinação das duas teorias fornece elementos práticos para uma análise discursiva baseada na tecnicidade dos textos. Essa condição técnica fundamenta a interpretação crítica própria da ACD e foco desta pesquisa, uma vez que o objetivo é investigar a partir de um posicionamento denunciante acerca dos elementos que fazem parte do contexto de análise.

Na perspectiva da Teoria do Enquadramento, tomaremos como princípio de análise a classificação de Hertog e McLeod (*In*: REESE; GANDY; GRANT (ed.), p. 145) de enquadramento de conteúdo, que leva em consideração os aspectos ideológicos presentes no

⁵⁹ Subtítulo, no jargão jornalístico.

⁶⁰ Matérias menores relacionadas ao acontecimento da matéria principal.

⁶¹ Informações complementares, em forma de texto curto, externas à matéria à qual se refere.

⁶² Citação ou frase em destaque externo ao texto ao qual pertencem, no jargão jornalístico.

texto. Esse referencial está relacionado à proposta dos autores (*ibid.*, p. 149–153) de análise do léxico e da construção da narrativa das matérias, ou seja, como se organizam as informações, ideias e citações dentro do texto, podendo ser analisados qualitativamente e quantitativamente. Neste último modo, pode-se identificar a repetição de termos e espaço conferido para determinadas fontes.

Outro referencial metodológico diz respeito à “identificação e descrição dos enquadramentos”, conforme abordagem semântica proposta por Entman (1993, p. 57, tradução nossa), na qual devem ser estabelecido o nível de saliência (não necessariamente numérico, mas, sobretudo, discursivo) dos termos vinculados a tais enquadramentos, que também podem ser classificados enquanto positivos e negativos. Nesse sentido, adotaremos a classificação de enquadramentos de Porto (*In: RUBIM (org.), 2004, p. 96–97*), a saber: “episódico” (nenhum enquadramento identificado), “restrito” (apenas um enquadramento identificado) e “plural” (mais de um enquadramento identificado). Esse último é dividido em: “plural-fechado” (destaque identificado para um enquadramento) e “plural-aberto” (sem destaque identificado).

A classificação “episódica” será utilizada quando nenhum dos parâmetros de análise, indicados nesta metodologia, possibilitar a identificação de indícios que sugiram um posicionamento específico por parte do jornal. Quando um ou mais parâmetros indicarem um posicionamento homogêneo, a matéria será classificada como “restrita”, e, em seguida, especificada como *pró-impeachment/Temer* ou *contra o impeachment/pró-Rousseff*. As matérias nas quais for identificado um posicionamento heterogêneo podem ser classificadas de duas formas: se não houver identificação de destaque, isto é, ênfase ou favorecimento a determinado posicionamento, a classificação será “plural-aberto”; quando houver, será “plural-fechado”, com as mesmas opções de especificação acima citadas.

Seguiremos a recomendação de Porto (*ibid.*, p. 90–94) em relatar as controvérsias relativas a cada acontecimento, assim como as possibilidades principais de enquadramento. Numa perspectiva de contextualização, utilizaremos o método de Pan e Kosicki (1993, p. 58–59) em identificar o enquadramento geral da matéria, indicado pelo tema, ou seja, a ideia principal que unifica o texto. Podemos considerar o título, *sutiã* e *lead* como maiores fontes de evidências interpretativas sobre o tema, uma vez que são os elementos de maior evidência e sintetizam as principais informações e ideia geral da matéria. Fairclough (2001 [1992], p. 223) também destaca a importância do reconhecimento do tema, enquanto principal indicador

de conceitos implícitos. Ainda na perspectiva de Pan e Kosicki (*ibid.*, p. 59–62), buscaremos reconhecer a presença de argumentos lógicos que embasam a hipótese defendida pela matéria, por meio de citações e léxicos como adjetivos e determinadas expressões, conforme indicam os autores, processo que Van Dijk (2009 [2008], p. 21, tradução nossa) denomina como “estrutura argumentativa”.

Na perspectiva específica da Análise Crítica do Discurso, para embasar os processos acima descritos, adotaremos as abordagens de Fairclough (2001 [1992], p. 220–254) e Van Dijk (*ibid.*, p. 27) que englobam a análise de aspectos discursivos do texto, isto é: lexicalização (que aponta significações históricas e culturais e compreende recursos de metáfora, nominalização e tema), coerência (organização semântica) e coesão (conexão entre orações e estruturas textuais), que indicam pressupostos ideológicos, estrutura (projeção das partes do texto), intertextualidade (que compreende recursos de pressuposição e representação do discurso), pressupostos (orações ou construção do texto que afirmam uma ideia pré-estabelecidas) e adjetivação (positiva ou negativa, em relação a algum posicionamento). A representação do discurso, recurso da intertextualidade) será um dos focos da nossa análise: a maneira como vozes externas são expostas na matéria. Também buscaremos compreender o uso de aspas enquanto recurso dessa representação ou como modalização de termos específicos (metadiscurso).

5.2 APLICAÇÕES METODOLÓGICAS

No próximo capítulo, aplicaremos os parâmetros, acima elencados, em cada matéria, dos três jornais pernambucanos, referente às datas e aos eventos anteriormente listados. A primeira análise será dividida por acontecimento, em relação ao qual serão expostas as matérias de cada veículo separadamente (se, de fato, houver publicação na data referente), de acordo com ordem alfabética: Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio.

O primeiro passo será identificar o tema central, ou seja, a abordagem geral adotada na matéria, a partir da interpretação crítica, conforme detalhada abaixo, acerca das informações presentes nos campos principais, a saber: título, *sutiã* e *lead*. Essa etapa é fundamental para compreender qual a ênfase dada a determinado assunto, uma vez que tais campos têm o maior

apelo de visualização e, conseqüentemente, leitura na matéria e abarcam as informações, referentes à notícia, que o jornal julga como mais importantes para os leitores terem conhecimento.

A etapa posterior é identificar a estrutura argumentativa da matéria, isto é, a construção lógica que visa embasar determinada hipótese (favorável, desfavorável ou neutra em relação a determinado(s) posicionamento(s)). Esse processo de análise leva em consideração as informações fornecidas na etapa anterior, mas mais além ao investigar o restante da matéria. O objetivo é ter uma visão global do posicionamento adotado sobre o assunto em questão e averiguar se a tendência presente na primeira análise se repete ao longo do texto.

A combinação desses dois principais movimentos de investigação irá fundamentar a última etapa de análise, isto é, a classificação do enquadramento da matéria. As considerações obtidas a partir da identificação do tema geral serão os primeiros indicativos para classificação. Caso a mesma tendência observada no tema se repita na estrutura argumentativa, ou seja, se houver coesão entre essas duas grandes partes do texto, a classificação será confirmada, podendo ser: “episódica”, “restrita” ou “plural-aberta”. Entretanto, se não houver total aderência da estrutura argumentativa com o tema, a matéria terá classificação “plural-fechado”, cujo destaque (pró/contra o *impeachment*/Rousseff/Temer) será definido pelos elementos que tiverem mais relevância e/ou ênfase na matéria.

Cada etapa irá contar com uma análise essencialmente qualitativa, levando em consideração: presença ou ausência das controvérsias relacionadas ao acontecimento e se há o levantamento de uma discussão acerca dos pontos controversos principais; uso, repetição e ênfase de léxicos específicos; uso e ênfase das fontes; uso, repetição e ênfase das aspas e pressuposições. Os pontos que tocam a questão da repetição terá, também, uma abordagem mais quantitativa, levando em consideração a quantidade das repetições. Outra consideração quantitativa será a proporcionalidade de espaço ocupado na matéria, caso seja relevante, sobre todos os aspectos acima elencados.

A identificação das controversas é primordialmente importante para entender se o jornal visa favorecer ou prejudicar um determinado posicionamento, por meio da omissão ou ênfase desproporcional em relação a determinados fatos. A presença ou ausência do levantamento de uma discussão acerca dos pontos divergentes principais é um indicativo da

intenção ou motivação do jornal em incentivar nos leitores uma reflexão ponderada acerca da notícia. Nesse sentido, também podemos considerar se há uso de pressuposições, ou seja, declarações que confirmam ou negam, de forma precipitada, determinada questão sem a apresentação de ideias contrárias.

A interpretação do léxico, por sua vez, permite identificar o emprego, a ênfase e a repetição, caso sejam relevantes, de termos específicos ou adjetivos que sugiram uma conotação positiva ou negativa para determinado posicionamento. Um ponto importante a se observar nessa questão é o uso de aspas, que podem servir para relativizar, pôr em dúvida ou enfatizar determinado(s) termo(s). As aspas podem, ainda, indicar um discurso externo na matéria, que diz respeito à representação do discurso. Nesse quesito, verificaremos quais declarações (favoráveis, desfavoráveis ou neutras em relação a algum posicionamento), e de quem, são contempladas na matéria, assim como a forma pela qual são posicionadas, descritas e enfatizadas.

Ao fim dessa análise específica, teremos a representação quantitativa, por meio de gráficos, das classificações dos enquadramentos – geral e individualizada por jornal – que irá servir como base para a análise qualitativa geral sobre o nível de saliência e a significação contextual (política e social) dos resultados obtidos (geral e por jornal) por meio dos enquadramentos identificados, assim como outras informações relevantes que possam existir além da classificação dos enquadramentos.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, aplicaremos os procedimentos metodológicos de análise ao corpus de pesquisa, conforme prévia especificação. Ao todo, foram contabilizadas 40 matérias, levando em conta, conforme pode ser observado abaixo, que alguns acontecimentos não foram noticiados pela mídia pernambucana e outros, apenas por parte dos veículos.

6.1 ANÁLISE INDIVIDUAL POR MATÉRIA

A análise se dará, primeiramente, de forma individualizada (uma matéria de cada jornal por vez) e setorizada a partir dos acontecimentos descritos anteriormente na Tabela 1. As matérias foram recortadas das páginas nas quais foram publicadas e algumas tiveram a diagramação reorganizada, para melhor visualização do texto e adequação à formatação desta pesquisa, sem que houvesse modificação no conteúdo textual de análise (conforme descrito no capítulo anterior).

6.1.1 Primeira votação no Senado

No dia 11 de maio de 2016, iniciou-se a primeira votação do *impeachment* no Senado Federal, que resultou na abertura do processo e, conseqüentemente, o afastamento provisório de Rousseff. Até o fechamento dos jornais, a votação não havia sido concluída, mas seu andamento apontava para o desfecho de fato ocorrido, uma vez que boa parte dos senadores já havia votado. Dessa forma, muitos discursos, pró e contra o *impeachment* estavam à disposição dos jornais e já era possível traçar uma abordagem informativa sobre o governo provisório que estava por vir. Os três principais jornais pernambucanos publicaram a cobertura desse acontecimento.

Figura 1 – [Primeira votação no Senado – DP]

Os próximos caminhos de um novo começo

Em discursos no plenário, maioria de senadores indica afastamento de Dilma Rousseff por até 180 dias

ALINE MOURA

alinemoura.pe@dabr.com.br

A contagem de um novo governo (regressiva ou não) começou. A maioria dos senadores recomendou o afastamento da presidente Dilma Rousseff (PT) do cargo e o comando do país passará ao vice, Michel Temer (PMDB-SP). Até o fechamento desta edição, na madrugada de hoje, grande parte dos parlamentares tinha dito "sim" ao processo de impeachment da presidente. Os votos reforçaram a decisão tomada pela Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril, e permitem que Temer fique até 180 dias no poder, de forma interina, enquanto Dilma se defende. Seis meses é tempo suficiente para recomeçar ou retroceder, mas ninguém quer apostar todas as fichas neste momento. Temer assumirá um país dividido, sem ter passado pelo teste das urnas, e vai governar com uma aliança distinta da chapa que elegeu Dilma, com a participação do PSDB e do DEM.

A sessão foi transmitida ao vivo pelo site do Senado e pela TV Senado, mas a reportagem faz a ressalva de que os votos, até o fechamento da edição, não tinham sido registrados no painel eletrônico, só declarados. Este é o segundo processo de impeachment na maior democracia sul-americana, na qual 60% dos senadores, segundo o "Atlas Político", possuem processos na Justiça.

O governo Dilma ainda tentou resistir ao que chama de "golpe", mas, ontem, perdeu o último lance no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Teori Zavascki rejeitou o pedido de anulação do processo de impeachment, enquanto o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), já tocava a sessão para julgar Dilma. Pela tendência dos discursos, a aprovação do impeachment ultrapassou os 41 votos, número mínimo exigido.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) foi a primeira a revelar seu voto na sessão, na qual cada parlamentar teve direito a 15 minutos de discurso, algo interminável, mas necessário para deixar a posição deles clara para seus eleitores. Ex-aliada de Lula, Ana Amélia começou o discurso citando as "pedaladas fiscais", tema incluído no parecer do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), e declarou voto a favor do afastamento.

A sessão do Senado se prolongava em meio à defesa de novas eleições e protestos de lideranças do PT, que sinalizaram votar contra qualquer proposta apresentada por Temer nos próximos seis meses. Também chamou a atenção pelo discurso de alguns parlamentares, como Zezé Perrella (PTB-MG), considerado "blindado" mesmo após a Polícia Militar apreender mais de 400 quilos de cocaína no helicóptero de sua família. "O que esse pessoal fez com o Brasil foi uma coisa inacreditável. Os motivos para votar o impeachment não são só as pedaladas fiscais". Ex-ministro de Dilma, Armando Monteiro Neto (PTB) ressaltou que tinha lado, mesmo em momentos difíceis. E lembrou que a presidente tentou fazer o ajuste fiscal necessário ao país, mas precisava vetar pautas-bombas propostas pela Câmara, como o reajuste do Judiciário, que teria impacto de R\$ 25 bilhões em quatro anos. O senador Fernando Bezerra (PSB), também ex-ministro, seguia numa linha de críticas à presidente, ressaltando que ela mascarou as contas públicas.

Em algumas capitais, como no Rio e em São Paulo, houve confrontos entre militantes, enquanto no Recife, os favoráveis ao impeachment montaram um trio no segundo Jardim de Boa Viagem para comemorar o afastamento de Dilma. A posse de Temer está marcada para a tarde de hoje e ele tem seis meses para convencer.

"Não é feliz o momento de hoje, mesmo sabendo da responsabilidade que paira sobre os nossos ombros", disse ela, dando o tom do que

deveria ser a votação. Ao contrário da sessão da Câmara, que se desviou para a defesa da "família e de Deus", a do Senado teve mais seriedade. Em alguns momentos, foi necessária a intervenção de Renan para que não saísse do rumo. "Não podemos transformar o Senado numa feira de passarinhos. Não vamos repetir o espetáculo da Câmara", protestou Renan, pedindo silêncio a senadores.

Enquanto os parlamentares davam explicações sobre os motivos de votar a favor ou contra da cassação, a Central Única dos Trabalhadores divulgava nas redes sociais foto de militantes agredidos por soldados da PM em Brasília. Pouco antes de a polícia justificar a ação, alegando ter sido atingida por rojões, o Exército tinha reforçado a segurança nas proximidades das residências oficiais, instalando uma cerca na via que fica o Palácio do Planalto e passa pelo Palácio Jaburu, respectivamente residências de Dilma e Temer.

O título e o *lead* da matéria acima apontam para uma abordagem favorável ao *impeachment*, pela utilização de termos positivos: “novo” (aparece nos dois campos), “começo” e “próximos caminhos” (título), que indicam a ideia de renovação e superação. Entretanto, as ressalvas presentes no *lead* – “governo (regressivo ou não)” e “tempo [...] para recomeçar ou retroceder” – mostram que o jornal se posiciona com receio a favor do *impeachment*.

O jornal apontou, no corpo do texto, algumas controvérsias da votação, como o fato de que “60% dos senadores [...] possuem processo na justiça”, lembrou a votação dos deputados, na qual “se desviou para a defesa da ‘família e de Deus’” e destacou o discurso, favorável ao *impeachment*, do senador Zezé Perrella, “considerado como ‘blindado’ mesmo após a Polícia Militar apreender mais de 400 quilos de cocaína no helicóptero de sua família”. Entretanto, a matéria isenta Temer de críticas, apontando o fardo de “assumir um país dividido” e tratando com normalidade sua oposição a sua então superiora: “vai governar com uma aliança distinta da chapa de eleger Dilma, com a participação do PSDB e DEM” (aqui, o jornal ignora que a chapa não eleger apenas Rousseff, mas também o próprio Temer) e “ele tem seis meses para convencer” (naturalização da traição política de Temer e do governo provisório enquanto contrário ao governo interrompido).

Foram mencionados cinco ministros, dos quais quatro foram a favor do *impeachment*. Desses, três tiveram espaço de citação (embora a de Renan Calheiros tenha sido referente ao andamento da votação). O único ministro mencionado contra o *impeachment*, Armando Monteiro Neto, não teve frase citada. O jornal faz uso das aspas, além das citações, para se referir à palavra golpe, para reforçar a afirmação de que se trata de uma interpretação do “governo Dilma”. As aspas são utilizadas de formas diferentes em outros casos: “pedalada fiscal” (porque trata-se de um termo informal), “blindado” (por se tratar de um termo não-literário) e “sim” e “família e de Deus” (representação do discurso).

O conteúdo dos espaços de maior saliência (título e *lead*) privilegia o discurso a favor do *impeachment* e Temer, embora tenha dado espaço (menos evidente) para algumas colocações críticas. A hipótese criada pelo Diário de Pernambuco indica a legitimidade do *impeachment*, mesmo com votações controversas. Conclui-se, portanto, que o enquadramento dessa matéria pode ser classificado como **plural-fechado – destaque pró-*impeachment*/Temer**.

Figura 2 – [Primeira votação no Senado – FP]



Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 12 maio 2016.

Embora a Folha de Pernambuco, assim como a matéria anterior, tenha feito uso do termo “novo”, no título e *lead*, esse é relacionado com outros termos mais “neutros”: “capítulo” e “história”. Em todo texto, a abordagem é construída de forma primordialmente descritiva e se atém às formalidades e procedimentos técnicos do andamento da votação. Essa construção pode ser observada na primeira frase da matéria: “Foi um dia longo, e uma noite mais longa ainda”. Ainda no *lead*: “um processo que começou às 9h da manhã de ontem e que no início da madrugada de hoje, ainda não havia chegado ao fim”. Outros trechos, ao longo da matéria, seguem a mesma postura, como, por exemplo: “71 senadores inscreveram-se para falar na tribuna do plenário”, “os trabalhos foram abertos às 9h e suspensos por volta das 12h30. O retorno se deu às 13h30 e houve novo intervalo para descanso, às 18h18” e “o quórum mínimo para votação é de 41 dos 81 senadores”.

A única representação do discurso, colocada de forma indireta, do senador Humberto Costa, também se refere aos processos logísticos da votação. Não há citações diretas e nem uso de aspas para palavras isoladas. A única crítica apontada pelo jornal diz respeito à votação da Câmara dos Deputados, o que serve como elogio à votação no Senado: “o País não foi

submetido ao festival de levandades e tolices proferidas pelos deputados. Na Casa Alta, também não se observou o tom festivo que dominou a votação contra Dilma Rousseff”.

A lógica descritiva da matéria aponta para a hipótese de que a votação no Senado foi um procedimento essencialmente formal e descarta suas motivações e implicações políticas. Essa construção lógica da matéria pode ser interpretada como positiva ao *impeachment*, uma vez que não discute os diversos posicionamentos, e, conseqüentemente, não coloca em dúvida sua legitimidade. Entretanto, considerando a singela crítica à votação da Câmara e que os espaços de maior saliência (título, *sutiã* e *lead*) não favorecem um posicionamento explícito, não havendo, inclusive, uso de léxico positivo sobre *impeachment* em todo texto. Conclui-se, portanto, que o enquadramento dessa matéria pode ser classificado como **plural-aberto**.

Figura 3 – [Primeira votação no Senado – JC]

IMPEACHMENT Até o fechamento desta edição (1h de hoje), nos discursos, a maioria dos senadores foi favorável ao afastamento de Dilma

Votação ficou para hoje

Folhapress, Agência Estado e redação

BRASÍLIA – A sessão do Senado que discute o afastamento da presidente Dilma Rousseff entrou pela madrugada de hoje e teve discursos, até o fechamento desta edição, à 1h, de 47 dos 81 senadores que duraram, em média, quinze minutos cada. Desses parlamentares, 35 se manifestaram a favor da abertura do processo de impeachment – entre eles Fernando Bezerra Coelho (PSB) –, 11 foram contrários – incluindo Armando Monteiro Neto (PTB) – e não emitiu como votaria: Fernando Collor (PTC-AL). A votação será hoje.

Vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC) admitiu em seu discurso que o governo cometeu erros, mas destacou melhorias realizadas no País durante a era PT no governo. O parlamentar afirmou que o partido tirou o País do mapa da fome e foi o responsável pela redução do risco Brasil. Ele também reclamou que o ex-presidente Lula é satanizado pela oposição.

Já o presidente do DEM, senador Agripino Maia (RN), disse que o governo perdeu o controle da economia e se habituou à ganância. Ele também argumentou que as pedaladas fiscais estão ligadas ao ferimento do orçamento da República e que, para ganhar a eleição, o governo teve de sacrificar a Petrobras, que era uma empresa modelo. “Vou votar pelo impeachment, primeiro por razões de ordem legal. Depois, porque é a única oportunidade de repor o governo”, disse.

O senador Randolfe Rodrigues cobrou o impeachment do vice-presidente Michel Temer. “Estamos diante uma grave incoerência: vamos afastar a presidente por seis decretos suplementares, Michel Temer assinou nove. Cadê o impeachment de Temer? A resposta não pode ser tomada por 513 deputados e 81 senadores, mas pelo voto popular”.

Os aliados do passado fizeram discursos vacinados contra questionamentos de incoerência ideológica. Um deles foi Cristovam Buarque (PPS-DF), demitido por Lula em 2004, que fez um dos discursos mais contundentes do dia. “Por incrível que pareça, voto pela admissibilidade. Não fui eu que mudei, foi a esquerda que envelheceu. A esquerda que está há 13 anos no poder, o que demonstra um desapego à democracia, manipulando, cooptando, criando narrativas em vez de análises, com a preferência pelo assistencialismo em vez de uma preferência pela transformação social.”

O senador Roberto Requião (PR), peemedebista, a favor da manutenção de Dilma, disse que o impeachment é uma “monumental asneira”. E criticou o vice. “Meu amigo Michel Temer assume suportado por série de ideias da ‘Ponte para o Futuro’ e reveladas em entrevistas por auxiliares que são as da utopia neoliberal com corte de gastos, a mesma proposta que fracassou em outros Países”, afirmou.

COLLOR
Alvo de impeachment em 1992, Fernando Collor afirmou, em discurso na tribuna, que alertou o governo sobre a possibilidade de impeachment. “Alertei sobre a possibilidade de sofrer impeachment, mas não me escutaram. Coloquei-me à disposição, ouvidos de mercador. Desconsideraram minhas ponderações. Relegaram minha experiência. A autossuficiência pairava sobre a razão”, afirmou.

Foi um raro discurso que silenciou o plenário, em meio a outros que não mereceram a atenção dos senadores durante a sessão. Collor indicou um voto pró-processo de impeachment, mas não o declarou da tribuna.

“Nos raros encontros com a presidente, externei minhas preocupações, especialmente após a sua reeleição, quando sugeri a ela uma reconciliação de seu novo governo com seus eleitores e com a classe política”, afirmou. “Sugeri que fosse a televisão pedir desculpas por tudo que se falou na campanha eleitoral, desmentido depois por seus próprios atos, nos primeiros meses do atual mandato, disse. Investigado na Operação Lava Jato, Collor relembrou a denúncia feita contra ele em 1992. Disse que o rito do impeachment é o mesmo do seu processo, mas o rigor não.

O título e o *lead* do Jornal do Commercio coincidem com a abordagem descritiva da matéria anteriormente analisada da Folha de Pernambuco: “Votação ficou para hoje”, diz o título. No *lead*, constam apenas informações sobre o andamento da votação, com foco na contagem dos votos, especialmente os dos senadores pernambucanos. Em um dos trechos, no qual contagem parcial é revelada, informa que “a sessão [...] teve discursos [...] de 47 dos 81 senadores que duraram, em média, quinze minutos”.

A abordagem de viés político ficou por conta da articulação das citações: foram citados, no corpo do texto, majoritariamente em discurso direto, seis senadores, divididos igualmente em relação ao posicionamento (contrário e favorável ao *impeachment*). As aspas são utilizadas no texto apenas para a representação do discurso. O jornal constrói uma lógica de intercalação de opiniões diversas para indicar a hipótese de que o acontecimento é politicamente controverso, mas que o jornal se coloca acima de tais posicionamentos.

Novamente, os espaços de maior saliência (título, *sutiã* e *lead*) não favorecem um posicionamento explícito. Também não há uso de léxico específico de cunho positivo ao *impeachment*. Entretanto, outros fatores embasam a conclusão de que a matéria tem enquadramento **plural-fechado – destaque pró-*impeachment*/Temer**: embora os dois pólos de posicionamento terem sido contemplados, o único discurso adjetivado positivamente foi o de Cristovam Buarque, favorável ao *impeachment*, que, segundo o jornal, “fez um dos discursos mais contundentes do dia”. Além disso, o último discurso relatado – direta e indiretamente, de Fernando Collor, também favorável – ocupou ¼ do tamanho de toda a matéria e também foi enaltecido: “foi um raro momento que silenciou o plenário”. É razoável que de fato tenha sido, uma vez que a fala de Collor, também destituído da presidência via *impeachment*, era amplamente aguardada. Entretanto, o jornal atribuiu a atenção ao fato de que outros discursos “não mereceram a atenção dos senadores”.

6.1.2 Pronunciamento de Rousseff

Em 12 de maio de 2016, dia seguinte ao início da votação do Senado, a presidenta eleita, já afastada nesse momento, em caráter provisório, por consequência do resultado, fez um pronunciamento oficial, que foi coberto e publicado pelos três jornais. Rousseff aproveitou a visibilidade para reforçar sua defesa e apontar a ilegitimidade do *impeachment*.

Figura 4 – [Pronunciamento de Rousseff – DP]

Dilma diz que cometeu “erros”, mas não “crimes”

Afastada, a presidente fez um discurso repleto de emoção e raiva, acreditando que ainda pode vencer

Após receber a notificação de seu afastamento do cargo, Dilma Rousseff fez ontem um pronunciamento a jornalistas em que afirmou que pode ter cometido erros, mas não “crimes” e que, por isso, está sendo julgada “injustamente” em um processo que classifica de “golpe”.

“Posso ter cometido erros, mas não cometi crimes. Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer”, disse Dilma. “Sofro agora a dor inominável da injustiça”, completou a petista emocionada. “Jamais desistirei de lutar”.

“Já sofri a dor invisível da tortura, a dor afetiva da doença e agora sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói neste momento é a injustiça.

É perceber que sou vítima de uma farsa jurídica e política”, disse Dilma. “Posso olhar para mim mesmo e ver a face de alguém, que mesmo marcada pelo tempo, ainda tem força para lutar por suas crenças e direitos”, completou.

Acompanhada de ministros, governadores e parlamentares do PT e da base aliada, Dilma disse ainda que a decisão do Senado em suspender seu mandato por até 180 dias trazia “riscos ao país”. A presidente agora afastada disse que o impeachment é “fraudulento” e que seu governo foi “alvo de intensa e incessante sabotagem”.

A petista repetiu o discurso de que foi eleita por 54 milhões de brasileiros e que a oposição, segundo ela, “inconformada com a derrota”, “passou a conspirar” contra o seu mandato “impedindo a

recuperação da economia” e para “tomar à força o que não conquistaram nas urnas”.

Dilma repetiu que vai “lutar até o fim” para tentar recuperar seu mandato e governar até o último dia de 2018. Ela fez também um chamado a seus apoiadores e disse que “a luta pela democracia não tem data para terminar”. “Nós vamos vencer”.

ABATIDO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava abatido. Quem esteve com ele às vésperas do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República diz que nunca o viu tão chateado.

Nos últimos dias, Lula teve raiva, sentiu tristeza, brigou, chorou. Mas ontem, o ex-presidente parecia apático. Ao lado da sucessora e diante de uma plateia que gritava e chamava por seu

nome, Lula não reagia.

Durante o discurso de Dilma em frente ao Palácio do Planalto, poucas vezes bateu palmas, ficava com o olhar distante e, segundo aliados, parecia não estar ali. Sua chegada e saída toram os momentos em que o ex-presidente aceitou ao público e cumprimentou alguns amigos e militantes petistas que o abordavam.

Pouco antes de entrar no carro e seguir para um almoço no Palácio da Alvorada junto com a sucessora, Lula despediu jornalistas numa frase que pareceu mais um desaforo: “Agora eu vou pra casa”.

Vestindo camisa social azul e blazer cinza, o ex-presidente fugiu do vermelho, cor do PT, que costumava adotar em atos simbólicos. Desta vez, foi conselho do próprio ex-presidente não fazer desta quinta-feira um dia com cara de

“fim de governo” Dilma.

Lula aconselhou a sucessora a não descer a rampa do Palácio do Planalto, como ela pensava inicialmente em fazer. No lugar, disse, “saia pela porta da frente, no térreo, que estarei esperando você”.

Na terça-feira, quando chegou a Brasília, o ex-presidente jantou com Dilma no Palácio da Alvorada junto com o presidente do PT, Rui Falcão, Jaques Wagner (Gabinete Pessoal da Presidência) e Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo). Na quarta-feira, porém, quando o Senado votou o impeachment numa sessão de mais de vinte horas, Lula não quis acompanhar a votação pela TV ao lado de Dilma. Assessores diziam que o resultado “era esperado” e que “não tinha motivo” de fazer daquela “um evento”. (Folhapress)

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 13 maio 2016.

A matéria apela para um enfoque que evidencia os apelos emocionais de Rousseff e minimiza o discurso político de viés mais racional. Os indícios estão no subtítulo (“a presidente fez um discurso repleto de emoção e raiva”), e no corpo do texto. Das cinco maiores citações das falas de Rousseff, três são declarações emocionais: “sofro agora a dor inominável da injustiça”, “já sofri a dor invisível da tortura, a dor afetiva da doença e agora sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói neste momento é a injustiça. É perceber que sou vítima de uma farsa jurídica e política” e “posso olhar para mim mesmo (sic) e ver a face de alguém, que mesmo marcada pelo tempo, ainda tem força para lutar por suas crenças e direitos”. O discurso de Rousseff, curiosamente, só ocupa metade do espaço

da matéria, uma vez que a outra metade é totalmente dedicada ao estado emocional, aparência e reações do ex-presidente Lula durante o pronunciamento e no dia anterior.

A lógica emocional da matéria induz uma hipótese de que o posicionamento contrário ao *impeachment* é superficial não dispõe de argumentos política e juridicamente aprofundados. Entretanto, é uma abordagem que pode favorecer uma comoção positiva em relação a Rousseff. Embora não haja favorecimento e léxico positivo explícitos em relação ao *impeachment* em nenhuma parte do texto, a matéria traz partes vagas e soltas do discurso de Rousseff. Ao todo, sem contar com as citações já mencionadas e levando em conta a parte dedicada a Lula, a matéria inteira possui outros 19 termos e pequenas frases entre aspas. A maioria se refere à representação do discurso, o que não fica claro em outros casos, como nos termos ““erros””, ““crimes”” e ““golpe””, que podem ser interpretados também como relativização, por parte do jornal, do significado de tais palavras.

Diante dessas observações, é possível classificar o enquadramento geral da matéria acima como **plural-aberto**.

Figura 5 – [Pronunciamento de Rousseff – FP]

Dilma lamenta a “injustiça”

Em discurso na manhã de ontem, presidente afastada reafirmou que vai lutar para terminar o seu mandato

BRASÍLIA (Folhpress) - Após receber a intimação de seu afastamento do cargo, Dilma Rousseff fez ontem um pronunciamento a jornalistas em que admitiu que pode ter cometido erros, mas não “crimes” e que, por isso, está sendo julgada “injustamente” em um processo que voltou a classificar como “golpe”. “Estou sendo jul-

gada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer”, disse. “Jamais vou desistir de lutar”, afirmou Dilma no Palácio do Planalto.

Em pouco menos de 15 minutos de discurso, a presidente, agora afastada, se emocionou quando lembrou do período em que foi torturada na ditadura militar e disse que “não existe injustiça mais devastadora” do que “condenar um inocente”. “Já sofri a dor invisível da tortura, a dor afetiva da doença, e agora sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça”, afirmou. Acompanhada de ministros, governadores e

parlamentares do PT e da base aliada, Dilma afirmou que vai “lutar até o fim” para tentar recuperar seu mandato e governar até “31 de dezembro de 2018”.

“O destino sempre me reservou muitos e grande desafios; alguns pareceram a mim intronponíveis, mas eu consegui vencê-los [...] Posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, ainda tem força para lutar por suas crenças e direitos”, disse Dilma. “A luta pela democracia não tem data para terminar, é permanente e exige de nós dedicação constante. A luta contra o golpe é longa, e

pode ser vencida, e nós vamos vencer”, completou, sob aplausos de uma plateia formada por servidores e funcionários do Palácio do Planalto.

Dilma aproveitou a composição do público para afirmar que um governo “sem legitimidade” como o de Temer (PMDB) pode “agir com truculência” contra movimentos sociais. “O maior risco para o País neste momento é ser dirigido por um governo que não foi eleito pelo voto direto e que não terá legitimidade para propor ou implementar soluções para o País. Ele pode ainda se ver tentado a reprimir movimentos populares, o que não foi feito

na minha gestão”, disse.

Sabotagem

Vestida de branco, Dilma disse ainda que a decisão do Senado em suspender seu mandato por até 180 dias trazia “riscos ao País”, afirmou que o *impeachment* é “fraudulento” e que foi “alvo de intensa e incessante sabotagem”. A petista repetiu o discurso de que foi eleita por 54 milhões de brasileiros e que a oposição “inconformada com a derrota”, “passou a conspirar” contra seu mandato, impedindo a recuperação da economia para “tomar à força o que não conquistaram nas urnas”.

Logo depois de seu pro-

nunciamento, Dilma deixou o Planalto pela porta da frente do prédio, acompanhada por auxiliares e assessores. Após se juntar ao ex-presidente Lula, falou a militantes do Partido dos Trabalhadores e de movimentos sociais, na Esplanada dos Ministérios. Em outro discurso, a petista disse que estava sendo afastada do cargo porque “nunca cedeu a chantagens” e repetiu que o governo Temer é “ilegítimo”.

“Hoje é um dia muito triste. A jovem democracia brasileira está sendo objeto de golpe”. Ao lado da sucessora, Lula parecia apático. Aplaudiu poucas vezes e estava bastante abatido.

A matéria da Folha de Pernambuco segue uma linha de abordagem próxima a do Diário de Pernambuco, com ênfase nas partes emocionais do discurso de Rousseff. No título, o verbo escolhido (“lamenta”) pode transmitir a ideia de passividade e melancolia, ao contrário de outros verbos possíveis na mesma frase, como “denuncia”, que se relaciona à ideia de força e luta. No corpo do texto, similarmente ao jornal anterior, destaca outras citações como “não existe injustiça mais devastadora”, “já sofri a dor invisível da tortura, a dor afetiva da doença e agora sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça” e “[...]. Posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém, que mesmo marcada pelo tempo, ainda tem força para lutar por suas crenças e direitos”.

A Folha de Pernambuco também coloca entre aspas os termos “injustiça” (título), “crimes”, “injustamente” e “golpe” (*lead*), o que pode ser interpretado como representação direta do discurso (o que fica claro quando as aspas são utilizadas em outros momentos do texto), mas, também, como suavização ou alteração do significado real das palavras em tal contexto. Entretanto, não há uso de léxico positivo ou negativo que indique um determinado posicionamento.

Em comparação com a matéria anterior, a Folha de Pernambuco dedicou mais espaço (cerca de 50%) ao discurso de Rousseff, enquanto a menção a Lula ficou restrita a pouco mais de um parágrafo (com informações politicamente mais úteis). Embora também esteja presente a lógica emocional nessa matéria, foi dado destaque a outra citação de maior relevância política: “O maior risco para o País neste momento é ser dirigido por um governo que não foi eleito pelo voto direto e que não terá legitimidade para propor ou implementar soluções para o País. Ele pode ainda se ver tentado a reprimir movimentos populares [...]”. Dessa forma, classificaremos o enquadramento geral dessa matéria como **plural-fechado – destaque contra o *impeachment*/pró-Rousseff**.

Figura 6 – [Pronunciamento de Rousseff – JC]

“Jamais vou desistir de lutar”

Folhapress

BRASÍLIA – Após receber a intimação de seu afastamento do cargo, Dilma Rousseff fez ontem um pronunciamento a jornalistas em que admitiu que pode ter cometido erros, mas não crimes e que, por isso, está sendo julgada injustamente em um processo que voltou a classificar como golpe. “Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer”, disse. “Jamais vou desistir de lutar”, afirmou Dilma no Palácio do Planalto.

Em pouco menos de 15 minutos de discurso, a presidente agora afastada se emocionou quando lembrou do período em que foi torturada na ditadura militar e disse que não existe injustiça mais devastadora do que condenar um inocente. “Já sofri a dor invisível da tortura, a dor afetiva da doença, e agora sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça”, afirmou.

Acompanhada de ministros, governadores e parlamentares do PT e da base aliada, Dilma afirmou que vai lutar até o fim para tentar recuperar seu mandato e governar até 31 de dezembro de 2018. “O destino sempre me re-

servou muitos desafios, muitos e grande desafios; alguns pareceram a mim intransponíveis, mas eu consegui vencê-los (...). Posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, ainda tem força para lutar por seus crenças e direitos”, disse Dilma.

“A luta pela democracia não tem data para terminar, é permanente e exige de nós dedicação constante. A luta contra o golpe é longa, e pode ser vencida, e nós vamos vencer”, completou a petista, sob aplausos de uma plateia formada por servidores e funcionários do Palácio do Planalto.

Dilma aproveitou a composição do público para afirmar que um governo sem legitimidade como o de seu ex-vice-presidente Michel Temer (PMDB) pode agir com truculência contra movimentos sociais.

“O maior risco para o País neste momento é ser dirigido por um governo que não foi eleito pelo voto direto e que não terá legitimidade para propor ou implementar soluções para o país. Ele pode ainda se ver tentado a reprimir movimentos populares, o que não foi feito na minha gestão”, disse.

Vestida de branco, Dilma disse ainda que a decisão do Senado em suspender seu mandato por até 180 dias trazia riscos ao País. A presidente agora afastada afirmou que o impeachment é fraudulento e que seu governo foi alvo de intensa e incessante sabotagem.

A petista repetiu o discurso de que foi eleita por 54 milhões de brasileiros e que a oposição, segundo ela, inconformada com a derrota, passou a conspirar contra seu mandato, impedindo a recuperação da economia para tomar à força o que não conquistaram nas urnas.

Logo depois de seu pronunciamento, Dilma deixou o Planalto pela porta da frente do prédio, no térreo, acompanhada por auxiliares e assessores. Após se juntar ao ex-presidente Lula, falou a militantes do Partido dos Trabalhadores e de movimentos sociais que aguardavam na Esplanada dos Ministérios.

Em outro discurso que também durou 15 minutos, a petista disse que estava sendo afastada do cargo porque nunca cedeu a chantagens e repetiu que o governo Temer é ilegítimo. “Hoje é um dia muito triste. A tristeza é porque vivemos uma hora trágica. A jovem democracia brasileira está sendo

objeto de golpe”. Ao lado da sucessora, Lula parecia apático. Aplaudiu poucas vezes e estava bastante abatido.

NOTIFICAÇÃO

Eram 10h59 quando Vicentinho Alves (PR-TO), primeiro-secretário do Senado, entregou à presidente Dilma Rousseff a notificação de afastamento do cargo por até 180 dias, como determina o processo de impeachment. “Mas eu fico com uma cópia?”, perguntou ela. Foi o seu único comentário.

Dilma estava no gabinete presidencial, no terceiro andar do Palácio do Planalto, e assinou o papel sobre a mesa de trabalho vazia, sem as fotos da filha Paula e dos netos, e sem as três imagens de Nossa Senhora que ali a protegiam. Tinha os olhos inchados, mas, naquele momento, não chorou.

Até Alves se espantou com a frieza da petista. “Ela estava tranquila”, disse. A primeira mulher eleita presidente da República nem mesmo olhou o relógio, como fez Fernando Collor de Mello ao assinar a intimação no processo de impeachment, em 1992, na tentativa de gravar aquele instante.

Ao ser informada de que o primeiro secretário do Senado já havia partido, Dilma andou pelo gabinete e cumprimentou os amigos.

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 13 maio 2016.

Assim como as duas matérias anteriores, a do Jornal do Commercio também possui elementos emocionais: as citações ““já sofri a dor invisível da tortura, a dor afetiva da doença e agora sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça””, “[...]. Posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém, que mesmo marcada pelo tempo, ainda tem força para lutar por suas crenças e direitos”” e ““Hoje é um dia muito triste. A tristeza é porque vivemos uma hora trágica [...]””, além do relato sobre como Rousseff foi notificada do resultado da votação, descrevendo seus “olhos inchados” e o fato que “a mesa de trabalho [estava] vazia, sem as fotos da filha Paula e dos netos, e sem as três imagens de Nossa Senhora que ali a protegiam”. Entretanto, a matéria tem uma abordagem geral e uma lógica argumentativa, que trata o discurso de forma menos vitimista: logo no título, a citação ““jamais vou desistir de lutar”” indica, ao contrário da Folha de Pernambuco, uma ideia de altivez. O jornal destacou, ainda, “a frieza da petista” espantou o primeiro-secretário do Senado, que ressaltou sua tranquilidade. Assim como a matéria anterior, o Jornal do Commercio citou a parte do discurso em que Rousseff diz que ““O maior risco para o País neste momento é ser dirigido por um governo que não foi eleito pelo voto direto [...]””.

As aspas foram usadas com menos frequência, apenas para indicar a representação direta do discurso. No *lead*, os termos “erros”, “crimes” e “golpes” foram escritos sem aspas. Por esses motivos, ainda que não tenha sido identificado léxico positivo ou negativo relativo a algum posicionamento, pode-se concluir que a matéria, assim como a anterior, tem enquadramento geral **plural-fechado – destaque contra o impeachment/pró-Rousseff**.

6.1.3 Discurso de posse de Temer

No mesmo dia do pronunciamento da presidenta afastada, o interino também se pronunciou oficialmente. Embora sua posse, nesse momento, tivesse caráter provisório, Temer apresentou mudanças estruturais e propostas de governo sem aprovação popular e incompatíveis com as da chapa pela qual foi eleito como vice-presidente.

Figura 7 – [Pronunciamento de Temer – DP]

Os primeiros gestos de Michel Temer

Agora presidente interino, peemedebista apresenta seus ministros e pede pacificação da nação para que o país supere a adversidade econômica

O presidente interino Michel Temer dedicou aos problemas econômicos boa parte de seu primeiro discurso no Palácio do Planalto, ontem. Disse que, em vez de falar em crise, a solução é “trabalhar” e afirmou ser “urgente” pacificar a nação, unificar o Brasil e fazer um governo de salvação nacional. Aos 75 anos, o peemedebista assumiu o comando do país após a presidente Dilma Rousseff ter sido afastada, por até 180 dias, com base no rito do processo de impeachment. O afastamento dela do cargo para o qual foi reeleita em 2014 foi aprovado às 6h33 de ontem pelo plenário do Senado. Foram 55 votos favoráveis pela ad-

missibilidade do impeachment - 22 contrários.

A substituição no comando também provocou uma mudança no lema da gestão. Saiu de cena, o “Brasil, pátria educadora”, do segundo governo da petista. “O nosso lema é Ordem e Progresso. A expressão da nossa bandeira não poderia ser mais atual, como se hoje tivesse sido redigida”, anunciou Temer.

A fala de Temer foi realizada na tumultuada e concorrida solenidade de posse dos seus novos ministros, no Palácio do Planalto. Temer começou seu discurso dizendo que “pretendia que esta cerimônia fosse extremamente sóbria e discreta, como convém ao momento que vivemos”, mas que era importan-

te realizá-la “porque, sem embargo do entusiasmo de todos os senhores, todos nós compreendemos o momento difícil, delicado, ingrato que estamos todos passando” e iniciou dizendo que sua “primeira palavra ao povo brasileiro é a palavra confiança”.

A reversão da situação econômica do país teve destaque no discurso, apontada como a “pior crise econômica” e anunciou que a prioridade é combater o desemprego que atinge 11 milhões de pessoas. Além disso, lembrou que a inflação está em dois dígitos e o déficit, R\$ 100 bilhões. Temer observou que, para isso, “é imprescindível” reconstruir os fundamentos da economia e melhorar o ambiente de negócios.

“A partir de agora, nós não podemos mais falar em crise; trabalharemos”, afirmou Temer, prometendo espalhar pelo país esta frase “em 20 milhões de outdoors por todo o Brasil, porque isso cria também um clima de harmonia, de interesse, de otimismo”. O presidente interino destacou a importância de reconquistar a confiança no país, para atrair investimentos estrangeiros.

O peemedebista ainda fez questão de responder a críticas dos adversários de que irá acabar com os programas sociais criados nas gestões do PT (Lula e Dilma, iniciadas em 2003). Temer prometeu aprimorar iniciativas já existentes na área social. *Da redação com agências*

A matéria do Diário de Pernambuco aborda o pronunciamento de Temer, de uma forma geral, como um evento comum e pontual, sem abordar as diversas controvérsias e grande descontentamento popular que contextualizavam a situação noticiada. Os elementos de maior evidência do texto expõem léxicos positivos em relação ao governo Temer: no título, a palavra “gestos” é um eufemismo não compatível com as mudanças estruturais tomadas e propostas no momento. Os outros termos e frases que favorecem o governo provisório e que representam indiretamente o discurso de Temer não foram colocados entre aspas – recurso bastante utilizado para discurso de Rousseff –, a saber: “pacificação da nação” “supere a adversidade econômica” (sutiã), “pacificar a nação”, “unificar o Brasil” e “salvação nacional” (*lead*).

A matéria possui uma construção lógica acrítica que naturaliza as medidas amplamente questionadas de Temer, induzindo a hipótese de que grandes incertezas, críticas e contestações não fazem parte do cerne do acontecimento. A mudança apressada e precipitada do lema da gestão do governo foi justificada no texto com citação do próprio interino (“O nosso lema é Ordem e Progresso. A expressão da nossa bandeira não poderia ser mais atual, como se hoje tivesse sido redigida”). A posse dos novos ministros, repleta de polêmicas – todos homens, brancos, sem aderência ao plano de governo que elegeu Temer e sete citados na Lava-Jato –, foi tratada com discrição pelo jornal (no sutiã, “peemedebista apresenta seus ministros”, e no corpo do texto, distante do *lead*, “a fala de Temer foi realizada na [...] solenidade de posse dos seus novos ministros [...]). Além disso, a extinção de nove ministérios não foi sequer mencionada na matéria. O jornal também valoriza explicitamente uma colocação de Temer, no último parágrafo: “O peemedebista ainda fez questão de responder a críticas [...]”.

Com base nessa análise, fica evidente a conclusão de que o enquadramento geral da matéria pode ser classificado como **restrito – pró-impeachment/Temer**.

Figura 8 – [Pronunciamento de Temer – FP]

Temer tem pressa em governar

Preocupado com o que classificou de “pior crise” do País, gestor pretende agir com rapidez

DA REDAÇÃO COM AGÊNCIAS

Em seu primeiro discurso no posto de presidente interino, Michel Temer demonstrou otimismo para conduzir seu governo. Com voz rouca, devido ao cansaço das reuniões dos últimos dias, fez um apelo ao setor privado e à classe política pelo apoio a ações e reformas para retomar o crescimento do País. Também defendeu que a Operação Lava Jato não sofra interferências que possam enfraquecê-la, apesar de ter alguns ministros envolvidos em denúncias. Pressionado a colocar a economia nos eixos, em tempo recorde, e ao mesmo tempo manter os programas sociais que são bandeiras das gestões petistas, o peemedebista assume a cadeira presidencial com uma grande urgência: a de atender, com celeridade, às mazelas que vêm atingindo a vida do brasileiro. Além de ter que lidar

com um País dividido. Temer começa sua gestão, portanto, com a responsabilidade de acertar onde a petista errou. E de agir com uma rapidez incomum.

Ele ressaltou a necessidade de combater a corrupção. “A moral pública será permanentemente buscada por meio dos instrumentos de controle”, disse. Também fez questão de enfatizar o apoio às ações da força-tarefa curitibana comandada pelo juiz Sergio Moro. “A Operação Lava Jato tornou-se referência e, como tal, deve ter seguimento e proteção contra qualquer interferência que possa enfraquecê-la”.

Temer se comprometeu à manutenção dos programas sociais do governo petista, elencando-os nominalmente, e disse ter “respeito institucional” à presidente afastada Dilma Rousseff.

Mas no discurso de cerca de 25 minutos não poupou críticas à gestão do PT. Segundo ele, o País vive neste momento “sua pior crise econômica” e uma “grave situação caótica” na área da saúde. “Nosso maior desafio é estancar o processo de queda livre da economia”, disse. “Compreendemos o momento delicado, difícil e ingrato. Não podemos olhar para frente com os olhos de ontem”, acrescentou.

O peemedebista também prometeu medidas de saneamento da máquina pública.

Além do corte de nove ministérios, ele anunciou a encomenda de estudos para eliminar cargos comissionados e funções gratificadas desnecessárias, “sabidamente na casa dos milhares”.

O presidente Michel Temer também abordou, de forma sutil, a polarização política nacional. Reconheceu que não busca a “unanimidade”

na aprovação popular, mas ressaltou que usará o diálogo como busca de um entendimento. “É urgente pacificar a nação e unificar o País. É urgente fazermos um governo de salvação nacional com partidos políticos e entidades organizadas que me prestem colaboração para tirar o País desta grave crise em que nos encontramos”, disse.

Entre as propostas sugeridas, o peemedebista defendeu o incentivo a parcerias público-privadas e uma revisão do Pacto Federativo, que dê maior autonomia a estados e municípios. Ele pregou também, apesar de ter reconhecido que são temas controversos, reformas trabalhistas e previdenciárias com o objetivo de dar sustentabilidade à administração federal.

“A modificação que queremos fazer tem como objetivo o pagamento das aposentadorias e geração de emprego. A busca da sustentabilidade será balizada pelo diálogo e pela conjugação de esforços”, disse.

Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 13 maio 2016.

A abordagem pontual e positiva em relação ao governo provisório, presente na matéria anterior, é ainda mais evidente na Folha de Pernambuco. O jornal trata com positividade o fato de um governo interino tomar medidas estruturais e de profundo impacto. No título (“Temer tem pressa em governar”), começa a ser construída a lógica de necessidade urgente de “salvação nacional”. Logo abaixo, no subtítulo, essa lógica começa a se desenvolver: “preocupado [...], gestor pretende agir com rapidez. No *lead*, diversos trechos seguem essa lógica: “demonstrou otimismo”, “retomar o crescimento do País”, e, desconsiderando que se trata de um governo provisório, “assume [...] com grande urgência: a de atender, com

celeridade, às mazelas que vêm atingindo a vida dos brasileiros” e “começa sua gestão, portanto, com a responsabilidade de acertar onde a petista errou. E de agir com uma rapidez incomum”.

A ideia de naturalização e falta de discussão sobre as medidas de Temer também são percebidas nessa matéria. As poucas e superficiais contextualizações sobre as controvérsias são imediatamente justificadas com citações do próprio interino: “O presidente Michel Temer [aqui, a matéria ignora o fato de que se trata de um presidente interino] também abordou [...] a polarização política nacional. Reconheceu que não busca a ‘unanimidade’ na aprovação popular, mas ressaltou que usará o diálogo como busca de um entendimento. ‘É urgente pacificar a nação e unificar o País. [...]’” e “Ele pregou também, apesar de ter reconhecido que são temas controversos, reformas trabalhistas e previdenciárias com o objetivo de dar sustentabilidade à administração federal. ‘A modificação que queremos fazer tem como objetivo o pagamento das aposentadorias e geração de emprego. [...]’”. Poucos termos e pequenas frases, que claramente representam o discurso de Temer, são colocados entre aspas.

O jornal também dedica mais de um parágrafo para destacar a suposta preocupação de Temer com o combate à corrupção e o andamento da Operação Lava-Jato. No *lead*, o jornal emite uma micro e pseudo-crítica, ao relatar que Temer empossou “alguns ministros envolvidos em denúncias”. A Folha de Pernambuco não especifica que se tratam de sete ministros, além do próprio Temer.

Assim como o Diário de Pernambuco, matéria da Folha de Pernambuco também não aborda as polêmicas envolvendo a posse dos novos ministros e denominou a extinção dos nove ministérios como “medidas de saneamento da máquina pública”, nas quais também está incluído o corte de outros cargos e funções “desnecessárias” (sem aspas na matéria).

As evidências expostas pela análise dessa matéria indicam a conclusão de que o seu enquadramento geral classifica-se como **restrito, pró-impeachment/Temer**.

Figura 9 – [Pronunciamento de Temer – JC]

Agência Estado e Folhapress

BRASÍLIA e SÃO PAULO – O advogado Michel Elias Temer Lulia, 75 anos, assumiu ontem a Presidência da República após a presidente Dilma Rousseff ter sido afastada por determinação do Senado, com base no rito do processo de impeachment definido pelo STF. Em seu primeiro pronunciamento, Temer afirmou ser “urgente” pacificar a Nação, unificar o Brasil e fazer um governo de salvação nacional. Ele fez questão também de responder a críticas dos adversários de que irá acabar com os programas sociais criados nas gestões do PT, iniciadas em 2003. Temer prometeu aprimorar iniciativas já existentes na área social.

Em outro trecho importante de seu discurso, Temer afirmou que a Operação Lava Jato “não será enfraquecida”. O PMDB, partido ao qual o presidente em exercício é filiado desde 1981, é um dos mais implicados nas investigações de desvios e de corrupção na Petrobras. Ontem mesmo o novo Ministério tomou posse. Entre os 23 ministros, 19 são ou foram parlamentares. Alguns estão investigados pela força-tarefa, como Romero Jucá (PMDB-RR).

IMPEACHMENT Em seu primeiro pronunciamento como presidente interino, Temer afirmou ser “urgente” pacificar a Nação e unificar o Brasil

“Governo de salvação nacional”

Em pronunciamento durante cerimônia de posse dos novos ministros, o peemedebista fez acenos tanto para o mercado financeiro como para beneficiários de programas sociais e anunciou a intenção de adotar medidas de saneamento da máquina pública e implementar reformas estruturais. “É urgente pacificar a nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional. Partidos, lideranças, entidades e o povo brasileiro não devem emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos”, disse.

Em cerca de 25 minutos de discurso, o presidente interino disse que sua intenção é governar em conjunto com o Congresso, onde precisará ter apoio para conseguir aprovar projetos prioritários, garantiu a manutenção da autonomia do Banco Central e se comprometeu com a permanência de programas sociais do governo petista que, segundo ele, terão de ter a gestão aprimorada.

“Precisamos acabar com um hábito que existe no Brasil, em que assumindo outrem o governo, você tem que excluir o que foi feito. Ao contrário, você tem que prestigiar aquilo que deu certo, completá-los, aprimorá-los e inserir outros programas que sejam úteis para o País”, disse.

O peemedebista fez questão de ressaltar que tem um “respeito institucional” em relação a Dilma Rousseff, mas não poupou críticas à gestão da presidente afastada e ao quadro econômico atual. Segundo ele, o País vive neste momento sua pior crise econômica, uma grave situação caótica na área da saúde. “Não podemos olhar para frente com os olhos de ontem. Olhamos com olhos no presente e olhos no futuro”, acrescentou.

Na área econômica, informou que, além do corte de nove ministérios, encomendou estudos para eliminar cargos comissionados e funções gratificadas desnecessárias, “sabidamente na casa dos milhares”.

O peemedebista defendeu o incentivo a parcerias público-privadas e uma revisão do pacto federativo, que dê maior autonomia a Estados e municípios. Ele pregou também, apesar de ter reconhecido serem temas controversos, reformas trabalhistas e previdenciárias. Temer reconheceu ainda que não busca a unanimidade na aprovação popular, mas ressaltou que usará o diálogo como busca de entendimento.

Defendeu que a Lava Jato não sofra interferências que possam enfraquecê-la. “Tomo a liberdade de dizer que a Lava Jato tomou-se referência e como tal, deve ter seguimento e proteção contra qualquer tentativa de enfraquecê-la”, disse o vice, que foi citado por dois delatores da investigação. Ao ser anunciado ao microfone, o peemedebista foi chamado de presidente da República, e não de interino ou em exercício. A denominação também não constaram na agenda oficial de Temer hoje, quando promoverá a primeira reunião ministerial no Planalto.

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 13 maio 2016.

Assim como os outros dois jornais anteriormente analisados, o Jornal do Commercio segue uma abordagem que trata o acontecimento noticiado enquanto pontual e positivo. Similarmente à Folha de Pernambuco, também explora a lógica de “salvação nacional”, termo que, inclusive, estampa o título da matéria (“Governo de salvação nacional”). No sutiã, mais indícios dessa lógica: “[...] Temer afirmou ser ‘urgente’ pacificar a Nação e unificar o Brasil”. As frases do título e do sutiã são repetidas no *lead*, onde também é valorizada, assim como no Diário de Pernambuco, a colocação de Temer: “O peemedebista ainda fez questão de responder a críticas [...]”. Ainda no *lead*, o jornal apresenta Temer sem considerar sua posição provisória (“[...] assumiu ontem a presidência da República [...]”), e só o denomina de interino depois de três parágrafos, embora, contraditoriamente, a própria matéria mencione que Temer não foi apresentado como interino no evento e nem na agenda oficial.

Em relação aos novos ministros, o jornal também não cita as polêmicas que os cercam e também relaciona a extinção de ministérios a cortes de cargos e funções “desnecessárias” (sem aspas na matéria). A matéria também justifica que Temer reconhece que suas medidas são controversas, porque “não busca unanimidade [...]”. A lógica de naturalização das medidas de Temer também está presente nessa matéria. O jornal, inclusive, foi o único a destacar a citação em que ele diz, como se fosse opositor ao governo Rousseff desde o início, que “Precisamos acabar com um hábito existente no Brasil, em que assumindo outrem o governo, você tem que excluir o que foi feito. Ao contrário, você tem que prestigiar aquilo que deu certo, completá-los, aprimorá-los e inserir outros programas que sejam úteis para o País”.

O Jornal do Commercio – assim como a Folha de Pernambuco – destaca a suposta preocupação de Temer com a continuidade da Lava-Jato e cita que “alguns” ministros estão envolvidos na operação. Diferente do jornal anterior, nessa matéria, a crítica é um pouco mais elaborada: "O PMDB, partido ao qual o presidente em exercício é filiado desde 1981, é um dos mais implicados nas investigações de desvios e de corrupção na Petrobras". Dessa forma, o jornal, embora também tenha privilegiado o discurso pró-Temer, apresentou algumas informações contrárias. Dessa forma, o enquadramento geral dessa pesquisa é mais um pouco mais amplo e pode ser considerado como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

6.1.4 Medida Provisória: cortes nos ministérios

Um dia após seu pronunciamento, em 13 de maio de 2016, Temer enviou ao Congresso a Medida Provisória para extinção de três secretarias e quatro ministérios. No dia seguinte, nenhum dos três jornais publicou a cobertura desse fato. Entretanto, o que foi noticiado nesse dia também está relacionado aos cortes do governo provisório. Desse modo, iremos analisar, abaixo, as matérias referentes a esse segundo acontecimento (não previsto anteriormente para análise).

6.1.5 Corte de cargos

No dia 14 de maio de 2016, os três jornais noticiaram o anúncio, feito pelo então ministro de Temer, Romero Jucá, da intenção de demitir, do quadro de funcionários de empresas do Governo, quatro mil cargos comissionados, além do corte, e consequente diminuição de salário, de funções gratificadas, embora, antes de ser afastada do cargo, Rousseff tivesse iniciado a articulação para contratar mais cargos.

Figura 10 – [Corte de cargos – DP]

Ordem é cortar pessoal e enxugar os gastos

Governo anunciou ontem que diminuirá 4 mil cargos e deixará espaço para revisão da meta fiscal

Após a primeira reunião ministerial, a equipe do presidente interino Michel Temer sinalizou que o déficit previsto na meta fiscal deve ser ampliado, anunciou série de cortes em cargos e funções e intenção de fazer um pente-fino em empresas estatais. Em entrevista à imprensa, o novo ministro do Planejamento, Romero Jucá, disse que a intenção é rever a estrutura organizacional e a meta é um corte de 4 mil postos de trabalho e a simplificações de 51 denominações de cargos públicos até o final deste ano.

No encontro, o presidente interino pediu aos novos ministros que supram no máximo até 75% das funções gratificadas e cargos comissionados. Em seu primeiro discurso, o peemedebista já havia antecipado que tinha encomendado estudos para eliminar posições avaliadas por ele como “desnecessárias”.

“Em tese, fizemos uma reserva de espaço de 25% que

depois será ajustado à necessidade de funcionamento. A meta fixada é de 4 mil postos”, disse Jucá. “Todas as empresas e todos os bancos estão sujeitos a esse novo ordenamento de comando que é simples e direto: gastar menos com ele próprio e mais com a atividade de fim”.

Segundo o ministro, a meta fiscal enviada ao Congresso pelo governo Dilma Rousseff não prevê a queda de arrecadação, renegociação de dívidas estaduais e restos a pagar, o que deverá ser corrigido pelo governo interino.

Eles não pretendem mudar o valor enviado pela gestão petista, mas vão inserir emendas que possibilitem a atualização do número nos próximos meses. “Nós teremos certamente um déficit fiscal superior aos R\$ 96 bilhões que estão no projeto do Congresso Nacional. O déficit é maior que esse número reconhecido pelo governo federal e isso deve ser fruto de discussão do projeto nacional”,

disse o novo ministro da Saúde, Ricardo Barros.

Segundo o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, a máquina pública está em uma “situação emergencial” e há um déficit em torno de R\$ 100 bilhões não contabilizado na proposta de meta fiscal. “Em tempo de bonança, é feita uma previsão. Agora, precisamos ter medidas que correspondam. O partido que estivesse hoje no governo teria que adotar essas medidas para ter, até o fim do ano, condição de pagar salários”, disse.

Na reunião, Temer ordenou ainda que os retratos oficiais de Dilma não sejam retirados de nenhum recinto da administração pública federal. A *Folha de S.Paulo* flagrou que, menos de 24 horas desde a saída da petista, servidores do governo interino já tinham retirado as fotos de salas e gabinetes.

PROTESTOS

Grupos de oposição a Temer, começam a organizar atos e ações contra o novo governo.

Manifestações ocorreram ontem, na Avenida Paulista, em São Paulo, e estão marcadas para o fim de semana em Brasília e no Rio de Janeiro. Além disso, um abaixo-assinado promovido na plataforma virtual de petições Avaaz pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspenda a nomeação dos ministros de Temer que são alvo da Operação Lava-Jato. Romero Jucá (RR), Planejamento; Henrique Eduardo Alves (RN), Turismo; e Geddel Vieira Lima (BA), Secretaria de Governo, estão sob a lupa da operação. Mais 85 mil assinaturas já tinham sido coletadas até o fim da tarde de ontem.

Os organizadores da petição argumentam que assim como o ex-presidente Lula teve a posse suspensa como ministro da Casa Civil, com Dilma, “em decorrência de seu suposto envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras, investigado pela Operação Lava-Jato”, alguns ministros de Temer estariam na mesma situação. **(Da redação com agências)**

Nos campos de maior destaque na matéria do Diário de Pernambuco, pode-se observar o uso de dois termos que podem transmitir positividade em relação aos cortes propostos pelo governo interino: “enxugar” (título) e “pente-fino” (*lead*), que dão a ideia de eliminar excessos, ou seja, “pesos” desnecessários. No sutiã, o verbo “diminuirá” soa como eufemismo para demissão e baixa nos salários dos servidores. A palavra “demissão” e seu relativo verbo, inclusive, não aparecem na matéria, sendo substituídos por “corte” e “eliminar”. A abordagem geral da matéria segue uma linha descritiva, mas procura, por meio de tais termos e da falta de discussão crítica, suavizar as medidas autoritárias de Temer.

Entretanto, diferente das matérias acima dos outros dois jornais, o Diário de Pernambuco não adjetiva os cargos como “desnecessários”, uma vez que deixa claro que essa é uma definição dada pelo governo: “[...] eliminar posições avaliadas por ele [Temer] como ‘desnecessárias’”. Além dessa palavra, não há nenhuma outra colocada entre aspas, o que faz com que os termos – mesmo aqueles que tenham sido literalmente proferidos pelos representantes do governo interino – não sejam relativizados, postos em dúvida e os torna mais firmes no texto. Em relação à representação do discurso, apenas há, na matéria, espaço para o dos ministros de Temer (Jucá, Eliseu Padilha e Ricardo Barros).

Embora Temer tenha sido referido como “interino”, em toda a matéria, no sutiã, campo de destaque, não é frisado que se trata de uma ação de um governo provisório: “Governo anunciou ontem [...]”. Apesar de mencionar o fato de que as fotos da presidenta eleita tenham sido retiradas dos cômodos do Palácio do Planalto, a matéria isenta Temer de qualquer culpa, afirmando que o ato foi iniciativa dos “servidores do governo interino”, e que Temer “ordenou ainda que os retratos oficiais de Dilma não sejam retirados de nenhum recinto da administração pública (sic) federal”. Entretanto, o Diário de Pernambuco dedicou mais de ¼ da matéria para relatar os protestos contra o governo Temer e uma articulação popular que “pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspenda a nomeação dos ministros de Temer que são alvo da Operação Lava-Jato”, citando os nomes envolvidos.

Pode-se observar que o jornal estabelece uma lógica de suavização das medidas de Temer. Embora apresente questões contrárias ao governo interino, nenhuma tem relação direta com as medidas noticiadas. De um modo geral, mesmo havendo positividade em relação ao governo Temer, a matéria abriu um determinado espaço para contestação. Dessa forma, classificaremos seu enquadramento geral como **plural-aberto**.

Figura 11 – [Corte de cargos – FP]

Meta é cortar 4 mil postos

Governo pretende reduzir cargos de confiança, como forma de dar exemplo à sociedade

BRASÍLIA (AG) - Após a primeira reunião ministerial, o ministro do Planejamento, Romero Jucá, anunciou, ontem, que o governo do presidente interino Michel Temer pretende reduzir quatro mil cargos de confiança até o final do ano e aprovar a nova meta fiscal no Congresso na próxima semana. Ele ressaltou que não haverá corte de programas sociais que efetivamente estejam funcionando, mas que o governo vai auditar os programas. Segundo ele, alguns programas estão com “subfuncionamento” e serão feitos cruzamentos e análises para aperfeiçoar eventuais desvios que tenham ocorrido. A ideia é eliminar recebimentos duplicados de benefícios.

“Nós vamos rever a estrutura organizacional dos ministérios. Encerrados ou recepcionados por outros ministérios. Nós queremos, em 31 de dezembro de 2016, ter diminuído quatro mil postos desse tipo de gratificação e contratação. Isso significa o dobro que o governo anterior tinha anunciado e não tinha cumprido. Isso não resolve o problema de gastos públicos, mas é um posicionamento para dar um exemplo para a sociedade.

O novo governo também negocia a aprovação, com ressalvas, na próxima semana, do projeto de lei que altera a meta fiscal deste ano e autoriza um déficit de até R\$ 96 bilhões. O ministro do Planejamento, porém, disse não ter ainda o

valor da nova meta.

“Nesse déficit, não está previsto ainda alguns pontos como a contínua queda de arrecadação e a renegociação da dívida com os estados, que deverá impactar a receita do governo federal. Estamos discutindo com o Congresso, deveremos aprovar essa nova meta na próxima semana com as ressalvas necessárias para que o processo seja transparente”.

Aumento

O ministro afirmou, ainda, que aumentos de servidores que já tinham sido negociados pelo governo anterior e que estão em tramitação na Câmara, em regime de urgência, serão mantidos.

“Primeiro existem vários tipos de medidas para acolher. Passando pelo equilí-

brio fiscal e pela responsabilidade que levará, forçosamente, a uma queda da inflação e um crescimento”.

Questionado de que maneira seria feito o corte de cargos, Jucá voltou a explicar: “Vamos definir uma meta de redução de 25%. Foi uma recomendação feita pelo presidente para todos os ministros. Não quer dizer que o corte será de 25%, mas em tese nós fizemos uma reserva, um espaço de 25% para fazer um ajuste. É para deixar claro que não é 25% a meta de cortes, mas de 4 mil postos - afirmou.

“Todos os órgãos, independente de serem bancos ou empresas públicas, terão a mesma mentalidade. Tem que se gastar pouco nos procedimentos inversos e atender muito ao povo. O poder público tem que servir à sociedade, gastar menos com o meio e mais com a atividade fim de servir à sociedade.

Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 14 maio 2016.

Assim como a matéria anterior a Folha de Pernambuco opta por termos leves para tratar o assunto. Nos campos de maior evidência, não faz uso do verbo “demitir”, mas opta por eufemismos: “cortar” (título) e reduzir (sutiã e *lead*). No sutiã, a medida já é definida como positiva: “[...] como forma de dar exemplo à sociedade”. Embora essa frase tenha sido de autoria de Jucá, assim como é possível verificar no corpo texto, o jornal a coloca nesse espaço de destaque sem as aspas. No lead, outro termo positivo (“aperfeiçoar”) também é colocado entre aspas. Assim como o Diário de Pernambuco, essa matéria procura seguir uma linha descritiva, mas mostra as medidas de Temer de forma suavizada, positiva e sem colocá-las em questionamento.

O único termo que aparece entre aspas, na matéria, é “subfuncionamento”. Assim como foi observado na matéria anterior, a falta de aspas em termos de outrem os torna menos

duvidosos e como posicionamento do próprio jornal. Além disso, mais de metade da matéria é constituída por longas citações, todas da única voz que teve espaço no texto, a do então ministro Jucá, que são articuladas de forma a justificar reforçar a necessidade das medidas noticiadas.

Pode-se observar que há, assim como na matéria anterior, uma lógica de suavização das medidas de Temer. Nesse caso, ainda há uma ênfase maior na positividade e na argumentação a favor do governo interino. Não houve espaço para discussão, questões e opiniões contrárias. Dessa forma, classificaremos o enquadramento geral dessa matéria como **restrito – pró-impeachment/Temer**.

Figura 12 – [Corte de cargos – JC]

TRANSIÇÃO Na sua primeira reunião ministerial, Michel Temer destacou a necessidade de cortar custos e cumprir acordos com o Congresso

Governo cortará 4 mil cargos

Agência O Globo

BRASÍLIA – Na tentativa de sinalizar o compromisso do governo Michel Temer com a redução do gasto público, o ministro do Planejamento, Romero Jucá, anunciou ontem, após a primeira reunião ministerial, a meta de cortar, até fim do ano, quatro mil cargos comissionados, que são preenchidos sem concurso público. O Executivo federal tem 21.446 comissionados. Os ministros também foram orientados pelo presidente interino a preencher no máximo 75% dessas vagas nas pastas. A nova gestão não soube informar qual será o impacto dessas medidas nas contas públicas.

“Queremos em 31 de dezembro de 2016 ter diminuído 4 mil postos desse tipo de gratificação

ou contratação. Isso representa o dobro do que o governo anterior havia anunciado e não havia cumprido. Haverá um esforço dos ministros de dar o exemplo. Isso não resolve a questão do gasto público e da meta de déficit, mas é um posicionamento que o governo deve tomar como exemplo para a sociedade”, disse Jucá, em entrevista ao lado de Eliseu Padilha (Casa Civil) e Ricardo Barros (Saúde).

O ministro do Planejamento afirmou ainda que projetos de lei para reajuste salarial de servidores públicos encaminhados ao Congresso pelo governo anterior, e que já tramitam em regime de urgência, serão mantidos. Já propostas de aumento encaminhadas pela gestão Dilma Rousseff dias antes de seu afa-

tamento ainda serão analisadas pela nova equipe econômica. Pelas palavras de Eliseu Padilha, o governo já admite que o pagamento da folha pode ficar comprometido se não houver redução de gastos públicos ainda este ano.

“Nós vivemos a maior crise econômica da História do Brasil. Portanto, nós temos que ter medidas que correspondam a isso. E o partido que estivesse hoje no governo ou a ideologia que hoje tivesse que orientar o governo teria que tomar essas medidas, sob pena de, até o final do ano, não haver condições de pagar salários”, disse Padilha, em tom ameaçador.

Jucá também disse que o modelo econômico será “menos ideológico”. Ele citou, entre as medidas, a unificação do ICMS dos Estados (projeto que tramita no Congresso) e a adoção de parcerias público-privadas.

Sobre os programas sociais, Jucá afirmou que alguns deles estão funcionando mal, e que serão feitos cruzamentos e análises para acabar com eventuais desvios que tenham ocorrido. Segundo ele, a ideia é eliminar recebimentos duplicados de benefícios. Ele citou Bolsa Família, Pronatec, ProUni e Minha Casa Minha Vida como programas que apresentam resultado e que, portanto, serão mantidos.

Na primeira reunião ministerial, Temer pediu aos seus ministros que façam levantamentos dos programas com verbas no Orçamento e levem, já na próxima semana, os dados para os ministérios do Planejamento e da Fazenda. Temer destacou a necessidade de cumprir acordos com o Congresso, especialmente pelas batalhas que terá de enfrentar também na sociedade para aprovar as reformas e medidas impopulares.

A aparente abordagem descritiva, mas com uma lógica de suavização e positivação das medidas de Temer, continua – assim como nos dois jornais anteriores – presente na matéria do Jornal de Pernambuco. No texto, também não há menção do termo “demissão”, trocado por “cortar” (título), “cortar” e “redução do gasto público” (*lead*). No subtítulo, a medida é colocada como fruto da “[...] necessidade de cortar custos e cumprir acordos com o Congresso”. Embora esteja claro que se trata de uma colocação de Temer, não há uso de aspas em nenhum termo. Na primeira frase do *lead*, o jornal justifica a ação autoritária como uma forma de “[...] sinalizar o compromisso [léxico positivo] do governo Michel Temer com a redução do gasto público”.

Entretanto, ainda no *lead*, o jornal faz um adendo que pode provocar uma reflexão contrária acerca do assunto, mostrando certa fragilidade dos argumentos utilizados pelo governo interino: “A nova gestão não soube informar qual será o impacto dessas medidas nas contas públicas”. No corpo do texto, há uma contraposição por meio de citação de Padilha: “[...] o governo teria que tomar essas medidas, sob pena de, até o final do ano, não haver condições de pagar salários”, mas o jornal balanceia a justificativa, indicando uma possível subjetividade do então ministro, ao relatar que a fala foi dita em “em tom ameaçador”. A matéria faz outra abertura, no último parágrafo, para irá destacar que Temer irá tentar “[...] aprovar as reformas e medidas impopulares”.

Apesar de ter elementos de contraposição, a matéria do Jornal do Commercio tem uma predominância lógica que beneficia o discurso do governo interino. Além do mais, também não há espaço para vozes dissidentes. De acordo com tal interpretação, o enquadramento geral dessa matéria será classificado como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

6.1.6 Queda: Romero Jucá

No dia 23 de maio de 2016, cai o primeiro ministro de Temer por envolvimento em escândalo. O vazamento de um áudio de uma conversa, que aconteceu antes da votação do *impeachment*, levou à exoneração de Romero Jucá, então ministro de Planejamento, que já tinha o nome envolvido na Lava-Jato. Em uma das passagens, Jucá afirma que “a solução mais fácil era botar o Michel [Temer] [...] num grande acordo nacional” para barrar as investigações da operação.

Figura 13 – [Queda: Romero Jucá – DP]

Temer enfrenta primeira grande crise no Planalto

Ministro do Planejamento foi exonerado após gravação revelar plano para interromper a Lava-Jato

Os primeiros dez dias do governo interino de Michel Temer podem não ter sido um mar de calma, com ministros dando declarações pela manhã e tendo que recuar à tarde. Entretanto, o que provavelmente ninguém imaginava era que a segunda semana do peemedebista no Palácio do Planalto fosse começar com uma bomba capaz de sacudir as estruturas da capital federal. O vazamento de uma gravação do ministro do Planejamento, Romero Jucá (PMDB-RR), com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, divulgada ontem pela *Folha de S. Paulo*, culminou na primeira grande crise a ser enfrentada por Temer, e resultou no pedido de exoneração daquele que é um de seus principais aliados.

O impacto dos diálogos (*veja ao lado*) nos quais Jucá sugere um pacto para deter a Operação Lava-Jato foi sentido de imediato no mercado financeiro, fazendo o dólar comercial fechar em alta de 1,81% e a Bolsa em queda de 0,79%. Mas o impacto econômico foi pequeno diante da repercussão política em Brasília. Em um intervalo de cinco horas, Jucá concedeu três entrevistas para se explicar. Na primeira, o peemedebista negou que, ao falar “estancar essa sangria”, estivesse referindo-se à Lava-Jato, mas sim ao “momento econômico do país”. Essa tese perdeu força quando o jornal paulista divulgou, no final da tarde, os áudios da conversa. Em nenhum momento, a situação econômica do país aparece nas conversas entre Jucá e Machado.

As outras duas entrevistas do então ministro foram para anunciar, primeiro, que iria se licenciar do cargo na Esplanada e, minutos depois, outra para explicar que a licença seria, tecnicamente, uma exoneração para se afastar da função até que a Procuradoria Geral da República se posicione sobre o conteúdo dos diálogos. Jucá quer saber se o que ele cometeu trata-se de crime ou não. Até lá, o peemedebista, que é investigado na Lava-Jato, reassume o mandato de senador. **(Da redação com agências)**

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 24 maio 2016.

O *lead*, um dos principais elementos da matéria, do Diário de Pernambuco, revela uma abordagem geral de suavização da gravidade e do conteúdo do escândalo. Além de não mencionar, nesse principal campo de evidência, o resumo ou os pontos principais do conteúdo do áudio, o jornal só vai mencionar o “vazamento de uma gravação do ministro [...]” depois na segunda metade do parágrafo, após uma longa introdução que nada acrescenta em termos de informação sobre o acontecimento.

Essa abordagem está relacionada à lógica argumentativa da matéria, que procura minimizar certos aspectos, como a relação de Temer com o áudio e sua relação com o *impeachment*. Em nenhum momento, é citado o fato de que Jucá enxerga a substituição de Rousseff por Temer como única alternativa para barrar a Lava-Jato. O interino só é mencionado na matéria, em relação direta ao acontecimento, duas vezes, no título e no *lead*, ambas as vezes na posição de vítima: “Temer enfrenta primeira grande crise [...]” e “[...] culminou na primeira grande crise a ser enfrentada por Temer [...]”. Além disso, não fica claro no título qual a razão da “crise”, o que ameniza o impacto da primeira leitura da matéria. A pista de que se trata de escândalo envolvendo um ministro só é citada no subtítulo.

O jornal não abre espaço para discursos externos ao governo interino. O ponto de discussão crítica refere-se à contradição de Jucá: “[...] o peemedebista negou que, ao falar ‘estancar essa sangria’, estivesse referindo-se à Lava-Jato, mas sim ao ‘momento econômico do país’. Essa tese perdeu força quando o jornal paulista divulgou [...] os áudios da conversa. Em nenhum momento, a situação econômica do país aparece nas conversas [...]”.

De acordo com a análise, fica claro que a matéria oculta e suaviza aspectos, privilegiando o discurso a favor do governo interino. Entretanto, a própria natureza do acontecimento faz com que o enquadramento seja plural, somado ao fato de que há um espaço, mesmo que mínimo, para um posicionamento relativamente crítico. Dessa forma, o enquadramento geral dessa matéria será classificado como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

Figura 14 – [Queda: Romero Jucá – FP]

Temer enfrenta primeira crise

Gravações feitas por ex-presidente da Transpetro mostram pacto para deter ações da Lava Jato

BRASÍLIA (Folhapress) - Apenas 12 dias após sua posse, o presidente interino, Michel Temer, perdeu seu ministro do Planejamento. Romero Jucá não resistiu e foi obrigado a deixar o governo depois de a Folha de S.Paulo divulgar gravações em que ele sugere ao ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado (que fez as gravações clandestinamente), um pacto para deter a Operação Lava Jato. A queda de Romero Jucá, ontem, atinge um dos principais articuladores da aprovação do afastamento de Dilma Rousseff no Congresso e fragiliza o governo Temer logo na sua largada. O presidente interino apostava na capacidade de articulação de Jucá no Legisla-

tivo e no meio empresarial para dar respostas rápidas na economia, considerada a área chave para Temer se firmar.

Jucá afirmou que irá tirar uma “licença” até que a pública responda a uma representação de seu advogado questionando se as gravações contêm alguma ilegalidade ou crime. Na verdade, ele será “exonerado a pedido”, hoje, para reassumir seu mandato no Senado pelo PMDB de Roraima. Interinamente, será substituído pelo secretário-executivo, Dyogo Oliveira.

Em uma entrevista conturbada, Jucá afirmou que houve “manipulação das informações” publicadas. “A partir de amanhã estou de licença. Reassumo o Senado para fazer o enfrenta-

mento aqui, até que o Ministério Público se manifeste quanto às condições da minha fala com Sérgio Machado. Eu sou presidente nacional do PMDB, sou um dos construtores desse novo governo e não quero de forma nenhuma deixar que qualquer manipulação mal intencionada possa comprometer o governo”, disse o senador.

Sem volta

Apesar de Temer ter divulgado, no final do dia, uma nota em que elogia o auxiliar, Jucá não deverá voltar. O Palácio já começou a avaliar nomes para substituí-lo. Isto, porém, não será feito nos próximos dias, para não impor mais desgaste ao senador. Temer sabia desde domingo, alertado pelo próprio Jucá, da gravação. Em reunião, pela manhã, Jucá prometeu contextualizar a gravação e achava que iria reverter a situação. Deu uma entrevista na qual criticava

a Folha, afirmava não ter feito nada para travar a Lava Jato e dizia que falava de economia ao comentar que era preciso tirar Dilma para “estancar essa sangria”. Depois de o jornal publicar o áudio entre Machado e Jucá, no início da tarde, mostrando que o ministro não falava de economia ao dizer que era preciso “estancar essa sangria”, o Palácio decidiu que o caso demandava uma solução rápida.

Ali, ficou acertado que Temer não podia ir ao Congresso sem que houvesse uma definição sobre a situação de Jucá. Por volta das 17h, o presidente interino entregaria a Renan Calheiros (PMDB-AL) a nova meta fiscal, com previsão de rombo de R\$ 170,5 bilhões em 2016. Antes de seguir para o Legislativo, Jucá e aliados de Temer acertaram que o até então ministro do Planejamento pediria licença do cargo.

A lógica argumentativa de minimização do envolvimento de Temer é identificada na matéria da Folha de Pernambuco. Assim como o Diário de Pernambuco, matéria não cita a passagem na qual Jucá cita Temer e não explica que o áudio indica uma conspiração que culminou na abertura do processo de *impeachment*. A construção do título também compartilha de uma semelhança, em relação a posição subordinada de Temer e a omissão do motivo da “crise”: “Temer enfrenta primeira crise”. No sutiã, ainda não há nenhuma pista de que se trata de um escândalo envolvendo um ministro.

Entretanto, a abordagem geral apresentou os fatos de uma maneira mais clara, em comparação com a primeira matéria analisada. O conteúdo do áudio é introduzido logo no *lead*, onde também há uma discussão, mesmo que superficial, sobre os impactos mais concretos no governo Temer (uma vez que “o presidente interino apostava na capacidade de articulação de Jucá [...] para dar respostas rápidas na economia, considerada a área chave para Temer se firmar”) e sobre a relação específica de Jucá no afastamento de Rousseff (já que ele era “um dos principais articuladores da aprovação do afastamento de Dilma Rousseff no Congresso [...]).

Apesar de também não ter aberto espaço para o discurso de lados contrários ao governo interino, o jornal fez observações críticas sutis, como pode ser percebido nos trechos: "Jucá afirmou que irá tirar uma 'licença' [...]. Na verdade, ele será 'exonerado a pedido' [...]" e "em uma entrevista conturbada, Jucá afirmou que houve 'manipulação das informações' publicadas". A contradição de Jucá em justificar suas falas no áudio também foi apontada nessa matéria.

De uma forma geral, apesar de ter aprofundado um pouco mais a pluralidade do assunto, em comparação com o jornal anterior, a Folha ainda seguiu uma linha que beneficia o governo interino, mesmo diante da gravidade do acontecimento. A classificação geral dessa matéria pode ser identificada da mesma forma: **plural fechado – destaque pró-*impeachment*/Temer.**

Figura 15 – [Queda: Romero Jucá – JC]

Folhapress e redação

BRASÍLIA – Apenas 12 dias após sua posse, o presidente interino, Michel Temer, perdeu seu ministro do Planejamento. Romero Jucá não resistiu e foi obrigado a deixar o governo depois de a Folha de S.Paulo divulgar gravações de março em que ele sugere um pacto para deter a Operação Lava Jato. A queda de Romero Jucá, ontem, atinge um dos principais articuladores da aprovação do afastamento de Dilma Rousseff no Congresso e fragiliza o governo Temer logo na sua largada. O presidente interino apostava na capacidade de articulação de Jucá no Legislativo e no meio empresarial para dar respostas rápidas na economia, considerada a área chave para Temer se firmar.

Jucá afirmou que irá tirar uma licença até que a Procuradoria-Geral da República responda a uma representação de seu advogado questionando se as gravações contêm alguma ilegalidade ou crime. Na verdade, ele será exonerado a pedido hoje para poder reassumir seu mandato no Senado pelo PMDB de Roraima. Interinamente, será substituído pelo secretário-executivo, Dyogo Oliveira, que no governo Dilma ocupava o mesmo posto na equipe

LAVA JATO Flagrado em conversas comprometedoras, Romero Jucá deixa o Ministério do Planejamento apenas 12 dias após a sua posse

A 1ª baixa do governo Temer

de Nelson Barbosa (Fazenda). Ele chegou a ser investigado pela Operação Zelotes, mas não foi indiciado.

Apesar de Jucá ter anunciado que espera voltar ao cargo, a equipe de Temer avalia que isto não deve ocorrer e já começou a avaliar nomes para substituí-lo. Isto, porém, não será feito nos próximos dias porque o presidente não quer impor mais desgaste a seu assessor de confiança, de quem se sente devedor. O ministro José Serra (Relações Exteriores) é um dos cotados à vaga.

Temer já sabia desde o último domingo, alertado pelo próprio Jucá, da gravação revelada pela Folha de S.Paulo onde o senador, em conversa com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, diz que tem que mudar o governo para poder “estancar essa sangria”. Na manhã de ontem, Temer confidenciou a interlocutores que Jucá não tinha condições de ficar porque passaria a ser alvo constante da imprensa, gerando risco de imobilizar o governo.

O presidente interino esperava, contudo, que partisse do ministro a decisão de pedir um afastamento temporário da equipe, o que seria uma saída honrosa para um auxiliar de sua confiança. Em reunião no Palácio do Jaburu pela manhã, Jucá prometeu dar entrevista explicando o contexto da gravação e que iria reverter a situação.

À reportagem, Temer já adiantava o futuro do ministro ao dizer que reafirmava seu compromisso com a Lava Jato e que, se houver embaraços pela frente, eles serão retirados. Naquele momento, o presidente apostava na saída negociada e acreditava que Jucá entregaria o cargo.

O então ministro do Planejamento, contudo, deu uma entrevista no final da manhã na qual criticava a Folha de S.Paulo, afirmava não ter feito nada para travar a Lava Jato e dizia que falava de economia ao comentar que era preciso tirar a petista Dilma Rousseff

para estancar essa sangria. Temer ficou preocupado com a disposição de ele seguir no cargo. Um assessor comentou que Jucá deu sinais de que não se demitiria e transferia para Temer a responsabilidade pela decisão.

Assessores de Temer avaliaram que, depois de o jornal publicar o áudio da gravação entre Machado e Jucá no início da tarde, mostrando que o ministro não falava de economia ao dizer que era preciso estancar essa sangria, o caso demandava solução rápida.

Ali, ficou acertado que Temer não podia ir ao Congresso sem que houvesse uma definição sobre a situação de Jucá. Por volta das 17h, o presidente interino entregaria a Renan Calheiros (PMDB-AL) a nova meta fiscal, com previsão de rombo de R\$ 170,5 bilhões em 2016. Antes de seguir para o Legislativo, Jucá e aliados de Temer acertaram que o até então ministro do Planejamento pediria licença do cargo.

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 24 maio 2016.

O Jornal do Commercio também segue a lógica de minimização do envolvimento de Temer no acontecimento. A passagem do áudio na qual Jucá cita Temer não é mencionada, assim como as implicações por trás *impeachment*. O *lead* possui a mesma abordagem geral da

Folha de Pernambuco, mas o título é ainda menos enfático: “A 1ª baixa do governo Temer”. Nesse caso, “baixa” é uma palavra mais suave que “crise”. Além disso, também não fica claro o porquê da “baixa”. Embora mencione a exoneração do ministro no subtítulo, o motivo do escândalo é suavizado: “conversas comprometedoras (sic)”.

Ao contrário dos dois jornais anteriores, a matéria não explica a contradição na justificativa de Jucá e apenas relata a versão dele: “O então ministro do Planejamento, contudo, deu uma entrevista no final da manhã na qual criticava a Folha de S.Paulo, afirmava não ter feito nada para travar a Lava Jato e dizia que falava de economia ao comentar que era preciso tirar a petista Dilma Rousseff para estancar essa sangria”. Em relação a outra contradição em relação a sua exoneração, o Jornal do Commercio é menos enfático que a Folha de Pernambuco, ao não colocar “licença” entre aspas e ainda afirma que se ele tivesse pedido um afastamento, seria uma “saída honrosa” (sem aspas na matéria).

Por motivos similares à classificação do último jornal analisado, de acordo com a interpretação específica dessa matéria, também classificaremos o enquadramento geral como **plural-fechado – destaque pró-*impeachment*/Temer**.

6.1.7 Queda: Fabiano Silveira

Ainda no mês de maio, no dia 29, cai o segundo ministro de Temer, Fabiano Silveira, por envolvimento em conversa gravada por Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro e também responsável pelo vazamento do diálogo com Jucá. Silveira foi nomeado como ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, ministério criado pelo governo interino. No áudio, ele articula estratégias de defesa para investigados da Lava-Jato.

Figura 16 – [Queda: Fabiano Silveira - DP]

Gravações derrubam 2º ministro em uma semana

Depois de Romero Jucá, titular da pasta da Transparência pede demissão após vazamento de áudios

O ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, Fabiano Silveira, pediu ontem demissão do cargo após forte pressão de políticos, servidores federais e até de organismos de fiscalização internacionais. A decisão foi tomada um dia após a divulgação de áudios de conversas nas quais ele discute estratégias de defesa de investigados da Lava-Jato. As gravações foram feitas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, que fez acordo de delação premiada com o Ministério Público já homologado pelo Supremo Tribunal Federal. É o segundo ministro a perder o cargo por causa das gravações de Machado em sete dias. Na segunda-feira passada, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) também pediu demissão do Ministério do Planejamento em um caso semelhante. Silveira disse a Temer, por

telefone, que considerou ter se tornado “insustentável” a sua permanência no governo e afirmou que preferia sair “porque não queria se tornar um problema”. Ouviu do presidente, então, um agradecimento pelo seu gesto, já que acabou por eliminar o novo foco de instabilidade que surgiu no Planalto e serviu, de alguma forma, de alívio para o governo. Na conversa, Silveira alegou razões familiares e se queixou da agressividade dos funcionários da pasta. Silveira estava se sentindo “muito pressionado” e decidiu se afastar.

Em sua carta de demissão, ele disse ter sido “alvo de especulações insólitas”. Nos áudios divulgados pela TV Globo, o ministro faz sugestões sobre a defesa do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que é investigado na Lava-Jato, além de críticas à operação comandada pela

força-tarefa.

Em outra conversa gravada por Machado, mas com a presença de Renan, o presidente do Senado relata que Silveira teria se encontrado com integrantes da Lava-Jato para obter informações sobre o caso dele. Silveira nega: “Reitero que jamais intercedi junto a órgãos públicos em favor de terceiros. Observo ser um despropósito sugerir que o Ministério Público possa sofrer algum tipo de influência externa, tantas foram as demonstrações de independência no cumprimento de seus deveres ao longo de todos esses anos”.

Temer tentou ontem durante todo o dia evitar a demissão de Silveira. Não queria dar a impressão de fragilidade do seu governo, que perde o segundo ministro com apenas 18 dias de administração. Essa era a posição de um grupo ligado a Temer contrário à de-

missão. O argumento desta ala da equipe de Temer é que o presidente interino não pode afastar assessores apenas diante de pressões, com receio de que outros integrantes do governo sejam obrigados a ser demitidos com a revelação de novas suspeitas da Operação Lava-Jato sobre eles.

Outra ala do governo Temer defendia que a situação de Silveira teria ficado insustentável, não pelo que ele diz nas gravações feitas por Sérgio Machado, mas pelo diálogo em que o presidente do Senado, Renan Calheiros, cita o seu nome.

Nele, o senador comenta que Silveira esteve com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Na conversa, eles teriam tratado das investigações envolvendo o presidente do Senado. Depois, Silveira fez um relato do encontro a Renan, dizendo que ele

foi classificado de “gênio” e não havia nada contra ele.

Na avaliação de alguns assessores de Temer, este tipo de encontro configura conflito de interesses, já que, na época, Fabiano Silveira era membro do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Nas palavras de um assessor, é como se um membro de uma instância do Judiciário estivesse operando contra a Justiça.

Silveira chegou ao cargo sob indicação de Romero Jucá, mas teve o nome avalizado por Renan. Desde o ano passado, Renan tem ressaltado que não fez e não fará indicações ao Executivo.

Antes de ser ministro da Transparência, Silveira era integrante do Conselho Nacional de Justiça, numa vaga indicada pelo Senado. Foi nessa condição que falou com Renan e Machado. Ele também gozava da confiança do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que o indicara a ovidor-geral do CNJ. *(Da redação com agências)*

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 31 maio 2016.

A abordagem geral adotada pelo Diário de Pernambuco segue uma linha descritiva e, em comparação com a notícia sobre a queda de Jucá, é mais claro em relação ao acontecimento nos campos principais da matéria. No título, é possível saber que outro ministro foi demitido por envolvimento em escândalo: “Gravações derrubam 2º ministro em

uma semana”. No sutiã, é lembrada a exoneração Jucá e menciona o motivo da demissão, ainda que de forma superficial (a Lava-Jato não é citada). Ainda diferente da matéria anterior do mesmo jornal, o *lead* é mais conciso e direto: contem todas as informações principais e enfatiza que a pressão pela saída do então ministro foi feita, dentre outros, por “organismos de fiscalização internacionais”, o que dá uma dimensão da gravidade do acontecimento.

O jornal ressalta que o governo interino “perde o segundo ministro com apenas 18 dias de administração” e cita, na última parte da matéria, outra parte da conversa, na qual o ministro pondera sobre as investigações relacionadas a Renan Calheiros, então presidente do Senado. Entretanto, falta um posicionamento crítico, o que seria bastante oportuno devido a natureza do acontecimento. O jornal, por exemplo, menciona que, segundo uma “ala da equipe de Temer”, ele não pode “afastar assessores apenas diante de pressões, com receio de que outros integrantes do governo sejam obrigados a ser demitidos com a revelação de novas suspeitas da Operação Lava-Jato sobre eles”, mas não questiona o porquê de tantos integrantes estarem envolvidos ou possivelmente envolvidos na operação. Além disso, não há espaço para vozes externas. As únicas citações na matéria pertencem ao próprio Silveira. Não há a transcrição de trechos do áudio e a única citação de mais de uma linha refere-se à defesa do então ministro.

Embora não haja presença de léxico que beneficie um determinado posicionamento, a lógica argumentativa de minimização da culpa de Temer em relação ao ocorrido também está presente nessa matéria. O nome do interino não é mencionado nos campos de maior evidência e só aparece após o *lead*, num parágrafo que não emite nenhum tipo de questionamento acerca da escolha de Temer para compor sua equipe: “[Silveira] Ouviu do presidente [aqui o jornal ignora o “interino”], então, um agradecimento pelo seu gesto [de pedir exoneração], já que acabou por eliminar o novo foco de instabilidade que surgiu no Planalto e serviu, de alguma forma, de alívio para o governo”.

Com base nessa análise, pode-se perceber que, apesar da notícia ter sido apresentada de forma direta e apresente o as informações principais, a lógica estabelecida, a falta de crítica, a omissão dos trechos do áudio e a falta de espaço para opiniões externas, embasa a classificação do enquadramento geral dessa matéria como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

Figura 17 – [Queda: Fabiano Silveira – FP]

Mais uma baixa no governo Temer

DA REDAÇÃO
COM AGÊNCIAS

Após divulgação de novo áudio, o ministro da Transparência, Fabiano Silveira, pediu demissão

O ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, Fabiano Silveira, pediu demissão do governo Michel Temer (PMDB). A decisão foi anunciada em uma carta enviada na noite de ontem, após conversa com o presidente interino. Em telefonema, feito à tarde, o peemedebista disse ter confiança no ministro e minimizou a gravação divulgada no último domingo, em que Silveira aparece orientando investigados pela Operação Lava Jato enquanto era conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Temer, contudo, deixou o ministro à vontade para tomar a sua decisão.

Silveira ficou preocupado com a reação dos funcionários públicos da pasta, que fizeram protestos, ontem, pela sua saída. De acordo com o Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacom Sindical), um total de 250 servidores em funções de chefia colocaram seus cargos à disposição. Os 26 chefes regionais da CGU também anunciaram que iriam entregar seus cargos, mas voltaram atrás, após a demissão do ministro.

No início da manhã, um grupo se organizou na garagem da sede do Ministério da Transparência, em Brasília, e impediu a entrada de Fa-

biano Silveira no prédio. Em seguida, os funcionários realizaram uma “higienização” no gabinete do ministro e lavaram a entrada do prédio da antiga CGU. Com gritos de “Fora, Fabiano” e “Temer, demite”, cerca de 250 servidores também protestaram em frente ao Palácio do Planalto. Para eles, a transformação da Controladoria em Ministério da Transparência esvaziou o órgão. “Ministérios são órgãos executivos de políticas públicas. A CGU precisa ter independência e estrutura compatível com sua missão”, disse Fábio Felix, auditor da CGU e um dos organizadores do protesto.

Gravação

Fabiano Silveira foi gravado pelo ex-diretor da Transpetro, Sérgio Machado, que se tornou delator da operação, na casa do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB). Os áudios foram exibidos pelo programa “Fantástico”, da TV Globo. Numa das frases, após Machado criticar o Procurador-geral de Justiça, Rodrigo Janot, Silveira diz: “Eles estão perdidos nessa questão (da Lava Jato)”. A gravação teria ocorrido no fim de fevereiro, na casa do presidente do Senado.

No entanto, Machado disse aos procuradores que “foi à casa de Renan para conversar

sobre as providências e ações que ele estava pensando sobre a Lava Jato”. Em outro trecho, Renan diz estar preocupado com um processo específico da Lava Jato, a denúncia de que sua campanha teria recebido R\$ 800 mil como propina numa licitação de frota na Transpetro. “Cuidado, Fabiano! Esse negócio do recibo... Isso me preocupa”, diz o presidente do Senado. Ontem, o peemedebista rebateu “especulações” e afirmou que não fez indicações para a composição do governo de Michel Temer, que se encontrou com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pouco antes do anúncio da saída de Silveira, ontem.

Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 31 maio 2016.

A abordagem descritiva também é observada no Jornal do Commercio. O *lead* esclarece, de forma direta, as principais questões do assunto. O título, entretanto, é menos direto que o do Diário de Pernambuco: “Mais uma baixa no governo Temer”. Não fica claro, portanto, do que se trata a “baixa”, que, inclusive, serve como eufemismo para descrever mais uma polêmica envolvendo o governo interino. A demissão do ministro aparece no *sutiã*, embora não seja mencionado que as investigações da Lava-Jato são o cerne do conteúdo do áudio.

Além do eufemismo no título, não há identificação de léxico que beneficie algum posicionamento. Entretanto, o jornal segue a lógica de minimização e falta de crítica em relação à responsabilidade de Temer sobre o assunto. A participação de Temer é mencionada no *lead*: “O peemedebista disse ter confiança no ministro e minimizou a gravação divulgada [...]. Temer, contudo, deixou o ministro à vontade para tomar sua decisão”. Esse trecho abre

espaço para uma discussão mais profunda sobre o posicionamento de Temer, o que não é aproveitado pelo jornal.

Se, por um lado, o jornal assume uma postura acrítica, por outro, destaca pontos importantes sobre o assunto, como o detalhamento e quantificação da pressão feita pelos funcionários do ministério para a saída do então ministro, abre espaço para um discurso dissidente (embora ainda vinculado ao governo), transcreve e detalha trechos do áudio, além de colocar em dúvida a justificativa usada por Renan Calheiros (a palavra ““especulações””, usada por ele, é posta entre aspas).

São identificados, com base na análise feita, indícios que apontam para a classificação do enquadramento geral dessa matéria como **plural-aberto**.

Figura 18 – [Queda: Fabiano Silveira – JC]

LAVA JATO Chefe da pasta de Transparência, Fiscalização e Controle, Fabiano Silveira pediu demissão após ser gravado em conversa com Renan

A 2ª baixa do governo Temer

BRASÍLIA – Conversas gravadas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, delator da Lava Jato, derrubaram o segundo ministro do presidente interino Michel Temer em apenas 19 dias de governo. Chefe da pasta de Transparência, Fiscalização e Controle, Fabiano Silveira pediu demissão ontem após ser gravado em conversa com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), seu padrinho político.

No diálogo, revelado pelo Fantástico, da TV Globo, ele orienta Renan e o próprio Machado a atuar nos procedimentos em que são investigados na Lava Jato. A fala considerada mais grave, no entanto, não foi protagonizada pelo agora ex-ministro, mas pelo presidente do Senado, que, em um segundo áudio, diz ao delator que Silveira, à época conselheiro do Con-

selho Nacional de Justiça (CNJ), teria estado com integrantes da Lava Jato para saber das investigações.

Segundo amigos relataram à reportagem, Silveira teria ficado pessoalmente abalado com a divulgação das conversas e ouviu apelos da família para que deixasse o posto para evitar desgastes à sua trajetória, de origem técnica.

Na carta de demissão, Silveira afirma que optou por deixar o posto para que nada atinja a conduta dele, nega qualquer relação com Machado e diz que jamais pensou em interferir na Lava Jato. “Foram comentários genéricos e simples opinião, de certo amplificados pelo clima de exasperação política que todos testemunhamos. Não sabia da presença de Sérgio Machado. Não fui chamado para uma reunião. O contexto era de informalidade baseado nas declara-

ções de quem se dizia a todo instante inocente”.

O agora ex-ministro informou Temer que havia decidido deixar o cargo por volta das 19h15. Até então, o Planalto reafirmava que Temer manteria Silveira no posto. Os dois se falaram pelo telefone por volta das 16h30. Silveira chegou a colocar o cargo à disposição, mas Temer pediu que repensasse o assunto. A queda do ministro é mais uma derrota para o governo, que vem sendo pressionado por apurações da Lava Jato.

Aliados lembram que há outros ministros sabidamente já citados nas investigações e questionam o que poderá acontecer se o próprio Temer for surpreendido com citações ao seu nome em conversas gravadas, por exemplo. Temer também pretendia manter Silveira por receio de que haja, a partir de agora, um efeito cascata nas mani-

festações de servidores que contestam o novo governo.

Antes de anunciar a demissão, Silveira foi alvo de uma série de protestos protagonizados por funcionários ligados ao sindicato da categoria que deveria comandar. Eles chegaram a lavar a calçada do ministério e a porta do gabinete do ministro. Chefes regionais da pasta também entregaram os cargos.

Aliados de Temer também ponderaram que a demissão de Silveira poderia ser vista como uma agressão a Renan. Fabiano Silveira, 41, é formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e consultor legislativo de carreira do Senado desde 2002. Apesar de ser considerado um nome de perfil técnico, sua nomeação para o governo teve o respaldo de Renan e de Romero Jucá (PMDB-RR).

Folhapress

Assim como as duas anteriores, identifica-se uma abordagem descritiva na matéria do Jornal do Commercio. O *lead* é direto e contém as informações principais. No título, encontra-se o mesmo eufemismo da Folha de Pernambuco: “A 2ª baixa do governo Temer”. Também não há clareza sobre do que se trata a “baixa”, o que é esclarecido no subtítulo, após destaque do termo “Lava Jato”: “Chefe da pasta [...], Fabiano Silveira pediu demissão após ser gravado em conversa com Renan”. Nesse caso, “chefe” também é um termo de menos impacto que “ministro”.

O jornal cita, brevemente, na parte final do texto, os protestos para saída do ministro. A ligação dele com o então presidente do Senado é enfatizada no *lead* (“gravado em conversa com [...] Renan Calheiros (PMDB-AL) seu padrinho político”) e no último parágrafo (“[...] a demissão de Silveira poderia ser vista como uma agressão a Renan. [...]. Apesar de ser considerado um nome de perfil técnico, sua nomeação para o governo teve o respaldo de Renan e de Romero Jucá (PMDB-RR”). O Jornal do Commercio destaca, ainda, a relação do governo interino com a Lava-Jato, no corpo do texto: “A queda do ministro é mais uma derrota para o governo, que vem sendo pressionado por apurações da Lava Jato. Aliados lembram que há outros ministros sabidamente já citados nas investigações e questionam o que poderá acontecer se o próprio Temer for surpreendido com citações ao seu nome em conversas gravadas, por exemplo”. Embora esse trecho abra um espaço para uma crítica mais elaborada, o jornal não aproveita essa oportunidade e omite o fato de que Temer já era citado nas investigações da operação.

A responsabilidade de Temer em relação à escolha de seus ministros não é posta em discussão. Temer é colocado em segundo plano, o que remete, novamente, à lógica de minimização do envolvimento do interino no acontecimento. Ademais, não há detalhamento nem transcrição dos trechos do áudio e não há espaço para nenhuma voz externa ou contrária. O jornal disponibiliza dois parágrafos para a defesa do então ministro, nos quais, com exceção da citação direta, não há aspas nos termos utilizados, o que não expõe a subjetividade das informações: “[...] Silveira teria ficado pessoalmente abalado com a divulgação das conversas e ouviu apelos da família para que deixasse o posto para evitar desgastes à sua trajetória, de origem técnica. Na carta [...] afirma que optou por deixar o posto para que nada atinja a conduta dele [...]”.

Com base nessa análise, que compartilha de questões similares à análise do Diário de Pernambuco, classificaremos o enquadramento geral dessa matéria como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

6.1.8 Delação sobre Temer

No dia 15 do segundo mês do governo interino, Temer é envolvido, novamente, nas investigações da Operação Lava-Jato. Dessa vez, é apontado, por Sergio Machado, como negociador de propina de R\$ 1 milhão e meio para campanha de seu aliado, em 2012.

Figura 19 – [Delação sobre Temer – DP]

Delator vincula Temer a propinas na Transpetro

Segundo Machado, presidente interino acertou com ele R\$ 1,5 milhão para campanha em São Paulo

Em seu acordo de delação premiada, o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado apontou a participação de mais de 20 políticos, de seis diferentes partidos, como beneficiários do esquema de propina do qual participou na Petrobras, que vem sendo investigada na Operação Lava-Jato. Um deles seria o presidente interino Michel Temer, que negociou com ele o repasse de R\$ 1,5 milhão de propina para a campanha de Gabriel Chalita (ex-PMDB) à Prefeitura de São Paulo, em 2012.

Machado afirmou que o acerto do repasse ocorreu em setembro daquele ano e foi pago por meio de doação eleitoral pela empreiteira Queiroz Galvão, contratada da Transpetro. Segundo o delator, Temer pediu ajuda porque a campanha

de Chalita estava com dificuldades financeiras. A conversa teria ocorrido numa sala reservada da base aérea de Brasília. "Michel Temer então disse que estava com problema no financiamento da candidatura do Chalita e perguntou se o depoente poderia ajudar; então o depoente disse que faria um repasse através de uma doação oficial", diz o documento de sua delação.

"(De acordo com Machado), o contexto da conversa deixava claro que o que Michel Temer estava ajustando com o depoente era que este solicitasse recursos ilícitos das empresas que tinham contratos com a Transpetro na forma de doação oficial para a campanha de Chalita", continua o texto do documento.

Machado disse que alugou um carro e se identificou ao entrar na base aérea. As falas

de Machado citadas na delação são uma explicação do delator sobre um diálogo gravado com o ex-presidente José Sarney sobre o tema.

O PMDB, fiador político de sua indicação à presidência da Transpetro, foi o partido mais beneficiado por Machado: recebeu cerca de R\$ 100 milhões. Segundo ele, os políticos o procuravam pedindo doações e, em seguida, Machado solicitava os repasses às empreiteiras que tinham contratos com a Transpetro. "Quando chamava uma empresa para instruí-la a fazer doação oficial a político, ele sabia que isso não era lícito, que a empresa fazia doações em razão de seus contratos com a Transpetro", disse Machado, em um de seus depoimentos. Machado afirmou ainda que a Petrobras é "a madame

mais honesta dos cabarés do Brasil". Ele afirmou que essa metáfora significava que a estatal era um "organismo bastante regulamentado e disciplinado". Havia um modelo tradicional de cobrança de propina, mas que ultimamente esse limite começou a ser extrapolado.

O ex-presidente da Transpetro disse que, nos contratos, existiam o "custo político", ou seja, um percentual de qualquer relação contratual entre empresa privada e poder público a ser destinado a propinas. Segundo ele, o percentual é de 3% no nível federal, de 5% a 10% no nível estadual e de 10% a 30% no nível municipal. Para Machado, há outros órgãos estatais com práticas menos ortodoxas, como Dnit, Docas, bancos oficiais como Banco do Nordeste, Funasa e Dnocs.

Embora não mencione a Operação Lava-Jato, termo de impacto, no título nem no subtítulo, esses dois campos de grande evidência conseguem, mesmo assim, contemplar as principais informações da notícia. Se por um lado, o título utilize o verbo “vincula”, alternativa mais suave para designar uma denúncia, o subtítulo traz outra questão de impacto: os valores acertados na propina. O *lead* abarca as informações centrais, mas, em compensação, só revela o envolvimento de Temer na operação, cerne da notícia, depois de mais da metade do parágrafo.

Ainda no *lead*, o jornal não relativiza a indicação “de mais de 20 políticos” na delação de Machado – o que seria prudente, por se tratar de uma delação premiada – (“Machado apontou a participação” ao invés de “suposta participação”), mas o faz quando se refere a Temer, colocando o verbo para o futuro do pretérito (“Um deles seria o presidente interino [...]”). A abordagem geral, portanto, não é incisiva em relação a denúncia envolvendo Temer, seguindo uma lógica de suavização lexical.

Em contraste, o jornal não divulga a nota de defesa emitida por Temer e não faz uso de argumentos contrários à denúncia e nem de aspas para relativizar os termos referentes à delação. As únicas – e longas – citações presentes pertencem ao documento da delação de Machado. O jornal também enfatiza o comprometimento do partido do interino: “O PMDB, fiador político da sua indicação [de Machado] à presidência da Transpetro, foi o partido mais beneficiado por Machado: recebeu cerca de R\$ 100 milhões”. Outro ponto divergente é que a matéria não coloca a palavra “doações” entre aspas, mesmo se tratando de um termo inadequado para pagamentos ilícitos.

Pode-se observar que o Diário de Pernambuco adota uma construção textual que constitui uma lógica argumentativa de heterogeneidade discursiva. Dessa forma, o enquadramento geral considerado mais adequado, de acordo com essa análise, seria **plural-aberto**.

Figura 20 – [Delação sobre Temer – FP]

Delator: Temer acertou propina

Machado contou que interino teria pedido R\$ 1,5 mi para campanha de Gabriel Chalita à prefeitura de SP

BRASÍLIA (Folhpress) - Com pouco mais de um mês à frente da Presidência da República, Michel Temer teve seu nome envolvido, pela primeira vez, na Operação Lava Jato. O ex-presidente da Transpetro e ex-senador, Sérgio Machado, acusou em sua delação o presidente interino de ter negociado propina desviada da subsidiária da Petrobras. Segundo Machado, que fechou acordo de delação com a Procuradoria-Geral da República (PGR), no início de maio, a propina, de R\$ 1,5 milhão, foi paga disfarçada de doação eleitoral para a campanha de Gabriel Chalita (hoje no PDT) à Prefeitura de São Paulo em 2012. Na época, Chalita era filiado ao PMDB.

Indicado por peemedebistas do Senado, Machado ficou entre 2003 e 2014 na subsidiária e disse que “embora a

palavra propina não fosse dita”, políticos sabiam ao procurá-lo que obteriam doação com recursos de contratos com a subsidiária. Machado contou ter sido acionado, em setembro de 2012, pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que comandava o PMDB, porque a campanha de Chalita enfrentava dificuldades financeiras.

Base Aérea

Ele afirmou aos investigadores que marcou encontro com Michel Temer na Base Aérea de Brasília, em sala reservada. O então vice-presidente disse, segundo Machado, que “estava com problema no financiamento da candidatura de Chalita” e perguntou se ele “poderia ajudar”.

Machado disse que acertou um repasse de R\$ 1,5 milhão por meio de doação oficial, feita pela Queiroz

Galvão ao diretório do PMDB, mas que o valor era oriundo de pagamento de vantagem indevida pela empreiteira em contratos que possuía na Transpetro.

“O contexto da conversa deixava claro que o que Michel Temer estava ajustando com o depoente [Machado] era para que este solicitasse recursos ilícitos das empresas que tinham contratos com a Transpetro na forma de doação oficial para a campanha de Chalita”, segundo registro do depoimento feito à PGR.

JBS

Na delação, o ex-presidente da Transpetro afirmou, ainda, que Temer voltou ao comando do PMDB depois de ficar insatisfeito com a divisão de doações. Ele disse que o PT acertou uma doação de R\$ 40 milhões da JBS para o PMDB do Senado nas eleições de 2014.

A tratativa teria irritado peemedebistas da Câmara. Machado não soube dizer se a JBS obteve favorecimento em troca dessa doação.

Nota

Temer negou ter feito qualquer pedido de “doação ilícita” para a campanha de Chalita. “Em toda sua vida pública, o presidente em exercício Michel Temer sempre respeitou estritamente os limites legais para buscar recursos para campanhas eleitorais”, afirma nota enviada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência.

O ex-deputado Gabriel Chalita também nega ter recebido propina da Queiroz Galvão. Ele diz que não conhece Sérgio Machado, e ainda se eximiu de responsabilidade por eventuais doações intermediadas por ele. “A delação não fala de mim diretamente. Não vou colocar no colo uma coisa que não é minha.”

Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 16 jun. 2016.

O título da Folha de Pernambuco, em comparação com o Diário de Pernambuco, é mais enfático e não faz uso de eufemismos. Embora também não mencione a Lava-Jato no título e no subtítulo, compreende as informações principais da notícia nesses dois campos de destaque. No último, os valores envolvidos na propina também são citados. O *lead*, ao contrário do jornal anterior, é direto e cita o envolvimento do interino logo na primeira frase. Dessa forma, a matéria tem uma abordagem descritiva e direta.

Um ponto importante a ser observado é que a matéria introduz o acontecimento frisando que se trata da primeira citação que denuncia Temer na operação (“[...] Temer teve seu nome envolvido, pela primeira vez, na Operação Lava-Jato”). Entretanto, como visto no Contexto Histórico, Temer já foi citado mais de 20 vezes em relação a outro esquema, antes,

inclusive, do início do processo de *impeachment*. Em contraponto, o jornal expõe o conteúdo da presente delação, incluindo trecho do documento. Também há destaque para outro foco da delação, que expõe a insatisfação de Temer em relação à "divisão de doações" (o último termo também não é colocado entre aspas). A defesa de Temer é contemplada nos últimos dois parágrafos.

É observado nessa análise, novamente, uma lógica argumentativa heterogênea, motivo pelo qual o enquadramento geral da matéria será classificada como **plural-aberto**.

Figura 21 – [Delação sobre Temer – JC]

LAVA JATO Ex-Transpetro, Sérgio Machado acusa em delação políticos de PMDB, PT, PP, DEM, PSDB e PCdoB de receberem propina

Machado não poupa ninguém

Agências O Globo e Folhapress

BRASÍLIA e RIO – As explosivas acusações do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado sacudiram ontem o mundo político e colocaram em xeque a conduta de 23 políticos de PMDB, PT, PP, DEM, PSDB, PP e PCdoB suspeitos de receber propina. Ligado a peemedebistas, Machado afirmou, em delação premiada, que o presidente interino, Michel Temer, teria pedido dinheiro de propina para a campanha de Gabriel Chalita à Prefeitura de São Paulo, em 2012. Pela primeira vez o nome do presidente interino aparece numa delação implicado com propina.

Machado também implicou outras figuras importantes do partido de Temer e denunciou o pagamento de mesadas. Na mira do delator estão, entre outros, o presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), os senadores Edison Lobão (MA), Romero Jucá (RR) e Jader Barbalho (PA) e o ex-senador José Sarney (AP). Ao PMDB, disse ter passado mais de R\$ 100 mi-

lhões em propina.

Além de admitir ter ajudado peemedebistas, Machado também revela que atuou para captar propina a líderes de outras siglas, como Aécio Neves (PSDB) e Agripino Maia (DEM), e parlamentares do PT, como Luiz Sérgio (RJ), e a ex-ministra Ideli Salvatti (SC). O governador interino do Rio, Francisco Dornelles, também seria beneficiário.

Segundo Machado, que fechou acordo de delação com a Procuradoria-Geral da República (PGR), a propina, de R\$ 1,5 milhão, foi paga disfarçada de doação eleitoral para a campanha de Gabriel Chalita (hoje no PDT) à Prefeitura de São Paulo em 2012. Na época, Chalita era filiado ao PMDB.

Indicado por peemedebistas do Senado, Machado ficou entre 2003 e 2014 na subsidiária e disse que embora a palavra propina não fosse dita, políticos sabiam ao procurá-lo obteriam doação com recursos de contratos com a subsidiária. Machado contou ter sido acionado, em setembro de 2012, pelo senador

Valdir Raupp (PMDB-RO), que comandava o PMDB, porque a campanha de Chalita enfrentava dificuldades financeiras.

Ele afirmou aos investigadores que marcou encontro com Temer na Base Aérea de Brasília, em sala reservada. O então vice-presidente disse, segundo Machado, que estava com problema no financiamento da candidatura de Chalita e perguntou se ele poderia ajudar.

Machado disse que acertou um repasse de R\$ 1,5 milhão por meio de doação oficial feita pela Queiroz Galvão ao diretório do PMDB e que o valor era oriundo de pagamento de vantagem indevida pela empreiteira em contratos que possuía na Transpetro.

“O contexto da conversa deixava claro que o que Michel Temer estava ajustando com o depoente (Machado) era que este solicitasse recursos ilícitos das empresas que tinham contratos com a Transpetro na forma de doação oficial para a campanha de Chalita”, afirmou o delator.

A reportagem localizou na Justiça Eleitoral uma doação da empreiteira nesse valor para o Diretório Nacional do PMDB no dia 29 de setembro de 2012. A doação a Chalita a pedido de Temer já havia sido mencionada em conversa entre Machado e José Sarney que foi gramepada. Agora, no entanto, o delator detalhou o suposto acerto.

TRUST

Expedito Machado da Ponte Neto, filho de Sergio Machado, confessou ter aberto contas na Suíça para receber propina que as empresas pagavam ao pai dele. Machado e seus três filhos assinaram acordo de delação premiada. Em seu depoimento, Expedito disse que, como não possuía renda mínima exigida pelas instituições financeiras estrangeiras, um dos irmãos registrou a conta para que ele a operasse, sem saber que serviria para parentes arrecadarem pagamentos ilícitos. Ele admitiu que, desde 2007, operou diversas contas e trusts no exterior, onde chegou a acumular cerca de R\$ 73 milhões em propinas.

O Jornal do Commercio, ao contrário dos dois jornais anteriores, omite o nome de Temer (cerne da notícia) nos dois campos de maior evidência da matéria. O título (“Machado não poupa ninguém”) transmite a ideia de que “ninguém” é foco da delação, já que ela engloba muitos nomes. No subtítulo (“Ex-Transpetro, Sérgio Machado acusa em delação políticos de PMDB, PT, PP, DEM, PSDB e PCdoB de receberem propina”) – embora mencione a Lava-Jato, antes da frase acima citada – o excesso de siglas camufla a razão principal do escândalo. Todas essas siglas são novamente apresentadas, no *lead*, assim como a informação de que “23 políticos” foram citados na delação, antes de menção do nome de Temer. Fica evidente que abordagem geral, embora aparente ser descritiva, poupa o interino, numa lógica argumentativa que privilegia outras informações, menos importantes, em detrimento da mais relevante.

A lógica pró-Temer ainda é observada na última frase do *lead*: “Pela primeira vez o nome do presidente interino aparece numa delação implicado com propina”. Informação que não condiz com a verdade dos fatos, como já foi relatado nesta pesquisa. Antes de abordar o conteúdo da delação que envolve Temer, o jornal ainda discorre sobre assuntos paralelos durante dois parágrafos. No parágrafo que trata sobre o conteúdo, o nome de Temer não é citado e não fica claro seu envolvimento. Nos parágrafos seguintes, entretanto, essa questão fica mais clara. A nota em que Temer se defende não foi divulgada pelo jornal.

Dessa forma, pode-se perceber que ainda existe um discurso heterogêneo, possibilitado, sobretudo, pela própria natureza do acontecimento, que compromete o presidente interino. Porém, sobressai um posicionamento que procura, principalmente nos campos de maior destaque, beneficiar o discurso pro-Temer, uma vez que omite e/ou camufla seu nome. A partir dessa análise, portanto, pode-se concluir que o enquadramento geral se adequa na classificação **plural-fechado – destaque pró-*impeachment*/Temer**.

6.1.9 PEC: corte de gastos

No dia 15 de junho de 2016, o governo interino deu o primeiro passo para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe limitar o teto dos gastos públicos, congelando as verbas de investimento para áreas como educação e saúde por vinte anos. Apenas o Diário de Pernambuco noticiou, na edição publicada no mesmo dia do acontecimento, esse fato de extrema relevância e urgência.

Figura 22 – [PEC: corte de gastos – DP]

Proposta de teto questionada

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), criticou, ontem a decisão do presidente interino, Michel Temer, de apresentar hoje a proposta de teto para os gastos públicos. Para o peemedebista, a medida deveria “ser guardada para depois da transitoriedade do governo” até que o Senado decida sobre o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

“Eu acho que toda medida que ajudar a estabilizar a economia, do ponto de vista fiscal, ela é recomendável. Mas

acho que as medidas substanciais deveriam ser guardadas para depois da transitoriedade do governo”, disse.

“Eu acho que essas matérias importantes, que tratam do ajuste fiscal e que poderão aprofundar o ajuste neste momento não é recomendável, porque nós estamos vivendo uma transitoriedade e talvez seja o caso de aguardarmos o julgamento final”,

completou. A previsão é de que o julgamento de Dilma pelos senadores seja concluído

até o fim de agosto.

Temer irá ao Senado hoje, possivelmente na parte da tarde, para entregar pessoalmente a proposta que limita o crescimento dos gastos públicos com base na inflação do ano anterior. A expectativa é de que o mecanismo vigore até 2022 ou 2023.

OLIMPIÁDA

Temer afirmou ontem não se opor à presença de Dilma na cerimônia de abertura da Olimpíada. Ela manifestou desejo em estar presente no evento, por ter participado de toda a preparação. Temer afirmou que a Olimpíada é a “possibilidade de reunificação do pensamento nacional”. Temer visitou pela primeira vez o Parque Olímpico, onde se reuniu com o presidente do COI (Comitê Olímpico Internacional), Thomas Bach. (Da redação com agências)

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 15 jun. 2016.

Embora tenha sido o único jornal a repercutir a notícia, o Diário de Pernambuco se ateve a uma abordagem superficial em relação às informações principais e discussões mais elaboradas que o assunto possibilitava. Os elementos de maior destaque da matéria não provocam impacto de leitura: não há sutia e o título não deixa claro do que se trata a notícia (“Proposta de teto questionada”). O *lead* tem informações diretas, mas não detalha o conteúdo da proposta de Temer. Esse detalhamento só vai acontecer no último parágrafo do texto e, ainda assim, não há aprofundamento.

A matéria não explora o potencial de reflexão possibilitado pelo contexto da notícia, além de suavizar certos aspectos lexicais. O conteúdo da “proposta”, segundo o jornal, “limita o crescimento dos gastos públicos”. Não há uso de palavras de impacto como “congelar” e “investimentos”. Além disso, não há alguma menção à saúde e à educação, áreas prejudicadas, caso a PEC fosse aprovada. Outro ponto interessante é que a matéria não cita a sigla PEC e nem o termo Proposta de Emenda Constitucional. Ao invés, utiliza apenas a

palavra “proposta”, que tem impacto reduzido, pois não traduz, de fato, qual a sua natureza e importância.

O foco da matéria é a crítica emitida pelo então presidente do Senado e não a apresentação da PEC em si. Embora a opinião citada na matéria tenha uma relevância para a discussão do processo de *impeachment*, não há aprofundamento e não se questiona o aspecto motivador e substancial da PEC. Pelo contrário, logo após o lead, a citação do então presidente induz a uma percepção positiva: “Eu acho que toda medida para ajudar a estabilizar a economia [...] recomendável”. A matéria ainda divide ¼ do espaço com as especulações sobre a ida de Rousseff à abertura das Olimpíadas.

A matéria, portanto, segue uma lógica argumentativa acrítica, superficial e que desvia o foco da real e mais relevante discussão política acerca da PEC e dos interesses por trás do governo Temer. Entretanto, a própria natureza do acontecimento provoca um contraponto ao governo interino. Conclui-se, portanto, que a classificação do enquadramento geral dessa matéria adequa-se ao **plural-aberto**.

6.1.10 Queda: Henrique Alves

No dia 16 de junho de 2016, cai o terceiro ministro de Temer, Henrique Eduardo Alves, nomeado para o Ministério do Turismo. Em nova parte da delação de Machado, Alves é apontado como beneficiário de mais de R\$ 1 milhão e meio de propina, fruto de acordos ilícitos com empreiteiras que prestavam serviços a Transpetro.

Figura 23 – [Queda: Henrique Alves – DP]

Lava-Jato derruba mais um ministro de Temer

Henrique Alves, do Turismo, foi o terceiro homem de confiança do presidente interino a deixar o cargo

(Da redação com agências)

“Irrelevante”. Foi dessa forma que o então ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves classificou as investigações sobre ele na Operação Lava-Jato para justificar sua permanência no governo um dia após a queda do ministro do Planejamento, Romero Jucá, em uma reunião com o presidente interino Michel Temer, em 24 de maio. O diálogo foi revelado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, em uma entrevista à RBS TV. Na ocasião, Padilha disse que Temer perguntou se Henrique desejaria deixar o cargo antes de um eventual “bombardeio”.

Cerca de 20 dias se passaram e o temor do presidente interino se confirmou. A “bomba” veio em forma de delação premiada e derrubou o terceiro ministro da gestão Temer. Henrique Eduardo Alves desta vez trocou o “irrele-

vante” por “constrangimento” na carta de demissão que enviou ontem ao Palácio do Planalto. “Não quero criar constrangimentos ou qualquer dificuldade para o governo, nas suas próprias palavras, de salvação nacional”, escreveu Alves.

O peemedebista disse ainda estar seguro de que “todas as ilações” envolvendo o seu nome serão esclarecidas. “Confio nas nossas instituições e no nosso Estado Democrático de Direito. Por isso, vou me dedicar a enfrentar as denúncias com serenidade e transparência nas instâncias devidas”, disse.

Alves, que ocupou a pasta do Turismo na gestão da presidente afastada Dilma Rousseff de 16 de abril de 2015 a 28 de março de 2016, destacou que o turismo reúne as melhores condições para ajudar o Brasil a enfrentar o momento difícil que vive. “Esta

foi a motivação que me levou a voltar ao comando do ministério depois de tê-lo deixado por uma questão política, de coerência partidária”, afirmou, ressaltando a importância da pasta para os Jogos Olímpicos.

A Temer, Alves agradeceu a “lealdade, amizade e compromisso de uma longa vida política e partidária” e disse que estará sempre ao lado do presidente em exercício. “Sabendo que sempre estaremos juntos nessa trincheira democrática em busca de uma nação melhor. A sua, a minha, a nossa luta continuam. Pelo meu Rio Grande Norte e pelo nosso Brasil”, escreveu.

A gota d’água para a saída de Alves foi a nova revelação sobre a delação do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, ao Ministério Público Federal, no âmbito da Lava-Jato. O ex-presidente da Transpetro diz ter pago a Henrique Alves R\$ 1,55 milhão.

Um dia antes de pedir demissão, Henrique Alves disse a aliados que o ex-presidente da Transpetro havia “enlouquecido” e estava usando de “mau caratismo” para acusá-lo de corrupção.

Em nota, disse ainda que repudiava “a irresponsabilidade e leviandade” das declarações do ex-presidente da Transpetro e que “nunca pediu qualquer doação ilícita a empresários ou quem quer que seja”.

O tom do peemedebista, porém, mudou de quarta para ontem, quando decidiu deixar a Esplanada. Aliados afirmam que “é possível” que Alves tenha tido conhecimento de que há coisas mais graves sobre ele nas investigações. A ordem no Palácio do Planalto é evitar ainda mais desgaste no centro da gestão Temer.

Em carta endereçada a Henrique Eduardo Alves, o presidente interino Michel Temer fez elogios ao desempenho do peemedebista à frente da pasta e disse que ele deixará “longo legado” para o setor.

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 17 jun. 2016.

Os dois campos de maior evidência da matéria, o título e o subtítulo, contêm informações de impacto e sintetizam o conteúdo da notícia. No primeiro, estão presentes o termo “Lava-Jato”, o verbo “derruba”, “ministro” (sujeito foco da matéria) e o nome “Temer” (segundo

sujeito foco da matéria). No segundo, as informações são mais detalhadas: jornal reforça o vínculo de Temer e lembra as outras quedas de ministros, ao afirmar que se trata do “terceiro homem de confiança do presidente interino a deixar o cargo”. Em nenhum, entretanto, nem no *lead*, aparece o valor de mais de R\$ 1 milhão e meio pago ao ministro. Esse último campo tem característica mais narrativa, mas, se por um lado não apresenta todas as informações principais da notícia, por outro, começa com uma crítica de impacto, antes de resgatar a queda de Jucá: “‘Irrelevante’. Foi dessa forma que o então ministro [...] classificou as investigações sobre ele na Operação Lava-Jato [...]”. O Diário de Pernambuco segue, portanto, uma abordagem geral impactante e narrativa, combinada a uma lógica argumentativa crítica, embora deixe de lado informações importantes.

O conteúdo da delação não é esclarecido na matéria e o exorbitante valor pago como propina ao então ministro só é mencionado no fim do sexto parágrafo. Antes – e, por isso, mais relevante, de acordo com o jornal – no início do quarto parágrafo, está destacada a informação de que Alves foi ministro de Rousseff. O jornal também não aprofunda na crítica sobre a responsabilidade de Temer em relação ao seu ministro e dedica todas as citações, diretas e indiretas, ocupando boa parte do texto, para trechos da defesa do ministro.

Entretanto, a matéria tem diversos pontos de crítica. Após o *lead*, o jornal ironiza ao dizer que “[...] Alves desta vez [após a delação que o derrubou] trocou o ‘irrelevante’ por ‘constrangimento’ na carta de demissão [...]”. No penúltimo parágrafo, crítica semelhante é notada: “O tom do peemedebista mudou [em relação ao seu discurso anterior, no qual negava as acusações] de quarta para ontem, quando decidiu deixar a Esplanada”. A matéria também subjetiva, por meio de aspas termos positivos e de defesa que foram usadas no discurso de Alves (“mau caratismo”, em relação ao delator, “longo legado”, em relação a Temer) e no discurso dos seus aliados (“é possível”, em relação à ciência do ministro sobre “coisas mais graves sobre ele nas investigações”).

De acordo com essa análise, é possível perceber que a matéria fez uso de um discurso heterogêneo, que ora faz críticas (embora não detalhadas) e ora camufla informações. Dessa forma, a classificação mais adequada para o enquadramento geral é **plural-aberto**.

Figura 24 – [Queda: Henrique Alves – FP]

A terceira baixa da Era Temer

Após delação de Machado e ameaça de novas revelações, Henrique Eduardo Alves deixa governo sob forte pressão

As delações do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, provocaram a terceira baixa no governo Temer, que tem apenas 36 dias. Investigado na Lava Jato, o ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, pediu demissão, ontem, após o delator incriminar vários partidos e políticos, inclusive, o próprio presidente interino. Mas o que circula na Esplanada dos Ministérios é que Machado não foi o único responsável pela saída do peemedebista. Henrique Alves, segundo fontes palacianas, entregou o pedido de demissão depois que chegou ao Palácio do Planalto a informação de que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já teria em mãos novas acusações contra ele. Além da delação de Machado, Alves é alvo de outras duas frentes de investigação derivadas da Operação Lava Jato.

Imediatamente após o pedido de demissão do ministro, foi divulgado que a delação premiada do ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Fábio Cleto, que está prestes a ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal e que também cita o ex-ministro do Turismo. Ela detalha pagamentos de propina para o presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha, envolvendo a liberação de recursos do fundo de investimentos do FGTS, do qual fazia parte do conselho curador. Seriam cerca de dez operações, com repasses de propina por várias empresas, incluindo em contas no exterior.

Apesar de Alves perder o foro privilegiado, o pedido de inquérito para investigar se ele foi beneficiado pela Lava Jato deve permanecer no Supremo. Isso porque Janot afir-

dele com Cunha neste caso e, portanto, devem ser investigados em conjunto.

“Alves [...] deve ser investigado em conjunto com Eduardo Cunha uma vez que a conduta de ambos está, de tal modo, imbricada, que não seria pertinente a separação da análise fática quanto a eles. No caso em exame, a análise da eventual conduta de Cunha encontra-se evidentemente conectada à suposta atuação de Alves.” Cunha foi afastado do mandato e da presidência da Câmara, mas ainda permanece com foro. Alves, segundo aliados, temia ser investigado pelo juiz Sérgio Moro. Alves também é alvo de um pedido de Janot para ser investigado no principal inquérito da Lava Jato no Supremo, que apura se uma organização criminosa atuou nos desvios da Petrobras.

Machado

Já as acusações de Sérgio Machado, reveladas na última quarta, dão conta que o ex-presidente da Transpetro repassou ao ministro R\$ 1,55 milhão de recursos ilícitos, entre 2008 e 2014. Alves é o terceiro ministro que deixa o recém empossado governo Temer.

Antes dele, Romero Jucá e Fabiano Silveira, do Planejamento e da Transparência, respectivamente, deixaram os cargos, devido a citações ou declarações relativas à operação. Jucá saiu em 23 de maio e Fabiano uma semana depois, no dia 30. No acordo de delação premiada, Sérgio Machado disse que intermediou o pagamento de R\$ 1,55 milhão para Henrique Eduardo Alves. Segundo ele, o dinheiro teve como origem contratos entre a Queiroz Galvão e Galvão Engenharia com a Transpetro.

DA REDAÇÃO COM AGENCIAS

Fonte: Folha de Pernambuco, 17 jun. 2016.

Os campos de maior evidência, ao contrário da matéria anterior, transmitem menos impacto. No título (“A terceira baixa da Era Temer”), não traduz com clareza o conteúdo da notícia. Não se pode entender, de imediato, do que se trata a “baixa”. Essa abordagem indireta se repete no subtítulo, onde, embora haja um esclarecimento maior, termos importantes como “Lava-Jato” e “ministro” não aparecem. O *lead* tem uma construção mais direta e abarca as principais informações da notícia. Entretanto, assim como a matéria do Diário de Pernambuco, não é esclarecido o conteúdo da delação, que só aparece na última parte da matéria, assim como o valor da propina. A abordagem geral, portanto, segue uma linha descritiva, mas camufla e/ou omite informações de impacto.

Em contraste com a abordagem geral, a Folha de Pernambuco, ao longo da matéria, fornece outras informações relevantes, como o fato de que o então ministro “é alvo de outras

duas frentes de investigação derivadas da Operação Lava-Jato” (*lead*), relembra os outros dois chefes de pastas que caíram devido a delações e cita outra o envolvimento, além do nome de Alves, o então presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha. A matéria, entretanto, adota uma lógica argumentativa que poupa o envolvimento de Temer. Não há informações que propiciem uma reflexão acerca da responsabilidade de Temer em relação à conduta da sua equipe e seu nome só aparece três vezes em todo o texto e de forma substantivada, tornando-o impessoal: “Era Temer” (título) e “governo Temer” (*lead* e último parágrafo).

A matéria possui um discurso heterogêneo, mas evita uma discussão que possa levantar uma crítica a Temer, beneficiando-o dessa forma. Portanto, o enquadramento geral dessa matéria é classificado como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

Figura 25 – [Queda: Henrique Alves – JC]

LAVA JATO Henrique Alves deixa o Turismo após ser citado em delação de Sérgio Machado. E mais um ministro que cai no governo Temer

A terceira baixa em 35 dias

BRASÍLIA – Em apenas 35 dias de governo, o presidente interino Michel Temer perdeu seu terceiro ministro por causa de envolvimento com a Operação Lava Jato, que investiga um esquema de corrupção montado em estatais para financiar políticos. Ontem, acusado de receber propinas, o ministro Henrique Eduardo Alves (Turismo), amigo do presidente, pediu demissão. Antes dele, haviam caído Romero Jucá (Planejamento) e Fabiano Silveira (Transparência), por citações ou declarações sobre a Lava Jato.

Todas as demissões foram precedidas de revelações feitas pelo delator Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro considerado o operador do PMDB no esquema de corrupção.

No início do mês, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ao STF que o en-

tao ministro atuou para obter recursos desviados da Petrobras em troca de favores para a empreiteira OAS. Depois, vieram à tona as acusações de Machado. O ex-presidente da Transpetro afirmou que repassou ao ministro R\$ 1,55 milhão de recursos ilícitos, entre 2008 e 2014.

Na manifestação ao Supremo, Janot afirmou que parte do dinheiro do esquema desbaratado pela Lava Jato teria abastecido a campanha de Alves ao governo do Rio Grande do Norte em 2014, quando ele acabou derrotado.

A negociação envolveria o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro. As afirmações da Procuradoria constam do pedido de abertura de inquérito para investigar os três, enviado no fim de abril ao Supremo, mas até hoje mantido sob sigilo.

No parecer obtido pela repor-

tagem, Janot aponta que Cunha e Alves atuaram para beneficiar empreiteiras no Congresso, recebendo doações em contrapartida. Os dois negam as acusações.

A queda de Alves foi confirmada pelo Planalto no momento em que Temer buscava anunciar uma agenda positiva para sair da pauta da crise: a abertura de mais 75 mil vagas no Fies. Mais cedo, pela manhã, ele havia feito um pronunciamento para se defender da delação de Machado.

Alves decidiu deixar o cargo após ser informado que novas acusações serão feitas contra ele por mais delatores. Ele tratou do assunto na quarta (15) com o presidente. No encontro, de menos de meia hora, os dois avaliaram que a situação de Alves iria ficar insustentável e que sua permanência criaria um desgaste desnecessário ao governo. Combinaram que ele anunciaria a saída.

Desde o mês passado, Alves já havia sido aconselhado pelo ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) a deixar o posto para evitar o aumento do desgaste na imagem do governo. O então ministro do Turismo vinha se queixando a aliados das declarações de Padilha, de que citados na Lava Jato criariam constrangimento ao governo.

Em sua carta de demissão, Alves diz não querer criar constrangimentos ou qualquer dificuldade para o governo e diz que o momento nacional exige “atitudes pessoais em prol do bem maior”. Apesar de perder o foro privilegiado com a demissão, o pedido de inquérito para investigar se ele foi beneficiado pela Lava Jato deve permanecer no STF pela conexão com o caso de Cunha. Alves já é alvo de outros dois inquéritos na Corte.

Folhapress

O título do Jornal do Commercio segue a mesma falta de clareza da matéria anterior e, apesar de enfatizar o curto período de tempo para três “baixas”, poupa o nome de Temer. Em compensação, o subtítulo é mais claro, destaca o termo “Lava-Jato” e abarca o nome de Temer e a palavra “ministro”. Ao contrário do *lead* dos dois outros jornais, esse deixa explícito o motivo da queda de Alves, “[...] acusado de receber propinas [...]” (detalhado ao longo da matéria). Entretanto, o alto valor só aparece no terceiro parágrafo. A abordagem geral, portanto, é descritiva e direta, embora o título não seja claro.

Não há aprofundamento de informações que induza uma discussão acerca da responsabilidade de Temer, mas, ao contrário da Folha de Pernambuco, o nome de Temer aparece de forma mais direta e pessoal, no *lead*: “[...] o presidente interino perdeu [...]” e “amigo de Temer” (expondo sua relação com Alves). O fato de Alves ser “alvo de dois inquéritos na Corte” também é mencionado, embora seja no fim da matéria. A defesa de Alves só aparece no último parágrafo da matéria. O jornal não poupa o nome de Temer nem oculta informações, mas destaca que o escândalo surge em meio a uma “agenda positiva” do governo interino, com a “abertura de mais de 75 mil vagas no Fies”.

Percebe-se que o jornal segue uma lógica que procura balancear a notícia, havendo, portanto, uma heterogeneidade discursiva. Dessa forma, a classificação do enquadramento geral é interpretada como **plural-aberto**.

6.1.11 Laudo do Senado

No dia 27 de junho de 2016, a perícia do Senado entregou o laudo, sobre o processo de *impeachment*, a qual isenta Rousseff de ato proposital nas “pedaladas fiscais”, embora tenha ocorrido, de fato, atraso nos pagamentos, e aponta a falta de ciência da presidenta eleita sobre a inconsistência com a meta fiscal no caso dos decretos suplementares, embora esses tenham violado a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, o laudo é primordialmente positivo para Rousseff, pois o foco do processo de *impeachment*, as “pedaladas”, são desvinculadas da sua responsabilidade. A única observação prejudicial (ato comissivo nos decretos suplementares) é colocada com ressalvas (de que Rousseff não foi devidamente informada).

Figura 26 – [Laudo do Senado – DP]

Uma perícia com duas versões

Senadores pró e contra impeachment usam o resultado do laudo de peritos do Senado para defender seus votos na comissão especial

Senadores aliados e adversários da presidente afastada Dilma Rousseff usaram o resultado de perícia de técnicos do Senado para defender seus argumentos sobre o impeachment da petista. Cada lado usou partes diferentes do laudo divulgado ontem para reforçar posições sobre o processo contra ela. A perícia, feita a pedido da comissão do impeachment, diz que não há “controvérsia” sobre o fato de Dilma ter agido para liberar créditos suplementares sem aval do Congresso através de decretos. Por outro lado, afirma que não foi identificada ação dela nas pedaladas fiscais no Plano Safra. O laudo serve para instruir o processo.

Para a base aliada da petista, a conclusão de que não há ação direta de Dilma nas chamadas pedaladas fiscais enfraquece a denúncia que levou a seu afastamento

do cargo. “A perícia vem exatamente reforçar aquilo que dizíamos o tempo inteiro: para se caracterizar o crime de responsabilidade do presidente da República, é preciso sua participação direta”, disse Humberto Costa (PT-PE), na sessão da comissão. “A denúncia se desmonta por si só”, afirmou Vanessa Grazziotin (PC do B-AM).

Para frisar o envolvimento da petista em irregularidades, a oposição a Dilma usou o trecho em que a perícia aponta ato direto dela nos decretos de créditos suplementares. “Essa perícia, que seria um instrumento da defesa, passa a ser uma ferramenta para a acusação, porque fica caracterizado o crime de responsabilidade no que diz respeito aos decretos de suplementação orçamentária”, disse o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB).

Ele minimizou o fato de o laudo não apontar relação direta de Dilma com as pedaladas. Para ele, trata-se de perícia contábil, em que, na avaliação dele, “não cabe a indicação de autoria”.

Dilma sofre duas acusações na denúncia que a afastou do cargo: a edição desses decretos sem aval do Congresso e de ter cometido pedalada fiscal com o atraso do repasse de R\$ 3,5 bilhões do Tesouro ao Banco do Brasil para o Plano Safra.

Segundo o documento, três dos quatro decretos de crédito, que são objetos da denúncia contra Dilma, eram “incompatíveis” com a meta fiscal do ano passado. A perícia afirma: “Há ato comissivo da exma. Sra. presidente da República na edição dos decretos, sem controvérsia sobre sua autoria”.

Ao todo, 99 pergun-

tas foram feitas pela defesa da petista, pela acusação contra ela, e pelo relator do processo, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Segundo a perícia, de 223 páginas, três decretos “promoveram alterações na programação orçamentária incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário vigente à época da edição”. São eles: os de 27 de junho de 2015, nos valores de R\$ 1,7 bilhão e R\$ 29 milhões, e o decreto de 20 de agosto de 2015, no valor de R\$ 600 milhões. De acordo com o laudo, esses créditos deveriam ter tido autorização prévia do Congresso.

O laudo diz que não identificou ação de Dilma no episódio das pedaladas no Plano Safra. A conclusão diz, no entanto, que a demora no pagamento do plano agrícola viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. (Folhapress)

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 28 jun. 2016.

Todos os campos de maior destaque da notícia seguem a abordagem geral da matéria, que opta pela construção direta das informações, embora a lógica argumentativa foque na divergência, provocada pela oposição, acerca da perícia do Senado. O título e o subtítulo não apontam nenhuma informação contida na perícia. “Uma perícia com duas versões” diz o título, que dá a entender que a ambiguidade está na perícia em si e não nas interpretações

acerca do assunto. A divergência de opiniões continua sendo enfatizada no *sutiã* e na primeira metade do *lead*. A segunda metade é iniciada com uma informação negativa, de que Rousseff liberou os decretos, e oculta a ressalva da perícia de que ela não havia sido informada da discordância com a meta fiscal. Na parte final, a matéria afirma que não praticou as “pedaladas fiscais”.

Essa ordem é invertida nos dois parágrafos que seguem: o primeiro é dedicado à defesa de Rousseff e o segundo, à acusação. Essa acusação é refutada no parágrafo subsequente, mas usa a voz da acusação logo em seguida para relativizar. Só no quinto parágrafo, o jornal começa a detalhar o conteúdo do laudo, ao explicar os resultados acerca dos decretos suplementares. O Jornal do Commercio só mostra trecho desfavorável, o qual alega que Rousseff cometeu “ato comissivo”, ocultando a ressalva feita pela perícia, de que Rousseff não foi informada sobre a inconsistência do ato, o que ocorre novamente no penúltimo parágrafo, onde o assunto é retomado.

A não autoria das pedaladas fiscais, por parte de Rousseff, só é detalhada no último parágrafo. Ao contrário do que ocorre na parte da matéria que cita os decretos, na qual o jornal enfatiza que houve “ato comissivo”, na outra, sobre as “pedaladas”, a ausência de ato comissivo, ou seja, a não intencionalidade por parte de Rousseff, não é mencionada, embora seja esclarecido que o laudo “não identificou ação de Dilma”.

Embora a matéria tenha intercalado diferentes posicionamentos acerca da perícia, a lógica adotada possibilitou que um fato primordialmente favorável a Rousseff fosse enquadrado de forma a focar as discordâncias acerca do assunto. Por se tratar de um conteúdo político, é natural que haja discursos contrários. Entretanto, o laudo teve mais aspectos positivos para Rousseff, o que é mascarado pelo jornal, sobretudo nos campos de maior destaque. Por esse motivo, o enquadramento geral dessa notícia classifica-se **como plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

Figura 27 – [Laudo do Senado – FP]

Parecer no Senado gera controvérsia

Oposição afirma que laudo configura crime de responsabilidade, Dilma volta a dizer que é vítima de “golpe”

BRASÍLIA (Folhapress) - Perícia feita a pedido da comissão do impeachment do Senado diz que não há “controvérsia” sobre o fato de a presidente afastada Dilma Rousseff (PT) ter agido para liberar créditos suplementares sem o aval do Congresso por meio de decretos. Por outro lado, o laudo afirma que não foi identificada ação dela nas chamadas pedaladas fiscais. A contestação foi usada por senadores aliados e adversários da presidente afastada Dilma Rousseff (PT) para defender seus argumentos sobre o impeachment da petista.

Visando frisar o envolvi-

mento da gestora em irregularidades, a oposição a Dilma usou o trecho em que a perícia aponta ato direto dela nos decretos de créditos suplementares. “Essa perícia, que seria um instrumento da defesa, passa a ser uma ferramenta para a acusação, porque fica caracterizado o crime de responsabilidade no que diz respeito aos decretos de suplementação orçamentária”, disse o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB). Para ele, trata-se de perícia contábil, em que, na avaliação dele, “não cabe a indicação de autoria”.

Já a base aliada da petista defendeu que a conclusão prova que não há ação dire-

ta de Dilma nas chamadas pedaladas fiscais e enfraquece a denúncia que levou a seu afastamento do cargo. Dilma Rousseff também aproveitou a divulgação da perícia para reforçar a tese de que teria sofrido “um golpe”. “É um golpe parlamentar porque não há base jurídica para impeachment. Os peritos consideraram que eu não participei em nenhum momento do Plano Safra porque isso não é papel do presidente da República”, afirmou em entrevista a uma rádio do Rio Grande do Sul.

Dilma sofre duas acusações na denúncia que a afastou do cargo: a edição desses

decretos sem aval do Congresso e de ter cometido pedalada fiscal com o atraso do repasse de R\$ 3,5 bilhões do Tesouro ao Banco do Brasil para o Plano Safra. Segundo o documento, três dos quatro decretos de crédito, que são objetos da denúncia contra Dilma, eram “incompatíveis” com a meta fiscal do ano passado.

De acordo com o laudo, esses créditos deveriam ter tido autorização prévia do Congresso. O laudo diz que não identificou ação de Dilma no episódio das pedaladas no Plano Safra. No entanto, a conclusão diz que a demora no pagamento do plano agrícola viola a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 28 jun. 2016.

A abordagem e a lógica argumentativa da Folha de Pernambuco são similares as da matéria anterior. As informações são dadas de forma direta, mas o jornal opta por tornar duvidoso e controverso um acontecimento que foi primordialmente favorável a Rousseff. Essa construção é evidente nos campos de maior destaque do texto, a começar pelo título: “Parecer do Senado gera controvérsia”. No subtítulo, ainda há um agravante: a opinião da oposição é enfatizada, enquanto a defesa de Rousseff é colocada de forma vaga (“Dilma volta a dizer que é vítima de ‘golpe’”), não apontando nenhuma questão presente no laudo. Esse referencial discursivo continua no *lead*. Primeiro, o jornal apresenta o único ponto do laudo desfavorável a Rousseff, sem mencionar a ressalva feita pela própria perícia, de que ela não foi alertada sobre a meta fiscal. Essa informação é omitida durante toda a matéria, ainda que a mesma questão seja abordada diversas vezes. A não autoria de Rousseff nas “pedaladas fiscais” só aparece na segunda metade do *lead*.

A matéria intercala os posicionamentos acerca do laudo, detalha o conteúdo do processo de *impeachment* e reforça, mais duas vezes, que não houve “ação de Dilma” nas “pedaladas fiscais”, ainda que com a informação de que “a demora no pagamento [...] viola a Lei de Responsabilidade Fiscal”. Embora o termo “golpe” apareça entre aspas, nas duas vezes que é citado no texto, a palavra “controvérsia” (interpretação negativa do laudo para Rousseff) também aparece da mesma forma.

Ou seja, o jornal trabalha com um discurso heterogêneo, mas, pelo foco que escolhe sobre o acontecimento e a ocultação de uma informação importante para a defesa de Rousseff, pode-se concluir que se trata de um enquadramento geral que se alinha à classificação **plural-fechado** – destaque *pró-impeachment*/Temer.

Figura 28 – [Laudo do Senado – JC]

Perícia culpa créditos, mas isenta pedaladas

IMPEACHMENT Laudo do Senado compromete Dilma Rousseff de um lado e alivia em outro

SÃO PAULO e BRASÍLIA – Uma perícia feita no Senado a pedido da Comissão Especial do Impeachment aponta ato direto da presidente afastada Dilma Rousseff na liberação de créditos suplementares sem aval do Congresso. Por outro lado, diz que não foi identificada ação dela nas pedaladas fiscais. Os decretos e as pedaladas - o atraso no repasse do Tesouro ao Banco do Brasil para o Plano Safra -, ambos em 2015, embasam a denúncia que defende a saída definitiva da petista do cargo.

Como o laudo compromete Dilma em um ponto e alivia em outro, senadores aliados e adversários dela usaram partes diferentes do documento como trunfo. “A denúncia se desmon-

ta por si só”, afirmou Vanessa Grazziotin (PC do B-AM). “Essa perícia, que seria um instrumento da defesa, passa a ser ferramenta para a acusação”, rebateu o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB).

A perícia, assinada por três técnicos do Senado, serve para instruir o processo. No julgamento final, são levados em conta também outros elementos, como os depoimentos de testemunhas, da própria acusada (no caso, Dilma), entre outros fatores. Dentro da comissão, o laudo não deve alterar o quadro de votos de 15 a 5 contra Dilma. A votação final está prevista para agosto.

A perícia atende a recurso deferido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo

Lewandowski. Segundo o laudo, três dos quatro decretos de crédito suplementares comprometeram a meta fiscal por promover “alterações na programação orçamentária incompatíveis com a obtenção” dela.

A assinatura de Dilma nos atos não deixa dúvidas aos peritos. “Há ato comissivo da ex-ma. Sra. Presidente da República na edição dos decretos”. Ao falar das pedaladas, o laudo diz que não identificou ação de Dilma. Argumenta que cabe ao Ministério da Fazenda autorizar o repasse dos recursos do Plano Safra. “Pela análise dos dados, dos documentos e das informações relativos ao Plano Safra, não foi identificado ato comissivo da Exma. Sra. Presidente da República que tenha

contribuído direta ou imediatamente para que ocorressem os atrasos nos pagamentos”, esclarecem os peritos. A conclusão diz, porém, que a demora no pagamento do plano afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

“A perícia vem reforçar aquilo que dizíamos o tempo inteiro: para se caracterizar o crime de responsabilidade do presidente da República, é preciso sua participação direta”, disse Humberto Costa (PT-PE). Cássio Cunha Lima rebateu. “Fica caracterizado o crime de responsabilidade no que diz respeito aos decretos de suplementação orçamentária”, disse. Para o advogado de Dilma na comissão, José Eduardo Cardozo, porém, “está provado que não há dolo nos decretos e não há ato delituoso nas pedaladas”.

Folhapress

Novamente, repetem-se as mesmas abordagem e lógica argumentativa das duas matérias anteriores. Informações diretas, mas foco nas divergências e controvérsias acerca do assunto. O título, embora também se enquadre nessa lógica, é mais claro que os demais, uma vez que cita questões que, de fato, estão presentes no laudo: “Perícia culpa créditos, mas isenta pedaladas”. O *sutiã*, em contraste, foca na presença de controvérsia e não acrescenta informações novas. O *lead* tem uma construção similar a da Folha de Pernambuco, apontando os prós e contras em relação a Rousseff, mas, novamente, sem mencionar a ressalva da perícia em relação aos decretos. Essa informação também é ignorada ao longo da matéria.

As opiniões divergentes são expostas no segundo parágrafo, mas são colocadas de forma curta e superficial. O parágrafo seguinte trata o rito teórico do processo a partir da perícia. Em sequência, o jornal enfatiza o ponto negativo do laudo para Rousseff, o que continua na primeira parte do parágrafo seguinte, antes de mencionar que “ao falar das pedaladas, o laudo diz que não identificou ação de Dilma”, embora inflija a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identifica-se, novamente, um discurso heterogêneo, mas direciona o foco, evidenciando um determinado aspecto do acontecimento. Pelo mesmo critério utilizado na análise dos outros dois jornais, classificaremos o enquadramento geral dessa matéria como **plural-fechado – destaque pró-*impeachment*/Temer**.

6.1.12 Posicionamento do MPF

No dia 14 de julho de 2016, o Ministério Público Federal (MPF) constatou que não houve crime na prática das “pedaladas fiscais” – principal alicerce de acusação do processo de *impeachment* – arquivando, assim, a investigação criminal que havia sido instaurada a esse respeito. O parecer do procurador avalia que as “pedaladas” não configuraram como operação de crédito.

Figura 29 – [Posicionamento do MPF – DP]

MPF não vê crime em pedalada

O Ministério Público Federal (MPF) concluiu que as “pedaladas fiscais” não configuram crimes comuns, inclusive as que embasam o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Em parecer enviado à Justiça ontem, o procurador da República no Distrito Federal Ivan Marx pede o arquivamento de investigação aberta para apurar possível infração penal de autoridades do governo da presi-

dente afastada. Ele concluiu, no entanto, que as manobras visaram maquiagem as contas públicas, principalmente no ano eleitoral de 2014, o que configura improbidade administrativa - um delito civil.

As “pedaladas” consistiram no atraso de repasses do Tesouro Nacional para que bancos públicos pagassem obrigações do governo com programas sociais e empréstimos subsidiados. Por conta desses

atrasos, as instituições tiveram de honrar as despesas com recursos dos correntistas. Para o Tribunal de Contas da União, as manobras foram operações de crédito ilegais entre os bancos e a União.

O procurador analisou seis tipos de manobra após ouvir integrantes do governo Dilma e analisar auditorias do TCU e documentos das operações. Segundo ele, não houve empréstimo sem aval do Con-

gresso. “As manobras não se enquadram no conceito legal de operação de crédito”. Ele conclui que houve inadimplência contratual: o governo não fez os pagamentos nas datas pactuadas, descumprindo os contratos com os bancos. Em alguns casos, os atrasos nos repasses tinham previsão legal. Os argumentos do procurador coincidem com os da defesa de Dilma no impeachment. (AE)

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 15 jul. 2016.

A abordagem do Diário de Pernambuco é interpretada como direta e clara. Não há sutia, mas o título condensa informações centrais do acontecimento, que, embora não cite o nome de Rousseff, abarca termos de impacto, destacando a sigla do Ministério Público Federal e mencionando negativa em relação ao “crime em pedalada”. O *lead* é direto ao cerne da notícia, beneficiando Rousseff. Há um contraponto na última parte do lead, onde o jornal esclarece que “as manobras visaram maquiagem as contas públicas [...] – um delito civil”. Percebe-se que a lógica argumentativa adotada sustenta-se na heterogeneidade discursiva.

No segundo parágrafo, o jornal detalha as “pedaladas” e o posicionamento, contrário ao do MPF, do Tribunal de Contas da União, de que “as pedaladas foram operações de crédito ilegais [...]”. A matéria não menciona, entretanto, a ausência de ato comissivo por parte de Rousseff, de acordo com perícia do Senado, a qual já havia sido noticiada anteriormente. No último parágrafo, entretanto, o jornal volta a ressaltar o posicionamento do MPF, e cita que “não houve empréstimo sem aval do Congresso”, “as manobras não se enquadram no conceito legal de operação de crédito” e a legalidade de alguns atrasos.

De acordo com a análise feita, pode-se perceber que o jornal não apresenta um direcionamento específico, prezando, sobretudo, pela heterogeneidade discursiva. Dessa forma, a classificação do enquadramento geral percebido é o **plural-aberto**.

Figura 30 – [Posicionamento do MPF – FP]

MPF: 'pedalada' não é crime

BRASÍLIA (Folhapress) - O procurador do Ministério Público Federal no Distrito Federal, Ivan Cláudio Marx, arquivou, ontem, o procedimento criminal que apurava as chamadas "pedaladas fiscais" do Governo Federal - atrasos nos pagamentos de valores devidos a bancos e fundos públicos. Ele já havia arquivado, uma semana atrás, um procedimento específico sobre o BNDES. Agora, arquivou todas as outras investigações de atraso em pagamentos com o mesmo entendimento: os atrasos no pagamento são "inadimplemento contratual", configuram uma tentativa de maquiagem das contas públicas para torná-las melhores.

Marx levantou suspeitas sobre "eventuais objetivos

eleitorais" com as pedaladas e disse que o caso "talvez represente o passo final na infeliz transformação do denominado 'jeitinho brasileiro' em 'criatividade maquiavélica'". Mas, para ele, a maquiagem não se caracteriza como crime, como apontou o Tribunal de Contas da União (TCU) em diversas decisões, desde abril de 2015.

Um dos atos apontados como criminosos pelo TCU, o atraso no pagamento de dívidas junto ao Banco do Brasil no ano de 2015, é um dos dois motivos apontados no processo de impeachment para o afastamento da presidente Dilma, que tramita no Congresso. Para o procurador, esse ato, assim como todos os outros investigados, não configuram crime. A defesa de Dilma na comissão que analisa o

impeachment usa o mesmo argumento do procurador, alegando que o atraso no pagamento não configura operação de crédito.

Para o procurador, mudar o entendimento de que os atrasos nos pagamentos passam a ser operação de crédito travaria todo o sistema de pagamentos do governo e que nem mesmo os altos valores e o reiterado atraso podem mudar esse entendimento legal. "Não há que se concordar com a afirmação do TCU de que seria a reiteração no atraso, aliada ao montante dos valores, que transformaria o contrato da CEF com a União em uma operação de crédito", escreve o procurador sobre as dívidas da União com o banco

em relação ao Bolsa Família. Na sua visão, se as pedaladas fossem crime, o TCU deveria ter determinado o fim desses atos em suas decisões, o que não ocorreu.

"O TCU aponta a existência do crime de operação de crédito, mas determina correções apenas no que se refere aos atos de maquiagem fiscal (atrasos sem captação pelo Bacen para fins de estatística)", escreve o procurador, na decisão. Ele ainda vai investigar um ato específico denunciado pelo TCU, o de que os pagamentos de parte das dívidas com o FGTS foram realizados sem autorização legislativa, também configurando crime. Nesse procedimento específico, é necessário ouvir testemunhas.

Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 15 jul. 2016.

O título da Folha de Pernambuco se assemelha ao do Diário de Pernambuco: não há menção a Rousseff, mas condensa as informações centrais e palavras de impacto. Também não há sutia para detalhar as informações. O *lead*, entretanto, evita evidenciar o cerne do acontecimento, favorável a Rousseff. O jornal foca no fato de que o procurador "arquivou [...] o procedimento criminal" sobre as "pedaladas" e ressalta que o mesmo já arquivou outro "procedimento específico sobre o BNDES". Só no final, a matéria cita, com aspas, que "os atrasos no pagamento são 'inadimplemento contratual'", mas não deixa claro que isso

significa que as “pedaladas” não são crime. Ao invés disso, destaca que “configuram uma tentativa de maquiagem das contas públicas [...]”. A abordagem, em comparação à matéria anterior, é menos direta e clara, evitando beneficiar Rousseff, ainda que a natureza do acontecimento possibilite essa abordagem.

A afirmação de que não houve crime só aparece na segunda metade do segundo parágrafo, após grande espaço para as ressalvas feitas pelo procurador, dentre outras, a suspeita do procurador “sobre ‘eventuais objetivos eleitorais’”. No terceiro parágrafo, há o detalhamento da posição do TCU, contrária a do MPF. Os dois parágrafos seguintes, entretanto, são dedicados à refutação por parte do procurador do MPF. Assim como na matéria anterior, não há menção à ausência de ato comissivo por parte de Rousseff.

A matéria segue uma lógica argumentativa menos direta, em comparação com a anterior. O objetivo parece ser evitar um destaque positivo para Rousseff, ainda que o próprio acontecimento, em sua grande parte, a beneficie. O caráter heterogêneo encontra-se na intercalação dos diferentes posicionamentos. Dessa forma, o enquadramento geral é classificado como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

Figura 31 – [Posicionamento do MPF – JC]

Pedalada não é crime, diz procurador

Folhapress

BRASÍLIA – O procurador do Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal Ivan Cláudio Marx arquivou ontem procedimento criminal que apurava as chamadas pedaladas fiscais do governo. Ele já havia arquivado há uma semana um procedimento específico sobre o BNDES e, agora, arquivou todas as outras investigações de atraso em pagamentos com o mesmo entendimento: os atrasos no pagamento são inadimplemento contratual, configuram uma tentativa de maquiagem das contas públicas para torná-las melhores.

Marx levantou suspeitas sobre eventuais objetivos eleitorais com as pedaladas e disse que o caso talvez represente o passo final na infeliz transformação do denominado “jeitinho brasileiro” em “criatividade maquiavélica”. Mas, para ele, a maquiagem não se caracteriza como crime, como apontou o Tribunal de Contas da União (TCU).

Um dos atos apontados como criminosos pelo TCU, o atraso no pagamento de dívidas junto ao Banco do Brasil no ano de 2015, é um dos dois motivos apontados no processo de impeachment para o afastamento da presidente Dilma Rousseff que tramita no Congresso Nacional. Para o procurador, esse ato, assim como todos os outros investigados, não configuram crime.

A defesa de Dilma na comissão que analisa o impeachment usa o mesmo argumento do procurador, alegando que o atraso no pagamento não configura operação de crédito. Os relatores do processo, tanto na Câmara (deputado Jovair Arantes, do PTB-GO), como no Senado (Antonio Anastasia, PSDB-MG), discordam.

“Não há que se concordar com a afirmação do TCU de que seria a reiteração no atraso, aliada ao montante dos valores, que transformaria o contrato da CEF com a União em uma operação de crédito”, escreve o procurador sobre as dívidas da União com o banco em relação ao Bolsa Família. O procurador afirma que, se as pedaladas fossem crime, o TCU deveria ter determinado o fim desses atos em suas decisões, o que não ocorreu.

O Jornal do Commercio também abdica do sutiã, recurso de destaque na matéria. O título segue com a característica direta, mas troca a sigla MPF por outra de menor impacto (“procurador”), individualizando o atestado. O *lead* é praticamente idêntico ao da matéria anterior, ou seja, a abordagem é indireta. Não há clareza em relação ao fato de que foi constatado a não criminalidade das “pedaladas”. Pelo contrário, a matéria enfatiza a parte do parecer que critica a prática. Nota-se, novamente, como lógica argumentativa, a intenção de evitar um beneficiamento ao discurso pró-Rousseff, ainda que o acontecimento seja primordialmente favorável a esse posicionamento.

O segundo parágrafo é, em sua maior parte, dedicado à crítica do procurador. No fim, é citado que não foi constatado crime, embora mencione imediatamente a ressalva contrária do TCU, que é desenvolvida no parágrafo seguinte. No fim dessa parte do texto, é observado que “para o procurador, esse ato, assim como os outros investigados, não configuram crime”. Entretanto, só é explicado o porquê, com detalhes, no último parágrafo. Antes da explicação, o jornal dedica um parágrafo para mostrar as duas opiniões opostas sobre o assunto. Nesse caso, a defesa de Rousseff tem um detalhamento maior. Não há, mais uma vez, menção ao parecer do Senado a respeito da ausência de ação comissiva da parte de Rousseff nas “pedaladas”.

Há, portanto, uma construção discursiva – e, conseqüentemente, uma análise – muito semelhante a da adotada pela Folha de Pernambuco. Pelos mesmos critérios adotados na matéria anterior, classificaremos o enquadramento geral dessa matéria como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

6.1.13 Reforma trabalhista

O governo interino anunciou, no dia 20 de junho de 2016, a proposta para reforma trabalhista. Dentre outras questões, a reforma envolveria a modificação de pontos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e outras questões legais, como a ampliação da terceirização. A reforma trabalhista configura, sobretudo, retrocessos às leis conquistadas pelos trabalhadores. Trata-se, portanto, de uma medida extremamente impopular e, ao mesmo tempo, relevante para a pauta jornalística. Nenhum dos três jornais analisados, entretanto, repercutiu essa notícia.

6.1.14 Aprovação da continuidade do processo no Senado

No dia 9 de agosto de 2016, iniciou-se a votação, no Senado, que acabou por culminar na continuidade do processo de *impeachment*. A decisão foi tomada pela grande maioria dos senadores, o que evidenciou a previsão de confirmação da destituição de Rousseff. A sessão teve, como um dos destaques, a pressa dos senadores *pró-impeachment*, também reflexo da ansiedade de Temer em tomar o poder em definitivo, para finalizar a sessão com urgência.

Figura 32 – [Aprovação da continuidade do processo no Senado – DP]

Avança impeachment e Dilma se torna ré

Senadores decidiram por maioria dar continuidade ao processo de afastamento da presidente

A maioria dos senadores decidiu, na madrugada de hoje, por um placar de 59 a favor e 21 contra, pela continuidade do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff (PT). Dessa forma, a petista se torna oficialmente ré pelo crime de responsabilidade fiscal. Uma supressão de prazos garantida pela acusação a Dilma ainda pode antecipar o início do julgamento final do processo de impeachment no Senado para o dia 23 de agosto, com previsão de término dois dias depois. A data atende aos anseios do presidente interino, Michel Temer (PMDB), que deseja ver o caso concluído o mais rápido possível.

A sessão de ontem teve a

condução do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski. Ele negou todas as oito questões de ordem apresentadas por aliados da petista que tinham como objetivo suspender a ação. Ao longo do dia, houve pedido de interrupção dos trabalhos para que fossem feitas novas oitivas. A intenção dos aliados de Dilma era que o Congresso julgasse as contas do ano passado da presidente afastada e se buscassem esclarecimentos sobre a suposta citação do nome do presidente em exercício Michel Temer em delação premiada da Odebrecht, feita a investigadores da Operação Lava-Jato.

Além de negar os pedidos, o presidente do STF encurtou o tempo dos intervalos e

suspendeu a determinação de que haveria uma pequena pausa a cada quatro horas de sessão.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), articulou com os parlamentares para garantir que a votação fosse concluída. Paralelamente, a base de Temer atuou para que senadores desistissem das falas que teriam direito na tribuna para dar celeridade ao processo.

Cada um tinha dez minutos para apresentar seu posicionamento. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) foi o único a falar pela bancada tucana. Inicialmente, 55 dos 81 senadores haviam se inscrito. Com as desistências, o número caiu para cerca de 45. O discurso mais simbólico foi o do senador Cristo-

vam Buarque (PPS-DF), que anunciou seu voto pelo prosseguimento do processo de impeachment. O parlamentar fazia mistério de como iria se posicionar.

PROTESTOS

Em nove estados ocorreram protestos pedindo a saída de Michel Temer. Em Pernambuco, um ato foi realizado pelas ruas do Centro do Recife. Movimentos sindicais, sociais e estudantis saíram na Praça do Derby em uma caminhada que percorreu a Avenida Conde da Boa Vista até a Rua da Aurora. De acordo com o presidente da CUT em Pernambuco, Carlos Veras, 10 mil pessoas participaram do ato. A Polícia Militar de Pernambuco não contabilizou o número de presentes. *(Da redação com agências)*

Os campos de maior destaque do Diário de Pernambuco possuem uma abordagem descritiva e clara, contendo as principais informações do acontecimento, sem sobressair nenhum léxico que possa indicar um beneficiamento a determinado posicionamento. O título aponta para o andamento do processo de *impeachment* e a consequência direta para Rousseff. No subtítulo, o foco é na ação dos senadores e no resultado da votação. Também são apresentadas as informações que posteriormente, aparecem detalhadas no *lead*. Nesse último campo, a matéria frisa o interesse de Temer em adiantar a data da votação final.

Nos dois parágrafos seguintes, são mencionados os pedidos feitos pela defesa, e as negativas de Lewandowski, com destaque a solicitação para que fosse considerada a citação de Temer em delação da Lava-Jato, embora afirme que se trata de uma “suposta” citação. Nos outros dois parágrafos subsequentes, é esclarecido que “a base de Temer atuou para que senadores desistissem das falas que teriam direito [...] para dar celeridade ao processo”, o que ocasionou na desistência de pronunciamento de quase metade dos senadores pró-*impeachment*. O jornal dá destaque positivo ao senador Cristovam Buarque, pró-*impeachment*, como “o discurso mais simbólico”. Na última parte da matéria, há um foco específico nos atos contra Temer em “nove estados”, incluindo Pernambuco, cujos protestos são detalhados.

É possível perceber que a matéria adota uma lógica argumentativa que prioriza mais as informações políticas (ainda que não haja uma discussão aprofundada) do que as informações técnicas sobre o acontecimento. Como foi mostrado na análise, o texto um discurso heterogêneo, mas foca nas estratégias, eticamente duvidosas, da oposição, liderada por Temer, e dá destaque aos protestos a favor de Rousseff. Dessa forma, a classificação geral do enquadramento é identificada como **plural-fechado – destaque contra o *impeachment*/pró-Rousseff**.

Figura 33 – [Aprovação da continuidade do processo no Senado – FP]

Maioria indica derrota de Dilma

Pronunciamento dos senadores durante a sessão sinaliza aprovação do afastamento da presidente

BRASÍLIA (Folhapress) - Embora 34 senadores tenham aberto mão de discursar na sessão que analisa se a presidente afastada, Dilma Rousseff, se tornará ré no processo do impeachment, grande parte das falas já indica o resultado final: a petista deve sofrer uma derrota por ampla maioria. Dos 47 parlamentares que fizeram questão de fazer uso da palavra, 30 se manifestaram a favor do afastamento definitivo da petista, quase o dobro daqueles que a defenderam: 17.

Ao final dessa fase, os 81

senadores já haviam registrado presença no plenário, embora a maior parte da sessão tenha sido marcada por cadeiras vazias. Cada senador teve direito a 10 minutos na tribuna, mas muitos, em nome da agilidade, acabaram discursando por menos tempo. Isso faz parte de um acordo, capitaneado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para finalizar a votação ainda na madrugada de hoje.

Com isso, conseguiu-se que o número de inscritos para discursos, que no início do dia era 55, caísse para

47. O último, Sérgio Petecão (PSD-AC), terminou às 22h22. A partir da iniciativa de Aécio Neves (PSDB-MG), os senadores tentaram acordo para encerrar os trabalhos às 23h de ontem e retomar na manhã de hoje, às 9h. Contudo, senadores da base do governo pressionam para finalizar todo o processo ainda ontem.

Até o fechamento desta edição, a defesa e acusação se preparavam para fazer suas considerações. Estavam previstos os discursos do jurista Miguel Reale Jr., um dos autores do pedido de impeachment, e do ex-mi-

nistro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Em seguida, seria iniciada a fase de destaques e a análise do parecer de Antonio Anastasia (PSDB-MG), que afasta Dilma em definitivo do cargo. Após a votação, ainda havia a possibilidade de apresentação de mais destaques.

A presidente afastada, Dilma Rousseff, disse a aliados estar "decepcionada" com a postura de senadores como Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Cristovam Buarque (PPS-DF). Durante todo o dia de ontem, ela tentou sua última ofensiva para conseguir pelo menos 22 votos na sessão do Senado, que pode torná-la ré no processo de impeachment. Mas ela já admitiu a aliados que dificilmente conseguiria reverter a decisão.

Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 10 ago. 2016.

A Folha de Pernambuco inicia a matéria com título direto, mas que traz um léxico negativo ("derrota"), direcionado a uma individualização ("Dilma"), sem mencionar o processo político (*impeachment*). O subtítulo foca na ação dos senadores e na previsão do resultado final. Também não há menção ao termo *impeachment*, mas não se repete o uso de léxico negativo. A primeira parte do *lead* é dedicada ao detalhamento da informação principal da notícia. Na segunda parte, o foco volta-se ao fato de que, dos ministros que "fizeram questão" de se pronunciar, 30 foram pró-*impeachment*, em contraste com um número muito menor contra o *impeachment*, 17. O jornal omite o fato de que, proporcionalmente, mais ministros, quase 81%, contra o *impeachment* se pronunciaram, enquanto apenas cerca de 50% a favor fizeram "uso da palavra". Ou seja, a matéria inverte a positividade da informação para

o lado da oposição de Rousseff. Nos campos de destaque, assim como no restante da matéria, não há menção a Temer. Percebe-se, portanto, que o jornal adota uma abordagem geral descritiva, mas com a lógica argumentativa que visa destacar elementos negativos para Rousseff e poupar o nome de Temer.

No segundo parágrafo, não fica clara a motivação política por trás da expressiva desistência de pronunciamento: “muitos, em nome da agilidade, acabaram discursando por menos tempo [...], para finalizar a votação ainda na madrugada de hoje”. Esse fator da votação continua sendo abordado no parágrafo seguinte. Não há menção à tentativa da defesa em inserir na discussão a acusação contra Temer na Lava-Jato. O último parágrafo é destinado ao posicionamento, embora sem aprofundamento, de Rousseff e sua articulação para conseguir número maior de senadores ao seu favor.

Observa-se, portanto, que há um discurso heterogêneo, mas, levando em consideração a lógica adotada pela pesquisa, embasada na omissão e nas construções discursivas que beneficia um posicionamento específico, a classificação do enquadramento geral da matéria é considerado **plural-fechado – destaque pró-*impeachment*/Temer**.

Figura 34 – [Aprovação da continuidade do processo no Senado – JC]

Folhapress e Agência O Globo

SENADO 59 senadores votaram a favor do julgamento em sessão que durou 15 horas

Dilma se torna ré no impeachment

BRASÍLIA – Por 59 votos a 21, e nenhuma abstenção, o Senado aprovou na madrugada desta quarta-feira o parecer do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) pelo afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff. Com a decisão, Dilma se tornou ré no processo de impeachment que vai ser decidido até o final do mês. Uma supressão de prazos garantida pela acusação à presidente afastada pode antecipar o início do julgamento final do processo de impeachment no Senado para o dia 23 de agosto.

Presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, a sessão começou na manhã de ontem, às 9h44 e varou a madrugada de hoje, com a decisão saindo por volta de 1h30.

Era preciso maioria simples (mais da metade dos senadores

presentes) para que o parecer do relator Antonio Anastasia fosse aprovado. O resultado indica ser muito difícil Dilma conseguir barrar o impeachment na votação final. Nesta ocasião, a petista perderá definitivamente o mandato caso pelo menos 54 dos 81 senadores votem nesse sentido.

Durante a sessão, 47 parlamentares fizeram questão de fazer uso da palavra. Desses, 30 se manifestaram a favor do afastamento definitivo da petista, quase o dobro daqueles que a defenderam: 17.

Ao final da fase de discursos, os 81 senadores já haviam registrado presença no plenário, embora a maior parte da sessão de ontem tenha sido marcada por cadeiras vazias. Cada senador teve direito a 10 minutos na tri-

buna, mas muitos, em nome da agilidade, acabaram discursando por menos tempo.

Isso fez parte de um acordo, capitaneado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para finalizar a votação ainda na madrugada de hoje. Com isso, conseguiu-se que o número de inscritos para discursos, que no início do dia era 55, caísse para 47. O último, de Sérgio Petecão (PSD-AC), terminou às 22h22.

Sem acordo com os líderes da base, Lewandowski determinou apenas o intervalo após os senadores se revezarem na tribuna defendendo ou atacando o parecer do relator Antonio Anastasia (PSDB-MG). Logo após o intervalo, os trabalhos foram retomados às 23h10. Acusação e defesa falaram por 30 mi-

nutos cada. Falaram o jurista Miguel Reale Jr., um dos autores do pedido de impeachment, e o ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Reale afirmou que Dilma está sendo afastada pelo conjunto da obra. “Seu modo de governar levou o Brasil ao desastre em que se encontra. Dilma governou através da obscuridade, da mentira”, disse Reale Júnior, que sustentou a acusação por 30 minutos. Já Cardozo, comprou o relatório do senador Anastasia à Inquirição, porque ele teria pinçado provas. “O senador Anastasia não fez um relatório de julgamento, fez um relatório de acusação. Ele nos remeteu à Inquirição. Com todo respeito, agiu como Torquemada (inquisidor espanhol)”, disse. Cardozo diz que pedirá a nulidade do processo de impeachment.

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 10 ago. 2016.

O título do Jornal do Commercio traduz o resultado da votação, com referência explícita ao processo de *impeachment*. No subtítulo, o foco é quantificação dos senadores e na duração da sessão. O *lead* é voltado para o destaque do afastamento de Rousseff e a sua consequente condição a partir de então. Os três elementos têm abordagem direta e clara. Não há léxicos que indicam posicionamento por parte do jornal nos campos de destaque.

O segundo parágrafo é voltado à duração da sessão. Posteriormente, é abordada a previsão da votação final de *impeachment*. No quarto parágrafo, o Jornal do Commercio faz a mesma inversão de positividade feita pela Folha de Pernambuco, em relação aos que “fizeram questão” de se pronunciar. No parágrafo subsequente, a matéria também destaca que a

renúncia de muitos senadores em se pronunciar foi “em nome da agilidade”, não abordando o aspecto político intrinsicamente relacionado. Esse assunto continua a ser detalhado no parágrafo seguinte. Embora essas informações estejam em posição de menor destaque, em comparação com a Folha de Pernambuco, indicam uma escolha que está relacionada a um posicionamento *pró-impeachment*. Novamente, o nome de Temer não é mencionado na matéria. Nota-se, portanto, a mesma lógica, mas com menor ênfase, da matéria anterior.

Em sequência, é detalhado o andamento formal da votação. O último parágrafo, por fim, é dedicado às duas polaridades sobre o processo. Primeiro, destaca-se o pronunciamento de Reale Jr., um dos redatores, seguido pelo ex-ministro de Justiça, cuja parte do discurso destacada faz duras críticas ao relatório de julgamento.

Nota-se, portanto, que há espaço para uma heterogeneidade discursiva, mas, ao mesmo tempo, escolhas textuais que beneficiam um posicionamento *pró-impeachment*. Novamente, identifica-se a classificação geral de enquadramento **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

6.1.15 Venda do Pré-sal

No dia 28 de agosto de 2016, foi consolidada a primeira investida contra o patrimônio da Petrobras: a venda do campo mais importante de Pré-sal do País. Por preço abaixo da realidade de mercado, empresa europeia confirmou a compra e foi a primeira a aproveitar o desmonte das propriedades do Estado proporcionado pelo governo interino. Embora o acontecimento tenha grande relevância econômica e política, nenhum dos três jornais o noticiou.

6.1.16 Defesa de Rousseff

Em 29 de agosto de 2016, dois dias antes do desfecho final do *impeachment*, Rousseff apresentou sua defesa aos senadores. Dentre os assuntos abordados, criticou o oportunismo de Temer, argumentou sobre as acusações do processo e lembrou sua trajetória política.

Figura 35 – [Defesa de Rousseff – DP]

Palavras não garantem virada no impeachment

Dilma Rousseff reitera tese do golpe em seu discurso, mas não assegura apoios necessários na Casa

Ao se defender ontem no plenário do Senado, a presidente afastada Dilma Rousseff reiterou a versão de que o processo de impeachment é um “golpe na Constituição”. Em seu pronunciamento de cerca de 45 minutos e em respostas aos senadores, em uma sessão que terminou às 23h48, a petista negou ter cometido crime de responsabilidade e atacou a gestão interina de Michel Temer, a quem acusou de ser coadjuvante no processo que pode culminar com sua saída definitiva da Presidência e na sua inelegibilidade por oito anos. Considerada a última cartada para tentar impedir a condenação, a presença de Dilma no Senado não serviu para reverter votos favoráveis ao impeachment, como admitiram aliados, ou

conquistar apoios de indecisos na votação final - prevista para ocorrer hoje e terminar na madrugada de amanhã. Ciente das dificuldades, a defesa da petista já prepara um recurso ao Supremo Tribunal Federal caso o Senado confirme o afastamento definitivo.

Auxiliares haviam orientado a presidente afastada a “não meter os pés pelas mãos” nos embates com adversários e a manter o tom emocional nas suas intervenções. Dilma falou para um plenário lotado, que assistiu ao discurso silenciosamente. Lula e o compositor Chico Buarque acompanhavam a sessão das galerias. A petista embargou a voz ao citar a tortura na ditadura militar e a superação de um câncer. “Hoje eu só temo a morte da democracia”, disse.

Após quase sete horas de

sessão no plenário, com um prato de sopa apoiado no colo, Dilma comemorava sua atuação “contida” e “firme”. Ao lado de aliados, em uma das salas da presidência do Senado durante o intervalo do fim da tarde, a petista disse que o momento de maior decepção até ali havia sido seu embate com o senador José Aníbal (PSDB-SP), seu amigo, segundo ela, há mais de 50 anos. No plenário, Aníbal afirmou que a petista havia feito uma gestão “desastrosa”. Ela respondeu que estava surpresa de ouvir a crítica de um ex-aliado, ao lado de quem lutou na época da ditadura.

Ao longo do dia, senadores pró-impeachment contestaram a tese do golpe defendida por Dilma, rebateram dados econômicos usados por ela e reafirmaram a responsa-

bilidade da petista sobre as chamadas pedaladas fiscais.

O governo mantém a expectativa de um placar mínimo de 59 votos a favor do impeachment, apesar do ministro Eliseu Padilha ter afirmado que esperava, no mínimo, 61 pelo afastamento definitivo de Dilma. Mas, de forma otimista, ainda há cálculos de que se chegue a 63 votos. A ideia de Michel Temer, caso o afastamento seja aprovado, é tomar posse amanhã de manhã, em seguida gravar um breve pronunciamento à Nação para ser exibido em cadeia de rádio e TV já à noite.

Certo de que a longa sessão para a votação final atrasará o seu embarque para a China, Temer remarcou a viagem para o início da tarde de amanhã. Ele pretende participar da reunião do G-20. Inclusive, o peemedebista, com receio de enfrentar dificuldades na aprovação de medidas econômicas no Congresso, decidiu fazer um aceno à base aliada e levará uma comitiva parlamentar para viagem. **(Da redação com agências)**

O título do Diário de Pernambuco tem um teor vago e interpretativo. O mote não é o discurso de Rousseff, cerne do acontecimento, mas uma análise prognóstica negativa do contexto. O subtítulo apenas amplia a ideia do título, mas com a adição de um ponto do discurso (“Dilma Rousseff reitera tese do golpe em seu discurso [...]”). Nesse caso, embora o termo “golpe” não esteja entre aspas, é relativizado pelo antecedente “tese do” (que dá a ideia de que se trata de uma teoria ou posição de outrem, ou seja, cumpre a função das aspas). O *lead* divide-se entre o discurso de Rousseff (primeira metade) e uma extensão dos dois primeiros campos da matéria (segunda metade). A abordagem, portanto, mostra-se, primordialmente, interpretativa.

Além da primeira parte do *lead*, o discurso de Rousseff só é abordado outra vez em toda a matéria, num curto trecho do segundo parágrafo, que menciona a citação da presidenta eleita sobre a “tortura na ditadura militar e a superação de um câncer. ‘Hoje eu só temo a morte da democracia’”. No *lead*, retirando os detalhes técnicos detalhados pelo jornal, o discurso de Rousseff só aparece nesses trechos: “Rousseff reiterou a versão de que o processo de impeachment é um ‘golpe na Constituição’”, “a petista negou ter cometido crime de responsabilidade e atacou a gestão interina de Michel Temer, a quem acusou de ser coadjuvante no processo [de *impeachment*] [...]”. Ou seja, somando todos os trechos, o discurso de Rousseff, cerne do acontecimento, só é abordado em menos de ¼ da matéria. O restante do texto é voltado a outras questões secundárias, como os bastidores do acontecimento, aspectos técnicos e agenda de Temer. Observa-se, dessa forma, a lógica argumentativa da matéria, que tem como objetivo claro minimizar a defesa (e conseqüente o beneficiamento ao discurso contra o *impeachment*) de Rousseff, por meio do desvio de foco do assunto principal.

A matéria descreve a atuação, de cunho positivo, de Rousseff durante seu pronunciamento, mas relativiza os adjetivos com aspas (“‘contida’ e ‘firme’”), não ficando claro se se trata da avaliação da própria Rousseff ou uma análise duvidosa do jornal. O mesmo recurso não é encontrado quando a matéria abre espaço para o discurso pró-*impeachment*: “senadores [...] contestaram a tese do golpe [...], rebateram dados econômicos usados por ela e reafirmaram a responsabilidade da petista sobre as chamadas pedaladas fiscais”.

Embora exista uma heterogeneidade discursiva (o discurso de Rousseff é contemplado, ainda que superficialmente), a lógica argumentativa utilizada deixa claro que o

jornal evita tocar no ponto principal da matéria, que naturalmente beneficiaria Rousseff. Dessa forma, a classificação do enquadramento geral dessa matéria é identificada como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**.

Figura 36 – [Defesa de Rousseff – FP]

Dilma: “Sou vítima de injustiça”

Em um discurso de 48 minutos, petista criticou Cunha, lembrou ditadura e disse “sentir gosto amargo da injustiça”

BRASÍLIA (AG) - A presidente Dilma Rousseff afirmou em seu discurso de 48 minutos, ao Senado, que o processo contra ela é um golpe de estado. A petista falou para um plenário cheio e que ficou em silêncio por quase todo o tempo. Ao final, foi aplaudida por aliados. Chamou atenção sua força e serenidade, apesar do momento de grande adversidade. “Estamos há um passo da consumação de um grave ruptura institucional, da concretização de um verdadeiro golpe de Estado”.

Dilma iniciou o discurso reconhecendo ter cometido erros, sem identificá-los, mas dizendo que não tem entre seus defeitos “deslealdade” e “covardia”. “Entre meus defeitos não está deslealdade e covardia. Não traio os princípios que defendo e os que lutam ao meu lado”, afirmou.

Lembrou, ainda, seu passado de luta contra a ditadura militar. E que, em seu julgamento, ficou registrada uma foto sua de cabeça erguida diante dos julgadores. Disse, para surpresa, estar da mesma maneira agora. Afirmou que, com esse processo, sente novamente “o gosto amargo da injustiça e do arbítrio”. Justificou a luta pelo mandato como uma defesa da democracia.

“Não luto pelo meu mandato por vaidade ou apego ao poder, como é próprio dos que não têm caráter, princípios e utopia a conquistar. Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça”, disse.

Getúlio, JK e Jango

Dilma citou tentativas de golpe contra os ex-presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, comparando ao momento atual, mas não falou no pro-

cesso de impeachment de Fernando Collor de Mello. “Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de uma elite, vivemos uma tentativa de ruptura democrática”, declarou.

Ela afirmou que as acusações de crime de responsabilidade são “pretextos”. Destacou o papel do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de ter dado início ao processo e protestou contra o fato de ser julgada antes que a Casa decidisse sobre a cassação do peemedebista. Reclamou que o seu governo foi desestabilizado politicamente, o que teria ampliado a crise.

A petista sustentou, ainda, a legalidade dos decretos de crédito suplementar, dizendo não ter desrespeitado o Congresso. No caso das pedaladas ressaltou que no âmbito cri-

minal a investigação foi arquivada pelo Ministério Público Federal.

Dilma reclamou do fato de senadores já terem declarado voto contra ela. Afirmou que seu direito de defesa não está sendo exercido plenamente quando os votos estão definidos antes que ela o exerça.

Em um tom mais emocional, com a voz levemente embargada, lembrou que esteve diante da morte duas vezes, quando foi torturada por vários dias e quando enfrentou um tratamento de câncer. Disse que agora não tem sua morte, mas a da democracia.

“Hoje eu só temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós aqui nesse plenário lutamos com o melhor dos nossos esforços”, disse.

O título da Folha de Pernambuco, ao contrário do da matéria anterior, centraliza o discurso de Rousseff de forma direta e impactante. O subtítulo detalha a citação do título e menciona outros aspectos, como a crítica a Cunha. Nesses dois campos, a parte do discurso evidenciada é a de cunho emocional. O *lead*, que segue a abordagem geral direta e impactante adotada pelo jornal, menciona a questão do golpe (sem aspas ou recursos de relativização), avalia positivamente a postura de Rousseff (“chamou atenção sua forma e serenidade, apesar do grande momento de adversidade”) e destaca uma parte importante do seu discurso: (“‘Estamos há (sic) um passo da consumação de um (sic) grave ruptura de um verdadeiro golpe de Estado’”).

Os três parágrafos seguintes continuam abarcando, de forma direta, pontos importantes do discurso de Rousseff, especificamente os de conteúdo emocional e ético, que evidenciaram uma imagem positiva a seu respeito. O terceiro parágrafo é dedicado, de forma resumida, ao resgate histórico do golpe no Brasil feito por Rousseff e cita outro ponto alto do seu discurso, no qual ela atribui a “‘tentativa de ruptura democrática’” à decepção da elite pela derrota na eleição. O sexto parágrafo destaca sua crítica ao então presidente da Câmara e a sua crítica ao complô político feito contra seu governo. No parágrafo seguinte, é destacada a defesa em relação às duas acusações do processo, com menção ao arquivamento da investigação criminal das “pedaladas” pelo MPF. Em seguida, é ressaltada a crítica aos senadores, que, segundo ela, não se mostraram abertos a considerar sua defesa. Os dois últimos parágrafos focam na parte emocional do discurso, fechando com citação direta sobre a “‘morte da democracia’”.

A matéria, portanto, adota uma lógica argumentativa que evidencia positivamente o cerne do acontecimento, ou seja, o discurso de defesa de Rousseff. Não há espaço para contrapontos negativos de relevância, o que confere à matéria um caráter homogêneo. A partir dessa análise, fica claro que a Folha de Pernambuco construiu o texto a partir de um enquadramento geral que pode ser classificado como **restrito – contra o impeachment/pró-Rousseff**.

Figura 37 – [Defesa de Rousseff – JC]

No Senado, Dilma defende sua biografia

IMPEACHMENT Presidente diz ter sido vítima de um golpe parlamentar orquestrado pela oposição ao seu governo e por Eduardo Cunha

Folhapress

BRASÍLIA – Afastada do poder há mais de cem dias e com poucas chances de mudar o desfecho da crise política, a presidente Dilma Rousseff usou a ida ao Senado ontem para defender sua biografia e dizer ter sido vítima de um golpe parlamentar orquestrado pela oposição ao seu governo e pelo deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A petista lembrou de sua condenação pelo tribunal de exceção da ditadura e de sua recente luta contra um câncer. Afirmou que, primeiro torturada, e depois, doente, teve medo de morrer. Relacionando os episódios ao momento atual, concluiu: “Hoje, eu só temo a morte da democracia”.

Dilma foi recebida por um plenário silencioso e, sem aplausos ou vaias, fez um discurso de 47 minutos em que afirmou ser inocente, disse que não cometeu crime de responsabilidade e chamou o governo do presidente interino, Michel

Temer (PMDB), de usurpador. A previsão é a de que Temer tenha hoje – ou amanhã (31) – caso o julgamento se estenda – no mínimo 59 votos a favor da destituição de Dilma dos 81 possíveis, cinco a mais do que o necessário para ele ultrapassar a interinidade.

“Tenho a consciência tranquila. Não pratiquei nenhum crime de responsabilidade. As acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas. Casar em definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política”, sustentou Dilma. Em linhas gerais, a presidente afastada afirmou aos senadores a tese de que, desde o início do seu segundo mandato, foi alvo de boicote político e parlamentar patrocinado por adversários, o que, segundo ela, contribuiu para o agravamento da crise econômica pela qual passa o País.

Dilma fez questão de se dirigir aos senadores com respeito e ponderação e os diferenciou da junta militar que a condenou na ditadura. “Tenho por to-

dos o maior respeito, mas continuo de cabeça erguida, olhando nos olhos dos meus julgadores. Sofro de novo com o sentimento de injustiça e o receio de que, mais uma vez, a democracia seja condenada junto comigo”.

Após o discurso, replicou a postura respeitosa no embate direto com os parlamentares. Esse era o momento mais temido por aliados da petista, famosa por ser explosiva na adversidade. Nem o confronto com seu adversário nas eleições de 2014, Aécio Neves (PSDB-MG), fugiu ao roteiro da civilidade. Aécio abriu sua fala dizendo que não poderia imaginar que ele e Dilma voltariam a se encontrar nessa condição. Ele trouxe o tema do estelionato eleitoral e questionou o quanto Dilma se sentia responsável, por exemplo, pelos 12 milhões de desempregados.

A presidente usou um elogio a Aécio para alfinetar Temer, dizendo que respeitava o tucano por ele ter disputado uma eleição direta, mas acusou a oposi-

ção de sabotar seu governo e patrocinar as chamadas pautas-bomba. Afirmando ter sido alvo de chantagem de Cunha, então presidente da Câmara, que teria exigido do PT apoio para escapar da cassação em troca de barrar o impeachment, Dilma disse que seu governo sofreu um boicote. Em nota, Cunha afirmou que Dilma mente e que foi o governo dela quem propôs um “acordão”.

Senadores aliados à petista deram ao discurso um caráter histórico. Já a oposição disse que a presidente afastada politizou questões técnicas. Dilma demonstrou decepção com José Aníbal (PSDB-SP). “Daqui a algumas horas, sua Presidência não existirá”, disse o tucano. A presidente afastada, que militou contra a ditadura ao lado do senador, foi direta: “Estou estarecida que isso tenha partido do senhor, que me conhece há tantos anos”.

O título do *Jornal do Commercio* não enfatiza o discurso de Rousseff de forma direta, como fez a *Folha de Pernambuco*, mas consegue resumir o cerne do acontecimento. O sutiã resume principal ponto do discurso, o “golpe parlamentar”, e destaca que este foi “orquestrado pela oposição ao seu governo e por Eduardo Cunha”. Há, ainda, outro detalhe positivo para Rousseff: ela é referida como “presidente” (e não como “presidente afastada” ou até a emissão do cargo), evidenciando a sua posição no momento. O *lead* assume o papel de extensão dos dois primeiros campos da matéria, com a adição da informação de que Rousseff está “afastada do poder há mais de cem dias e com poucas chances de mudar o desfecho da crise política”. Nessa frase, pode-se interpretar que a improvável vitória de Rousseff seria uma saída para a “crise política”. A abordagem geral da matéria, portanto, é menos direta, em comparação com a matéria anterior, mas tem caráter sintetizador sobre os pontos mais relevantes do acontecimento.

O segundo parágrafo refere-se a um momento mais emocional do discurso, no qual Rousseff lembra o câncer e fala sobre “a morte da democracia”. Em sequência, o foco volta-se a um dos ápices da sua fala, na qual diz “que não cometeu crime de responsabilidade e chamou o governo do presidente interino, Michel Temer (PMDB) de usurpador”. Além de ter sido o único jornal a ter destacado essa crítica ao interino, o *Jornal do Commercio* deixa a entender a ânsia de Temer em “ultrapassar a interinidade”. O parágrafo seguinte reforça a defesa, em discurso direto, e aponta o argumento de que Rousseff “foi alvo de boicote político e parlamentar patrocinado por adversários, o que, segundo ela, contribuiu para o agravamento da crise econômica pela qual passa o País”. No quinto parágrafo, o jornal faz uma análise positiva da postura de Rousseff – que “fez questão de se dirigir aos senadores com respeito e ponderação e os diferenciou da junta militar que a condenou na ditadura” –, seguida por citação direta referente a essa questão.

O parágrafo subsequente reforça a “postura respeitosa no embate direto com parlamentares”, mas abre espaço para o discurso contrário de Aécio Neves: “ele trouxe o tema do estelionato eleitoral e questionou o quanto Dilma se sentia responsável [...] pelos 12 milhões de desempregados”. O contraponto feito por Rousseff é mostrado em seguida, no qual também há uma crítica a Cunha, “que teria exigido do PT apoio para escapar da cassação em troca de barrar o *impeachment* [...]” (itálico nosso), tendo seu governo sofrido “um boicote”. Em seguida, a matéria contempla, brevemente, a resposta de Cunha, emitida por nota, de “que foi o governo dela quem propôs um ‘acordão’”. No último parágrafo, há outra avaliação positiva do jornal em relação a Rousseff (“senadores aliados à petista deram ao

discurso um caráter histórico”), seguida pelo posicionamento da oposição (que “disse que a presidente afastada politizou questões técnicas”) e citação de senador pró-*impeachment*, com réplica de Rousseff.

Observa-se, portanto, que o jornal contemplou, ainda que de forma reduzida, opiniões referentes ao posicionamento pró-*impeachment* – o que conferiu à matéria um caráter de heterogêneo, em relação ao discurso. Entretanto, fica claro que o destaque, de forma positiva, foi voltado ao discurso de defesa da presidenta eleita. Dessa forma, a classificação do enquadramento geral da matéria foi entendida como **plural-aberto – contra o *impeachment*/pró-Rousseff**.

6.1.17 Votação final no Senado

No dia 31 de agosto de 2016, os senadores se reuniram novamente para votar novamente, dessa vez em caráter terminante, a consolidação ou anulação do *impeachment* de Rousseff, e consequente assunção definitiva do então presidente interino, sua equipe e plano de governo. Os jornais do dia noticiaram a expectativa para a votação, que indicava, no momento da publicação, resultado favorável ao *impeachment*, embora houvesse, ainda, incertezas a respeito.

Figura 38 – [Votação final no Senado – DP]

As últimas horas antes de votar o impeachment

Junto com agosto, se encerra hoje o processo de impedimento da presidente afastada Dilma Rousseff

ALINE MOURA
alinemoura.pe@dabr.com.br

Neste último dia do mês de agosto termina um momento histórico da política brasileira. Hoje, com o país dividido e marcado por uma crise sem precedentes, acontece o julgamento final do processo de impeachment aberto contra a presidente Dilma Rousseff (PT), afastada do cargo desde o último 12 de maio. A sensação é de que 2015 nunca acabou, mas o tempo não tem dado tréguas. O resultado do passo das horas será visto no desfecho de um processo que se arrasta há quase nove meses, precisamente desde de 2 de dezembro do ano passado. Por meio do voto digital - palavra que soa amarga para muita gente num ano eleitoral - 81 senadores decidem se Dilma permanece ou não no cargo e se o presidente interino, Michel Temer (PMDB), assume definitivamente o poder.

Se o impedimento for mesmo aprovado, como preveem

os cálculos do governo interino, Dilma sofrerá o impeachment por 59 votos - mais de um terço dos parlamentares, como exige a Constituição brasileira. Contudo, não é algo fácil de cravar e garantir, correndo o risco de um erro histórico. Se tudo estivesse sacramentado, aliás, Temer não teria feito acordos de última hora com alguns senadores - oferecendo cargos de segundo escalão para seus aliados. Nem tampouco

Dilma teria passado o dia entre reuniões e telefonemas no Palácio da Alvorada, contando com a interlocução do ex-presidente Lula, que também estava lá.

A gravidade de todo esse embate é saber que dificilmente um dos lados vencedores sairá sem contas a pagar, porque a dívida política é alta e tem juros embutidos. Não é à toa que depois de

tantas discussões (somente ontem 66 senadores se inscreveram para fazer discursos de aproximadamente 10 minutos na tribuna), ainda tinha parlamentar afirmando não saber como iria votar até o fechamento desta edição, dizendo-se indeciso depois de falar durante um dia inteiro e logo após uma segunda-feira na qual Dilma discursou por 45 minutos e respondeu a perguntas por quase 13 horas no Congresso.

Enquanto os senadores faziam novos discursos, ontem, um deles passando mal e vomitando (Randolfe Rodrigues - Rede), Dilma e Lula telefonavam para os "indecisos", Temer avisava sobre a importância da viagem que faria à China, ainda hoje, e a Câmara dos Deputados aprovava a reforma administrativa do governo que ainda não assumiu.

No decorrer do dia, após o

veredicto, Dilma deve fazer um pronunciamento e Temer fará a primeira viagem internacional como efetivo, para a reunião do G-20, ao lado do ministro José Serra (Relações Exteriores) e do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Aliados da presidente afastada contaram que ela assistirá ao julgamento final no Palácio da Alvorada, com as pessoas mais próximas, e Temer fará o mesmo.

Segundo o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, a sessão do processo de impeachment deve começar às 11h. Antes da votação, o ministro que comanda o julgamento há cinco dias, fará um resumo do processo e quatro senadores, dois de cada lado, vão discursar por cinco minutos para defender sua posição contra ou a favor do impedimento final da presidente. Cada um com o desafio de controlar as últimas horas e o governo até 2018 - ou mais. (Com agência)

O título e o subtítulo do Diário de Pernambuco fogem do teor político inerente ao acontecimento, optando pela síntese da noção temporal referente à expectativa da votação. O *lead* repete esse viés, mas adiciona um conteúdo político (“[...] termina um momento histórico da política brasileira. Hoje, com o país dividido e marcado por uma crise sem precedentes [...]” e “por meio de voto digital – palavra que soa amarga para muita gente num ano eleitoral [...]” – essa última afirmação pode ser entendida como crítica ao desrespeito à democracia). A abordagem geral, portanto, mostra-se essencialmente descritiva, mas evoca pontos de reflexão crítica.

Após o *lead*, há uma previsão, com ressalvas, do resultado da votação. O jornal ainda faz uma crítica explícita a Temer, ao afirmar que ele fez “acordos de última hora com alguns senadores – oferecendo cargos de segundo escalão para seus aliados”, como forma de garantir votos, enquanto Rousseff não fez nada ilícito (passou “o dia entre reuniões e telefonemas [...], contando com a interlocução do ex-presidente Lula [...]). O terceiro parágrafo inicia-se com uma crítica mais abrangente: “[...] dificilmente um dos lados vencedores sairá sem contas a pagar, porque a dívida política é alta e tem juros embutidos” e aponta as incertezas que permeiam a votação, ressaltando que não há resultado garantido. No parágrafo seguinte, há uma crítica evidente ao governo interino: “a Câmara dos Deputados aprovava a reforma administrativa do governo que ainda não assumiu”. Os dois últimos parágrafos são dedicados a outras questões formais relacionadas ao acontecimento.

Nota-se, portanto, que a Folha de Pernambuco adota uma lógica argumentativa que se baseia em alternar informações técnicas e conteúdo político, a partir de afirmações que induzem à reflexão crítica. Por um lado, o jornal não se posiciona explicitamente, além de, como foi citado acima, deixar claro que ambos os lados envolvidos teriam “contas a pagar”. Por outro lado, percebe-se que houve uma reflexão consideravelmente maior acerca da legitimidade da votação e das ações de Temer e do seu governo interino. Dessa forma, o enquadramento geral da matéria se adequa à classificação **plural-aberto – contra o impeachment/pró-Rousseff**.

Figura 39 – [Votação final no Senado – FP]

Senado faz último e definitivo ato

Hoje, quase nove meses após o início do processo, o julgamento da presidente Dilma chega ao fim

DA REDAÇÃO COM AGÊNCIAS

Após quase nove meses da deflagração do processo de impeachment - instalado pelo ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no dia 2 de dezembro -, ele chega a sua fase final. Hoje, às 11h, após uma maratona de sete dias de debates e discussões, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, à frente do julgamento da petista, vai comandar a sessão decisiva para o futuro de Dilma. Na abertura, ele apresentará um relatório resumido dos fundamentos da acusação e da defesa, o chamado libelo. Em seguida, dois senadores falarão a favor do impeachment e dois contra, por até cinco minutos.

O último ato antes da votação é a leitura, por Lewandowski, da seguinte pergunta: “Cometeu a acusada, a Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, os crimes de responsabilidade correspondentes à tomada de empréstimos junto à instituição financeira controlada pela União e à abertura de créditos sem autorização do Congresso Nacional, que lhe são imputados e deve ser condenada à perda do seu cargo, ficando, em consequência, inabilitada para o exercício de qualquer função pública pelo prazo de oito anos?”

Os senadores a favor do impeachment deverão votar “Sim” e os senadores contrários “Não”. A votação será

aberta e cada senador terá a opção registrada no painel eletrônico.

Após o fim da votação, Lewandowski escreverá e lerá a sentença e pedirá que todos os senadores a assinem. O documento será publicado na forma de uma resolução. A acusação e a defesa serão informadas oficialmente do resultado e o presidente interino Michel Temer comunicado.

Se Dilma for absolvida, ela será imediatamente reabilitada ao mandato, do qual está afastada desde maio, voltando ao exercício do cargo. Se for condenada, fica destituída e impedida de concorrer a qualquer cargo político pelos próximos 8 anos.

Rápida

Com a improvável reversão do cenário majoritariamente favorável à saída definitiva da petista, os senadores deverão selar seu futuro em uma rápida votação que deverá ser concluída à tarde. Enquete realizada por volta das 16 h de ontem - dia que foi dedicado exclusivamente à fala dos senadores - mostrou que pelo menos 55 deles já haviam declarado, publicamente, seus votos a favor do impeachment. Um a mais que o número necessário para confirmar a cassação da presidente petista, eleita pela primeira vez em 2010 e reeleita em 2014. O Palácio do Planalto calcula que obterá 60 votos, com uma margem pequena de erro - um a mais ou um a menos.

Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 31 ago. 2016.

O título e o subtítulo da Folha de Pernambuco sintetizam friamente o cerne da notícia e não tocam em questões políticas. No último campo, há apenas uma ressalva temporal acerca do contexto. O *lead* aprofunda essas informações e adiciona conteúdo acerca dos procedimentos protocolares da votação. A abordagem da matéria mostra-se descritiva e técnica, evitando levar à tona discussões mais profundas.

Os três parágrafos seguintes atêm-se a essa abordagem, descrevendo o rito técnico da votação no Senado. No quinto parágrafo, são apontadas as consequências formais previstas para cada resultado. O último parágrafo é dedicado à previsão da votação, mas, assim como

toda a matéria, sem levantar críticas ou afirmações que possam induzir uma reflexão. Não há, tampouco, léxico que aponte para determinado posicionamento.

Observa-se, dessa forma, que não houve identificação de um posicionamento ou postura avaliativa. O jornal adota uma lógica argumentativa acrítica e puramente técnica. De acordo com essa análise, o enquadramento geral classifica-se como **episódico**.

Figura 40 – [Votação final no Senado – JC]

Senado já tem 54 a favor

IMPEACHMENT Esse é o número mínimo para aprovação do impedimento de Dilma. Governo Temer calcula que terá em torno de 60 votos

Folhapress

BRASÍLIA – Ao fim dos sete dias de julgamento, o Senado decidirá hoje o futuro da presidente afastada, Dilma Rousseff (PT). Com a improvável reversão do cenário majoritariamente favorável à saída definitiva da petista, os senadores selarão seu futuro em uma rápida votação que deverá ser concluída até a parte da tarde. O placar da enquete realizada pela Folha de S.Paulo mostrava ontem que 54 senadores já declaram publicamente seus votos a favor do impeachment. O número é o mínimo necessário para confirmar a cassação da presidente petista, eleita pela primeira vez em 2010 e reeleita em 2014. Ontem, o Senado teve a última sessão de pronunciamentos dos senadores e a maioria se declarou pró-impeachment.

O Palácio do Planalto, comandado pelo presidente interino, Michel Temer (PMDB), calcula que obterá 60 votos, com uma margem pequena de erro – um a mais ou um a menos. O peemedebista já definia ontem as primeiras ações caso se confirme o que considera como certo, o afastamento definitivo da petista. Temer vai fazer uma reunião ministerial ainda hoje e convocará uma cadeia de rádio e TV para um pronunciamento à população.

No modelo discutido com seus aliados, uma das ideias era usar essa fala para apresentar ao País um diagnóstico muito duro sobre o legado que recebeu da gestão petista. O interino deverá apresentar dados sobre como encontrou as contas públicas e sobre os cortes que foram feitos já

por Dilma em áreas sensíveis, como programas sociais.

Temer deve reafirmar seu compromisso com as reformas fiscais – teto de gastos e Previdência Social – e dirá que sua meta será a geração de empregos e a retomada do crescimento da economia. Temer decidiu ainda que, neste mês, lançará seu programa de concessões e enviará ao Congresso Nacional a proposta de uma reforma da Previdência.

Inicialmente, a votação final estava prevista para acontecer após a fase de discursos, em que 65 senadores estavam programados para falar ontem. Com a possibilidade de que a votação ocorresse somente de madrugada, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, responsável legal por comandar o processo no Senado, decidiu adiá-la para a manhã de hoje.

A decisão irritou a cúpula do PMDB, que queria ver o processo encerrado o mais rapidamente possível. Senadores do PSDB, porém, convenceram os aliados a desistirem de tentar antecipar a votação. Não queriam que o episódio entrasse para a história como algo que foi decidido na calada da noite.

PRIMEIROS ATOS

A reunião ministerial que Temer servirá para o repasse da orientação geral sobre como será o seu governo. O encontro acontecerá depois da cerimônia de posse. Temer vai também anunciar ainda as linhas gerais para sua equipe da proposta de Orçamento Geral da União de 2017. Ele pretende viajar ainda hoje para a China, onde vai participar do encontro do G-20 (grupo das maiores economias do mundo).

O título e o subtítulo do Jornal do Commercio se resumem às informações relativas ao número de votos necessário para confirmar o *impeachment* e a expectativa do governo interino. Essa abordagem geral, voltada à matemática e perspectiva *pró-impeachment*, com adição de algumas informações sobre os procedimentos formais da votação, continua no *lead*, o que pode ser observado nesses trechos: “o placar da enquete realizada pela Folha de S.Paulo mostrava ontem que 54 senadores já declararam seus votos a favor do *impeachment*. O número é o mínimo necessário para confirmar a cassação [...]” e “ontem, o Senado teve a última sessão de pronunciamentos dos senadores e maioria de declarou *pró-impeachment*” (itálicos nossos).

Essa contagem continua no segundo parágrafo, o qual abarca as "primeiras ações" já programadas por Temer. No parágrafo seguinte, a estratégia de discurso do interino para o aguardado discurso de posse é revelada, com afirmações *pró-impeachment* não colocadas em aspas, o que demonstra a concordância do jornal: “[...] [Temer irá] apresentar ao País um diagnóstico muito duro sobre o legado que recebeu da gestão petista”, “[...] apresentar dados de como encontrou as contas públicas [...]”. Essa abordagem continua no quarto parágrafo: “Temer deve reafirmar seu compromisso com as reformas fiscais [...] e dirá que sua meta será a geração de empregos e a retomada do crescimento da economia”. Há, então, a afirmação de que Temer “lançará seu programa de concessões”, mas não há nenhuma discussão crítica a respeito.

O quinto parágrafo é voltado aos procedimentos formais da votação, e, no subsequente, é feita uma ressalva de que a intenção do PMDB era de terminar a votação de madrugada, “senadores do PSDB, porém, convenceram os aliados a desistirem [...]. Não queriam que o episódio entrasse para a história como algo que foi decidido na calada da noite”. Aqui, o que poderia ter sido explorado como crítica, acabou tomando contornos de elogio à “conduta ética” do PSDB. O último parágrafo dá a votação como encerrada, abordando os “primeiros atos” de Temer como certos: “o encontro [reunião ministerial] acontecerá depois da cerimônia de posse” e ainda aponta o conteúdo da reunião (“[...] linhas gerais para sua equipe da proposta de Orçamento Geral da União de 2017”).

Observa-se, portanto, que a matéria segue uma lógica argumentativa acrítica e nitidamente enviesada para um posicionamento favorável ao *impeachment*. Não há espaço para reflexões ou opiniões contrárias. Dessa forma, o enquadramento geral classifica-se como **restrito – pró-impeachment/Temer**.

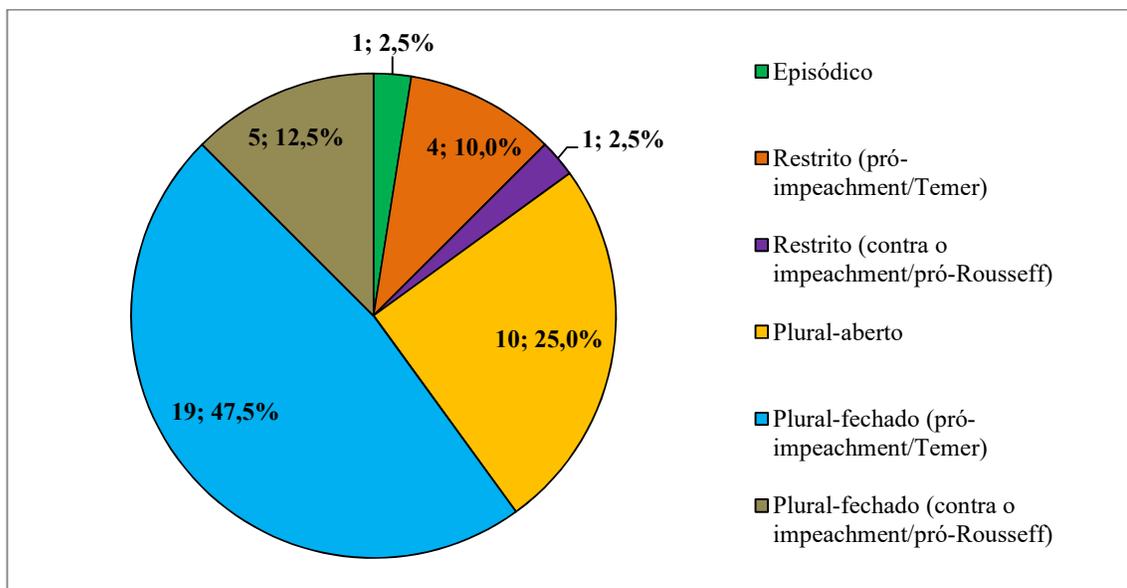
6.2 ANÁLISE GERAL

Antes de qualquer análise geral mais aprofundada acerca do que foi discutido acima, é necessário tecer uma observação: apenas duas – ambas do Diário de Pernambuco – das 40 matérias que compuseram o corpus de estudo desta pesquisa foram assinadas por um jornalista (MOURA, 12 maio 2016; 31 ago. 2016). Ou seja, a grande maioria das matérias não é fruto da apuração dos jornalistas da casa, mas de grandes agências de notícias. As informações, portanto, já chegam aos jornais pré-enquadradas. As matérias dos três jornais, por consequência, na maioria das vezes, são bastante parecidas entre si, havendo repetição literal de termos, frases e até parágrafos inteiros. O pré-enquadramento faz com que as matérias de todos os veículos, sobre determinado assunto, tenham informações e fontes pré-determinadas. O que varia, portanto, é a hierarquização das informações, a abordagem geral e a lógica argumentativa escolhidas por cada jornal. A combinação desses fatores, como pôde ser observada nas análises individuais, é o que molda o enquadramento geral e final de cada matéria.

Vale lembrar que tal comportamento da mídia é recorrente, conforme abordado no referencial teórico. Van Dijk (2009 [2008], p. 95–96, traduções nossas) teoriza a respeito da origem das informações contidas nas matérias da grande mídia. Segundo ele, há uma “tendência a recorrer a fontes facilmente disponíveis e credíveis”, que, não por acaso, pertencem aos que detêm poder e que se alinham aos preceitos ideológicos da grande mídia, o que faz dela uma “porta-voz da elite” e, mais ainda, “uma parte inerente da estrutura de poder da sociedade cuja dimensão simbólica controlam”. Nesse sentido, Charaudeau (2007 [2005], p. 19–20) vai além ao defender que a mídia acaba num processo de automanipulação, por reproduzir conteúdo pré-estabelecido por uma “instância maior de poder”. O controle real do discurso não parte da mídia, segundo Van Dijk (*ibid.*, p. 70, tradução nossa), mas de uma “elite simbólica” que decide o quê deve ser divulgado e em qual proporção.

No gráfico a seguir, é possível ter um panorama quantitativo em relação a todas as classificações dos enquadramentos dos três jornais, que confirma a afirmação de que as informações reproduzidas pela mídia estão em consonância com o posicionamento político da elite, nesse caso específico, em relação ao *impeachment*.

Gráfico 1 – Classificação geral dos enquadramentos



Fonte: dados da pesquisa (maio – ago. 2016).

Todos os parâmetros de investigação indicados na metodologia (ausência ou presença de controversas e levantamento de discussão, léxico, aspas, fontes e pressuposições) serviram para identificar posicionamentos, nas duas etapas centrais de análise (tema geral e estrutura argumentativa), além dos recursos de ênfase e ocultação, principais focos da Teoria do Enquadramento, conforme Entman (1993, p. 52) e Gitlin (1980, p. 7), foram utilizados diversas vezes, inclusive nos acontecimentos de grande importância que não foram publicados por determinados jornais. Pudemos corroborar, ainda, a afirmação de Fairclough (2001 [1992], p. 105) no que se refere à lexicalização enquanto detentor de grande significado político e ideológico, uma vez que a interpretação crítica dos termos utilizados nas matérias serviu como importante base para reconhecimento dos posicionamentos adotados pelos jornais.

O gráfico acima representa o total das classificações de enquadramentos referentes às 40 matérias analisadas. A classificação predominante foi a **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**, identificada em 47,5% das matérias. A segunda principal classificação foi a **plural aberto**, 25%. Em seguida, **plural-fechado – destaque contra o**

impeachment/pró-Rousseff, 12,5%. A classificação **restrito – pró-*impeachment*/Temer** foi observada em 10% das matérias, seguida por **restrito – contra o *impeachment*/pró-Rousseff** e **episódico**, ambas com 2,5%.

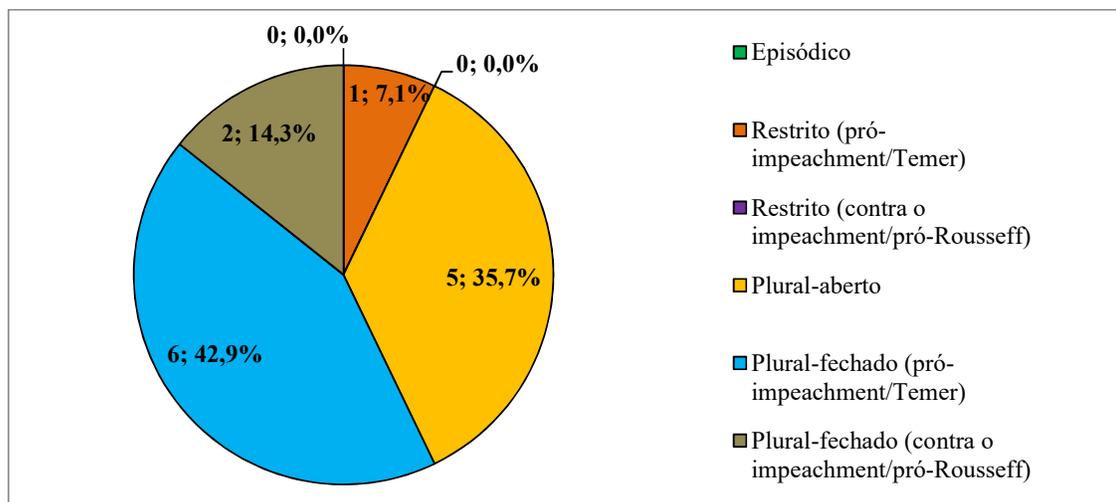
Esses dados reforçam a afirmação de que o discurso jornalístico é essencialmente plural e, conseqüentemente, contraditório, assim como foi apontado por Porto (*In*: RUBIM (org.), 2004, p. 96–97). Dentro dessa pluralidade, observou-se, no corpus desta pesquisa, a predominância significativa de um discurso favorável ao *impeachment* e ao então presidente interino, que, como já relatado, significa a reprodução do discurso da elite detentora do discurso. Ao todo, somando os enquadramentos **plural-fechado – destaque pró-*impeachment*/Temer** e **restrito - contra o *impeachment*/pró-Rousseff**, esse discurso foi identificado em 57,5% das matérias.

De uma forma geral, os jornais trataram com naturalidade o fato de um governo interino propor e efetuar mudanças estruturais e contrárias ao governo provisoriamente afastado. Essa perspectiva superficial e postura acrítica, em relação a acontecimentos de grande relevância política que permitiam e necessitavam discussões mais aprofundadas, estiveram presentes na maioria das matérias, o que configurou, muitas das vezes, num benefício ao posicionamento pró-Temer. Ou seja, não houve um levantamento significativo de discussões, isto é, apresentação dos diversos pontos de vista acerca de determinado assunto, que pudessem motivar uma reflexão crítica por parte dos leitores.

Foi observada, também, a ocultação de notícias importantes, relativas a medidas impopulares do governo interino. Os anúncios sobre a Medida Provisória (MP) para cortes nos ministérios e sobre a reforma trabalhista, assim como a venda de campo do Pré-Sal não foram noticiadas. A MP dos cortes de gastos repercutiu apenas no Diário de Pernambuco, mas de forma superficial. Essa matéria, assim como as sobre o posicionamento do Ministério Público Federal (positiva para Rousseff), nos três jornais, não apresentou *sutiã* (um dos principais campos de destaque do texto). A ocultação, conforme discutido anteriormente, seja de dados específicos ou, nesse caso, de uma notícia completa, é um dos principais recursos de enquadramento, assim como a ênfase, que, como pôde ser observada a partir dos destaques das classificações, foi dada, majoritariamente, de forma a beneficiar um posicionamento (pró-*impeachment*/Temer).

Avaliaremos, a partir dos gráficos abaixo, o panorama individualizado das classificações dos enquadramentos de cada um dos três jornais analisados.

Gráfico 2 – Classificação dos enquadramentos do Diário de Pernambuco



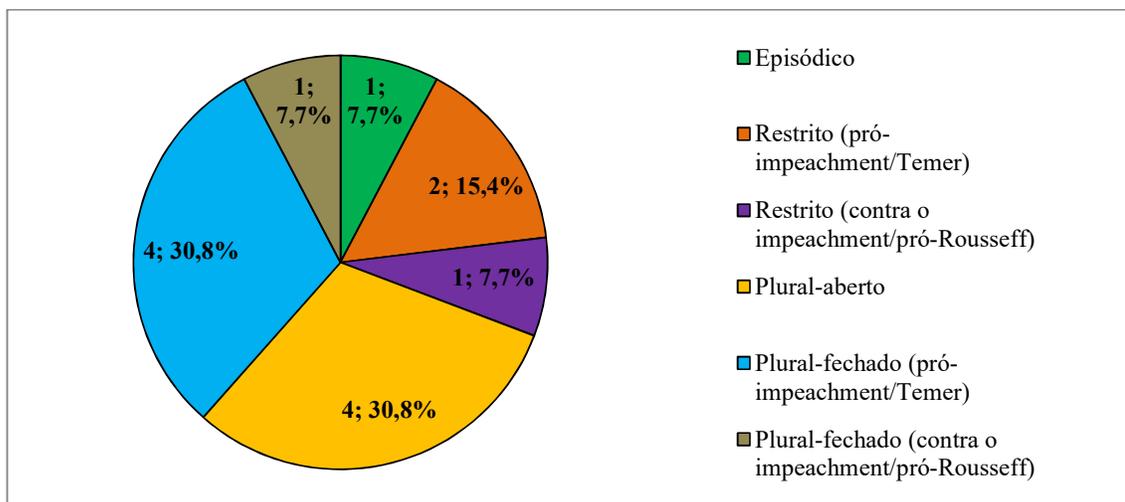
Fonte: dados da pesquisa (maio – ago. 2016).

Ao todo, foram analisadas 14 matérias do Diário de Pernambuco, das quais a maioria (42,9%) foi classificada como **plural-fechado – destaque pró-*impeachment*/Temer**. Em sequência, **plural aberto (35,7%)**, **plural-fechado – destaque contra o *impeachment*/pró-Rousseff (14,3%)** e **restrito – pró-*impeachment*/Temer (7,1%)**. Essa sequência segue o padrão da classificação geral, conforme o Gráfico 1. Não houve identificação de enquadramentos **episódico** e **restrito - contra o *impeachment*/pró-Rousseff**.

O posicionamento **pró-*impeachment*/Temer** foi observado em 50% das matérias. Embora não represente a maioria absoluta, o percentual destoa em comparação com o das matérias identificadas como **contra o *impeachment*/pró-Rousseff (14%)**. Ainda assim, a pluralidade discursiva predominou nesse jornal. O discurso homogêneo foi observado em apenas uma matéria (7%).

Com exceção dos acontecimentos ocultados, conforme descritos anteriormente, o Diário de Pernambuco noticiou, juntamente com os outros dois jornais, todas as outras notícias, com o diferencial de ter sido o único a repercutir a Medida Provisória do corte de gastos.

Gráfico 3 – Classificação dos enquadramentos da Folha de Pernambuco

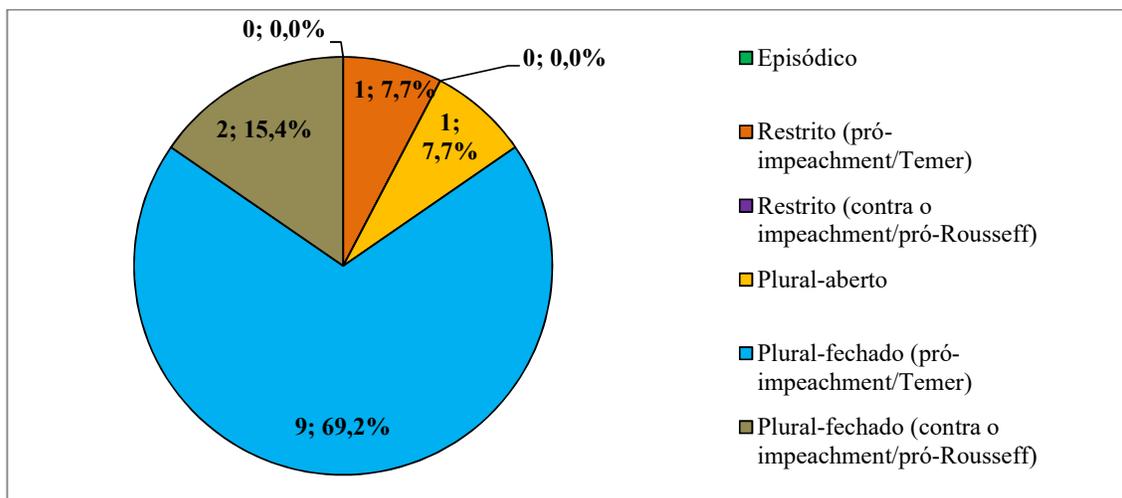


Fonte: dados da pesquisa (maio – ago. 2016).

A Folha de Pernambuco noticiou 13 dos 16 acontecimentos pré-escolhidos para análise. As principais classificações identificadas foram **plural aberto** e **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**, ambas com 30,8%. Em seguida, **restrito – pró-impeachment/Temer** (15,4%). As classificações **plural-fechado – destaque contra o impeachment/pró-Rousseff**, **restrito - contra o impeachment/pró-Rousseff** e **episódico** foram observadas, cada uma, em 7,7% das matérias.

Dentre os jornais analisados, a Folha de Pernambuco teve o discurso mais diversificado – embora tenha três matérias avaliadas como restritas – sendo o único veículo no qual foram identificadas todas as seis diferentes classificações de enquadramento. Ainda assim, no total, houve predominância do posicionamento **pró-impeachment/Temer**, 46,2%, em comparação com 15,5% do posicionamento contra o **impeachment/pró-Rousseff**. Esse percentual pró-Temer, entretanto, foi o mais baixo dentre os três jornais. A Folha de Pernambuco foi a única a ter uma matéria classificada como **restrito - contra o impeachment/pró-Rousseff** e outra como **episódico**.

Gráfico 4 – Classificação dos enquadramentos do Jornal do Commercio



Fonte: dados da pesquisa (maio – ago. 2016).

Das 13 matérias do Jornal do Commercio analisadas, a grande maioria (69,2%) foi classificada como **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**. Em seguida, **plural-fechado – destaque contra o impeachment/pró-Rousseff** (15,4%). As classificações **plural-aberto** e **restrito – pró-impeachment/Temer** foram identificadas em 7,7% das matérias, cada. Não foram observados, assim como no Diário de Pernambuco, as classificações **episódico** e **restrito - contra o impeachment/pró-Rousseff**.

O Jornal do Commercio, em comparação com os outros dois jornais, teve o discurso mais rígido e pró-Temer, além de ter sido o único no qual o **plural-fechado – destaque pró-impeachment/Temer**, por si só já representa mais da metade das classificações. No total, o discurso favorável ao interino foi percebido em 76,9% das matérias. A diferença entre o discurso pró-Temer e pró-Rousseff foi o mais destoante, representando uma diferença de 61,5%. O percentual da classificação **plural-aberto**, entretanto, foi o menor dos três jornais, o que evidencia a maior rigidez discursiva desse veículo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender, por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Teoria do Enquadramento, como a mídia se posicionou em relação ao processo de *impeachment* de 2016. Para tanto, foram analisadas 40 matérias do caderno de política dos três principais jornais de Pernambuco (Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio), publicadas durante o período, no mesmo ano, relativo ao governo provisório: entre 12 de maio (dia da posse do então vice-presidente como presidente interino) e 31 de agosto (conclusão da votação final do *impeachment*).

A análise de dados indicou uma predominância do discurso *pró-impeachment* e/ou *pró-Temer*, que representou 76,9% do total de todas as matérias (somando os enquadramentos **restrito – pró-impeachment/Temer** e **plural-fechado – pró-impeachment/Temer**), que representa o posicionamento principal da mídia pernambucana em relação ao acontecimento. Sob outro ângulo, pôde-se observar que a grande maioria das matérias (92,9%) foi classificada primariamente como **plural** (sem considerar a especificação secundária, isto é, os dois destaques da classificação **plural-fechado**). Esse dado contribui com a perspectiva de que a mídia trabalha com um discurso essencialmente heterogêneo e contraditório. Entretanto, se analisarmos os destaques da classificação **plural-fechado** (que corresponde a 84,6% do total das matérias), a maioria é *pró-impeachment/Temer* (69,2% do total das matérias), o que reforça nossa afirmação inicial.

A contradição discursiva pôde ser observada na variedade de enquadramentos identificados. Todos os três jornais tiveram matérias classificadas como **plural-aberto** e os dois destaques contrários do **plural-fechado** (**pró-impeachment/Temer** e **contra o impeachment/pró-Rousseff**). Todavia, enquanto o enquadramento **restrito – pró-impeachment/Temer** esteve presente em todos os veículos (somando 10% do total das matérias), o enquadramento **restrito – contra o impeachment/pró-Rousseff** só foi identificado na Folha de Pernambuco, que representa um percentual inexpressivo: 2,5% do total (apenas uma matéria).

A Folha de Pernambuco teve o discurso mais diversificado, sendo o único jornal no qual foram identificados todos os enquadramentos pré-estabelecidos para análise. Além disso, foi o veículo com a menor predominância do discurso *pró-impeachment/Temer*: 46,2% das

suas matérias – em comparação com 50% do Diário e Pernambuco e 76,9% do Jornal do Commercio. Ainda assim, destoava do discurso contra o *impeachment*/pró-Rousseff, que representou 15,4% das classificações do jornal.

O Jornal do Commercio, em contraponto, conforme mostrado no percentual acima, foi o mais rígido na escolha do posicionamento *pró-impeachment*/Temer nas matérias, destoando dos 15,4% da classificação contra o *impeachment*/pró-Rousseff. Além disso, o veículo foi o que mais direcionou seu discurso: apenas 7,7% das matérias foram classificadas como **plural-aberto**, com comparação com 30,8% da Folha de Pernambuco e 35,7% do Diário de Pernambuco). O Diário de Pernambuco, assim como o Jornal do Commercio, teve apenas quatro (dos seis) enquadramentos identificados. Entretanto, foi o jornal de discurso mais plural: 92,9% das suas matérias foram classificadas dessa forma (entre **plural-aberto** e as duas especificações de **plural-fechado**), em comparação com 69,3% da Folha de Pernambuco e 84,6% do Jornal do Commercio.

Assim como os estudos de Gutemberg e Oliveira (2016) e Silva e Silva (2016), citados na Introdução, acerca do discurso jornalístico em relação aos protestos que ocorreram na época do processo de *impeachment*, esta pesquisa reforça que a mídia reproduz, de forma acentuada, posicionamentos ideológicos por meio da construção tendenciosa das matérias, contribuindo para desmistificação do conceito de imparcialidade da mídia, defendido pelos veículos para sustentar uma credibilidade perante o público. Nesse sentido, apenas uma das 40 matérias analisadas (2,5%) foi classificada como **episódica**, ou seja, não houve identificação de um enquadramento específico (ao menos em relação aos pré-estabelecidos para análise). Em outras palavras, praticamente todas as matérias (97,5%) se enquadraram em alguma das outras classificações, que indicavam um posicionamento do veículo – fosse esse restrito ou plural.

Todos os dados aqui apresentados representam, portanto, a tendência do jornalismo massificado, que reproduz discursos prontos produzidos pelos que têm poder. Essa reprodução convém ao jornalismo pelo fato de que os donos dos veículos partilham dos mesmos interesses dessa camada social. Esta pesquisa mostra e reforça que esse padrão esteve presente, nos principais jornais pernambucanos, num momento crucial de definição da situação política, social e econômica brasileira. Reproduzir discurso é reproduzir ideologia, ou seja, as diversas significações de interesses da elite, o que foi feito pelos jornais de forma velada.

Essas considerações servem para fornecer dados para outras pesquisas que visem estudar como se dá tomada de posicionamento na mídia, especialmente em situações específicas que envolvam disputa de poder e alertar a sociedade civil quanto à natureza das informações do jornalismo impresso e que os interesses das corporações por trás dos jornais são refletidos de forma significativa no conteúdo que é fornecido aos leitores, vendido como se fosse isento ideologicamente. A ciência acerca dos pressupostos ideológicos permite uma leitura crítica do jornal e, sobretudo, uma reflexão acerca do papel da imprensa nos momentos de decisão política.

Nesse sentido, é necessário lembrar a perspectiva dialética de Fairclough (2001 [1992], p. 121–122), que valoriza a competência crítica do ser humano, capaz de sair de um potencial estado de inercia, passivo às reproduções discursivas ideológicas, para um posicionamento ativo, questionador e ciente em relação a esses conteúdos, independente do meio pelo qual chegam até o indivíduo. A comunicação desempenha um papel primordial nesse sentido, uma vez que, ainda segundo Fairclough (*ibid.*, p. 91), embora seja vetor de dominação, é, também, um instrumento de humanização e democratização. Esses dois conceitos estão atualmente escassos, tanto na mídia quanto na política brasileira. Ter consciência dessas questões é dar um passo para mudança desse cenário.

Esta pesquisa é concluída aqui, portanto, com a possibilidade de expansão ou aplicação da metodologia em outros estudos afins. É possível que esta pesquisa seja ampliada para abarcar outros aspectos, como um corpus mais abrangente ou uma teoria específica da prática jornalística, como a do *Newsmaking*, a qual pode possibilitar a expansão da metodologia e, conseqüentemente, da análise, a partir de recursos como o de entrevista dos jornalistas envolvidos na produção das matérias referentes ao corpus. Em relação à aplicação da metodologia, outras pesquisas da área poderão fazer uso dos procedimentos para análise discursiva de matérias jornalísticas, a fim de buscar identificar posicionamentos relacionados a diversos outros temas, especialmente referentes à política.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, T. 6 baixas em 6 meses: por que estes ministros de Temer caíram. **Exame**. 25 nov. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/a-linha-do-tempo-da-queda-dos-ministros-de-temer/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

ACIOLI, M.; AZEVEDO, K. L. Análise Crítica do Discurso: Uma Contribuição ao Estudo do Modelo Tridimensional de Fairclough. *In*: BARROS, I. do R.; EFKEN, K. H.; ACIOLI, M.; AZEVEDO, N.; FONTE, R. da; CAIADO, R.; CAVALCANTI, W. (org.). **Ensino, Texto e Discurso**. Curitiba, PR: Editora CRV, p. 159–178, 2014.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim J. de M. Ramos. São Paulo, SP: Editorial Presença / Martins Fontes, 1980 [1970].

AMARAL, R. O falso governo do interino Temer. **Carta Capital**. 18 maio 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-falso-governo-do-interino-temer>>. Acesso em 28 jul. 2017.

BARIFOUSE, R. O que dizem os outros 11 pedidos de impeachment contra Dilma. **BBC Brasil**. 17 abr. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160414_outros_pedidos_impeachment_rb>. Acesso em 18 jul. 2017.

BARROCAL, A. Plano Temer aprofunda desigualdades. **Carta Capital**. 05 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/plano-temer-aprofunda-desigualdades>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BERGER, B. M. Prefácio. (1985). *In*: **Os Quadros da Experiência Social: Uma Perspectiva de Análise**. Tradução de Gentil A. Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 [1974].

BOFF, L. Farsa e tragédia de um golpe de classe jurídico-parlamentar. **O Tempo**. 24 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/leonardo-boff/farsa-e-trag%C3%A9dia-de-um-golpe-de-classe-jur%C3%ADdico-parlamentar-1.1451409>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRAGA, I.; FERNANDES, L. Deputados petistas anunciam voto contra Cunha no Conselho de Ética. **O Globo**. 02 dez. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/deputados-petistas-anunciam-voto-contracunha-no-conselho-de-etica-18199542>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra**. 17 abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

_____. **Câmara com Notícia**. 03 dez. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/CAMARA-COM-NOTICIA/501158-CAMARA-COM-NOTICIA---03122015.html>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

CARAM, B.; CARVALHO, D. Juristas protocolam pedido reformulado de impeachment. **O Estado de S.Paulo**. 17 set. 2015. Disponível em:

<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,miguel-reale-jr-e-helio-bicudo-protocolam-pedido-reformulado-de-impeachment,1764110>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

CARDOSO, G. A palavra impeachment. **Espaço Vital – Jusbrasil**. 2016. Disponível em:

<<https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/324996424/a-palavra-impeachment>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

CARTA CAPITAL. **11 dos 24 ministros de Temer apoiaram Aécio em 2014**. 13 maio 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/11-dos-24-ministros-de-temer-apoiaram-aecio-em-2014>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

_____. **Barbosa e jurista isentam Dilma de crime de responsabilidade**. 27 ago. 2016.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/barbosa-e-jurista-isentam-dilma-de-crime-de-responsabilidade>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **O que pesa contra Temer na Lava Jato**. 18 abr. 2016. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-pesa-contra-temer-na-lava-jato>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. **Sete ministros de Temer são citados na Lava Jato**. 12 maio 2016. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/alem-de-temer-sete-ministros-estao-envolvidos-na-lava-jato>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 1. ed., 1. reimp. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2007 [2005].

COELHO, D. C.; VIECHINESK, F. O rito do impeachment na legislação brasileira. **Revista ANIMA – Faculdades OPET**, Curitiba, PR, n. 15, jul./dez. 2016.

CRISTALDO, H.; VERDÉLIO, A. Cientistas políticos criticam argumentos de deputados em votação do impeachment. **EBC - Agência Brasil**. 18 abr. 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/cientistas-politicos-criticam-argumentos-de-deputados-em-votacao-do>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

D.A PRESS. **Produtos e serviços**. [ca. 2010]. Disponível em:

<http://www.dapress.com.br/ecommerce/produtos_servicos/>. Acesso em: 03 jun. 2016.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Avança impeachment e Dilma se torna ré**. Recife, 10 ago. 2016. Política, p. A3.

_____. **Delator vincula Temer a propinas na Transpetro**. Recife, 16 jun. 2016. Política, p. A3.

_____. **Dilma diz que cometeu “erros”, mas não “crimes”**. Recife, 13 maio 2016. Política, p. A7.

_____. **Entrevista Alexandre Rands // Presidente do Diário de Pernambuco**. 03 jun. 2016. Disponível em:

<<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/economia/2016/06/0>>

3/interna_economia,146328/entrevista-alexandre-rands-presidente-do-diario-de-pernambuco.shtml>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. **Expediente**. s.d. Disponível em:

http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/outros/fale_conosco/>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____. **Gravações derrubam 2º ministro em uma semana**. Recife, 17 jun. 2016. Política, p. A3.

_____. **Lava-Jato derruba mais um ministro de Temer**. Recife, 31 maio 2016. Política, p. A3.

_____. **MPF não vê crime em pedalada**. Recife, 15 jul. 2016. Política, p. A4.

_____. **Ordem é cortar pessoal e enxugar gastos**. Recife, 13 maio 2016. Política, p. A3.

_____. **Os primeiros gestos de Michel Temer**. Recife, 13 maio 2016. Política, p. A3.

_____. **Palavras não garantem virada no impeachment**. Recife, 30 ago. 2016. Política, p. A3.

_____. **Proposta de teto questionada**. Recife, 15 jun. 2016. Política, p. A7.

_____. **Temer enfrenta primeira grande crise no Planalto**. Recife, 13 maio 2016. Política, p. A3.

_____. **Uma perícia com duas versões**. Recife, 28 jun. 2016. Política, p. A5.

DIAS, M. et al. Cunha ameaça impeachment, e petistas discutem salvá-lo. **Folha de S.Paulo**. 01 dez. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713215-cunha-ameaca-impeachment-e-petistas-discutem-salva-lo.shtml>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

DRUMMOND, C. O ataque à Petrobras e a liquidação do futuro. **Carta Capital**. 25 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/914/a-liquidacao-do-futuro>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

EL PAÍS. “A solução mais fácil era botar o Michel”. **Os principais trechos do áudio de Romero Jucá**. 24 maio 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html>. Acesso em: 27 jul. 2017.

ENTMAN, R. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. 2. imp. Brasília, DF: Editora UNB, 2008 [1992].

_____. **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. Nova Iorque, NI: Longman Publishing, 1995.

FELLET, J. Governo Temer suspende negociação com Europa para receber refugiados sírios. **BBC Brasil**. 17 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36556393>>. Acesso em: 28 jul. 2017

FOLHA DE PERNAMBUCO. **A terceira baixa da Era Temer**. Recife, 17 jun. 2016. Política, p. 3.

_____. **Delator: Temer acertou propina**. Recife, 16 jun. 2016. Política, p. 3.

_____. **Dilma lamenta a “injustiça”**. Recife, 13 maio 2016. Política, p. 5.

_____. **Dilma: “sou vítima de injustiça”**. Recife, 30 ago. 2016. Política, p. 4.

_____. **Maioria indica derrota de Dilma**. Recife, 10 ago. 2016. Política, p. 3.

_____. **Mais uma baixa no governo Temer**. Recife, 31 maio 2016. Política, p. 3.

_____. **Meta é cortar 4 mil postos**. Recife, 14 maio 2016. Política, p. 3.

_____. **PF: ‘pedalada’ não é crime**. Recife, 15 jul. 2016. Política, p. 4.

_____. **Parecer no Senado gera controvérsia**. Recife, 14 maio 2016. Política, p. 6.

_____. **Senado faz último e definitivo ato**. Recife, 31 ago. 2016. Política, p. 3.

_____. **Temer enfrenta primeira grande crise**. Recife, 24 maio 2016. Política, p. 3.

_____. **Temer tem pressa em governar**. Recife, 13 maio 2016. Política, p. 3.

_____. **Um novo capítulo da História**. Recife, 12 maio 2016. Política, p. 3.

FOLHAPE. **A FolhaPE**. s.d. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/foelhape/a-foelhape.aspx>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

FTPI. **Folha de Pernambuco**. mar. 2015. Disponível em: <<http://ftpi.com.br/jornal/foelha-de-pernambuco>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

GITLIN, T. **The Whole World Is Watching**. Berkeley, CA: University of California Press, 1980.

GLASENAPP, R. B.; FARIAS, A. de. O Processo de Impeachment na Constituição Federal de 1988 e sua Aplicação no Caso Dilma Rousseff. **Revista Paradigma**. Ribeirão Preto, SP, v. 25, n. 1, p. 79–101, jan./jun. 2016.

GOFFMAN, E. **Os Quadros da Experiência Social: Uma Perspectiva de Análise**. Tradução de Gentil A. Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 [1974].

GRUPO JCPM. **Comercialização**. s/d. Disponível em: <<http://jcpmcomercial.com.br/grupo.php>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

GUTEMBERG, A.; OLIVEIRA, T. L. de. **Enquadramento (framing) e discursos da mídia: uma análise da cobertura das manifestações contra o impeachment**. XIII EVIDOSOL, X CILTEC-Online, jun. 2016.

HERTOG, J. K.; MCLEOD, D. M. A Multiperspectival Approach to Framing Analysis: A Field Guide. In: REESE, S. D.; GANDY, O. H., Jr.; GRANT, A. E. (ed.). **Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 141–162, 2001.

IANNINI, G. Aula de lógica na política brasileira. **Carta Capital**. 28 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/aula-de-logica>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

IMPEACHMENT. **Michaelis – Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=impeachment>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

INTERVOZES. Intervenção de Temer sinaliza desmonte da EBC. **Carta Capital**. 25 maio 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/intervencao-de-temer-sinaliza-desmonte-da-ebc>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

JORNAL DO COMMERCIO. **A 1ª baixa do governo Temer**. Recife, 24 maio 2016. Política, p. 2.

_____. **A 2ª baixa do governo Temer**. Recife, 31 maio 2016. Política, p. 2.

_____. **A 3ª baixa em 35 dias**. Recife, 31 maio 2016. Política, p. 11.

_____. **Circulação**. mar. 2016. Disponível em: <<http://comercialjc.jconline.ne10.uol.com.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. **Dilma se torna ré no impeachment**. Recife, 10 ago. 2016. Política, p. 2.

_____. **Governo cortará 4 mil cargos**. Recife, 14 maio 2016. Política, p. 3.

_____. **“Governo de salvação nacional”**. Recife, 13 maio 2016. Política, p. 2.

_____. **“Jamais vou desistir de lutar”**. Recife, 13 maio 2016. Política, p. 6.

_____. **Machado não poupa ninguém**. Recife, 16 jun. 2016. Política, p. 2.

_____. **No Senado, Dilma defende sua biografia**. Recife, 30 ago. 2016. Política, p. 4.

_____. **Pedalada não é crime, diz procurador**. Recife, 15 jul. 2016. Política, p. 5.

_____. **Perícia culpa créditos, mas nega pedaladas**. Recife, 28 jun. 2016. Política, p. 4.

_____. **Senado já tem 54 a favor**. Recife, 31 ago. 2016. Política, p. 3.

_____. **Votação ficou para hoje**. Recife, 12 maio 2016. Política, p. 2.

LIMA, J. A. O que a perícia do Senado revela sobre o impeachment. **Carta Capital**. 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-pericia-do-senado-e-o-impeachment-de-dilma>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

LINDNER, J.; DECAT, E. Governo tira urgência de pacote contra corrupção. **Estadão**. 5 jul. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,projetos-anticorrupcao-devem-perder-urgencia-na-camara-e-tramitar-em-comissao-especial,10000061155>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

LINS, C. de B. **Corpus de pesquisa**. Banco de dados. s.d. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B0J4Q5hvq_PdbVhUb0syOW82SXc>. Acesso em: 09 ago. 2017.

LOURENÇO, I.; JUNGSMANN, M. Há 20 anos, Fernando Collor sofria impeachment. **Carta Capital**. 29 set. 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ha-20-anos-fernando-collor-sofria-impeachment>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

MACEDO, F.; AFFONSO, J.; COUTINHO, M. ‘A história me reservou este momento’, diz Collor pelo impeachment de Dilma. **Estadão**. 12 maio 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-historia-me-reservou-este-momento-diz-collor-pelo-impeachment-de-dilma/>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

MAHER, T. M. Framing: An Emerging Paradigm or a Phase of Agenda Setting? *In*: REESE, S. D.; GANDY, O. H., Jr.; GRANT, A. E. (ed.). **Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 83–94, 2001.

MAIEROVITCH, W. Impeachment: segundo tempo. **Carta Capital**. 26 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/898/impeachment-segundo-tempo>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MARTELLO, A.; MATOSO, F. Governo propõe teto para gastos públicos com duração de 20 anos. **G1**. 15 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/teto-para-gastos-publicos-tera-duracao-de-20-anos.html>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MARTINS, R.; MARTINS, M. A equipe de Temer sinaliza as primeiras investidas contra a CLT. **Carta Capital**. 22 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-temer-sinaliza-as-primeiras-investidas-contra-a-clt>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MARTINS, R.; TRUFFI, R. Dilma e a democracia à espera do veredito do Senado. **Carta Capital**. 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-e-a-democracia-a-espera-do-veredito-do-senado>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MATOUKA, I. Dez pontos para entender o julgamento de Dilma. **Carta Capital**. 24 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/dez-pontos-para-entender-o-julgamento-de-dilma>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MCCOMBS, M.; GHANEM, S. I. The Convergence of Agenda Setting and Framing. *In*: REESE, S. D.; GANDY, O. H., Jr.; GRANT, A. E. (ed.). **Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 67–81, 2001.

MONTEIRO, T. Publicidade do governo cresce 65% no semestre. **Estadão**. 21 jul. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,publicidade-do-governo-cresce-65-no-semester,10000064138>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MOURA, A. Os próximos caminhos de um novo começo. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 maio 2016. Política, p. A3.

_____. As últimas horas antes de votar o impeachment. **Diário de Pernambuco**. Recife, 31 ago. 2016. Política, p. A3.

NALON, T. Onze deputados citam pedaladas fiscais como argumento na votação do impeachment. **Aos Fatos**. 19 abr. 2016. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/onze-deputados-citam-pedaladas-fiscais-como-argumento-na-votacao-do-impeachment/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

NELSON, T. E.; WILLEY, E. A. Issue Frames That Strike a Value Balance: A Political Psychology Perspective. In: REESE, S. D.; GANDY, O. H., Jr.; GRANT, A. E. (ed.). **Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 245–267, 2001.

NOGUEIRA, T. G. S. O Impeachment de Dilma Vana Rousseff: Qualquer Semelhança com a História é Mera Coincidência. **VirtuaJus**. Belo Horizonte, MG, v. 12, n. 28, p. 244–253, 2016.

NUNES, D. Ministério masculino é retrocesso na luta por direitos das mulheres. **Carta Capital**. 13 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ministerio-masculino-e-retrocesso-na-luta-por-direitos-das-mulheres>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

PAN, Z.; KOSICKI, G. M. Framing Analysis: An Approach to News Discourse. **Political Communication**, v.10, p. 55–75, 1993.

_____. Framing as a Strategic Action in Public Deliberation. In: REESE, S. D.; GANDY, O. H., Jr.; GRANT, A. E. (ed.). **Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 35–66, 2001.

PORTAL BRASIL. **Dilma é afastada da Presidência e Temer assume interinamente**. 12 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2016/05/dilma-e-afastada-da-presidencia-e-temer-assume-interinamente>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

_____. **Conheça o perfil dos novos ministros do governo Temer**. 12 maio 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2016/05/conheca-o-perfil-dos-novos-ministros-do-governo-temer>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

PORTO, M. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, A. A. C. (org.), **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. Salvador, BA: Edufba, p. 73–104, 2004.

REESE, S. D. Prologue — Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. In: REESE, S. D.; GANDY, O. H., Jr.; GRANT, A. E. (ed.). **Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 7–31, 2001.

SENADO NOTÍCIAS. **Abertura do processo de impeachment e cassação de Delcídio do Amaral são destaques da semana no Senado**. 13 maio 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/13/abertura-do-processo-de-impeachment-e-cassacao-de-delcidio-do-amaral-sao-destaques-da-semana-no-senado>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

_____. **Dilma Rousseff perde o mandato de presidente da República, mas mantém direitos políticos**. 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-de-presidente-da-republica-mas-mantem-direitos-politicos>>. Acesso em: 11 set. 2016.

_____. **Primeira Medida Provisória de Temer reduz de 32 para 23 o número de ministérios.** 16 maio 2016. Disponível em:

<<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/16/primeira-medida-provisoria-de-temer-reduz-de-32-para-23-o-numero-de-ministerios>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SILVA, E. G. da; SILVA, A. S. **Polêmica discursiva nas manifestações anti e pró governo Dilma Rousseff.** Campinas – Cadernos de Estudos Linguísticos, ed. 58.1, p. 45–62, jan./abr. 2016.

UOL. **Afastado em 1992, Collor vota a favor do impeachment de Dilma.** 12 maio 2016.

Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/afastado-em-1992-collor-vota-a-favor-do-impeachment-de-dilma.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

VAN DIJK, T. A.. **News as Discourse.** Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1988a.

_____. **News Analysis: Case Studies of International and National News in the Press.** Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988b.

_____. **Discurso y Poder.** Tradução de Alcira Bixio. Barcelona, ES-CT: Editorial Gedisa, 2009 [2008].

VENCESLAU, P.; FILHO, V. H. Autores do pedido de impeachment defendem processo.

Estadão. 03 dez. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,autores-do-impeachment-defendem-processo,10000003726>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

VILLAS-BÔAS, M. de A. Impeachment: processo jurídico e/ou político? **Carta Capital.** 14 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/impeachment-processo-juridico-e-ou-politico>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

WALSH, B. A Noção de Discurso na AD Peuceutiana e na ACD de Fairclough e Implicações nos Diferentes Modos de Análise. **Raído** – UFGD, Dourados, MS, v. 5, n. 9, p. 9–23, 2011.